UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA MACIEL NUNES

**A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de
Ribeirão Preto - SP**

Ribeirão Preto – SP
2018

SANDRA MARIA MACIEL NUNES

**A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de
Ribeirão Preto - SP**

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto para a obtenção
do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Coelho Lastória

Ribeirão Preto – SP
2018

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nunes, Sandra Maria Maciel

A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2018.

286 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Educação.

Orientador: Lastória, Andrea Coelho.

1. Educação. 2. Lei 10.639/2003 3. Educação das Relações Étnico-raciais. 4. Políticas Públicas de Ensino. 5. Movimento Negro.

Nome: Nunes, Sandra Maria Maciel

Título: A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de Ribeirão Preto - SP

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Andrea Coelho Lastória (orientadora)

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – (USP)

Julgamento: _____

Prof. Dr. Elmir Almeida

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo – (USP)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Alessandra David Moreira da Costa

Instituição: Centro Universitário Moura Lacerda

Julgamento: _____

Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite

Instituição: Faculdade de Educação - Universidade de Brasília (UNB)

Julgamento: _____

*Ao meu companheiro de tantos anos José Luiz, as
minhas filhas amadas Mayara e Yasmin, minha
gratidão por sua compreensão, carinho e apoio
incondicional ao longo desta jornada acadêmica que
tanto me enriquecesse e me enche de felicidade.*

AGRADECIMENTOS

A minha família que me acolheu, incentivou e me amou incondicionalmente.

Meus sinceros agradecimentos à minha querida orientadora Profa. Dra. Andrea Coelho Lastória, por nos dar a oportunidade em aprofundar nossos estudos e acreditar na relevância acadêmica da temática abordada nesta dissertação, minha eterna gratidão.

Ao Prof. Dr. Elmir Almeida, à Profa. Dra. Alessandra David Moreira da Costa e a Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite pela honra em aceitarem participar da banca de defesa e compartilharem dos seus conhecimentos.

Aos Assessores Técnicos Educacionais, Silvany Euclênio Silva, Antonio Carlos Lopes Petean e Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva muito obrigado pela realização das entrevistas e por compartilhar informações necessárias e imprescindíveis para esta dissertação, sem vocês este trabalho não seria possível.

À Sandra Regina Firmino Abdala e Almir de Paula e Silva, obrigado pela colaboração em sempre disponibilizar as informações necessárias a este trabalho.

Aos amigos e companheiros de pós-graduação Danival Samuel da Silva, Sonara da Silva Souza, Daniela Nardi e Thais Angela Cavalheiro de Azevedo, muito obrigado por incentivar, aconselhar, revisar e compartilhar suas experiências nos momentos de incertezas, e principalmente por estar ao nosso lado nessa caminhada tão gratificante.

Ao Grupo de Estudo da Localidade – Grupo ELO, por sempre vibrar positivamente com nossas conquistas.

Ao amigo José Faustino de Almeida Santos, que no início dessa jornada foi o primeiro a disponibilizar comigo seus conhecimentos e me estender à mão, nesta jornada tão preciosa.

Que Bloco é Esse?
Ilê Aiyê

Que bloco é esse?
Eu quero saber,
É o mundo negro
Que viemos mostra pra você
Pra você
Somos crioulo doido
Somos bem legal
Temos cabelo duro
Somos Black Power

Branco, se você soubesse
O valor que o preto tem,
Tu tomava um banho de piche, branco
E ficava preto também
Não te ensino minha malandragem
Nem tão pouco minha filosofia
Por quê?
Quem dá luz ao cego
É bengala branca
E Santa Luzia
Ai, ai meu Deus!

A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada.
(Provérbio Africano)

RESUMO

NUNES, S. M. M. **A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de Ribeirão Preto - SP.** 2018. 286 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

Esta pesquisa tem como tema a Educação e a educação das relações étnico-raciais e seu objetivo é identificar e analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação (SME) de Ribeirão Preto, direcionadas à institucionalização da Lei 10.639/2003. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, se apresentando como um estudo analítico-descritivo. Os procedimentos metodológicos empregados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental e as entrevistas semiestruturada. Os documentos pesquisados foram às legislações e publicações da Secretaria Municipal de Ribeirão Preto, relacionadas à institucionalização da Lei 10.639/2003 e nossa busca por documentos se deu em diferentes arquivos situados no município de Ribeirão Preto - SP e no Portal da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP). Após a coleta de dados, optamos por apresenta-los de maneira cronológica, a fim de facilitar a organização e possibilitar um entendimento temporal das ações empreendidas pela SME. Analisamos as ações levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares, publicado em 2009. Desta forma identificamos três momentos, nos quais foram realizadas ações para a implementação da Lei no município de Ribeirão Preto. As ações desenvolvidas foram: regulamentação da Lei; formação docente; aquisição, produção e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos.

Palavra-chave: Educação, Lei 10.639/2003, Educação das relações étnico-raciais, políticas públicas de educação, Movimento Negro.

ABSTRACT

NUNES, S. M. M. The implementation of Law 10.639/2003 and it's unfoldings in the municipality of Ribeirão Preto – SP. 2018. 286 f. Dissertation (Masters) – Philosophy, Science and Letters School of Ribeirão Preto, São Paulo University, Ribeirão Preto, 2018.

This research has as a theme the Education and the ethnic-racial relations and its purpose is identify and analyse the actions developed by Municipal Secretary of Education of Ribeirão Preto, aimed at institutionalization of Law 10.639/2003. The methodology used was the qualitative approach, presented as an analytical-descriptive study. The methodological procedures appointed for the data collection were bibliographic research, documentary analysis and semi-structured interviews. The documents searched were the legislations and publications of the Municipal Secretary of Ribeirão Preto, related to the institutionalization of Law 10.639/2003 and our search in documents was in different files sited in the municipality of Ribeirão Preto - SP and in the Portal da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP). After the collection of the data, we chose to present them in chronological way, in order to facilitate the organization and to allow the temporal understanding of the actions undertaken by the Municipal Secretary of Education of Ribeirão Preto. We analyse the actions taking in account the National Curricular Guideline for the education of ethnic-racial relations and for the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, as well as the National Plan for the implementation of Curricular Guidelines published in 2009. Thus, we identified three moments, in which actions were carried out for the implementation of the Law in the municipality of Ribeirão Preto. The actions developed were: regulation of the Law; the actions developed were teacher training; acquisition, production and distribution of didactic materials.

Keyword: Education, Law 10.639/2003, Education of ethnic-racial relations, public education policies, black movement.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos de Lei	61
Quadro 2 – Quantidade de Escolas Municipais	91
Quadro 3 – Quantidade de Escolas conveniadas	92
Quadro 4 – Etapas de Ensino da Educação Básica.....	93
Quadro 5 – Organização do Ensino Fundamental em Ciclos	93
Quadro 6 – Reintrodução do sistema anual de promoção	94
Quadro 7 – Quantidade de Professores.....	96
Quadro 8 – Ações desenvolvidas em 2005 e 2006.....	103
Quadro 9 – Ações desenvolvidas em 2007.....	118
Quadro 10 – Ações desenvolvidas em 2008.....	125
Quadro 11 – Ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2009	130
Quadro 12 – Ações desenvolvidas no segundo semestre de 2009	134
Quadro 13 – Ações desenvolvidas em 2010.....	136
Quadro 14 – Ações desenvolvidas em 2011.....	141
Quadro 15 – Ações desenvolvidas em 2012.....	147
Quadro 16 – Ações desenvolvidas em 2013.....	154
Quadro 17 – Ações desenvolvidas em 2014.....	161
Quadro 18 – Ações desenvolvidas em 2015.....	166
Quadro 19 – Ações desenvolvidas em 2016.....	172

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - SINAPIR.....	65
Figura 2 – Seminário Abolição Inacabada	127
Figura 3 – Rubem Valentim	140
Figura 4 – TR de História e Geografia	143
Figura 5 – Taboleiro do Jogo Griots – na Trilha de Ribeirão Preto	151
Figura 6 – AMO OBA – História de Princesas	165
Figura 7 – Mapa Cultural	169
Figura 8 – Memorial da Classe Operária.....	173

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Orçamento da SECAD/SECADI-MEC (2004-2014)	80
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
Acacab	Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira
ACIRP	Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
ADEVIRP	Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto
AMA	Associação dos Amigos do Autista
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAE-RP	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto
APNs	Agentes de Pastoral Negros
Cadara	Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros
CAEERP	Centro de Atividades Educacionais Especializadas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASB	Centro Ann Sullivan do Brasil
CEB	Câmara de Educação Básica
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CEEEF	Centro de Educação Especial e Ensino Fundamental
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEI	Centros de Educação Infantil
CEMUF	Centro de Mulheres de Favela e Periferia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIREM	Campeonato Interno da Rede Municipal de Ensino
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPIR	Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conae	Conferência Nacional de Educação
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Coneb	Conferência Nacional da Educação Básica
Conen	Coordenação Nacional de Entidades Negras

COPENE	Congresso de Pesquisadores Negros Brasileiros
CP	Conselho Pleno
DEDIC	Departamento de Educação, Informação e Comunicação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELO	Grupo de Estudo da Localidade
EMEF	Escolas Municipais de Ensino Fundamental
EMEI	Escolas Municipais de Educação Infantil
EUA	Estados Unidos da América
Feconezu	Festival Comunitário Negro Zumbi
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
FIPIR	Fórum Intergovernamental de promoção da Igualdade Racial
FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado
GT	Grupo de Trabalho
GTDEO	Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
LAIFE	Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LIESP	Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo
MARP	Museu de Arte de Ribeirão Preto
MDH	Ministério dos Direitos Humanos

MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MIS	Museu da Imagem e do Som – “José da Silva Bueno”
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação
MP	Medida Provisória
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
NEAB	Núcleos de Estudo Afro-brasileiros
NERA	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PIC	Programa de Incentivo Cultural
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PMC	Plano Municipal de Cultura
PME	Plano Municipal de Ensino
PMRP	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLDEJA	Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão

PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
SECAD	Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Secrie	Secretaria de Inclusão Educacional
Seea	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SMC	Secretaria Municipal da Cultura
SME	Secretaria Municipal da Educação
SMPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SNI	Serviço Nacional de Informação
SP	São Paulo
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDA	Trabalho Docente com Aluno
TDC	Trabalho Docente Coletivo
TDI	Trabalho Docente Individual
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESP	União das Escolas de Samba Paulistanas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. O MOVIMENTO NEGRO	29
1.1 Quilombagem	32
1.2 Movimento Negro Pós-Abolição	35
2. AÇÕES GOVERNAMENTAIS E A LEI 10.639/2003.....	50
2.1 Antecedentes.....	50
2.2 Tramitação da Lei 10.639/2003.....	60
2.3 SEPPIR	61
2.4 A SECAD/SECADI e as Ações do MEC.....	69
3. METODOLOGIA.....	83
3.1 Percurso metodológico	83
3.2 Caracterizando o Sistema Municipal de Ensino de Ribeirão Preto	91
4. AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI 10.639/2003	102
4.1 Período de 2005 a junho de 2009	102
4.2 Período do segundo semestre de 2009 a 2011	133
4.3 Período de 2012 a 2016	146
5. Considerações Finais	177
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE	192
ANEXOS	197

INTRODUÇÃO

*Respeitem meus cabelos, brancos
Chegou a hora de falar
Vamos ser francos
Pois quando um preto fala
O branco cala ou deixa a sala
Com veludo nos tamancos
[...]*

(Chico Cesar)

Para chegarmos à temática da presente pesquisa, trilhamos um caminho que se iniciou desde muito cedo em nossa infância, em nossa vida familiar, nos vínculos afetivos com nossos pais, tios, primos e amigos negros. Ainda na infância, não entendíamos como o racismo estruturava-se na sociedade e nas relações pessoais, e presenciávamos pessoas amadas sendo discriminadas e desrespeitadas em sua humanidade. Nossa postura, desde então, sempre foi a de posicionamento contrário às práticas discriminatórias e ao racismo. A escolha por fazer licenciatura e bacharelado em História nos aproximou cada vez mais da temática das relações raciais e, durante a graduação, a maior parte de nossos estudos e leituras foi nesta direção. Em nossa trajetória, já como docente do sistema público de ensino, a necessidade em discutir e debater as relações raciais, o racismo, a discriminação, o preconceito, o estereótipo e a segregação racial com os alunos sempre se fizeram urgentes e necessárias, além de ser uma constante em nosso cotidiano escolar. Os trabalhos, as pesquisas e os eventos que realizávamos em nossa prática docente, eram sempre revestidos da preocupação em considerar a temática racial. Assim, quando da promulgação da Lei 10.639 em 2003, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, o desejo e o interesse em aprofundar os estudos sobre esta temática se tornaram mais intensos e inadiáveis, considerando a necessidade de uma prática docente mais comprometida com o que preconizava a Lei.

Nos anos de 2004 e 2005, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo ofereceu o curso de atualização “Programa São Paulo: Educando pela Diferença para a Igualdade”, e a

partir deste momento, buscamos uma maior compreensão sobre a Lei 10.639/2003¹, que estabeleceu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, bem como do Parecer CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE/CP 001/2004, que instituíam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em 2007, concluímos o Curso de Pós-graduação “Lato-Sensu” em Estudos Culturais Afro-Brasileiros e Africanidades, ministrado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com a monografia “Clube José do Patrocínio, Cativo e Travessia: O Movimento Negro em Ribeirão Preto”, sob a orientação do Prof. Dr. Valter Roberto Silvério. Neste trabalho, identificamos a atuação do Movimento Negro Unificado no município de Ribeirão Preto - SP, entre as décadas de 1970 e 1980. No ano de 2011, finalizamos o curso de Especialização em “Ética, Valores e Saúde na Escola”, na Universidade de São Paulo (USP), cujo trabalho de conclusão foi “Educar na Diferença é Possível? A Importância da Lei 10.639/2003”, sob orientação da Prof.^a Me. Flávia Andréa Pasqualin. O objetivo desta pesquisa foi verificar a aplicação da Lei 10.639/2003 nas salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e a importância dada pelos professores sobre a temática étnico-racial. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual, localizada no município de Ribeirão Preto – SP. Em nossas considerações finais pudemos perceber que poucos educadores daquela escola tinham conhecimento acerca da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, demonstrando a fragilidade dos processos formativos realizados pelo sistema de ensino estadual paulista.

A necessidade de maior aprofundamento e compreensão da temática étnico-racial, bem como das políticas públicas desenvolvidas pelos sistemas de ensino, nos levaram ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da USP, como aluna especial, no ano de 2013. Neste momento conhecemos o Grupo de Estudo da Localidade (ELO), vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (LAIFE)². De acordo com Lastória (2008, p. 129), o Grupo ELO se constitui como uma

[...] comunidade de aprendizagem, no formato de grupo de pesquisa. Cujos objetivos referem-se ao estudo a localidade, a articulação dos saberes de História, Geografia, Cartografia e Educação para desenvolver aprendizagens profissionais e buscar

¹ Essa lei foi alterada pela Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, passando a incorporar também a história e a cultura dos povos indígenas.

² Este laboratório está vinculado ao Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC), da FFCLRP.

alternativas teóricas e metodológicas para o ensino de História e Geografia na escola fundamental.

Assim, o Grupo ELO privilegia o lugar e suas histórias, utilizando como metodologia de trabalho a pesquisa colaborativa e coletiva. Os membros que compõem este grupo são oriundos de diferentes áreas do conhecimento, como História, Geografia e Pedagogia e em sua maioria são docentes da Educação Básica de escolas públicas e privadas, e estão em diferentes estágios de formação e da carreira docente. O estudo da localidade de Ribeirão Preto - SP norteia as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo ELO. Dentre os trabalhos já produzidos pelo Grupo, está a construção do Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Ambiental para o município de Ribeirão Preto e a Coletânea Elos da Cidadania: localidade, escola e ação, que contém práticas educativas diferenciadas e criativas desenvolvidas por professores da Educação Básica.

Neste sentido, os resultados das monografias desenvolvidas nos cursos de pós-graduação, aliados à temática da localidade desenvolvida pelo Grupo ELO, fizeram-nos refletir sobre a implementação da Lei 10.639/2003 no município de Ribeirão Preto - SP. A leitura do livro *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003*³, organizado por Gomes (2012a), ajudou-nos a refletir um pouco mais sobre a temática e as implicações relacionadas à institucionalização da referida Lei nos sistemas de ensino. De acordo com Gomes (2012a, p. 24-25), a implementação da Lei 10.639/2003

depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores(as) do sistema de ensino e das escolas.

O Parecer CNE/CP 003/2004, preconiza que temos de construir “[...] pedagogias de combate ao racismo e à discriminação [...]” (BRASIL, 2004, p. 15). O documento reafirma a função do Estado em desenvolver políticas compensatórias para ressarcimento dos

³ Este livro foi resultado da pesquisa que levou o mesmo nome, realizada no período de fevereiro a dezembro de 2009, pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPq), em parceria com outras universidades. A pesquisa teve apoio e financiamento do Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e pela representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil. O objetivo desta pesquisa foi identificar, mapear e analisar as iniciativas desenvolvidas pelos sistemas de ensino e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas a partir da perspectiva da Lei n.º 10.639/2003 (GOMES, 2012a).

afrodescendentes e o reconhecimento no currículo da contribuição da população negra para a construção da identidade nacional. Desse modo, retirar da invisibilidade a história e a cultura do negro, fazendo com que o aluno negro possa se ver reconhecido no currículo escolar e nas práticas pedagógicas da escola é condição primordial para uma educação antirracista.

As Diretrizes Curriculares Nacionais enfatizam a necessidade de superação do eurocentrismo,

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e as raciocínios desvinculados da experiência do ser inferiorizado vivida pelos negros, tão pouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdade sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2004, p. 15).

É necessário, portanto, romper com o mito da democracia racial, o qual camufla a discriminação racial nas práticas sociais, para assim desfazer a mentalidade racista e discriminatória, e reeducar as relações étnico-raciais no Brasil. Conforme Silva (2005, p. 158),

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas.

O Parecer CNE/CP 003/2004 também apresenta as necessárias condições para que a reeducação das relações étnico-raciais ocorra, neste caso, levando-se em conta as condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis à reeducação entre negros e brancos, além, é claro, de uma articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e o envolvimento dos movimentos sociais.

Deste modo, os sistemas de ensino podem conduzir suas ações a partir dos seguintes princípios apresentados no Parecer: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimentos de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e à discriminação. E os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem adequar estas normativas às suas realidades locais, viabilizando o cumprimento destes dispositivos legais (BRASIL, 2004). Entretanto, de acordo com Gomes (2012a), ainda é baixo o grau de institucionalização alcançado pela Lei 10.639/2003. A autora destaca a necessidade de passarmos da implantação para a implementação dessa legislação. Disso decorre a necessidade de investigação acerca das ações dos sistemas de ensino com relação à educação étnico-racial e à institucionalização da referida Lei. Cabe indagar quais

ações estão sendo desenvolvidas pelos sistemas de ensino que compõem a Educação Básica brasileira, e se estas efetivamente levam à implementação da Lei 10.639/2003 por estados e municípios.

Sabemos que a partir da Constituição de 1988, a Educação é definida como um direito social, isto é, um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo regulamentada especificamente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na qual o acesso à Educação é tratado como um direito público subjetivo. A Lei 10.639/2003 alterou os artigos 26-A e 79-B da LDBEN, assim, quando nos referimos a esta Lei estamos nos referindo à própria LDBEN, logo, significa dizer que a questão racial deve estar presente nas normativas educacionais, inseridas de forma precisa “nas metas educacionais do país, no Plano Nacional de Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola, nas práticas pedagógicas e curriculares e na formação inicial e continuada de professores (as)” (GOMES, 2011, p. 117).

Autores como Domingues (2007), Santos (2007) e Gomes (2011a) destacam que a sanção da referida Lei não foi um ato benevolente do Estado Brasileiro, mas sim o resultado da luta dos movimentos negros ao longo da História do Brasil. “O movimento negro brasileiro, tem se destacado na história do nosso país como um sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir de ano 2000, influenciar o governo brasileiro [...]” (GOMES, 2011a, p. 134). Historicamente, a diversidade étnico-racial foi marcada pela discriminação, pelo preconceito e pelo desrespeito. Por muito tempo a sociedade brasileira se pensou homogênea, através da premissa eurocêntrica, e os conflitos étnicos eram minimizados mediante o

[...] mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria (MUNANGA, 2006, p. 89).

O mito da democracia racial propaga a ideia de que o Brasil é um país livre do preconceito racial e do racismo, e se considerada esta premissa, as discriminações raciais são reproduzidas de forma velada até os dias de hoje. Entretanto, por meio da luta dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, essa pretensa harmonia social está

sendo questionada e a ideia da diferença e da diversidade étnico-racial começou a ser pensada e incorporada na legislação brasileira.

A luta do Movimento Negro pela superação do racismo, ao longo da História do Brasil, tem uma trajetória que se inicia com os movimentos de quilombagem (MOURA, 1989), passando pela luta Abolicionista, durante a Monarquia. No período pós-abolição, os movimentos de luta se davam em associações, clubes, irmandades religiosas, entidades beneficentes, grêmios literários, centros cívicos, jornais e organizações políticas. No início do século XX surgia a Imprensa Negra, especialmente em São Paulo, com jornais como *O Menelike*, *O Getulino* e o *Clarim d'Alvorada*. Nos anos de 1930 ocorreu a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), e em 1944 a do Teatro Experimental do Negro (TEN).

Ainda durante a Ditadura Militar, em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, nascia o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que depois seria conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU).

Estava aberta a luta moderna do Movimento Negro possuidor de características marcantes: em primeiro lugar, a militância disciplinada, organizada em núcleos e focada na luta contra o racismo, uma das tarefas prioritárias da luta democrática. Em segundo, a luta pela constituição de uma ampla frente que unificasse a luta anti-racista e alcançasse o pioneiro horizonte da unidade. Por isso se conseguiu forjar uma sólida política de alianças, a ponto de a expressão “Movimento Negro” se transformar em conceito evocativo de um novo segmento de massas, tanto no cenário político como no imaginário nacional (GARCIA, 2006, p. 11).

Assim, juntamente com o processo de redemocratização da sociedade brasileira,

[...] assistimos a uma nova forma de atuação política dos negros (negras) brasileiros [...] passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário, trazendo outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. [...] O Movimento Negro pleiteia que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social (GOMES, 2011, p. 111).

De acordo com Gomes (2011, p. 112), desde então houve uma mudança de postura, um amadurecimento do Movimento Negro no terceiro milênio, e suas reivindicações passaram a ser a

denúncia da postura de neutralidade do Estado ante a desigualdade racial, exigindo desse a adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio Estado, mediante a inserção de ativistas e intelectuais do Movimento Negro nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista e no próprio governo federal.

Desta forma, ao olharmos para a trajetória histórica e política do Movimento Negro, identificamos uma bandeira de luta sempre presente em suas reivindicações: a Educação.

Inicialmente, buscou-se preencher as lacunas deixadas pelo poder público, organizando suas próprias escolas até chegarmos às reivindicações do MNU, em 1982, na Convenção em Belo Horizonte - MG, na qual foi aprovado o Programa de Ação. Entre suas estratégias de luta, este movimento propunha uma

[...] mudança radical nos currículos, visando à eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores com o intuito de comprometê-los no combate ao racismo na sala de aula. Enfatiza-se a necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens negros no sistema de ensino (Programa de Ação, 1982, p. 4-5) (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 151).

Os anos de 1980 e 1990 trazem dois grandes debates nacionais: a elaboração da nova Constituição Federal e da LDBEN. Segundo Silvério (2005), a questão étnico-racial, sendo discutida na Assembleia Nacional Constituinte, atendia a antigas reivindicações do Movimento Negro; entretanto, ainda que refletisse uma transição sociopolítica da sociedade brasileira, as mudanças incorporadas pela Constituição de 1988, não foram suficientes. Dentre essas mudanças podemos destacar a classificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível; o reconhecimento do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada, a Educação de Jovens e Adultos; e o reconhecimento da diversidade na composição da população brasileira.

Após um longo processo de tramitação, a LDBEN foi aprovada, em 1996. Contudo, esta também não contemplou a abordagem da questão racial, isto é, “não atendeu às reivindicações do movimento negro de reformulação do ensino de história e da obrigatoriedade do ensino de História da População Negra no Brasil” (RODRIGUES, 2005, p. 69-70) e o art. 26 § 4º trouxe a seguinte redação,

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...]

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (BRASIL, 1996).

Mais uma vez o caráter universalista prevaleceu na legislação educacional brasileira e este artigo só será revisto e alterado quando da sanção da Lei 10.639, em 2003. No entanto, os anos de 1990 nos apresentaram novas configurações políticas do ativismo negro e do posicionamento do governo brasileiro frente à discriminação racial e ao racismo. Em 20 de novembro de 1995, o Movimento Negro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o

Racismo, pela Cidadania e a Vida, em Brasília. Durante a Marcha, os líderes do movimento entregaram um documento para o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, denunciando as condições em que vivia o povo negro e reivindicando direitos sociais e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esta população. O governo brasileiro passou a reconhecer a existência do racismo, além de ratificar o compromisso em formalizar as Convenções Internacionais assinadas pelo país (RODRIGUES, 2005).

Em 2001, o Brasil participou da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, e desde então, passou a ser signatário da Declaração e do Programa de Ação desta conferência. Entendemos que, o momento pós-Durban foi importante para o debate das políticas públicas para a população negra, pois vinculava o direito à Educação à luta contra a discriminação racial. Neste sentido, o Movimento Negro exigiu uma política educacional que buscasse a equidade, “como uma das maneiras de se garantir aos coletivos diversos – tratados historicamente como desiguais – a concretização da igualdade. [...] e indaga[ndo] a implementação das políticas públicas de caráter universalista [...]” (GOMES, 2011, p. 114-115).

Neste sentido, o Movimento Negro reivindicou, ao longo de sua história, a implementação de políticas de promoção da igualdade racial, entendidas neste trabalho como

[...] todas as ações ou políticas públicas e/ou privadas, como as citadas acima [ações repressivas, ações valorizativas e/ou ações afirmativas] que visam combater o racismo, o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais em todas as esferas da vida social, que por meio de políticas universais, direcionadas a todos os cidadãos sem qualquer distinção, quer por meio de políticas específicas, direcionadas aos grupos que são discriminados racialmente em nossa sociedade. [...] esse combate deve ser feito não somente por meio de ações repressivas, isto é, da proibição do racismo, conforme estabelece a nossa Constituição [...] mas também por meio de ações valorizativas, ou seja, da valorização dos grupos raciais e étnicos que são discriminados. [...] como determina a Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008. [...] Além disso, as políticas de promoção da igualdade racial também têm como objetivo promover a igualdade de oportunidades, de tratamento, assim como promover a inclusão [...] dos grupos discriminados racialmente em áreas onde eles são sub-representados em função da discriminação que sofrem em face de sua cor, raça ou etnia. Ou seja, se faz necessário também a implementação de ações afirmativas (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 42-43).

Isso posto, é neste contexto de luta do Movimento Negro e de redirecionamento das políticas governamentais que finalmente a Lei 10.639 foi sancionada, em 9 de janeiro de 2003. No ano seguinte, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, a referida Lei foi regulamentada por meio do Parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004, instituindo, desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Neste contexto, enfatizamos que as ações aqui descritas devem ser entendidas a partir do ativismo negro e das reivindicações ao longo de sua história. Como afirma Gomes (2011), a efetivação da legislação em programas e práticas educacionais tem sido uma das demandas do Movimento Negro, entretanto levando-se em conta a história política brasileira, sabemos que existe uma distância entre as intenções e a efetivação das legislações antirracistas.

Diante do exposto, indagamos: como se traduz a efetivação desta legislação nas secretarias municipais de educação? A resposta está ao retomarmos o que já afirmamos anteriormente, isto é, a necessidade de investigação acerca das ações dos sistemas de ensino em relação à educação étnico-racial e a sua institucionalização. Assim, passados mais de dez anos da promulgação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, **quais foram as ações da Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto direcionadas à implementação desta Lei no município?** Esta pergunta norteará nosso trabalho investigativo, considerando que algumas secretarias municipais já desenvolvem ações direcionadas à temática racial⁴. Assim, como o município de Ribeirão Preto - SP vem desenvolvendo este processo de implementação? Quais foram suas ações, levando-se em conta as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana?

De acordo com o que foi apresentado até este momento, nosso **objetivo geral** de pesquisa é identificar e analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto - SP direcionadas à institucionalização da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais no sistema municipal de ensino. E os nossos **objetivos específicos** são:

- a) Identificar e analisar os documentos produzidos pela Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto que contemplem a Lei 10.639/2003;
- b) Identificar e analisar as ações na Secretaria Municipal da Educação de “equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à Diversidade, incluindo a educação das relações étnico-raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários” (BRASIL, 2013, p. 32) que atuem no sentido de efetivação da Lei 10639/03;

⁴ Como por exemplo, o Núcleo Étnico-Racial, é um setor integrado à Coordenadoria Pedagógica, da Secretaria Municipal da Educação, do município de São Paulo, vinculado ao Núcleo Técnico de Currículo. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Quem-Somos-11>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

- c) Identificar e analisar a ocorrência de “formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular” (BRASIL, 2013, p. 32);
- d) Identificar e analisar a existência de produção e distribuição de “materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-raciais” (BRASIL, 2013, p. 32).

Tendo em vista os objetivos descritos anteriormente, nossa dissertação está estruturada em quatro seções. Na primeira seção apresentamos um panorama histórico sobre o Movimento Negro, considerando sua trajetória histórica ao longo da História do Brasil e suas reivindicações de luta, bem como algumas organizações que merecem destaque ao longo desse período. Apontamos também a relação entre suas reivindicações e a questão da Educação, a qual sempre esteve presente enquanto demanda do Movimento Negro e resultando, dentre outras conquistas, na sanção da Lei 10.639/2003.

Na segunda seção apresentamos as ações governamentais que estão relacionadas à promulgação da referida Lei, tais como: a questão racial na elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN; a tramitação da Lei 10.639/2003, no Congresso Nacional; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD), sua reestruturação passando a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e suas ações ao longo do tempo.

Na terceira seção abordamos a trajetória metodológica desenvolvida durante nossa investigação, explicitamos a opção metodológica, os instrumentos de coleta de dados e os sujeitos da pesquisa. Apresentamos também a caracterização do sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto - SP.

Na quarta seção discorremos sobre os dados coletados em nossa pesquisa, sua descrição e análise. Encerramos o trabalho com as considerações finais, as referências, os anexos e o apêndice.

1. O MOVIMENTO NEGRO

Nesta seção faremos um breve levantamento histórico, selecionando as principais ações e as lutas empreendidas pelas diversas entidades do Movimento Negro e sua relação direta com a Educação. Vários autores já se debruçaram em apresentar a história do Movimento Negro no Brasil, dentre eles: Pinto (1993), Gonçalves e Silva (2000), Domingues (2007, 2009) e Gomes (2011a, 2012b). Buscamos, principalmente por meio destes autores, retomar marcos importantes na história de lutas de algumas entidades mais referenciadas, suas reivindicações e atuações frente à situação de abandono e exclusão a que foi relegada a população negra brasileira, em especial com relação à Educação (GONÇALVES; SILVA, 2000).

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterada pela Lei 11.645/2008, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-brasileira e indígena⁵, acrescentando os Art.26-A, e 79-B na LDBEN, o que se constitui uma vitória do ativismo negro.

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história Brasileira.

Art. 79-A. (VETADO)

Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Podemos dizer, no entanto, que a promulgação da Lei 10.639/2003 não resultou de discussões contemporâneas, mas sim das lutas do Movimento Negro ao longo da História do Brasil. Reflete, portanto, uma das principais demandas do povo negro, o direito à Educação. De acordo com Gomes (2012b, p. 735), a “educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo de sua trajetória”. Gonçalves e Silva (2000) também destacam que a Educação sempre esteve presente na agenda do Movimento Negro. Entretanto, sabemos que

⁵ É importante salientar que nosso trabalho analisa a implementação da Lei 10.639/2003 no que se refere à questão étnico-racial, e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

a concepção de Educação não é única para as diferentes entidades negras que compõem o Movimento Negro. A Educação ora é vista

como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (GONÇALVES, 2000, p. 337).

Deste modo, a ação do Movimento Negro, por meio de suas diversas entidades, tem sido marcada por uma forte perspectiva educacional, apresentando na sua história de luta, a construção de um projeto educativo. Gomes (2011a, p. 136) explicita que ao

[...] estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura.

Assim como Gomes (2011a), entendemos o Movimento Negro contemporâneo como um sujeito coletivo e político e a Educação como um direito social que deve garantir a igualdade, a equidade e a justiça aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais pertencentes à sociedade brasileira. As reivindicações históricas deste movimento têm influenciado o governo brasileiro no desenvolvimento e implementação de políticas públicas de correções das desigualdades, em especial as políticas de promoção da igualdade racial que são capazes de desencadear “um processo de re-educação da sociedade, do Estado, da escola básica e da universidade em relação à diversidade étnico-racial” (GOMES, 2011a, p. 152).

O Movimento Negro brasileiro dá um novo significado à raça⁶, politizando de maneira afirmativa este termo, entendendo-o no seu sentido de emancipação e de construção das identidades étnico-raciais. Ao fazer isso, o movimento explicita como o racismo brasileiro se estrutura em nossa sociedade, uma vez que a questão étnico-racial é vista como um trunfo na construção de uma sociedade que garanta o reconhecimento da diferença, onde todos possam ser tratados igualmente como sujeitos de direito. Ao politizar a raça,

⁶ Assumimos aqui a posição defendida por Guimarães (2002, p. 50) quando diz que “‘raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”. Assim, para o autor “[...] não há raças biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e corresponda ao que comumente chamamos de ‘raça’ tem existência real [...] o que chamamos de ‘raça’ tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

[...] esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, sua cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar de suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2012b, p. 731).

Segundo Gomes (2012b), o Movimento Negro entendido como sujeito coletivo e político, produtor e produto de diferentes experiências sociais, produzindo saberes, é reconhecido como sujeito de conhecimento. As ações desenvolvidas ao longo da sua trajetória histórica produziram novos conhecimentos e entendimentos que possibilitaram mudanças na sociedade e na política em geral, e em particular na política educacional brasileira. Mas como podemos definir Movimento Negro? Lopes (2004, p. 455-456) define Movimento Negro como um nome dado,

[...] no Brasil, ao conjunto de entidades privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania. Numa visão mais restrita, a expressão diz respeito às organizações nascidas a partir do final da década de 1960 e que se incluem dentro dessa denominação. As diferenças dentre estas e as organizações anteriores seriam, entre outras, sua continuidade temporal e o fato de compartilharem uma agenda internacional [...]. Alguns dos marcos iniciais do movimento negro brasileiro estão nas confrarias e sociedades de auxílio mútuo constituídas, ainda na época escravista, com a finalidade de propiciar a alforria de seus membros. Após a abolição, talvez a mais importante entre todas essas entidades tenha sido a Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo em 1931. [...]. Depois dela [...] Teatro Experimental do Negro (Rio, RJ, 1944) [...]. Na segunda metade dos anos de 1970 [...] o Movimento Negro começa a se reestruturar, de forma contínua, em algumas das principais cidades brasileiras. O final da década vê nascerem, na cidade de São Paulo, o Centro de Cultura e Arte Negra, Cekan e a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Acacab, fundados em 1977. E, no ano seguinte, em que a cidade paulista de Araraquara sedia o Feconezu, Festival Comunitário Negro Zumbi, nasce o MNU, Movimento Negro Unificado. A partir daí, surge, em todo o Brasil, inúmeras entidades, de vida efêmera ou não [...]. No final de 2002, Carlos Alberto Medeiros e Ivanir dos Santos [...] chamavam a atenção para o fato de que as denúncias do Movimento Negro já se respaldavam numa nova vertente da pesquisa acadêmica sobre relações raciais no Brasil [...] os negros já se assumiam como agentes do discurso anti-racista, não necessitando mais de intérpretes ou intermediários.

Segundo Pinto (1993) *apud* Domingues (2007, p. 101)⁷, o Movimento Negro é

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Podemos encontrar outra definição de Movimento Negro em Santos (1994) *apud* Domingues (2007, p. 102)⁸, na qual o Movimento Negro é compreendido como

⁷ PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo,], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como os “clubes negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protestos anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

Gomes (2017, p. 23-24) também define Movimento Negro como

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, da valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade [...] não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*. Postura essa que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista.

Assim, constitui o Movimento Negro todo movimento organizado por negras e negros, entidades políticas, acadêmicas, culturais, religiosas e artísticas, em qualquer tempo e espaço, que adote explicitamente uma postura política de superação e combate ao racismo e à discriminação racial. Utilizamos o conceito de Movimento Negro segundo a definição proposta por Gomes (2017), por considerá-lo em sua amplitude e por sua postura política de combate ao racismo.

1.1 Quilombagem

O Movimento Negro Brasileiro se originou a partir das primeiras experiências de lutas engendradas pelas várias formas de resistência à escravidão, do processo de constituição dos quilombos, da estruturação das irmandades e das tradições religiosas de matriz africana, e as expressões culturais presentes desde o período colonial de nossa história. De acordo com Nascimento e Nascimento (2000, p. 204),

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta anti-escravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição

⁸ SANTOS, J. R. dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, J. R. dos; BARBOSA, W. do N. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros [...].

Neste sentido, optamos por apresentar apenas a formação e constituição dos quilombos, enquanto espaços de resistência à escravidão, ou seja, de movimento de protesto negro, no qual a luta “contra a escravidão também era uma luta contra o racismo” (SANTOS, 2007, p. 49), e depois passaremos aos movimentos pós-abolição, dentre eles a Imprensa Negra, a FNB, o TEN, o MNU e, finalmente, os movimentos contemporâneos.

De acordo com Moura (1989), aonde existiu escravismo ocorreu a formação dos quilombos e a luta pela liberdade, espalhando-se como forma de protesto dos negros escravizados, e contra as condições desumanas a que eram submetidos. Assim, podemos considerar a formação dos quilombos, durante o período escravista no Brasil, como um “[...] movimento de rebeldia permanente, organizado e dirigido pelos próprios escravos [...] em todo o território nacional” (MOURA, 1989, p. 22).

Os quilombos eram

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, segundo resposta do rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino datada de 02 de dezembro de 1740. De acordo com esta definição da Metrópole, o Brasil se converteu, praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo conforme definição acima, por isto mesmo, não foi um fenômeno espontâneo. Pelo contrário (...) pontilhou todo o território brasileiro durante o período em que a escravidão existiu. Esses quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com seu número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isso, surgiam no próprio ato de fuga e da sua organização. Os grandes, porém, já eram muito mais complexos (MOURA, 1989, p. 16-18).

Os quilombos foram locais privilegiados de resistência à escravidão, onde o negro expressava sua insatisfação contra o sistema escravista, lutando por sua liberdade. Representavam também o espaço da libertação em oposição à senzala e ao cativeiro. A fuga era a possibilidade de retomar sua autonomia como pessoa humana, desestruturando, assim, o sistema escravista e suas contradições.

Dessa maneira, os quilombos representaram a resistência dos escravizados durante todo o período no qual a escravidão existiu no Brasil. Não é correta, portanto, a ideia de que Palmares foi o único quilombo existente em mais de trezentos anos de escravidão. Considerando a força deste movimento de resistência frente à escravidão, Moura (1989) relacionou 138 quilombos no território brasileiro, sendo 18 quilombos no estado da Bahia, 5

no Maranhão, 6 no Mato Grosso do Sul, 20 em Minas Gerais, 13 em Pernambuco, 4 na Paraíba, 12 na região amazônica, 8 no Rio de Janeiro, 7 no Rio Grande do Sul, 3 em Santa Catarina, 23 em São Paulo e 17 em Sergipe.

Nota-se que os quilombos estiveram presentes em todo o território brasileiro, demonstrando o quanto o negro escravizado resistiu, fosse buscando sua liberdade, ocupando espaços onde poderiam viver a partir de suas referências culturais e, também, desestruturando o sistema escravista, na medida em que representou um importante elemento no desgaste permanente deste sistema.

Está havendo uma revisão na história social do Brasil, particularmente no que diz respeito à importância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Por isso, eles manifestam-se nacionalmente como afirmação de luta contra o escravismo e as condições em que os escravos viviam pessoalmente. [...] no Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio de senhores, dos feitores, dos capitães do mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastraram por todo o período, mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (MOURA, 1989, p. 13-14).

As diversas formas de resistência, em especial os quilombos, enquanto luta contra o sistema escravista, assustaram a elite dirigente. Para Santos (2007), a luta dos negros contra a escravidão criou um imaginário do medo, principalmente nas províncias que tinham maior número de escravos, como por exemplo: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A luta dos povos escravizados aumentava cada vez mais, ao mesmo tempo em que aumentava a perspectiva da eliminação do sistema escravista. Os fazendeiros paulistas, frente às fugas, às rebeliões e às revoltas dos povos escravizados, mudaram de opinião em relação ao fim da escravidão, pois temiam que a luta “dos negros fosse dirigida e executada” por eles próprios. Passaram a apoiar Joaquim Nabuco, que defendia que a elite dirigente deveria conduzir a Abolição e não os próprios negros nas fazendas ou nos quilombos.

Segundo Domingos (2007, p. 103-104), após a abolição da escravatura, para reverter o quadro de marginalização, mulheres e homens negros organizaram diversas associações, tais como: clubes, entidades beneficentes, grêmios literários, centros cívicos, jornais e organizações políticas em diferentes localidades do território brasileiro, reunindo um número expressivo de associados pertencentes à comunidade negra.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em

São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. [...] Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. Pinto (1993) computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller (1999) encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner (1999), 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas.

Estas associações, do ponto de vista educacional, denunciavam o analfabetismo e a precariedade da escolarização da população negra. Muitas delas desenvolveram ações educativas como “apresentações musicais, encenações teatrais, saraus, sessões de recitais de poesias, cursos, palestras. [...] mantinham aulas noturnas e bibliotecas. [...] e também abriram escolas” (DOMINGUES, 2009, p. 969).

1.2 Movimento Negro Pós-Abolição

Simultaneamente à organização das diversas associações negras, após a Abolição da Escravatura, houve o desenvolvimento de uma imprensa específica, denominada imprensa negra, que representava a comunidade negra e denunciava o racismo e as precárias condições de vida desta população. Segundo Domingues (2007, p. 104-105), o primeiro jornal foi *A Pátria*, publicado em 1899, no município de São Paulo - SP,

[...] outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas [SP], *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a *Raça* (1935), em Uberlândia/MG, o *União* (1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e o *Alvorada*, em Pelotas/RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país.

As publicações foram de extrema importância para a comunidade negra paulista, “uma relevante manifestação de identidade étnica das mais importantes para conhecermos a trajetória do negro brasileiro na luta pela sua cidadania” (MOURA, 1989, p. 69). Elas deram

visibilidade para a produção cultural feita pelo negro e para o negro, despertando a consciência étnica.

A imprensa negra surge como possibilidade de enfrentamento da chamada grande imprensa, que era branca, e não representava a comunidade negra. Estes jornais refletiam os desejos dos negros, suas denúncias contra o racismo, bem como a sua vida associativa, cultural e social. As publicações eram mantidas com recursos dos próprios editores, tinham pequena tiragem e duração, às vezes, precária. A preocupação com a Educação foi uma constante nesses periódicos, sempre com o ideal de ascensão social do negro, permitindo, desta forma, integrá-lo ao mundo do branco. Os jornais traziam a ideia de que o negro deveria “educar-se para ‘subir na vida’, [...] chegar aos mesmos níveis do branco através do aprimoramento educacional. Para isso deve deixar os vícios como o alcoolismo, a boêmia, [...] deve ser um modelo de cidadão” (MOURA, 1988, p. 205).

Independente das variações ideológicas, a imprensa negra paulista teve um núcleo básico de pensamento, isto é, o posicionamento do negro diante do mundo dos brancos, assumindo, em alguns momentos, um caráter reivindicatório, já em outros um conteúdo pedagógico e moral, mas sempre procurando a integração do negro no mundo do branco.

De acordo com Pinto (1993, p. 183-184), a imprensa negra paulista incentivou a escolarização da população negra.

A educação, tanto como sinônimo de instrução de escolaridade, quanto no seu sentido mais amplo, abrangendo manifestações de caráter cultural, sempre foi muito valorizada pelas lideranças negras [...]. A preocupação com a educação e a cultura se expressa nos artigos publicados nos jornais [...] Muitas afirmações, ao longo de todo o período analisado e presentes em grande parte dos jornais, expressam este ponto de vista, que identifica na ausência de instrução uma das causas, senão a causa principal, da situação precária em que o negro se encontrava e, que, por sua vez, colocava instrução como condição para que tal situação fosse superada. A educação era tida como única, ou pelo menos como uma das principais maneiras pela qual o negro conseguiria obter as mesmas oportunidades que o branco e deixaria de ser um “*estrangeiro indesejável*”. Recebendo educação, o negro poderia “*evoluir*”, integrando-se à vida nacional, combater a miséria em que vivia, os “*vícios*” e as doenças que o atormentavam.

Para a autora, naquele momento, a Educação era vista como uma possibilidade para o negro superar a precariedade, a miséria, os vícios e as doenças que faziam parte da sua vida, e assim conseguisse integrar-se à sociedade, na qual estava inserido. De maneira geral, a imprensa negra paulista, defendeu a Educação para a população negra, como um direito, uma oportunidade, para deixar de ser um estrangeiro indesejável.

Outra importante organização negra foi a Frente Negra Brasileira (FNB). Fundada na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1931, e conforme seu estatuto:

[...] a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos atuais na Comunhão Brasileira” (BARBOSA, 1998, p. 110).

Tinha como objetivo “[...] à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra” (BARBOSA, 1998, p. 110).

Cabia à FNB o papel de organizar politicamente, representar e defender os interesses da comunidade negra, denunciando o preconceito de cor. A FNB agregou milhares de negros em todo o país, criando núcleos em vários estados da federação. Em 1933, criou-se o jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial de publicação da FNB. Em 1936, a FNB foi transformada em partido político, mas foi fechada no ano seguinte, em 1937, quando Getúlio Vargas deu o golpe do Estado Novo, fechando todos os partidos políticos.

Desse modo, a FNB lutava por melhoria na situação econômica e social do negro, mas via-o como uma raça atrasada em relação aos valores civilizatórios e, então, responsabilizava o próprio negro pela situação na qual vivia. Por isso, passou a investir em educação e profissionalização do negro, acreditando “‘aplainar’ o caminho para a aceitação e integração maior do negro na sociedade” (HOFBAUER, 2006, p. 353). Para a FNB, o trabalho era a base do progresso humano, e, portanto, o meio pelo qual o negro conseguiria ascender socialmente, enfrentando e superando o racismo.

Segundo Domingues (2009, p. 973), a FNB instituiu vários departamentos dentro de sua organização, “sendo o maior e o mais importante o de Instrução⁹, também chamado Departamento de Cultura ou Intelectual, responsável pela área educacional”. Em 1932, criou-se o curso de alfabetização, e a partir de 1934 foi oferecido também o curso primário, com salas mistas e multisseriadas.

Os jornais da época, assim como o jornal *A Voz da Raça*, aconselhavam os negros a como se comportarem e a como cuidarem da sua aparência, principalmente no que se refere ao cuidado dos cabelos. Poderíamos encontrar, na imprensa negra, anúncios como este: “Frente-Negrinas – Quereis ter os vossos cabelos lisos e sedosos! A preços razoáveis? Procurai a cabelizadeira Frente-Negrina” (HOFBAUER, 2006, p. 355).

⁹ De acordo com Domingues (2009, p. 973), [...] o conceito de educação articulado pelo movimento negro naquela fase era amplo, compreendendo tanto a escolarização quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra “educação” era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra “instrução” tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização. A “instrução” foi uma das questões mais pautadas da FNB. Em quase todas as edições do jornal, *A Voz da Raça*, encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de instrução, isto é, alfabetização para esta população.

A FNB valorizava o trabalho, sendo considerado

[...] o meio pelo qual o negro deveria conseguir ascender socialmente e também o meio apropriado para enfrentar e quíça superar o preconceito. [...] Os líderes posicionavam-se veementemente contra qualquer comportamento de seus membros que pudesse prejudicar a imagem do negro como “bom trabalhador”, como “trabalhador honesto” [...] (HOFBAUER, 2006, p. 354).

Além disso, havia uma proximidade dos fretenegrinos com o catolicismo, “[...] o credo católico e suas cerimônias [...] eram uma referência forte para a maioria dos fretenegrinos” (HOFBAUER, 2006, p. 356). As religiões de matriz africana eram vistas como práticas a serem superadas. As batucadas, o samba, ou outras danças, também não eram aceitas pela FNB, pois poderiam prejudicar a imagem do negro, que se empenhava em ser aceito pela sociedade branca. Naquele momento, essa era a forma adequada do negro se integrar à vida nacional, afastando-se de tudo aquilo que era visto como fora dos padrões da sociedade branca ocidental. O negro deveria dar sua contribuição à nação brasileira, conquistando um lugar digno na sociedade, a partir dos valores mencionados.

O tema África foi pouco debatido, as informações eram escassas e as interpretações estereotipadas. O continente africano era visto como atrasado. A FNB buscava o progresso e acreditava na civilização branca ocidental, desta forma, não havia motivo para vincular o negro a sua herança africana, mas sim ao Brasil, dando sua contribuição para o progresso nacional. O patriotismo foi uma marca da FNB e sua bandeira exprime essa posição, “[...] o branco, o preto e o vermelho representavam as três raças do Brasil, e o verde, em forma de palmeira, reverenciava Palmares” (HOFBAUER, 2006, p. 366).

Palmares foi interpretado como um símbolo de liberdade de todos os brasileiros, a princesa Isabel foi tida como a Redentora e, o dia 13 de maio passou a ser considerado um marco simbólico da igualdade, uma conquista também de todos os brasileiros. Conforme Hofbauer (2006, p. 367), a FNB conjugava uma postura nacionalista, de concepções evolucionistas e assimilacionista, permitindo a esta entidade “usar o conceito de raça tanto para referir-se à totalidade da nação brasileira como para falar do grupo social que a organização representava [...] FNB afirma[va] a existência de uma raça brasileira”.

Em 1937, a FNB foi fechada. Raul Joviano do Amaral, Abécio Barbosa entre outros fretenegrinos “[...] fundariam a União Negra Brasileira. Mas o golpe político foi tão profundo, tão contundente, que todos os fretenegrinos rejeitaram automaticamente a União Negra, então ela não teve condições de sobreviver” (BARBOSA, 1998, p. 25).

A FNB foi um movimento de caráter nacional, independente de suas contradições, ela ofereceu a população negra

[...] possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial. Incentivou a conquista de posição dentro da sociedade e a aquisição de bens. Foi, sem dúvida, conservadora, expressava aspirações de negros de classe média e teve concepções políticas limitadas. Mas tentou dar aos afro-brasileiros condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de filiais que estabeleceu e de associados que conquistou. Configura-se como uma das grandes mobilizações negras no contexto urbano e sua trajetória é um capítulo importante da história do povo afro-brasileiro (BARBOSA, 1998, p. 12).

Segundo nos apresenta Nascimento e Nascimento (2000, p. 206), a FNB representou uma “[...] consciência e uma luta de caráter integracionista, à procura de um lugar na sociedade “brasileira”, sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma identidade específica, cultural, social ou étnica”.

Até este momento, dentre os movimentos descritos, podemos perceber a importância dada à Educação, conforme nos apresenta Domingues (2009, p. 976), a “prioridade era o ensino básico, particularmente a alfabetização [...]”. A ação do Movimento Negro, até esse período, se constituiu de maneira autônoma, considerando que pouco podia se esperar do Estado brasileiro neste momento (GONÇALVES; SILVA, 2000).

No Rio de Janeiro, em 1944 surgia o Teatro Experimental do Negro (TEN). Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos foram seus principais intelectuais. O objetivo inicial era abrir as artes cênicas para atores negros e contestar a discriminação racial. Com o passar do tempo transformou-se em uma “agência de formação profissional, clínica pública de psicodrama para a população negra e movimento de recuperação da imagem e da autoestima dos negros brasileiros” (GUIMARÃES, 2002, p. 89).

Segundo Nascimento e Nascimento (2000, p. 206-207), o TEN:

[...] continuava a tradição de protesto e organização político-social, mas integrava a essa dimensão a reivindicação da diferença do negro: o negro não procurava apenas integrar-se à sociedade “branca” dominante, assumindo como sua aquela bagagem cultural europeia que se impunha como “universal”. Ao contrário, o TEN reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana [...] Assumia e trabalhava sua identidade específica, [...] expressava-se, na época, no lema da “negritude”. [...] identificação com a origem africana no contexto brasileiro.

O TEN organizou cursos de alfabetização, e desenvolveu um teatro negro, onde os heróis e protagonistas eram negros, as peças eram escritas por dramaturgos negros e os temas eram relacionados à cultura afro-brasileira. Além do teatro, o TEN organizou concursos de artes plásticas, concursos de beleza negra e eventos sociopolíticos do Movimento Negro, tais como: Convenção Nacional do Negro (1945-1946); Conferência Nacional do Negro (1948-

1949); o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950), com “O negro revoltado” (título dado à coletânea de teses apresentadas no Congresso), evento importante no qual se debateram os problemas enfrentados pelo negro no Brasil. O TEN publicou, também, o jornal *Quilombo*.

Em 1945, Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves organizam o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Um de seus primeiros objetivos foi a anistia dos presos políticos e a volta da democracia. Neste momento, o comitê passou a ter o apoio de integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Conseguídos os objetivos iniciais, o comitê se voltou para questões específicas da população afro-brasileira, no entanto, a partir deste momento, a esquerda acusou o comitê de estar fazendo racismo às avessas. Conforme Nascimento e Nascimento (2000, p. 211), a esquerda

aceita entusiasticamente um Comitê Afro-Brasileiro que pudesse ser usado para fins políticos, [...] mas o rejeitou como “racista” [...]. Não podia admitir que os negros tivessem seus problemas específicos, suas reflexões autônomas, e suas lutas próprias dentro da sociedade brasileira. Teríamos que nos curvar à orientação e direção de pessoas alheias à nossa situação, às nossas necessidades.

Ainda, segundo este autor, em 1946, a esquerda novamente se colocou contrária a questões da comunidade negra, quando se propôs um projeto que proibia a discriminação racial. O Partido Comunista se opôs alegando que a lei, caso fosse aprovada, restringia “o sentido mais amplo da democracia” e não havia exemplos concretos de discriminação para fundamentar tal projeto. Em 1951, aprovou-se a Lei Afonso Arinos¹⁰, mas ela não impediu, de fato, a discriminação racial.

A marca registrada do TEN foi a “integração do negro na sociedade nacional e o resgate da sua autoestima” (GUIMARÃES, 2002, p. 93). O teatro foi o meio pelo qual o TEN denunciou o preconceito, mas, além do teatro, o psicodrama representou uma possibilidade de elevação da autoestima para os negros.

O TEN encerrou definitivamente suas atividades em 1968, quando Abdias do Nascimento, um de seus fundadores, foi para o autoexílio nos Estados Unidos da América (EUA), em função das perseguições que sofreu durante a ditadura militar. Os ideais de luta deste movimento são retomados nos anos de 1970, quando os movimentos sociais retomam as lutas de maneira mais contundente. Abdias do Nascimento retornou ao Brasil no início da

¹⁰ A Lei 1.390, de 3 de julho de 1951, incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, a Lei ficou conhecida como Lei Afonso Arinos, e foi o primeiro código brasileiro a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-norma-pl.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

década de 1980 e atuou no processo de reorganização do Estado brasileiro, como deputado federal constituinte (SANTOS, 2007).

Assim de maneira geral, o Movimento Negro dos anos de 1940 e 1950, reivindicava o ensino fundamental gratuito para todas as crianças e defendia subsídios para os alunos negros, no ensino secundário e universitário. Gonçalves e Silva (2000, p. 149), identificavam algo novo no projeto do TEN, para seus idealizadores a

escolarização, pura e simples, não bastaria para criar aquilo que Guerreiro Ramos chamou de “estímulos mentais apropriados à vida civil”. Segundo ele, os negros desenvolveram um profundo sentimento de inferioridade cujas raízes estão na cultura brasileira. Para libertá-los desse sentimento não basta simplesmente escolarizá-los; seria preciso produzir uma radical revisão dos mapas culturais, que as elites e, por consequência, os currículos escolares, elaboraram sobre o povo brasileiro.

De acordo com estes autores, a relação entre educação e cultura, proposta pelo TEN será retomada pelo Movimento Negro, em outros momentos, quando o mesmo buscar interferir nas políticas educacionais do país.

Após o Golpe Militar de 1964¹¹, houve um “[...] refluxo do movimento negro. Seus ativistas eram cerceados, estigmatizados e acusados de levantar um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2009, p. 983), a nação vivia o mito da democracia racial. Este refluxo não representou o desaparecimento do Movimento Negro, na década de 1970, foram organizadas diversas entidades do Movimento Negro. Podemos citar a criação da Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê, na Bahia, em 1974. De acordo com Ribeiro (2013, p. 98), o Ilê Aiyê buscou preservar e expandir a cultura negra na sociedade e lutar contra o racismo e as diversas formas de discriminação, considerado como uma “referência [...] entre a produção cultural e a política, visando à afirmação da identidade da população negra na sociedade”.

O primeiro desfile do Bloco Ilê Aiyê, em 1975, foi recebido como uma afronta ao sistema racial brasileiro, provocando a sociedade baiana ao cantar no carnaval: “Que bloco é esse? Eu quero saber, é o mundo negro. Que viemos mostrar pra você [...] Branco, se você soubesse. O valor que o preto tem, tu tomava um banho de piche, branco. E ficava preto também”. O jornal *A Tarde*, publicou um texto intitulado: Bloco Racista, Nota Destoante, no qual dizia que

¹¹ Após o Golpe Militar foi instaurado em nosso país o regime militar (1964-1985) que obteve apoio de setores da sociedade civil. Os militares passaram a ocupar a Presidência da República, e todos os cargos centrais, dos Ministérios as empresas estatais. O Serviço Nacional de Informação (SNI) estava ligado diretamente a presidência da república e visava manter o poder executivo informado sobre o que se passava no país.

Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes das diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas, isto no Brasil, eles não conseguem (CAMPOS, 2006, p. 90).

Domingues (2007, p. 112) destacou outras ações do Movimento Negro, durante a década de 1970:

Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a *imprensa negra*, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976.

No entanto, a reorganização política do Movimento Negro, de maneira mais contundente, deu-se no final da década de 1970, juntamente com outros movimentos sociais. O contexto de redemocratização, associado ao cenário internacional, como, por exemplo, o Movimento Negro nos EUA e o processo de luta pela independência dos países africanos, foram importantes para esta reorganização política do Movimento Negro (DOMINGUES, 2007).

Em 18 de junho de 1978, ocorreu uma reunião entre diversas entidades e grupos negros e criou-se o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o MUCDR organizou um ato público, que reuniu cerca de 2 mil pessoas, para protestar contra a discriminação racial sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê e pela morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro, em uma delegacia de Guaianases. Neste ato foi distribuída uma Carta Aberta à população, conclamando a população negra para lutar contra a discriminação racial. Em 23 de julho, na 1ª Assembleia Nacional de Organização e Estruturação da entidade incluiu-se ao nome do movimento a palavra negro, assim o movimento passou a ser chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Ainda no ano de 1978 foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação. Em seu 1º Congresso, o movimento passou a ser chamado apenas de Movimento Negro Unificado (MNU), considerando que a principal luta desta entidade era contra a discriminação racial.

Conforme Domingues (2007, p. 115-116), o Movimento Negro já propunha a

[...] revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica, na reavaliação do papel do

negro na História do Brasil e, por fim, erigiu a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava, igualmente, a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica.

A posição ideológica do MNU assume “um estilo político que questiona e desafia a ordem política e os valores sociais estabelecidos” (HOFBAUER, 2006, p. 378), buscando a igualdade. O MNU preocupou-se em formar quadros políticos qualificados. Denunciou e combateu os atos de discriminação contra o negro e a violência policial, assinalando que o capitalismo reforça o racismo. O MNU entendeu sua luta como parte integrante da de todos os oprimidos do mundo e estabeleceu uma solidariedade com os movimentos internacionais que se dedicavam ao combate ao racismo. O MNU também reuniu no bojo de sua formação “[...] lideranças sintonizadas com a resistência cultural que espontaneamente se espalhava nos meios mais pobres [...]” (GUIMARÃES, 2002, p. 99) e a influência do “quilombismo” de Abdias do Nascimento. A noção de identidade apresentava

a conquista da plena consciência [...] à exploração e à discriminação do negro [...] à força civilizatória própria que se manifestaria num conjunto de características irreduzíveis [...] uma espécie de ‘essência do ser negro’ [...] o ideário do branqueamento, seja num plano biológico, seja no cultural, é condenada como uma agressão contra o negro. Percebe-se, portanto, que os novos movimentos negros dos anos de 1970, 1980 e 1990 já não defendem a “assimilação” e “aculturação”. A busca de uma delimitação reflete-se também na criação de uma nova estética (HOFBAUER, 2006, p. 393-394).

Adotou-se uma nova estética negra, um novo jeito de se vestir, e, principalmente, uma nova postura frente aos cabelos, uma vez que “surtem salões especializados em ‘cabelo afro’ e tranças e penteados ‘rastafári’” (HOFBAUER, 2006, p. 394), diferente da postura da FNB que orientava os fretenegrinos a alisarem seus cabelos, a partir de uma estética branca.

Assumindo uma postura contrária à FNB, que via a escravidão como uma etapa no desenvolvimento da humanidade, o MNU entendeu a escravidão como um sistema de exploração desumano. Os quilombos estavam associados à resistência do negro à escravidão. Outros movimentos de resistência foram lembrados pelo MNU, como, por exemplo, a Revolta dos Malês. O Quilombo de Palmares, assim como Zumbi, foram considerados símbolos máximos da resistência negra no Brasil escravista. Zumbi do Palmares passou a ser o grande herói da comunidade negra, um símbolo negro que resistiu até a morte pelos ideais de liberdade. O dia 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, foi declarado o Dia Nacional da Consciência Negra, rechaçando, dessa forma, o dia 13 de Maio, que era festejado pela FNB e agora passou a ser ressignificado, como dia de denúncia e reflexão sobre as condições da população negra na sociedade. A figura da Princesa Isabel, que outrora recebera elogios como

a redentora, a padroeira inesquecível, entre outros, passou e receber duras críticas. A democracia racial foi vista como um mito, uma falácia que deveria ser desmentida, assim como a ideia de que a culpa da condição social desfavorável do negro estava nele próprio (HOFBAUER, 2006).

Entendemos que desta forma, este movimento social reivindicou o direito à diferença, em oposição “à proposta de integração via valores brancos, [assim] o trabalho do MNU centrou-se na elaboração de um projeto político do povo negro para o Brasil, do ponto de vista do negro” (RODRIGUES, 2005, p. 43). Enquanto a FNB distanciou-se do samba, do candomblé, do jeito de ser da população negra, o MNU reconheceu nestas tradições a diferença, pensando-se enquanto negro que tem uma raça, uma cultura e uma identidade. A ideia de resistência cultural negra se fez, via candomblé e quilombos. Costumes e tradições populares passaram a ser vistas como integrantes da cultura negra e como espaços de resistência, valorizando-se esta cultura e orgulhando-se de pertencer a ela. De acordo com Hofbauer (2006, p. 404), se

[...] na década de 1930, os fretenegrinos apostavam na estratégia de “elevar” – via um processo de aprendizagem e aculturação – a “raça negra” aos patamares das “raças adiantadas”, a nova militância negra, que se forma a partir do final da década de 1970, rejeita totalmente esta postura. Ocorreram [...] mudanças na análise das causas da desigualdade e da discriminação e nas estratégias de luta [...] alterou a avaliação dos costumes e das tradições populares: estas são agora entendidas como expressões de “cultura negra” [...] Ao defender uma concepção primordialista de “identidade negra”, busca-se, além de fortalecer um espírito de união, reavaliar a história do negro e mobilizar as pessoas em torno de um objetivo político transformador.

A Educação continuou sendo uma prioridade para o MNU, desde a sua fundação. Assim, em seu Programa de Ação, aprovado em 1982, logo no início do texto, o mito da democracia racial foi questionado e dentre as áreas prioritárias defendidas pelo Programa, vamos destacar a área da Educação e apresentar algumas propostas, são elas:

Solicitar às instituições de caráter político partidário, atuação junto ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de estabelecer uma política de publicações que impeça o uso de recursos oficiais para a edição e divulgação de livros que reproduzem e perpetuam o racismo e os estereótipos negativos entre negros.

Contra a discriminação racial nas escolas. Por melhores condições de ensino aos Negros.

Pela reavaliação do papel do Negro na História do Brasil.

Pela participação dos Negros na elaboração dos currículos escolares em todos os níveis e órgãos culturais.

Pela inclusão da disciplina História da África nos currículos escolares.

Por um ensino voltado para os valores e interesses do povo Negro e de todos os oprimidos.

Por vagas nas escolas públicas municipais, estaduais e federais.

Por mais bolsas de estudo.

Pela criação de escolas técnicas municipais profissionalizantes.
 Pelo ensino público gratuito em todos os níveis (Cf. Programa de Ação, discutido, aprovado no III Congresso Nacional do MNU, Belo Horizonte, abril de 1982, mimeo) (SANTOS, 2007, p. 132).

Assim, a pauta do MNU incluía ações educacionais que valorizavam a população negra, reivindicando a reavaliação da contribuição do negro na História do Brasil, a participação na elaboração dos currículos escolares, a inclusão de uma disciplina que tratasse da História da África, a preocupação com a edição de livros que trouxessem os estereótipos e o racismo, e já apontavam na direção de políticas de ação afirmativa quando solicitavam bolsas de estudo. Mas apresentavam também propostas universalistas como a garantia do ensino gratuito e público em todos os níveis educacionais, para todos (SANTOS, 2007).

Nos anos de 1980, a partir dos quadros do Movimento Negro e do Movimento Feminista, constituiu-se um novo sujeito político, o Movimento de Mulheres Negras. De acordo com Roland (2000, p. 239), a criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo foi um marco importante, no sentido da articulação e organização do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, em 1984. Entre os temas tratados neste evento, foram “[...] discutidas as relações com os homens negros e as mulheres brancas, a saúde, a violência, a participação política, a estética, o mercado de trabalho, a educação, a mídia e a religião”. Em 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, organizou-se o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro.

Roland (2000) destacou que neste período surgiram diversos grupos de mulheres negras no Brasil, são eles: Coletivo de Mulheres Negra de São Paulo, (1983); Aqualtume, do Rio de Janeiro, (1978); Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, (1983); Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa da Cultura da Mulher Negra, (1986); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, do Maranhão, (1986); Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFP), do Rio de Janeiro, (1986); Grupo de Mulheres Negras, do Espírito Santo, (1982); Maria Mulher, do Rio Grande do Sul, (1987); Coletivo de Mulheres Negras, de Belo Horizonte, (1987); Geledés – Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, (1988); Comissão de Mulheres Negras, de Campinas, (1989); Coletivo de Mulheres Negras, do Distrito Federal, (1990); Coletivo de Mulheres Negras, de Salvador; Criola, (1992); Eleeko – Instituto da Mulher Negra, (1993); Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu, do Espírito Santo, (1995); Quilombolas, de Campinas, (1996); FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras, de São Paulo, (1997). Estes coletivos de mulheres negras desenvolvem trabalhos nas áreas de saúde, educação, cultura, direito, religião, cidadania, formação

profissional, direitos humanos, comunicação, trabalho, políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação racial e de gênero.

Muitas outras organizações têm dado atenção às questões da mulher negra; o próprio MNU destacou este debate em seus documentos, juntamente com o Movimento Feminista, mas o Movimento de Mulheres Negras reivindicou a “autodeterminação enquanto sujeito”. Não pretendendo o isolamento em relação ao Movimento Negro ou ao Movimento de Mulheres, mas desejando que estes movimentos “respeitem sua autonomia”, enquanto movimento político específico (ROLAND, 2000).

Ao longo da trajetória de luta contra a discriminação racial, não podemos deixar de destacar as Marchas organizadas pelo Movimento Negro, e que resultaram em avanços legais significativos para a comunidade negra. Em 1988, ano do Centenário da Abolição, várias marchas foram organizadas. No Rio de Janeiro, foi realizada no dia 11 de maio, a “Marcha contra a farsa da Abolição 1888 – 1988. Nada mudou, vamos mudar” (SANTOS, 2007). Nesse mesmo ano, segundo este autor, foi promulgada a Constituição Federal, na qual o racismo foi considerado crime, conforme Art. 5º, parágrafo XLII a “prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da Lei”.

As mobilizações do Movimento Negro continuaram durante toda a década de 1990, e segundo Santos (2007), o evento mais importante da primeira metade desta década foi a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, ano que datava os 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares. Organizada pelo Movimento Negro brasileiro¹², constituiu-se em uma manifestação de

indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país, em função dos processos de exclusão social determinado pelo racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade. Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado - um requisito de nossa maioria política. [...] Sem prejuízo de concepções e ações políticas, coloca-se hoje, para a militância que combate o racismo, o enorme desafio de priorizar os anseios e os interesses maiores da população afro-brasileira, através da formação de um amplo arco de força e aliança capaz de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais. Este é o sentido da Marcha a Brasília (MARCHA, 1996, p. 9).

A Marcha foi emblemática, uma ação histórica do Movimento Negro, sendo estimada a participação de 30 mil pessoas denunciando o racismo em nossa sociedade. Na ocasião, foi entregue para o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, este documento apresentava um diagnóstico

¹² O documento na íntegra pode ser acessado no portal Irohin – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

da desigualdade racial no país, bem como propostas para o combate ao racismo e para o desenvolvimento de políticas públicas nas diferentes áreas. De acordo com Santos (2007, p. 167), as propostas destinadas à Educação foram:

Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, garantia de boa qualidade.
 Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.
 Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
 Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras.
 Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo. Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para acesso e conclusão do primeiro e segundo graus [atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente].
 Desenvolvimento de *ações afirmativas* para acesso de negros aos cursos profissionalizantes, à *universidade* e às áreas de tecnologia de ponta.

Assim em resposta às pressões do Movimento Negro, o presidente da república assinou o Decreto, no qual foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra¹³, ligado ao Ministério da Justiça. A finalidade deste GTI foi desenvolver políticas públicas para a promoção da igualdade racial (SANTOS, 2007).

Dez anos depois da realização da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, foi organizada a Marcha Zumbi + 10, uma delas realizada no dia 16 de novembro e a outra em 22 de novembro de 2005, exigindo-se avanços nas questões relacionadas ao negro. A primeira Marcha destacou a desigualdade socioeconômica e o baixo orçamento destinado às demandas da população negra, além de inaceitáveis

o assassinato em massa da juventude negra; mortes evitáveis de homens, crianças e mulheres negras; o trabalho precário e desemprego; exclusão educacional; a intolerância religiosa e violação de direitos culturais; a não titularização das comunidades quilombolas; a situação de mulheres negras; e o custo do racismo (RIBEIRO, 2013, p. 144).

A Marcha realizada no dia 22 de novembro apresentou as seguintes demandas: aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da política de ações afirmativas; ações contra a intolerância às religiões de matriz africana; direito a terra para as populações quilombolas; anistia de João Candido – O Almirante Negro; combate à violência contra a população negra,

¹³ É importante destacar que este GTI foi instalado somente em 27/02/1996, e não foi criado para ser uma instituição executiva, mas sim uma instituição governamental de articulação intragovernamental. O objetivo deste GTI foi estabelecer uma interlocução dos diversos ministérios e entes estatais, visando à promoção da igualdade racial por meio da discussão, elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à população negra (SANTOS, 2007).

principalmente contra mulheres e jovens negros. O presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu as coordenações das duas Marchas, e na ocasião, foi-lhe entregue documentos que “apresentavam reflexões, críticas e proposições sobre a implementação da política de promoção da igualdade racial, demandando a aceleração de medidas para a superação do racismo” (RIBEIRO, 2013, p. 145).

Para Ribeiro (2009, p. 104), do ponto de vista geral, com a participação de mulheres e homens negros, o período contemporâneo, destaca-se pela

[...] existência de diversas instituições e articulações de caráter nacional e local, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO); os Agentes de Pastoral Negros (APNs); a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Ressaltam-se as articulações nacionais de empregados domésticos, mulheres negras e juventude negra, religiosos de matriz africana e o ativismo na área cultural, do trabalho, de saúde, entre outras.

Neste sentido, podemos ressaltar o movimento da juventude negra como um dos principais agentes no

[...] alargamento da concepção de movimento. Desse modo, o que a juventude negra brasileira tem feito hoje é a continuidade dessa luta bem como o acréscimo de novas ferramentas e formas de resistência que tem conseguido mesmo com dificuldades, dissolver paradigmas e estabelecer novas fronteiras e formas de pensar a juventude brasileira e sua própria concepção de identidade juvenil (Pereira, 2012, p. 11 apud Ribeiro, 2013, p. 114).

Conforme Ribeiro (2013), o movimento da juventude negra com o propósito de reverter à situação de discriminação, de racismo e de violência, está organizado de diferentes maneiras, como por exemplo: em grupos culturais, no movimento *hip-hop*, na organização em partidos, em sindicatos, em coletivos de estudantes, dentre outros. Neste sentido, “[...] estabelecem presença nos mais variados setores da sociedade e se expressam por meio da participação no Movimento Negro e nos movimentos sociais de maneira geral” (RIBEIRO, 2013, p. 116).

Além dos movimentos citados acima, podemos destacar também a formação do Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico-raciais, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a organização do I Congresso de Pesquisadores Negros Brasileiros (COPENE)¹⁴ – O Negro e a Produção do Conhecimento: dos 500 anos ao século XXI, realizado entre os dias 22 a 25 de novembro de 2000, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Neste congresso foi fundada a Associação de

¹⁴ O Congresso está na sua décima edição, e entre os dias 12 e 17 de outubro será realizado o X Congresso de Pesquisadores Negros Brasileiros (COPENE): (Re) Existência Intelectual Negra e Ancestral, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), com o objetivo principal de congregar pesquisadores que estudem as relações raciais, ou se identifiquem com os problemas que afetem a população negra no Brasil. Esta associação surgiu da necessidade que os negros intelectuais¹⁵ tiveram em produzir conhecimento do ponto de vista dos próprios negros e assim

[...] passaram a intervir diretamente na produção do conhecimento científico, em especial na área de relações raciais, questionando-a profundamente, revisando ou desconstruindo conhecimentos colonizadores, eurocêtricos ou brancocêtricos; enfim, buscaram e buscaram desestruturar ou desconstruir ideologias que afirmam, manifesta ou latentemente, que o Brasil é um país racialmente democrático [...] os negros intelectuais passaram a questionar e desestruturar profundamente, por meio de suas produções acadêmico-científicas, o controle de alguns intelectuais brancos sobre a pesquisa e os estudos das relações raciais brasileiras, o seu modo de fazer essas pesquisas, bem como as suas propostas para a superação das desigualdades raciais entre negros e brancos (SANTOS, 2007, p. 249-250).

Portanto, como nos aponta Gomes (2017, p. 38), o Movimento Negro ressignificou e politizou o conceito de raça,

[...] compreendendo-a como uma construção social. Ele [Movimento Negro] reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana.

Neste sentido é importante destacar que ao longo de sua história, o Movimento Negro foi responsável por trazer para o debate as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial presentes na sociedade brasileira, e também foi responsável por criticar a democracia racial e impor a ela a condição de mito. Estes debates foram relevantes para que houvesse mudanças em nossa sociedade. Desde o princípio, o Movimento Negro destacou a Educação como uma de suas bandeiras de luta contra o racismo e a discriminação racial. Reivindicava o direito à Educação e principalmente o direito a uma Educação que fosse pautada no reconhecimento e na valorização do negro, reconhecendo-o como sujeito histórico e produtor de cultura.

Desta forma, entendemos que as ações que iremos descrever na próxima seção, são decorrentes desta atuação do Movimento Negro em nossa sociedade. A promulgação da Lei 10.639/20003 deve ser entendida como um reconhecimento, por parte do Estado brasileiro,

¹⁵ Os negros(as) intelectuais são “tocados(as): a) diretamente por uma ética de convicção anti-racismo, através da militância orgânica em alguma entidade negra anti-racismo; e b) indiretamente por meio de conversas, diálogos, trocas de informações, e outras formas de contatos entre estes(as) intelectuais e os (as) ativistas dos Movimentos Sociais Negros; influências essas direta e indireta, que se reflete em seus trabalhos científicos e nas suas condutas acadêmico-intelectuais” (SANTOS, 2007, p. 249).

das reivindicações históricas do Movimento Negro, bem como das ações governamentais que serão explicitadas na próxima seção.

2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E A LEI 10.639/2003

2.1 Antecedentes

Conforme apresentado na seção anterior, a Educação sempre foi um ponto importante na pauta de reivindicações do Movimento Negro, e esteve presente ao longo de sua trajetória histórica. Durante a década de 1970, quando da retomada da luta antirracista e da formação do MNU, foi colocada na ordem do dia a denúncia ao racismo e o combate aos atos de discriminação racial existentes na sociedade brasileira. O MNU

produziu e incentivou uma ampla discussão sobre o racismo no Brasil, marcada pelo tom de contestação política evidenciada nas denúncias sobre o racismo, a discriminação e o preconceito racial, na denúncia sobre o mito da democracia racial e pela construção de uma identidade afirmativa e positiva do negro (RODRIGUES, 2005, p. 42).

Neste contexto, a escola revelou-se um ambiente produtor e reproduzidor do racismo, e o Movimento Negro, neste momento, exigia a “transformação não só da estrutura, como dos conteúdos do sistema educacional brasileiro” (SANTOS, 2007, p. 131).

A partir da década de 1980¹⁶, as ações do Movimento Negro tornaram-se mais concretas, exigindo do Estado brasileiro resoluções para a situação na qual a população negra vivia naquele momento, inclusive sobre as questões educacionais. Durante os debates para a elaboração da nova Constituição Federal, o Movimento Negro compromete-se com uma educação pautada “com o combate ao racismo [...] que valorize e respeite a diversidade, assegurando a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil” (RODRIGUES, 2005, p. 53).

Entretanto, mesmo considerando as conquistas e avanços¹⁷ assegurados neste novo texto constitucional, o mesmo não refletiu as reivindicações históricas do Movimento Negro com relação à Educação, tão pouco a LDBEN que foi aprovada em 1996.

¹⁶ De acordo com Ribeiro (2009, p. 19), “as experiências iniciais no poder público deram-se por meio da criação e consolidação de órgãos consultivos, como, por exemplo, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (São Paulo/1984 – no Governo Franco Montoro), que inspirou experiências em outras localidades”.

¹⁷ De acordo com Rodrigues (2005, p. 58), ainda que a principal forma de enfrentamento ao racismo na Constituição de 1998 tenha sido a sua criminalização, é inegável o avanço em relação à Lei Afonso Arinos (1951) que considerava o racismo apenas como contravenção penal. É importante destacar a intensa mobilização do Movimento Negro e as articulações políticas “realizadas principalmente por Carlos Alberto Caó na Comissão de Sistematização, onde inicialmente a proposta foi rejeitada por ser considerada uma ameaça à liberdade de expressão” (RODRIGUES, 2005, p. 56).

A Constituição de 1988¹⁸ apresenta uma seção destinada à Educação, contendo dez artigos específicos (art. 205 a art. 214). Cabe destacar que algumas conquistas importantes foram asseguradas neste documento, conforme nos apresenta Rodrigues (2005, p. 58-59)

[...] a consagração da educação como “*direito público subjetivo*” (Art. 208 § 1); o princípio da “*gestão democrática do ensino público*” (Art. 206, VI); “*a oferta do ensino noturno regular*” (Art. 208, VI); o dever do Estado em prover “*educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade*” (Art. 208, IV); “*educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria*” (Art. 208, I); “*atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*” (Art. 208, III), para citar apenas algumas das conquistas sociais, em matéria de educação, no texto aprovado.

O Movimento Negro denunciou o mito da democracia racial e propôs uma Educação “comprometida com o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação, que valorize a respeito a diversidade, assegurando a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil” (RODRIGUES, 2005, p. 53). Objetivava ainda um currículo escolar que trouxesse o negro como sujeito da História do Brasil e garantisse, de maneira constitucional, que também sua cultura estivesse contemplada nos diferentes níveis educacionais.

No entanto, a promulgação deste documento constitucional, em 1988, em seu art. 242 § 1º, indicou apenas que o ensino de História do Brasil deveria levar “em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”, e considerou as reivindicações do Movimento Negro para a Educação

[...] muito específicas devendo ser tratadas em leis ordinárias, restando a recomendação de que o currículo escolar refletisse a pluralidade brasileira, como sugeriu a emenda apresentada pelo constituinte Geraldo Campos (PMDB), que caracterizou a ênfase *do ensino de história das populações negras* como discriminatórias” (RODRIGUES, 2005, p. 55-56).

Estas questões deveriam voltar a ser discutidas durante a elaboração da LDBEN, entretanto, segundo Rodrigues (2005, p. 59), esta lei reproduziu a “ausência da raça nas premissas que discutem os direitos e a organização do sistema educacional brasileiro” como já estava posto na Constituição promulgada em 1988.

A tramitação da LDBEN no Congresso Nacional teve início em 1988, quando da apresentação do primeiro projeto de lei¹⁹, no qual foram anexadas emendas e outros projetos,

¹⁸ Em 1988, a partir da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 foi criada a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura (MinC). A Fundação nasceu da Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura do MinC, e esta voltada a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

sendo discutidos e votados na Comissão de Cultura e Desporto da Câmara de Deputados e aprovado em 1993. Neste período houve uma participação significativa da comunidade educacional através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). A ausência da discussão sobre raça neste período, segundo Rodrigues (2005, p. 66), explica-se “pelo forte apelo ao mito da democracia racial e pelo entendimento de raça como categoria subsumida à classe”.

A segunda etapa do processo de tramitação da LDBEN foi marcada pela interferência do governo federal, favorecendo um projeto substitutivo elaborado pelo senador Darcy Ribeiro²⁰ e apresentado ao Senado Federal, em 1992. Este projeto ganhou relevância nesta casa legislativa a partir de 1994, e retirou do debate o projeto aprovado na Câmara de Deputados, no ano anterior. Neste momento a senadora Benedita da Silva, representando o Movimento Negro, defendeu propostas, dentre elas, a reformulação do ensino de História do Brasil e a obrigatoriedade do ensino de “História das Populações Negras do Brasil”, em todos os níveis educacionais. As propostas foram rejeitadas “com a justificativa de que uma base nacional comum para a educação tornaria desnecessária a existência de uma garantia e espaço exclusivo para a temática” (RODRIGUES, 2005, p. 69).

A LDBEN foi aprovada em 1996²¹, contudo não avançou em relação às legislações anteriores. Concordamos com Rodrigues (2005) quando diz que a mesma reproduziu os princípios da Constituição Federal, e a temática racial foi incorporada a partir “de sucessivas atualizações da democracia racial, de uma sociedade unicultural em que todas as diferenças foram suprimidas e as desigualdades têm, na luta de classe, sua principal causa” (RODRIGUES, 2005, p. 71).

A Educação formal continuou uma das reivindicações do Movimento Negro, e segundo Santos (2007), houve um refinamento no tipo de políticas públicas pleiteadas no campo educacional. Havia a consciência de que as políticas universalistas deveriam estar associadas e articuladas às políticas valorizativas e às políticas de ação afirmativa, convergindo, desta forma, para o ideal da promoção da igualdade racial.

As mobilizações do Movimento Negro continuaram durante toda a década de 1990, e segundo Santos (2007, p. 166), o evento mais importante da primeira metade desta década foi

¹⁹ Projeto de Lei 1.258/1988 de autoria de Octávio Elísio, apresentado na Câmara dos Deputados.

²⁰ Darcy Ribeiro defendia a concepção de um Brasil unicultural, e desta forma reafirmava o ideal da democracia racial e a convivência harmônica em nosso país (RODRIGUES, 2005).

²¹ No mesmo ano da aprovação da LDBEN, Zumbi dos Palmares foi inscrito oficialmente no Livro dos Heróis da Pátria, Lei 9.315 de 20 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9315.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, realizada em 20 de novembro de 1995. Desta marcha resultou a formação do GTI de Valorização da População Negra, criado com o objetivo de discutir, elaborar e implementar políticas públicas direcionadas à população negra, estabelecendo, desta forma, uma interlocução entre os diferentes Ministérios, isto é, uma articulação intragovernamental. O governo brasileiro também organizou o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), e, no âmbito do Ministério do Trabalho, tinha a finalidade de desenvolver ações para combater a discriminação no trabalho.

Ainda no ano de 1996, em 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, por meio do Decreto nº 1.904 foi instituído o I Programa Nacional dos Direitos Humanos (I PNDH)²², com um tópico destinado à população negra, no qual o governo brasileiro propôs uma série de ações governamentais para a superação das muitas injustiças sociais presentes na sociedade brasileira²³ (SANTOS, 2007). Assim, ao “que tudo indica, pela primeira vez na História do Brasil aparece de forma explícita a inserção do tema das políticas de ações afirmativas para a população negra em um documento oficial brasileiro” (SANTOS, 2007, p. 178).

O Ministério da Justiça organizou em julho de 1996, o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, reunindo intelectuais brasileiros e brasilianistas para debater o racismo existente no país e formular políticas públicas que levassem ao combate da discriminação e das desigualdades sociais. Neste evento, o governo brasileiro reconheceu oficialmente a existência de desigualdade racial no Brasil (SANTOS, 2007).

Destarte, Rodrigues (2005) afirma que o reconhecimento do racismo e da discriminação racial pelo governo brasileiro resultou em algumas ações governamentais direcionadas à Educação, contudo ainda de maneira fragmentada. A autora destacou o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)²⁴, a publicação e

²² Em 13 de maio de 2002, foi instituído o II PNDH.

²³ Vale lembrar que em 1998, foi criado o Grupo Temático de Trabalho sobre a Discriminação Racial, ligado ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria Geral dos Direitos Humanos do Cidadão. O objetivo deste Grupo foi fazer com que os procuradores da República refletissem sobre o racismo institucional (PEINADO GOMES, 2009).

²⁴ Promoveu novas orientações para a avaliação dos livros didáticos destinados ao ensino fundamental. Os livros avaliados não poderiam veicular “preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, raça/etnia ou qualquer outra discriminação” (RODRIGUES, 2005, p. 78).

distribuição do livro *Superando o Racismo na Escola*²⁵, e a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais²⁶ (PCNs),

Em outubro de 1997, o Ministério da Educação (MEC) publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), considerando-os com uma

[...] referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto [...] Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores (Brasil, 1997, p. 29).

Este documento, enquanto orientador da política educacional, foi publicado inicialmente em dez (10) volumes²⁷ destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 1998, foram publicados os volumes²⁸ destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, e por fim, foram os volumes dedicados ao Ensino Médio²⁹. Para além das disciplinas convencionais, os PCNs incorporaram os Temas Transversais, isto é, a inclusão de temas sociais no currículo escolar, contribuindo com a construção da cidadania e da democracia. Um dos temas transversais foi o da Pluralidade Cultural, que corresponde a questões sociais importantes para a sociedade e às quais a escola deve incorporar a sua realidade cotidiana. De acordo com os PCNs (1998, p. 121), este tema transversal diz respeito

[...] ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

²⁵ Destinado aos professores do ensino fundamental, o livro tem o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento de uma educação capaz de atuar contra a veiculação de preconceitos e discriminações raciais. O material, elaborado por educadores negros [...] foi distribuído nacionalmente para as escolas públicas e deve servir como subsídio para a discussão do tema” (RODRIGUES, 2005, p. 80).

²⁶ A elaboração dos PCNs começou em 1995, por um grupo de professores e especialistas reunidos pela Secretaria de Educação do Ministério da Educação (MEC). O documento foi encaminhado para especialistas das universidades, e também para as Secretarias de Educação dos estados e municípios brasileiros. Em 1996, uma nova versão foi discutida com especialistas, professores e representantes das Secretarias de Educação municipais e estaduais. Após estas discussões, uma nova versão foi apresentada para o CNE, em setembro de 1996. Em outubro de 1997, os PCNs destinados aos primeiros anos do Ensino Fundamental foram publicados e disponibilizados para os professores (GALIAN, 2014).

²⁷ Volume 1 – Introdução aos PCNs; Volume 2 – Língua Portuguesa; Volume 3 – Matemática; Volume 4 – Ciências Naturais; Volume 5 – História e Geografia; Volume 6 – Arte; Volume 7 – Educação Física; Volume 8 – Apresentação dos Temas Transversais e ética; Volume 9 – Meio Ambiente e Saúde; Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

²⁸ Volume 1 – Introdução aos PCNs; Volume 2 – Língua Portuguesa; Volume 3 – Matemática; Volume 4 – Ciências Naturais; Volume 5 – Geografia; Volume 6 – História; Volume 7 – Arte; Volume 8 – Educação Física; Volume 9 – Língua Estrangeira; Volume 10 – Temas Transversais: Apresentação; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Saúde e Orientação Sexual.

²⁹ Bases Legais; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Este tema transversal busca contribuir para a construção da cidadania em uma sociedade pluriétnica e pluricultural, levando em consideração o desenvolvimento das seguintes capacidades:

[...] conhecer a diversidade do patrimônio étnico-cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia; valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira; reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania; desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação; repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais; exigir respeito para si, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão; valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural; compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças (BRASIL, 1998, p. 143).

Apesar de ser considerada uma ação importante para a discussão sobre a questão racial, materializando parte dos debates desde o início dos anos de 1980, o lançamento do PCN da Pluralidade Cultural recebeu muitas críticas. Segundo Souza (2001, p. 54-55),

Há neste documento uma vasta discussão teórica, mas [...] não há um corpo de ideias que ajudem a orientar e justificar as ações propostas. Ali, [...] pode-se identificar o mito da democracia racial. É a ideia de que no Brasil não há preconceito. Todos são iguais, têm os mesmos direitos.

Para a autora, a estrutura do documento é a própria prática do mito da democracia racial, quando não provoca a compreensão do que seria esse mito. Outra questão importante abordada por esta autora é que tudo se torna pluralidade, fala-se sobre diferentes temas, dentre eles: “católicos, protestantes, indígenas, pobres, ricos, população urbana e rural, migrantes, raça, etnia [...] e tudo se torna pluralidade. [...] aparece inclusive o aluno trabalhador; até isso é considerado pluralidade cultural” (SOUZA, 2001, p. 57).

Souza (2001, p. 59) diz que o referencial traz as contradições presentes na discussão sobre a questão étnico-racial, apresentando dificuldades de definição e de criação de metodologias para combater a discriminação e o preconceito racial em nossas escolas. Então,

Como trabalhar a pluralidade cultural? Tudo pode ser considerado plural. Logo, parece que se podem misturar condições diferentes de local de moradia e trabalho com diferenças de origem e religião. Quer dizer que a discriminação pode ser compreendida como um fenômeno para todos os casos?

Além dos PCNs, cabe lembrar aqui, algumas iniciativas tomadas por estados e municípios durante este período, e de acordo com Nunes (2007, p. 55-56)

[...] desde o final da década de 1980, através das pressões do Movimento Negro, algumas iniciativas, de alguns estados e municípios, foram tomadas na direção de incluírem a temática étnico-racial em seus currículos. Dentre essas iniciativas destacamos: “Constituição do estado da Bahia, promulgada em 5 de outubro de 1989; Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, promulgada em 21 de março de 1990; Lei 6.889, de 05 de setembro de 1991, do município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul; Lei 7.685, de 17 de janeiro de 1994, do município de Belém, estado do Pará; Lei 2.221 de 30 de novembro de 1994, do município de Aracaju, estado de Sergipe; Lei 11.974, de 04 de janeiro de 1996, do município de São Paulo, do estado de São Paulo; Lei 2.639, de 16 de março de 1998, do município de Teresina, do estado do Piauí; Lei 1.187 de 13 de setembro de 1996.

Desta forma, podemos perceber também que o MEC, desde o final da década de 1990, vem incorporando, ainda que de maneira tímida as

[...] noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

Silvério (2002, p. 227) reitera essa mudança de postura quando afirma que nos anos de 1990,

[...] presenciamos uma mudança de postura significativa, em todos os seguimentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no país. Dentre os fatores que mais contribuíram para a maior visibilidade das desigualdades sociais entre negros e brancos podem-se destacar o aumento e a divulgação de pesquisa empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra, no plano estadual e municipal; e o reconhecimento oficial, em 20/11/1995, no plano federal, da existência do discriminação racial e do racismo [...].

Além disso, autores como Hasenbalg (1992)³⁰ ampliaram os estudos pós-abolição, mensurando de maneira mais precisa as desigualdades sofridas pelo povo negro, passando a sugerir medidas necessárias para “diminuir as distâncias sociais entre negros e brancos” (SILVÉRIO, 2002, p. 228), dentre elas: a punição do racismo como crime; o tratamento preferencial baseado no pertencimento racial e por fim as políticas universalistas de caráter redistributivo, através de programas que pudessem combater a pobreza nas suas raízes.

³⁰ De acordo com Santos (2007, p. 252) Hasenbalg foi um dos poucos intelectuais que reconheceu e valorizou a luta do Movimento Negro por uma educação de qualidade e antirracista, assim “[...] Hasenbalg [...] foi um dos raros cientistas sociais brancos da área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais, como Florestan Fernandes na década de cinquenta do século passado, que manteve contato direto e trabalhou com os Movimentos Sociais Negros”.

O debate das políticas de promoção da igualdade racial³¹, em seus diferentes âmbitos e modalidades, se faz presente nos anos de 1990, produzindo desdobramentos e ações específicas. Entretanto, somente a partir de 2003, ações mais concretas e significativas, como a aprovação da Lei 10.639/2003, e a criação da SEPPIR e da SECAD iriam representar o desenvolvimento de uma política educacional que incorporasse a diversidade étnico-racial, objetivando combater o racismo e a discriminação racial de maneira sistemática e efetiva, em âmbito nacional.

O início do século XXI marcou a consolidação das lutas do Movimento Negro em prol da Educação. A questão racial passou a fazer parte da agenda oficial do governo brasileiro. Evidentemente que esta luta tem história e paulatinamente o Movimento Negro ocupou os espaços que nunca antes houvera ocupado.

Paralelamente aos avanços internos sobre a temática racial, principalmente em decorrência da atuação dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, o governo brasileiro passou a assumir compromissos internacionais, com o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial.

Em 2001, o Brasil participou da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. A participação nesta conferência representou um ponto de inflexão na forma de entendimento de como o racismo historicamente tem se estruturado em nossa sociedade.

No ano anterior, o presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto, criou o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na referida conferência. Durante este período foram realizadas diversas conferências temáticas regionais, em diferentes estados brasileiros. Nos dias 06, 07 e 08 de julho de 2001, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aconteceu a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, na qual foi elaborado o documento intitulado Plano Nacional de Combate ao Racismo e a Intolerância – Carta do Rio. Nesta conferência nacional houve uma forte participação do Movimento Negro e o tema da Educação esteve presente nas discussões e no documento final. Para Gomes (2009, p. 48-49), a mobilização para a realização da III Conferência Mundial Contra o Racismo,

[...] pode ser entendida como um dos momentos mais expressivos da participação dos movimentos sociais e de setores no interior do Estado para inserir a diversidade étnico-racial na agenda política nacional e ampliar as condições para a que ações e programas voltados para a superação das desigualdades raciais fossem

³¹ Sejam elas ações repressivas, ações valorizativas e/ou ações afirmativas.

implementados no país. A educação foi um ponto importante das discussões das pré-conferências realizadas no Brasil.

A participação do Brasil no evento contou com a maior delegação, com exceção dos sul-africanos que sediaram a Conferência. A atuação brasileira foi muito ativa, resultando na escolha de Edna Roland, como uma das reladoras do documento final da conferência (GOMES, 2009).

Assim, de acordo com a Declaração e Plano de Ação desta conferência, o Estado tem responsabilidade em combater

[...] o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas; estes planos devem visar a criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. A Conferência Mundial incentiva os Estados que desenvolverem e elaborarem os planos de ação, para que estabeleçam e reforcem o diálogo com organizações não governamentais para que elas sejam intimamente envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas e de programas [...] (CONFERÊNCIA..., 2001, p. 65).

Em Durban, de acordo com Ribeiro (2009) foi reafirmado o entendimento sobre o direito dos povos vitimados à reparação, e a indicação aos Estados que orientassem políticas e programas que caminhassem no sentido de combater o racismo e a discriminação.

Desta forma, o Estado brasileiro “[...] reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação” (GOMES, 2017, p. 34), assumindo o compromisso efetivo em implementar políticas de Estado, para o combate ao racismo e a superação das desigualdades raciais. Para Santos (2007), a confluência das lutas do Movimento Negro, associada à participação nesta Conferência fortaleceu a discussão sobre a promoção da igualdade racial no Brasil.

Jaccoud e Beghin (2002) revela um panorama das ações governamentais, nos diferentes ministérios, no período de 1995 a 2002. Vale destacar as ações desenvolvidas no Ministério da Educação, como por exemplo, a construção dos PCNs³²; a criação do Programa Diversidade na Universidade, através da Lei nº 10.558/2002, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas

³² Mencionada anteriormente neste trabalho.

brasileiros; e o II PNDH lançado em 2002, consagrando o termo afrodescendente. Entretanto, para as autoras, o governo brasileiro no período estudado

[...] não se dispõe ainda de uma política nacional de enfrentamento da discriminação racial. O que se observa, até o momento, são iniciativas empreendidas por determinados órgãos públicos, de certo relevantes, mas que não conformam uma estratégia articulada que promova a convergência e a integração das ações voltadas para a inclusão dos afrodescendentes. Verifica-se, também, uma certa imprecisão no entendimento da questão racial, o que, obviamente, acaba dificultando o desenho e a implementação das políticas públicas, pois não se tem claro o que exatamente se quer combater (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 12).

De acordo com Gomes (2017, p. 34), o Movimento Negro “[...] intensificou ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça, levando a mudanças internas na estrutura do Estado [...]”. A autora destacou as seguintes ações governamentais a partir de 2003: a criação da SEPPIR, em 2003; a criação da Secad, em 2004; a aprovação da Lei 10.639, em 2003; a aprovação do Parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004; a aprovação da Lei 11.645, em 2008; a publicação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2009; a inserção da questão étnico-racial no documento final da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), em 2008, e da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010 e 2015; a Lei Federal 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012; a sanção da Lei 12.711, que dispõe sobre as cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; a aprovação do Parecer CNE/CEB 16/2012 e Resolução CNE/CEB 08/2012 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e por fim a sanção da Lei 12.990 que instituiu a reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal, em 2014.

Para Gomes (2017, p. 38), estas ações denotam o protagonismo do Movimento Negro, entendido como “um ator político e um educador [...] Ele reeduca e emancipa a sociedade, e a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana”. Contudo, Gomes (2017, p. 36) pondera que o processo de implementação das ações desenvolvidas pelo Estado

brasileiro nem sempre corresponde a “radicalidade emancipatória das reivindicações que o originaram”.

Desde 2003, a aprovação da Lei 10.639/2003, bem como a criação da SEPPIR e da SECAD foram importantes mudanças internas na estrutura do Estado brasileiro que trataremos nas próximas subseções deste trabalho.

2.2 Tramitação da Lei 10.639/2003

Em 1983, Abdias do Nascimento apresentou o projeto de Lei 1.332/1983³³, no qual propôs a incorporação ao “conteúdo dos cursos sobre História Geral, o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas; [...] apresentação gráfica da família negra [...] retratadas de maneira igualmente positiva”. O referido projeto de lei tramitou por mais de cinco anos, sendo aprovado em todas as comissões, entretanto não foi à votação final no plenário, o mesmo foi arquivado em abril de 1989 (ROCHA; SILVA, 2013).

Em maio de 1988, e em 1995, foram concebidos outros projetos de lei que buscavam incluir a temática racial no currículo escolar.

[...] o então deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT) Paulo Paim (mandato, de 1987-90), apresentou também um projeto de lei com o intuito de incluir o ensino da temática racial no currículo escolar brasileiro. [...] No Parlamento Federal, no simbólico ano do “Tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares”, em 1995, foram apreciados novas proposições de lei para mudar o currículo escolar. A então senadora Benedita da Silva (1995-98), mulher negra do Rio de Janeiro, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), submeteu vários projetos de lei/ PL em defesa do reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira, a exemplo do PL n. 18 (1995), no qual propôs a inclusão da “disciplina História e Cultura da África nos currículos”, que também foi arquivado por não obter a maioria dos votos dos senadores brasileiros (ROCHA; SILVA, 2013, p. 62-63).

Durante a legislatura de 1999 a 2002, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT), o ativista negro Eurídio Ben Hur Ferreira, e a especialista em Educação, Esther Grossi, apresentaram o projeto de Lei 259/1999³⁴, no qual dispunha sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial dos sistemas de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O projeto de lei tramitou no Congresso Nacional até o ano de 2002 e

³³ Projeto de lei está disponível no sítio da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

³⁴ O projeto de Lei está disponível no sítio da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15223>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

foi aprovado, e em janeiro de 2003, foi sancionado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (ROCHA; SILVA, 2013).

Quadro 1 – Projetos de Lei

ANO	PODERES: Legislativo e Executivo	PROJETO LEI/PL	RESULTADO
1983/86	Abdias Nascimento - Deputado Federal/RJ	1.332/83	Aprovado de forma unânime. Arquivado em 1989.
1987/90	Paulo Paim - Deputado Federal /RS	---	Não Aprovado e Arquivado.
1993	Humberto Costa - Deputado Estadual/PE	---	Vetado por ser considerado inconstitucional.
1995/98	Benedita da Silva - Senadora/RJ	18/95	Não Aprovado e Arquivado
1995/98	Humberto Costa - Deputado Federal/PE	859/85	Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 1997.
1999/2002	Ben Hur - Deputado Federal/MS e Ester Grossi - Deputada Federal/RS	259/99 ⁷	Aprovado. No PL constava “originalmente” projeto de Humberto Costa/PE.
2003	Executivo Federal	10.639/03 ⁸	Sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Santos (2009, p. 151); Moraes (2009, p. 74); Batista (2010, p. 313).

Fonte: (ROCHA; SILVA, 2013)

De acordo com Rocha e Silva (2013), foram necessárias duas décadas de tramitação no Congresso Nacional, para que as demanda do Movimento Negro, relacionadas às mudanças no currículo fossem promulgadas pelo Executivo. A Lei 10.639/2003 alterou a LDBEN, acrescentando os artigos 26-A e 79-B. Como já dissemos anteriormente, a aprovação desta Lei foi um avanço educacional significativo, pois trata de uma política de reconhecimento e valorização da história e da cultura da população negra. Nos anos que se seguiram outras ações foram implementadas pelo governo federal no âmbito desta aprovação, conforme veremos a seguir.

2.3 SEPPIR

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) inaugurou um novo momento nas ações do Estado brasileiro, no que diz respeito à formulação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial. De acordo com Ribeiro (2013), os documentos utilizados para constituir esta nova secretaria foram: a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, o Programa Brasil sem Racismo, e a Declaração e o Plano de Ação de Durban. Assim, a criação

desta secretaria representou a concretização de reivindicações históricas do Movimento Negro; o compromisso eleitoral e político assumido durante a campanha presidencial; e, também, o atendimento ao conteúdo da Declaração e do Programa de Ação de Durban, no qual os Estados deveriam assumir o compromisso com o desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade racial.

Desta forma, após a sanção da Lei 10.639/2003, o Governo Federal criou a SEPPIR, através da Lei 10.678/2003³⁵, inicialmente vinculada à Presidência da República, funcionando administrativamente com o apoio do Ministério da Justiça. A promulgação desta lei foi realizada no dia 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Assim, compete a esta Secretaria, conforme art. 2º da Lei 10.678/2003:

[...] assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, o Gabinete e até três Subsecretarias.

A partir de então esta Secretaria passou a ser um órgão “formulador de políticas que devem ser executadas pelo conjunto do governo, tendo em vista a ação transversal, como forte estratégia operativa da política de igualdade racial” (RIBEIRO, 2013, p. 188).

Em 20 de novembro de 2003, por meio do Decreto nº 4.886, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), tendo como objetivo principal a redução das desigualdades raciais no Brasil, e adotando os seguintes princípios norteadores: a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática. No mesmo dia foi publicado o Decreto nº 4.885³⁶, instituindo a composição, estruturação e competência do Conselho

³⁵ Em 2010 foi aprovada a Medida Provisória 483/2010, posteriormente convertida na Lei 12.314/2010, que dispunha sobre a organização da Presidência da República e seus Ministérios, na qual a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) passou a ser um Ministério. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³⁶ Alterado pelo Decreto 6.509 de 16 de julho de 2008. Dá nova redação ao Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), e dá outras providências. Disponível em:

Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à SEPPIR, tendo por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra. Os objetivos deste Conselho são: combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial; reduzir as desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural; e ampliar o processo de controle social sobre as referidas políticas (RIBEIRO, 2013). No mesmo ano foi instituído o Fórum Intergovernamental de promoção da Igualdade Racial (FIPIR) que reúne organismo executivos estaduais e municipais (secretarias, coordenadorias, assessorias, entre outras) voltadas para a questão racial, articulando esforços dos três níveis de governo para implementar políticas de promoção da igualdade racial.

Em Brasília, no ano de 2005, realizou-se a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR): “Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial”. De acordo com o relatório final da CONAPIR (2005), os objetivos desta Conferência foram: refletir sobre a realidade brasileira no que se refere à discriminação, ao racismo e às desigualdades raciais; avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade racial, no âmbito federal, estadual e municipal; e por fim propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A II CONAPIR: “Avanços, desafios e perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, aconteceu em 2009, objetivando fazer uma avaliação das ações concretizadas até aquele momento.

Através do Decreto 6.872/2009, no ano de 2009 foi instituído o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR). Neste plano, o Estado brasileiro assume a responsabilidade na superação do racismo e das desigualdades, prevendo diretrizes, metas e ações que devem ser incorporadas pela estrutura governamental, de acordo com Ribeiro (2013, p. 189) “visando garantir a capilaridade das ações, tendo como âncora o Comitê de Articulação e Monitoramento”.

Através do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, foi lançado o III PNDH, que reforçou a perspectiva da transversalidade e apresentou como foco do programa o combate às desigualdades estruturais.

Após dez anos de tramitação no Congresso nacional, no ano de 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, o qual é destinado a garantir “à população negra a efetivação da

igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010a).

Para Paim (2012, p. 164), o texto aprovado não contemplou os anseios, mas

[...] devem servir de esteio para continuarmos lutando para conquistar mais direitos. [...] O Estatuto da Igualdade racial tem um valor simbólico, jurídico, moral e histórico. É um instrumento que norteia a luta dos movimentos sociais, governos e gestores na esfera federal, estadual e, o mais importante, nos municípios brasileiros. Ele é um marco na história do povo, um divisor de águas. Certamente a história das lutas e da elaboração de políticas públicas será dividida entre o antes e o depois da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

De acordo com Ribeiro (2013), as ações acima descritas, apontam o posicionamento do Estado brasileiro em assumir o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial, assim podemos entender a SEPPIR como a estrutura necessária para o desenvolvimento destas políticas; a PNPIR e o PLANAPIR, como mecanismos de definição de diretrizes e monitoramento; o FIPIR, como estratégia de capilaridade e federalização; o CNPIR e a CONAPIR como a expressão de democratização da gestão; e por fim o Estatuto da Igualdade Racial como princípio legal.

Em 2013, foi criado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), através do Decreto 8.136/2013. A função do SINAPIR é, então, integrar os sistemas político e jurídico, nos estados e municípios, permitindo uma maior ampliação das políticas públicas que lidem com as questões tratadas no âmbito deste sistema nacional. Os objetivos do SINAPIR são: promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante a adoção de ações afirmativas; formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; articular planos, ações e mecanismos para promoção da igualdade étnica; e por fim garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

Figura 1 - SINAPIR

SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Fonte: SEPPIR

A III CONAPIR, Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo, foi realizada, em novembro de 2013, a partir dos seguintes objetivos: reafirmar e ampliar os compromissos com as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial; avaliar os avanços obtidos e os desafios a serem enfrentados após dez anos de implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; propor recomendações para o enfrentamento ao racismo e o fortalecimento da promoção da igualdade racial nos âmbitos federal, estadual e municipal; discutir os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, a partir do SINAPIR.

Através do Decreto de 29 de novembro de 2016 foi convocada a IV CONAPIR, O Brasil na Década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos, e a mesma foi realizada entre os dias 28 e 30 de maio de 2018, levando-se em consideração os seguintes objetivos: promover o respeito, a proteção e a concretização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da população afrodescendente; fortalecer as ações relacionadas ao gozo de direitos e à igual participação dos afrodescendentes em todos os aspectos da sociedade brasileira; promover o maior conhecimento e respeito em relação ao legado, cultura e contribuições diversificadas da população afrodescendente de povos e comunidades tradicionais, conforme a representação no CNPIR e no Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007; e fortalecer o cumprimento dos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário relacionados aos direitos dos afrodescendentes.

Esta Conferência foi organizada em quatro subtemas, e estes por sua vez, subdivididos em Grupos de Trabalho (GT), ficando disposto da seguinte forma:

- a) Subtema 1 – Do Reconhecimento: Direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação (GT01); Participação e inclusão (GT02);
- b) Subtema 2 – Da Garantia de Justiça: Acesso à Justiça (GT03); Prevenção e punição de todas as violações de Direitos Humanos (GT04); Sistema prisional (GT05);
- c) Subtema 3 – Do Desenvolvimento: Direito ao desenvolvimento, moradia e medidas contra a pobreza (GT06); Educação e Cultura (GT07); Empreendedorismo, emprego e renda (GT08); Saúde, Assistência e Previdência Social (GT09);
- d) Subtema 4 – Discriminação Múltipla ou Agravada: Gênero, o que incluirá os direitos sexuais e reprodutivos e a violência obstétrica (GT10); Religiões

tradicionais de matriz africana (GT11); Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros - LGBT (GT12).

De acordo com o Caderno de Proposta do evento, o GT07 tratou da Educação, trazendo como indicativo de proposta para a discussão os seguintes temas: a efetivação ou criação de políticas relacionadas à cultura e à educação; valorização da capoeira; políticas culturais, políticas culturais para a juventude; legislação incluindo as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; cotas no ensino superior; matriz curricular; formação de profissionais na educação; acesso e permanência na educação; material didático; projeto político-pedagógico; incentivo à pesquisa; ampliação de cursos no ensino superior; infraestrutura na educação; educação profissionalizante; equipes multidisciplinares na educação; evasão; reconhecimento de escolas quilombolas; educação de jovens e adultos; criação de universidades e efetivação da educação para o sistema socioeducativo.

Ao final da Conferência, na plenária final, foram aprovadas mais de 100 propostas visando à promoção da igualdade racial, dentre elas podemos destacar: a adoção de medidas de atenção e reparação, inclusive financeira, em favor das vítimas de racismos, discriminação e injúria racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância; a garantia do cumprimento das legislações antirracistas já existentes e implantação de novas políticas, programas, projetos e campanhas de conscientização sobre igualdade racial e combate ao racismo; a criação, onde ainda não existam, de conselhos municipais, estaduais e regionais de Promoção da Igualdade Racial, bem como fortalecer os conselhos já existentes, assegurando orçamento próprio e caráter deliberativo; o fortalecimento e garantia das condições técnicas e materiais para que estados e municípios façam a adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e por fim a garantia e incentivo à produção de materiais didáticos e paradidáticos que enfatizem as diversidades étnico-raciais, sexuais e de gênero e a história e cultura africana e afro-brasileira, indígena, quilombola e cigana.

Em 2015, a SEPPIR foi desvinculada da Presidência da República e passou a compor o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. “Pela primeira vez na história do Movimento Negro, na história das políticas públicas no Brasil, temos um ministério que tem como característica a igualdade racial [...]” (SANTOS; SOUZA, 2016, p. 26), desta forma, no plano nacional a SEPPIR tem a missão de garantir os avanços das políticas de promoção da igualdade racial.

Após o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi

extinto e a SEPPIR³⁷ passou a fazer parte do Ministério dos Direitos Humanos (MDH)³⁸. Atualmente a SEPPIR está estruturada em: Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas; Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais; Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; além do CNPIR, órgão colegiado e de caráter consultivo; e do FIPIR.

Desta forma é importante reconhecer que o Movimento Negro foi fundamental para que as políticas de promoção da igualdade racial fossem construídas e implementadas, assim como a criação da SEPPIR e a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica, públicas ou privadas. Concordamos com Gomes (2017, p. 19-20), quando afirma que o Movimento Negro, nas suas mais variadas formas de expressão e de organização, no ajudou a

[...] todos nós, brasileiras e brasileiros, de todos e qualquer grupo étnico-racial, a superar a nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos, como também a reconhecer o protagonismo das negras e dos negros, que representam 53% da população que vive e constrói o nosso país. O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diverso do que há séculos atrás. Sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua. Mas não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que negros e negras, aos poucos, ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. E que conseguimos construir, a partir de 2003, políticas públicas de igualdade racial, bem como inserir o recorte étnico-racial – não sem resistências – nas várias políticas sociais existentes.

Assim, finalizamos este breve histórico da SEPPIR, e passaremos na próxima subseção, a tratar da criação da SECAD, da sua reestruturação para SECADI, e das ações do MEC direcionadas a implementação da Lei 10.639/2003.

³⁷ A Medida Provisória (MP) nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016, estabeleceu uma reorganização ministerial. O documento oficializou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, passando para a competência do Ministério da Justiça e Cidadania. O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, foi criado em 02 de outubro de 2015, pela MP 696/2015 no qual fazia a junção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude. A Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, reorganizou as secretarias temáticas na nova estrutura do Ministério dos Direitos Humanos. O instrumento de reorganização ministerial seguinte, a Medida Provisória 782, de 31 de maio de 2017, convertida em Lei 13.502, de 01 de novembro de 2017, manteve esta configuração, na qual a SEPPIR é denominada como Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Atualmente, a SEPPIR pertence à estrutura do Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

³⁸ O MDH está organizado em: Secretaria Nacional de Cidadania; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2.4 A SECAD/SECADI e as Ações do MEC

A partir de 2003, de acordo com Moehlecke (2009, p. 467), percebe-se uma preocupação com a questão da diversidade tanto no desenho institucional, quanto nas ações desenvolvidas pelo MEC. Para a autora

Em termos da estrutura do Ministério, identificam-se dois momentos distintos no modo como a temática foi trabalhada. Um primeiro vincula-se à gestão do ministro Cristovam Buarque, em que a diversidade é associada a uma preocupação mais geral com a ideia de “inclusão social”. Um segundo momento pode ser atribuído à gestão de Tarso Genro, quando é criada uma secretaria específica para tratar das políticas de diversidade na educação, mantida pela gestão seguinte, de Fernando Haddad, cuja marca em relação à diversidade foi de continuidade do trabalho desenvolvido por Genro.

Neste sentido, as mudanças que se operam, a partir de 2003, no desenho institucional do MEC e nas ações desenvolvidas por este Ministério, são resultado de uma forte pressão dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, e de posições assumidas pelo governo brasileiro após a Conferência de Durban, em 2001.

No primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MEC definiu quatro eixos estratégicos³⁹ que orientaram sua política educacional, um desses eixos foi a democratização dos bens educacionais que enfatizava a inclusão educacional, o combate à discriminação e às iniquidades (CARREIRA, 2015). Sendo assim, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (Seea) e a Secretaria de Inclusão Educacional (Secrie).

A Secrie, à qual foi atribuída a responsabilidade pelo Programa Bolsa-Escola, iniciou suas atividades com a constituição de uma Rede de Agentes de Inclusão Educacional que, entre outras ações, procurou cadastrar o conjunto de crianças que em 2003 estavam fora da escola no país. A Seea, criada em julho do mesmo ano, também começou com um trabalho de cadastro da população analfabeta. Ambas definiam como objetivos a inclusão educacional, a equidade e a melhoria da situação de desigualdade e vulnerabilidade social e educacional (Moehlecke, 2009, p. 467).

Essas duas secretarias tiveram uma breve vida institucional, e em 28 de julho de 2004, através do Decreto nº 5.159, o MEC criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esta nova secretaria assumiu integralmente a Seea e a

³⁹ Quatro eixos orientaram a política educacional do MEC: 1) a democratização dos bens educacionais; 2) a melhoria da qualidade da educação, com foco nas condições de valorização dos profissionais de educação, de infraestrutura das escolas e de transporte escolar; 3) a transformação do modelo educacional, envolvendo uma nova articulação entre educação básica e educação superior; 4) a ampliação da sustentabilidade da política educacional mediante a construção de amplo pacto federativo, empresarial e social (IPEA, 2004). Vários programas e ações foram desenvolvidos ou continuados da gestão anterior, vinculados a esses quatro eixos (CARREIRA, 2015, p. 147).

Secrie, ambas extintas, e incorporou coordenações e programas, antes dispersos em outras secretarias do Ministério. Assim, teve início uma tentativa em “articular as ações de inclusão social com a de valorização da diversidade étnica e cultural brasileira, ainda que isto apareça de modo pouco coeso nos documentos iniciais” (Moehlecke, 2009, p. 468).

De acordo com o art. 29, do referido decreto compete a esta Secretaria:

- I - planejar, orientar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a formulação e a implementação de políticas voltadas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental, educação do campo e educação em áreas remanescentes de quilombos;
- II - planejar, orientar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, o desenvolvimento de programas e ações que contribuam para a diminuição das desigualdades em educação e o aprimoramento da qualidade educacional;
- III - propor e incentivar ações de apoio educacional para crianças e adolescentes em situações de discriminação e vulnerabilidade social;
- IV - assegurar o acesso aos programas de alfabetização e o direito à continuidade de estudos a todo cidadão excluído do sistema educacional, com especial atenção àqueles que jamais tiveram iniciação escolar;
- V - subsidiar a formulação de programas para inclusão educacional e para alfabetização e educação de jovens e adultos, bem como a definição de estratégias e diretrizes técnico-pedagógicas a serem adotadas;
- VI - articular-se com os sistemas de ensino e comunidades indígenas na oferta de educação escolar específica e intercultural, respeitadas as diversidades, de forma a valorizar suas identidades étnicas, línguas e tecnologias, garantindo o acesso a informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional;
- VII - apoiar os sistemas de ensino na implementação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo;
- VIII - apoiar ações de educação nas comunidades remanescentes de quilombos, respeitadas suas especificidades;
- IX - elaborar, difundir e apoiar diretrizes, programas e ações de educação ambiental nos sistemas de ensino, com vistas a fortalecer a transversalidade do tema e seu impacto;
- X - propor e coordenar ações de cooperação técnica com os diversos sistemas de ensino, visando ao efetivo desenvolvimento das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos e de inclusão sócio-educacionais; e por fim
- XI - propor, apoiar, articular e definir critérios para parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, visando fortalecer o desenvolvimento de ações de alfabetização e educação de jovens e adultos e de inclusão sócio-educacionais.

Desta forma, a SECAD foi organizada em quatro departamentos, a saber: Departamento de Educação de Jovens e Adultos; Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania; Departamento de Avaliação e Informações Educacionais; e Departamento de Gestão Estratégica e Articulação Institucional. E cada um desses departamentos foi subdividido em coordenações-gerais.

O Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania, por sua vez, ficou organizado nas seguintes coordenações: Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena que se ocupou das políticas para a educação escolar indígena junto às muitas comunidades

indígenas do país, respeitando a diversidade cultural e linguística; Coordenação-Geral de Educação do Campo para desenvolver a valorização da diversidade e complexidade do espaço social do campo, tendo em vista a crescente importância dos movimentos sociais do campo para a formulação de políticas na área; Coordenação-Geral de Ações Educacionais Complementares, para garantir condições para o acesso e a permanência na escola e melhores padrões de qualidade do ensino para crianças e adolescentes em situações de discriminação e vulnerabilidade social; Coordenação-Geral de Educação Ambiental, para apoiar programas e ações de educação ambiental a todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas a fortalecer a transversalidade do tema, sob a ética da sustentabilidade; e por fim a Coordenação-Geral de Inclusão Educacional e Diversidade, para desenvolver ações efetivas de combate à exclusão social, étnico-racial e de gênero. Assim, a criação da nova secretaria “partia do entendimento de que as políticas universais são insuficientes para garantir a transformação” (CARREIRA, 2015, p. 153) das relações sociais de classe, raça e gênero em nossa sociedade.

Inicialmente a SECAD desenvolveu seu trabalho no campo da alfabetização e da educação de jovens e adultos, responsabilizou-se pelos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola; e também desenvolveu políticas para inclusão educacional e diversidade, voltadas para os segmentos sociais historicamente excluídos e marginalizados, incluindo-se aqui as populações do campo; as populações afrodescendentes; as comunidades indígenas e remanescentes de Quilombos; crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social; população prisional; adolescentes e jovens privados de liberdade e internos em instituições socioeducativas.

Assim, o desenho institucional da nova secretaria agrupou

programas, projetos e ações antes dispersas pelo Ministério [...] [Entretanto a] concentração de programas com questões, públicos, demandas e histórias tão distintas é defendida com base na aposta de que seria possível, por meio dessa nova configuração, fortalecer o trabalho desenvolvido em cada área específica e transversalizar a perspectiva da diversidade para as demais secretarias e ministérios (Moehlecke, 2009, p. 468).

Para garantir a transversalidade e a intersetorialidade das políticas desenvolvidas pelo MEC através da SECAD, tendo em vista que a temática da inclusão e da diversidade perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, este Ministério adotou como mecanismo de integração interna a formação das câmaras temáticas, “cuja função seria a de articular as ações das diferentes secretarias por meio da realização de reuniões periódicas entre seus representantes com agendas comuns” (Moehlecke, 2009, p. 469). Além das câmaras

temáticas, o MEC instituiu, através de portarias, comissões relacionadas à diversidade, bem como a realização de fóruns e seminários estaduais para a mobilização dos atores necessários ao desenvolvimento “de políticas para inclusão e diversidade, reunindo gestores dos sistemas de ensino, autoridades locais, representantes de movimentos e organizações sociais e dos segmentos diretamente interessados no avanço dessa agenda” (Moehlecke, 2009, p. 470).

Tal mecanismo de “concertação” é um importante canal de participação e diálogo entre o MEC e os grupos sociais organizados, contudo, esses mecanismos de participação podem servir como meios de diminuir as tensões e as crescentes pressões entre o Ministério e os movimentos sociais organizados (Moehlecke, 2009).

É importante destacar o perfil acadêmico da equipe inicial da SECAD que contribuiu de maneira significativa para o adensamento do diagnóstico sobre as desigualdades na educação brasileira, garantindo a fundamentação para o planejamento e a operacionalização das ações, além de possibilitar o apoio para o “convencimento, a formação dos quadros da SECAD e a disputa interna no próprio Ministério da Educação e no conjunto do governo federal” (CARREIRA, 2015, p. 160).

Desde a assinatura da Lei 10.639, em 2003, o MEC, dentro de um compromisso com a pauta nacional de políticas de promoção da igualdade racial, vem produzindo documentos oficiais para regulamentação e orientação da efetiva aplicação desta Lei. Assim, ainda no ano de 2004 foi sancionado e publicado no Diário Oficial da União o Parecer CNE/CP nº 3/2004⁴⁰ e a Resolução CNE/CP nº 1/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Assim, conforme art. 1º da Resolução CNE/CP nº 1/2004:

A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2013, p. 77).

Desta forma, conforme art. 2º Resolução CNE/CP 1/2004:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes

⁴⁰ A Prof. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi a relatora do Parecer e deve-se considerar “a presença, pela primeira vez, de uma intelectual e ativista do movimento negro na composição do Conselho Nacional de Educação, indicada pelo movimento negro, [passou] a ocupar a função de conselheira junto a Câmara de Educação Superior no ano de 2002” (GOMES, 2009, p. 51).

no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática (BRASIL, 2013, p. 77).

O Parecer CNE/CP 3/2004 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana oferece:

[...] uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2013, p. 83).

A Educação brasileira, por meio destes dispositivos legais, assumiu um compromisso de reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. A partir de uma política nacional de promoção da igualdade racial, que tem como objetivo eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, promovendo e garantindo a igualdade de oportunidade e de tratamento, a educação das relações étnico-raciais neste sentido pode possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, igual e equânime.

A escola tem um papel importante na luta pela eliminação da discriminação racial, bem como no reconhecimento e valorização da população negra. Conforme o Parecer CNE/CP 003/2004: “Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e à discriminação por criar [...]” (BRASIL, 2004, p. 15). De acordo com o referido Parecer é função do Estado, desenvolver políticas compensatórias para ressarcimento dos afrodescendentes e reconhecimento no currículo, da contribuição da população negra para a construção da identidade nacional, com a finalidade de retirar da invisibilidade a história e a cultura da população negra, fazendo com que os alunos negros possam se ver reconhecidos nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas da escola (BRASIL, 2004).

É necessário, portanto, romper com o Mito da Democracia Racial, que camufla a discriminação nas práticas sociais, desfazer a mentalidade racista e discriminatória e reeducar as relações étnico-raciais no Brasil. Para isso, são necessárias condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis à reeducação das relações entre negros e brancos, além, e

claro, de uma articulação entre os processos educativos escolares, as políticas públicas e o envolvimento dos movimentos sociais (BRASIL, 2004).

As escolas podem desenvolver projetos pedagógicos que contemplem a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares estabelecendo comunicação entre a comunidade, os estudiosos sobre a temática e o Movimento Negro. Conforme o Parecer CNE/CP 003/2004, os sistemas de ensino podem conduzir suas ações a partir dos seguintes princípios: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimentos de identidades e de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e discriminação. Desta forma, os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem adequar estas normativas legais às suas realidades locais, viabilizando o cumprimento deste dispositivo legal (BRASIL, 2004).

Em 2006, o MEC, através da SECAD, publicou o documento Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, “[...] resultado de grupos de trabalho constituídos por vasta coletividade de estudiosos, especialmente, educadores (as) [...]” (BRASIL, 2006, p. 9). O material tem o objetivo de oferecer orientação aos profissionais da educação com relação à implementação da Lei 10.639/2003, “[...] trazendo, para cada nível ou modalidade de ensino, um histórico da educação brasileira e a conjunção com a temática étnico-racial [...]” (BRASIL, 2006, p. 9).

Além dos dispositivos legais que o MEC/SECAD vem desenvolvendo, outras ações foram desenvolvidas voltadas à implementação da Lei 10.639/2003, são elas:

[...] o Programa Diversidade na Universidade (2002 a 2007); a criação da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (2004); os Fóruns Estaduais e Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial (2004 e 2005); a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros – Cadara (a partir de 2005); a distribuição do kit didático-pedagógico “A Cor da Cultura” para Secretarias de Educação e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (2005); o Programa de Ações Afirmativas para População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior – Uniafro (2005 a 2008); o Curso Educação e Africanidades (2006); a Oficina Cartográfica sobre Geografia Afro-Brasileira e Africana (2005); o Projeto Educadores pela Diversidade (2004/2005); o Curso Educação e Relações Étnico-Raciais, ministrado pela UNB (2005); e a Pesquisa Nacional Diversidade nas Escolas (2006 a 2009), desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFGM) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) (GOMES, 2011, p. 118).

Além dessas ações, podemos destacar também a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a publicação da Coleção Educação para Todos,

com 31 títulos⁴¹; e os programas: a) Repertório Afro-brasileiro: entre o clichê e a pesquisa em sala de aula (2004), b) Valores Afro-brasileiros na Educação (2005), c) Cantos e re-encantos: vozes africanas e afro-brasileiras (2005) e d) Currículo e Relações Étnico-Raciais na Educação, realizados em 2006 e produzidos em parceria com a TV Escola e o Programa de Educação a Distância Salto para o Futuro (GOMES, 2009).

Nos anos que se seguiram, muitas experiências de implementação da Lei 10.639/2003 foram desenvolvidas nas escolas brasileiras, muitas delas por iniciativa do Movimento Negro e de outros movimentos sociais, entretanto com baixa institucionalização nos sistemas educacionais. Em 2007, o MEC reduziu sua equipe de diversidade étnico-racial, após o fim do Programa Diversidade na Universidade, desta forma, como nos apresenta Carreira (2015, p. 200-201), em resposta a

[...] essa perda de potência da agenda racial na Secad, em um contexto efervescente de implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação, e à constatação de inúmeras barreiras enfrentadas nos municípios e Estados para a implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003, um grupo de organizações da sociedade civil, gestores/as e de instituições de pesquisa ligada ao campo da educação e das relações raciais, com o apoio da Unesco, apresentaram ao ministro Fernando Haddad um documento com vinte propostas destinadas a acelerar a institucionalização da lei. As propostas foram elaboradas em um evento sobre a implementação da Lei n. 10.639/2003, promovido pela Unesco e pela Secad, nos dias 6 e 7 de novembro de 2007, em Brasília.

Em maio de 2008, por meio da Portaria nº 605, foi constituído o GTI do Ministério da Justiça e da SEPPIR para elaboração da proposta de um Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este GTI foi formado por integrantes do Movimento Negro, setores da sociedade civil organizada, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), todas as secretarias do MEC e integrantes da Cadara. Assim, uma versão preliminar do documento foi debatida em seis encontros regionais, dos quais participaram militantes do Movimento Negro, educadores, pesquisadores e gestores. Com base nas discussões realizadas nestes encontros foi elaborado o documento Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003 e entregue ao MEC, ao Ministério da Justiça e a SEPPIR, entretanto discordando do documento o MEC elaborou uma nova versão em 2009. A versão elaborada pelo MEC

[...] diluiu o poder indutor do MEC junto a municípios e Estados presente no documento Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003 e eliminou as

⁴¹Os títulos da Coleção Educação para Todos estão disponíveis no portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872>. Acesso em: 10 dez. 2017.

metas referentes ao financiamento das ações previstas. [...] Mesmo com esses limites, o Plano foi assumido como documento estratégico pelos Fóruns de Diversidade Étnico-racial e entidades do movimento negro nos Estados e municípios nas suas relações de pressão e proposição junto a governos locais e estaduais, visando à maior institucionalização [...] Apesar da pressão exercida pelo movimento negro e por outros movimentos sociais e articulações da sociedade civil comprometidos com a luta antirracista, a implementação do Plano Nacional da Lei n. 10.639 não se tornou estratégia do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), limitando-se a ser um plano de governo (CARREIRA, 2015, p. 202-203).

Desta forma, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, elaborado pelo MEC, tem como principal objetivo colaborar para que todos os sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos educacionais cumpram os dispositivos legais assumidos a partir de 2003, bem como a institucionalização e

[...] implementação das Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conjunto formado pelo texto da Lei 10.639/03, Resolução CNE/CP 01/2004, e Parecer CNE/CP 03/2004, e, onde couber da Lei 11.645/08; desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação de professores, a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização dos povos africanos e da cultura afrobrasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país; colaborar e construir com os sistemas de ensino, instituições, conselhos de educação, coordenações pedagógicas, gestores educacionais, professores e demais segmentos afins, políticas públicas e processos pedagógicos para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08; promover o desenvolvimento de pesquisa e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afrobrasileira e a diversidade; colaborar no desenvolvimento de indicadores necessários ao acompanhamento da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais; criar e consolidar agendas para disseminar a Lei 10.639/03 e 11.645/08, em âmbito nacional, estadual e municipal, garantindo o seu pleno desenvolvimento enquanto política de Estado; colaborar na construção de indicadores que permitam o necessário acompanhamento, pelos poderes públicos e pela sociedade civil, da efetiva implementação das Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; criar e consolidar agendas propositivas junto aos diversos atores do Plano Nacional para disseminar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, junto a gestores e técnicos, no âmbito federal e nas gestões educacionais de municípios, estados e do Distrito Federal, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento como política de Estado (BRASIL, 2013, p. 19-20).

Este Plano Nacional de Implementação está estruturado em seis eixos estratégicos, são eles: fortalecimento do marco legal; política de formação para gestores e profissionais de educação; política de material didático e paradidático; gestão democrática e mecanismos de participação social; avaliação e monitoramento e condições institucionais. A partir das exigências legais, este documento compartilha e atribui responsabilidades aos entes federados que atuam na Educação, destacando as atribuições dos sistemas de ensino, dos Conselhos de Educação, das instituições de ensino, dos grupos colegiados e dos núcleos de estudo e da

educação em áreas remanescentes de quilombo. O documento orienta os sistemas de ensino e as instituições educacionais no sentido da construção de uma escola plural, democrática, de qualidade, e que combata o preconceito, o racismo e todas as formas de discriminação, valorizando e respeitando as diferenças étnicas e culturais que permeiam nossa sociedade (BRASIL, 2013).

Mesmo considerando a diminuição do espaço destinado à temática étnico-racial na SECAD, Carreira (2015) aponta avanços promovidos por esta Secretaria, destacando, por exemplo, o aprimoramento dos critérios de eliminação de obras com conteúdos racistas ou preconceituosos junto ao PNLD; o lançamento de editais específicos para o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares; o fortalecimento dos Núcleos de Estudo Afro-brasileiros (NEABs); e a tradução para o português da Coleção História Geral da África, em parceria com a UNESCO e UFSCar.

No ano de 2010, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, por meio da Resolução 04/2010, na qual se reconheceu a Educação Escolar Quilombola⁴².

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (BRASIL, 2010b).

O livro *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/03* foi lançado em 2012, o trabalho investigativo mapeou e analisou as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas públicas no âmbito da referida Lei. Os objetivos que nortearam este trabalho foram:

Identificar e disseminar referências sobre o processo de implementação da Lei n.º 10.639/03 nas escolas públicas brasileiras, considerando as práticas pedagógicas, a produção de materiais didáticos e paradidáticos, os processos de formação continuada e a introdução da temática racial como um dos eixos orientadores do Projeto Político-Pedagógico (PPP) dessas escolas.

Apoiar os esforços de gestores(as) de sistemas de ensino, equipes gestoras das escolas e professores(as) na concretização de uma educação voltada para as relações étnico-raciais na escola.

Construir referenciais de aplicabilidade da Lei n.º 10.639/03 que possam contribuir para o processo de gestão pedagógica da diversidade das Secretarias de Educação e escolas públicas em diferentes regiões do país (GOMES, 2012, p. 9).

⁴² Em 5 de junho de 2012, foi aprovado pelo CNE, o Parecer CNE/CEB 16/2012, e em 22 de junho do mesmo ano foi aprovada a Resolução CNE/CEB 05/2012 definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

No ano de 2011, a SECAD passou por uma reestruturação e incorporou à Secretaria de Educação Especial, através do Decreto nº 7.480⁴³, de 16 de maio de 2011, englobando a temática da inclusão. Assim, esta secretaria passou a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). No ano seguinte, através do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, houve novamente uma alteração que apresentou “discretas alterações na composição da recém-criada SECADI, mantendo, em linhas gerais, as mesmas proposições do Decreto nº 7.480 no que tange à estrutura e função de tal secretaria” (BEZERRA; ARAUJO, 2014, p. 102).

A partir do Decreto 7.690/2012, a SECADI ficou organizada em cinco diretorias: a Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena, e para as Relações Étnico-raciais; a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; a Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; a Diretoria de Políticas de Educação Especial; e a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude. Assim, de acordo com o art. 20 do referido decreto foi-lhe atribuída as seguintes competências:

- I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;
- II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação em direitos humanos, à educação ambiental e à educação especial;
- III - coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e;
- IV - apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais (BRASIL, 2012).

⁴³ O Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, estabeleceu a organização da SECADI em quatro diretorias, são elas: Diretoria de Políticas para a Educação do Campo e Diversidade; Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Diretoria de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania; e a Diretoria de Políticas de Educação Especial. A esta secretaria compete: I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial; II - promover, em parceria com os sistemas de ensino, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável; III- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, bem como organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação em direitos humanos, à educação ambiental e à educação especial; e IV - coordenar ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

Após a reorganização da SECADI, houve uma mudança nos quadros da Secretaria, e a diminuição dos “espaços de diálogos com os movimentos sociais, restringindo-se a câmaras, comissões e fóruns e aos eventos promovidos pela própria Secretaria” (CARREIRA, 2015, p. 227).

No ano de 2013, com a posse da nova secretária, Macaé Maria Evaristo dos Santos⁴⁴, a SECADI “buscou reconstruir os espaços de interlocução com os movimentos sociais, que criticavam a diminuição do diálogo com o MEC [...] não bastava influenciar a construção da agenda [...] demandavam influenciar a implementação da política” (CARREIRA, 2015, p. 249). A autora também destacou a diminuição da equipe da SECADI, no período de 2004 a 2014, que passou de 217 para 80 profissionais.

Com relação à implementação da Lei 10.639/2003, Carreira (2015) identificou a Portaria Ministerial nº 21, de 28 de agosto de 2013, que visava à promoção da igualdade racial e do enfrentamento do racismo nas ações e nos programas desenvolvidos pelo MEC, um dos itens tratados nesta portaria foi a instituição da coleta do quesito raça/cor em todos os instrumentos de avaliação, nas coletas de dados do censo, e nas ações e programas desenvolvidos por este Ministério. No início de 2015, a SEPPIR lançou uma cartilha com informações sobre o preenchimento do quesito raça/cor no Censo do Ensino Superior.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, foi garantida a estratégia 7.25, que estabeleceu a garantia nos

[...] currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil (BRASIL, 2014, p. 65).

Entretanto, de acordo com Carreira (2015, p. 358) o PNE não contemplou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que “garantiria um *status* de política de Estado às suas metas, além de condições de maior exigibilidade política e jurídica”.

Em 2017, verificamos novamente uma reorganização da SECADI, através do Decreto 9.005, de 14 de março. A Secretaria passou a ser organizada em quatro diretorias, são elas: a

⁴⁴ Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em 1990, e Mestre em Educação, pela UFMG, em 2006; “possuía ampla experiência na gestão municipal e na militância do movimento negro e, desde agosto de 2012, integrava a equipe da Secadi. Macaé foi a primeira mulher negra a ocupar um cargo no primeiro escalão do MEC” (CARREIRA, 2015, p. 249).

Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; a Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; a Diretoria de Políticas de Educação Especial; e a Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Sendo assim, a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude foram unificadas, e a SECADI passou a ter as seguintes competências:

I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino e as representações sociais, a implementação de políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos ao longo da vida, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação para as relações étnico-raciais, a educação em direitos humanos e a educação especial;

II - viabilizar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e à educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação dos povos indígenas, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação para as relações étnico-raciais, à educação em direitos humanos e à educação especial;

III - coordenar ações educacionais voltadas à diversidade sociocultural e linguística, aos direitos humanos e à inclusão, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais de que trata a Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV - desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, de programas de formação de professores e de materiais didáticos e pedagógicos específicos (BRASIL, 2017).

Levando em consideração os avanços garantidos com a criação da SECAD/SECADI, podemos dizer que ainda é baixa a dotação orçamentária destinada às ações e aos programas desenvolvidos por esta Secretaria, em comparação com o orçamento total do MEC.

Tabela 1 – Orçamento da SECAD/SECADI-MEC (2004-2014)

Fonte: Sistema Integrado de Administração do Governo Federal, Relatórios Anuais de Gestão da Secadi e Assessoria Técnica, Administrativa e de Apoio à Gestão da Secadi.

Fonte: Carreira (2017, p. 5).

Os dados apresentados por Carreira (2015, p. 264-265) evidenciam

[...] o comportamento da razão dos valores executados da Secad/Secadi em relação aos do MEC, indicando que o total dos recursos executados pela Secad/Secadi variou de 0,55% a 4,74% do total dos recursos executados pelo MEC. [...] A primeira alta decorreu do significativo aumento do investimento do governo federal no Programa Brasil Alfabetizado, realizado em 2005, e reduzido nos anos posteriores, depois de críticas referentes à efetividade do Programa e de denúncias de corrupção [...] Essas denúncias levaram ao fim do convênios com organizações não governamentais e a reorganização do Programa por meio de parcerias com prefeituras, governos estaduais e universidades. O segundo momento de alta, em 2012, decorreu principalmente da fusão, em 2011, da Secad com a Secretaria de Educação Especial (SEE), da vinda do programa ProJovem Urbano para a Secadi, anteriormente executado pela Secretaria Nacional de Juventude, e de novo aumento de recursos investidos no Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, especialmente na concessão de bolsa para a alfabetização. Essas mudanças levaram o percentual a alcançar o patamar de 4,74%.

Muitos desafios estão colocados para esta Secretaria, como a dotação orçamentária que não ultrapassou 5% do total de recursos total do MEC; suas ações e programas que ainda estão em conformação, dada a sua recente criação; as políticas da diversidade que tencionam a forma como a política educacional aborda as desigualdades sociais; as resistências de Estados e municípios para a implementação das agendas propostas pela SECADI; a necessária reflexão sobre o papel indutor do MEC, considerando que este Ministério atuou de maneira distinta para suas diferentes políticas; a fragilização da equipe da SECADI para operar as complexas políticas da diversidade; a desarticulação interna do MEC, e o desafio em transversalizar as agendas; e por fim o fortalecimento dos grupos conservadores e avessos as agendas que desafiam o *status quo* brasileiro (CARREIRA, 2015). Assim, de acordo com Carreira (2015, p. 425)

importantes demandas e proposições de movimentos sociais pautaram o desenho e a implementação de programas e políticas públicas e contribuíram para a criação de novas institucionalidades. Disputaram o fortalecimento e a regulamentação dos marcos legais, a produção de informações sobre as desigualdades, a participação social e da transparência pública, a intersetorialidade e a criação de políticas destinadas a abordar as diferenças na educação.

Desse modo, significativas conquistas foram obtidas desde a criação da SECAD/SECADI, ações e programas governamentais foram desenvolvidos direcionadas à implementação de uma política educacional voltada à valorização da diversidade étnico-racial e da diferença. Nota-se, então, o desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade racial, isto é, políticas de reparação, reconhecimento e valorização da cultura, da história, da memória, e da identidade do povo negro. No entanto, a

realidade política e econômica de 2015 sugere que os próximos anos poderão constituir um período de fortes ameaças as conquistas pós Constituinte, em especial

as da última década. Dentre elas destacam-se aquelas relativas às agendas das diferenças, que estão no centro da roda dos embates políticos com grupos conservadores [...] (CARREIRA, 2015, 453).

Nesse sentido, concordando com Gomes (2017, p. 20), e entendemos que o Movimento Negro “é um dos principais atores políticos que nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta”, apesar das adversidades e dos imensos desafios, avançando no sentido da igualdade racial.

Na seção seguinte apresentaremos o caminho metodológico adotado nesta pesquisa, bem como a caracterização do sistema municipal de ensino.

3 METODOLOGIA

3.1 Percurso metodológico

De acordo com Brito e Leonardos (2001), o que une o pesquisador ao seu campo de pesquisa é a metodologia utilizada. É através da metodologia que o pesquisador deixa evidente suas escolhas e como elas são adequadas ao seu problema de pesquisa. As autoras chamam a atenção para a importância de explicitar e justificar “as opções metodológicas contextualmente, mediante descrição dos procedimentos priorizados e das formas pelas quais as informações foram obtidas e sistematizadas” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 27).

Em nossa pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características. Uma dessas características diz que na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, e o investigador passa a ser o instrumento principal. Neste caso, a compreensão e o entendimento que o investigador tem do material coletado e revisado é o instrumento central da análise. Outra característica apontada é a de que a investigação qualitativa é descritiva, incluindo a descrição de diferentes documentos. Sendo assim, os investigadores qualitativos buscam analisar os dados em toda a sua complexidade.

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora no nosso objeto de estudo. [...] Nada é considerado como um dado adquirido e nada escapa à avaliação. A descrição funciona bem como método de recolha de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Outra característica apresentada por Bogdan e Biklen (1994), que nos aproxima ainda mais da abordagem qualitativa, diz que os pesquisadores que optam por tal abordagem interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou os produtos. A ênfase, portanto, é mais centrada no desenvolvimento ao longo do caminho investigativo. Tal abordagem é particularmente útil nas investigações do campo educacional.

Segundo Martins (2004, p. 292), nas metodologias qualitativas, considerando que os fenômenos estudados nas Ciências Sociais são complexos, o “fazer ciência” parte de uma diversidade de perspectivas que privilegiam

de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais e individuais e grupais [...] exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa, abrindo-se a realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Martins (2004, p. 296) chama a atenção para o “fato de que os cientistas sociais tendem, frequentemente, a tomar como objeto de investigação, grupos sociais com os quais têm alguma identificação política”. Na presente investigação, a aproximação e escolha pela temática pesquisada tem, de fato, um posicionamento político, inclusive em defesa da Educação das Relações Étnico-Raciais. Todavia, o referido autor chama a atenção para que o pesquisador não se torne um militante de uma causa ou de um movimento, enviesando ideologicamente a pesquisa. Neste caso, assumir o rigor científico é um compromisso que buscamos perseguir para nos afastar da referida incoerência.

Os procedimentos metodológicos ou técnicas de pesquisa que empregamos neste trabalho investigativo para a coleta dos dados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada. Durante a pesquisa bibliográfica fizemos o levantamento das publicações sobre a temática estudada. Tal levantamento, segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 166) é definido do seguinte modo:

pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. [...] Desta forma, a pesquisa bibliográfica, não é mera repetição do que foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Na presente investigação, inicialmente realizamos leituras críticas de diferentes fontes bibliográficas. Utilizamos as publicações na forma de livros, teses e dissertações, artigos científicos publicados em periódicos da área educacional ou em livros de circulação nacional e, ainda, trabalhos publicados em *Anais* de eventos acadêmicos.

Concretizamos um levantamento no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Buscamos pesquisas que estivessem vinculadas a Lei 10.639/2003 e sua implementação em secretarias de educação, fossem elas municipais ou estaduais⁴⁵. Inicialmente encontramos cento e cinquenta e quatro pesquisas (154), após leitura dos resumos, chegamos a treze trabalhos selecionados que tratavam da implementação da referida Lei em municípios e estados. Realizamos uma leitura

⁴⁵ Utilizamos as seguintes palavras-chave: (implem* OR institucionalização OR regularização) AND (10.639 OR 10639 OR 10.639/03 OR 10.639/2003) AND (educa* OR municip* OR secretaria).

mais apurada e chegamos a dez trabalhos, os quais estão listados e apresentados de maneira sucinta, no Apêndice desta pesquisa.

Com relação à pesquisa documental, Le Goff (1992, p. 549) salienta que se trata de um “novo documento alargado para além dos textos tradicionais, transformado [...] em dado, [que] deve ser tratado como um documento/monumento”. Para a escola histórica positivista, o documento apresenta-se por si mesmo como uma prova histórica, pois sua objetividade lhe dá garantia de um testemunho escrito. A habilidade do historiador “consiste apenas em tirar dos *documentos* tudo o que ele contém e em não lhe acrescentar nada do que eles não contém” (LE GOFF, 1992, p. 536). Deste modo, o documento triunfa. Todo fato histórico deve ser registrado em documentos e o historiador deve recorrer a ele como recurso indispensável. Entretanto, para os fundadores *École des Annales*⁴⁶, pioneiros de uma história nova, era necessária a ampliação da noção de documento.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. [...] (FEBVRE, 1949, p. 428 *apud* LE GOFF, 1992, p. 540).⁴⁷

O alargamento do conteúdo do termo documento é, ao mesmo tempo, quantitativo e qualitativo na medida em que sabemos que não existe História sem documento, mas ele deve ser entendido em seu sentido mais amplo “escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (SAMARAN, 1961, p. XII *apud* LE GOFF, 1992, p. 540)⁴⁸. Além disso, sabemos que não existe um tipo único de documento para cada problema histórico, e também o interesse da História não está mais nos grandes homens ou nos grandes acontecimentos, mas sim em todos os homens e em todos os acontecimentos.

⁴⁶ Esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical, e subversivo conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores (BURKE, 1992, p. 13-14).

⁴⁷ FEBVRE, L. (org.), *Combats pour l'histoire*, Colin, Paris, 1953, p. 80-98.

⁴⁸ SAMARAN, C. (org.), *L'histoire et ses methods*, em *Encyclopédie de la Pléiade*, XI, Gallimard, Paris, 1961.

O documento passa a ser compreendido “como produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente [...]” (LE GOFF, 1992, p. 545). De maneira que somente com a análise se possa indagá-lo, questioná-lo, criticá-lo, saber sobre suas condições de produção histórica, isto é, sua intencionalidade inconsciente.

Adotamos, portanto, o conceito de documento/monumento (LE GOFF, 1992) no seu sentido mais amplo, visto de maneira alargada, como uma aparência enganadora, uma montagem, a qual buscamos desconstruir e assim analisar as suas condições de produção e fazer a crítica do documento enquanto monumento. De acordo com Lüdke e André (1986), os documentos constituem uma fonte estável e rica considerando que persistem ao longo do tempo, podendo ser consultados inúmeras vezes; constituem uma fonte poderosa, da qual o pesquisador pode retirar evidências que fundamentam suas afirmações; e, por fim, constituem ainda uma fonte natural de informação “[...] surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39).

Além da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, adotamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. De acordo com Gil (2008, p. 109), a entrevista pode ser definida “[...] como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Para Minayo (2001), o pesquisador através da entrevista busca obter informações que estão contidas nas falas dos atores sociais, isto é dos sujeitos que vivenciaram determinadas realidades ou acontecimentos. Dentre os diferentes tipos de entrevistas optamos pela entrevista semiestruturada ou como nos apresenta Gil (2008, p. 112) a entrevista por pauta, apresentando “[...] certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso”.

Com relação a seu conteúdo, segundo Romanelli (1998, p. 129), a entrevista é um processo no qual ocorre a construção de dados a partir de diversas experiências dos sujeitos entrevistados, expressa pela linguagem, constituindo um produto cultural. Assim o que se apresenta na fala do sujeito, “[...] são fatos de duas ordens: descrição de acontecimentos vividos por ele e interpretações, ou representações, acerca dessas vivências”. Nesse sentido é fundamental que o pesquisador considere as representações ou interpretações contidas na fala do sujeito entrevistado, como dados de pesquisa que deverão ser interpretados à luz das formulações teóricas.

Sendo a entrevista semiestruturada um dos procedimentos metodológicos de coleta de dados adotada nesta pesquisa, entendemos que a definição de amostragem se dá a partir da ideia de que em uma pesquisa de abordagem qualitativa, não é a quantidade de sujeitos entrevistados que garante sua representatividade, mas sim uma boa amostragem, a qual possibilita, de maneira abrangente, contemplar o problema investigado em suas diferentes dimensões (MINAYO, 2001). Neste caso, levando em conta nossa pergunta de pesquisa e nosso objetivo geral, os sujeitos de pesquisa que contribuíram com este trabalho, foram os que estiveram à frente da implementação da Lei 10.639/2003 na Secretaria Municipal da Educação (SME), no município de Ribeirão Preto – SP, isto é, aqueles que fizeram parte da equipe técnica responsável por esta implementação. Levando em consideração os estudos preliminares e a fase exploratória da pesquisa (MINAYO, 2001), já sabíamos que estiveram à frente desta implementação, três Assessores Técnicos Educacionais. E seus relatos contribuíram com o objetivo desta pesquisa, ao trazer informações que descreveram o processo e assim juntamente com a pesquisa documental, podemos historicizar a implementação da Lei 10.639/2003 no município de Ribeirão Preto – SP. No momento em que realizamos as entrevistas, nenhum deles estava exercendo função ou cargo na SME, todos foram nomeados para cargo em comissão, isto é, cargos de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo Municipal. Assim, estes antigos assessores foram nossos sujeitos entrevistados e foram convidados a participar desta pesquisa, dentro das normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Devemos esclarecer que as entrevistas foram realizadas tendo em vista as sugestões dos professores participantes do exame de qualificação. Desta forma submetemos nosso projeto de pesquisa à Plataforma Brasil, em março do ano de 2017, enviando o projeto detalhado e o TCLE, e os mesmos foram aprovados em junho do mesmo ano, através do Parecer Consubstanciado do CEP nº 2.135.502.

Os três sujeitos entrevistados, que contribuíram com esta investigação, foram convidados a participar de maneira voluntária, e sua participação se deu mediante a realização de uma entrevista que contemplou suas experiências e considerações acerca da implementação da Lei 10.639/2003 no município. Realizamos uma entrevista em horário e local de escolha dos sujeitos entrevistados, e em momentos posteriores, voltamos a nos encontrar para esclarecer algumas dúvidas que surgiram durante a transcrição das mesmas.

Seguimos a apresentação dos Assessores que foram entrevistados durante a realização da pesquisa.

A primeira Assessora Técnica Educacional responsável pelo processo de implementação da Lei 10.639/2003 no município, foi Silvany Euclênio Silva, estando neste cargo entre os anos de 2005 e 2009. Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1993, foi professora de História e também educadora social, ativista do movimento social negro, pesquisadora autônoma sobre relações raciais, história e cultura africana e afro-brasileira. Coordenou as políticas públicas para comunidades quilombolas, povos ciganos e povos tradicionais de matriz africana na SEPPIR, durante o período de 2011 a 2014.

O segundo Assessor Técnico Educacional foi Antonio Carlos Lopes Petean, permanecendo no cargo no período de 2009 a 2011. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 2011. Atualmente é professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e pesquisador no Grupo de Trabalho NUPE-FCL-Araraquara, da UNESP, atuando nos seguintes temas: cultura Afro-Brasileira, História da África, racismo, Islamismo e movimento Neopentecostal brasileiro.

A terceira Assessora Técnica Educação foi Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva. Pedagoga, pela Faculdade de Sertãozinho (FASERT), e Especialista em História, Cultura e Sociedade, pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Contramestre de capoeira e militante do Movimento Negro, atualmente participa do Laboratório de Etnopsicologia, do Departamento de Psicologia, da FFCLRP, da USP.

Assim, continuando a descrição do percurso metodológico, nossa busca por documentos se deu em diferentes arquivos situados no município, no Portal virtual da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP) e também em arquivos pessoais. Em nossa pesquisa, utilizamos os “documentos, escritos [...], constituindo o que se denominam fontes primárias” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 174). Segundo Lakatos e Marconi (2010) os documentos escritos utilizados para a coleta de dados podem ser os documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos e fontes estatísticas.

Selecionamos documentos como legislações e publicações produzidas pela SME, relacionados à implementação da lei 10.639/2003, à educação das relações étnico-raciais e à formação continuada de seus professores, tendo como parâmetro comparativo a trajetória histórica neste período. Inicialmente, fizemos nossas buscas no referido Portal e acessamos a aba “Legislação”, onde encontramos as Resoluções organizadas por ano de publicação.

Buscamos aquelas relacionadas à Lei 10.639/2003, referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, não foram encontrados documentos relacionados à temática pesquisada. No ano de 2007, localizamos a Resolução SME Nº 08 de 04 de setembro de 2007 (ANEXO A), a partir da qual foi instituída uma comissão composta pelos profissionais da SME para promover o desenvolvimento do “Projeto BAOBÁ - Ribeirão Preto Educando para a Igualdade Étnico-Racial”. Nos anos seguintes, até o ano de 2016, não encontramos mais documentos.

Ainda utilizando o referido Portal, acessamos a aba “Diário Oficial”, e realizamos a pesquisa a partir de uma ferramenta de busca considerando a data de publicação e o número de edição do Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto. Pode-se, também, pesquisar a partir de palavras ou frases-chave. Consideramos como primeira palavra-chave para a pesquisa o número da Lei 10.639/2003 e suas variações, tais como “10.639”, “10639”, “10.639/03”, “10639/03”, “10.639/2003” e “10639/2003”. Utilizamos também como palavra-chave a Lei 11.645/08 e suas variações, tais como “11.645”, “11645”, “11.645/08”, “11645/08”, “11.645/2008” e “11645/2008”. Em seguida, buscamos pelas seguintes palavras e frases-chave: “Projeto BAOBÁ - Ribeirão Preto Educando para a Igualdade Étnico-Racial”, “Projeto BAOBÁ”, “Projeto Baobá”. Com tal levantamento encontramos vinte edições do Diário Oficial que continham informações pertinentes sobre a nossa temática e serão utilizadas ao longo da presente pesquisa. Dando continuidade à busca no Portal virtual da PMRP, acessamos novamente a aba “Legislação”, e encontramos dois Decretos, o Decreto 210, de 10 de agosto de 2006 (ANEXO B) e o Decreto 194, de 27 de agosto de 2007 (ANEXO C). Encontramos, ainda, a Lei Complementar 2148, de 28 de dezembro de 2006 (ANEXO D). E, finalizando, também neste Portal, acessamos a aba “Ribeirão Notícias”. Encontramos inúmeras notícias sobre o tema pesquisado, e o material disponibilizado neste espaço virtual foi muito importante para o andamento da pesquisa, considerando que a maior parte das ações foi transformada em notícia na aba “Ribeirão Notícias”. Após realizar a pesquisa, todas foram organizadas de maneira cronológica e temática.

Além das buscas no Portal da Prefeitura, nosso levantamento também envolveu o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Casa da Memória, o Acervo Histórico da Câmara de Ribeirão Preto, a Secretaria Municipal de Educação e arquivos pessoais. No momento em que nos apresentamos à Secretaria Municipal de Educação, deixamos nosso projeto de pesquisa, através de uma carta de apresentação, onde explicitamos os objetivos e

procedimentos previstos para este trabalho, bem como nossa preocupação em respeitar as questões éticas e administrativas da referida Secretaria.

Após a coleta de dados, selecionamos e organizamos os documentos encontrados, considerando o tipo de documento, data de cada um deles, quem os produziu e contexto de produção dos documentos. Considerando Lüdke e André (1986) a análise documental pode revelar novos aspectos para um determinado problema, contribuindo com as pesquisas de cunho qualitativo. Assim, passamos à etapa de construção das categorias de análise.

Para Lüdke e André (1986, p. 48), o primeiro passo para a análise do material coletado é construir categorias descritivas, e por esse motivo “o referencial teórico do estudo fornece geralmente a base inicial de conceitos a partir dos quais é feita a primeira classificação dos dados”. As sucessivas leituras do material também podem oferecer elementos para a formulação destas categorias de análise. Após a categorização, o pesquisador deve

[...] acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso, ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando dos dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações. É preciso dar o “salto”, como se diz vulgarmente, acrescentar algo ao já conhecido. Esse acréscimo pode significar desde um conjunto de proposições bem concatenadas e relacionadas que configuram uma nova perspectiva teórica até o simples levantamento de novas questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos futuros (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 49).

Conforme já foi exposto na introdução deste trabalho, a pesquisa possui como **objetivo geral** identificar e analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto – SP, direcionadas à institucionalização da Lei 10.639/2003 no sistema municipal de ensino. Para isso, os **objetivos específicos** são:

- a) Identificar e analisar os documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto que contemplem a Lei 10.639/2003;
- b) Identificar e analisar as ações na Secretaria Municipal de Educação de “equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à Diversidade, incluindo a educação das relações étnico-raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários” (BRASIL, 2009, p. 38) que atuem no sentido de efetivação da Lei 10639/2003;
- c) Identificar e analisar a ocorrência de “formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular” (BRASIL, 2009, p. 37);
- d) Identificar e analisar a existência de produção e distribuição de “materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades

(artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das Relações Étnico-raciais” (BRASIL, 2009, p. 38).

Desta forma, tendo em vista os objetivos da pesquisa, o referencial teórico, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes que fundamentam a Lei 10.639/2003 e principalmente nossas reflexões realizadas durante a organização e análise de todo o material coletado (pesquisa documental e entrevistas) estabelecemos as seguintes **categorias de análise**:

- a) A regulamentação da Lei 10.639/2003 no município;
- b) A formação continuada de professores;
- c) A aquisição, produção e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos nas escolas municipais.

3.2 Caracterizando o Sistema Municipal de Ensino de Ribeirão Preto

O sistema municipal de ensino é composto por cento e nove (109) escolas, conforme dados obtidos no Portal da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ribeirão Preto em 2018. Deste total, trinta e cinco (35) escolas são Centros de Educação Infantil (CEI) que atendem crianças de zero a três anos; quarenta e uma (41) escolas são Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) que atendem crianças de quatro e cinco anos, em regime de atendimento de tempo parcial (20) e integral (21); trinta e uma (31) são Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), uma (01) escola profissionalizante e uma (01) escola de Educação Especial.

Quadro 2 – Quantidade de Escolas Municipais

ESCOLAS MUNICIPAIS				
TIPO	QUANTIDADE	PARCIAL	INTEGRAL	Parcial e Integral
CEIs	35	-	35	-
EMEIs	41	20	-	21
EMEFs	31	31	-	-
Educação Especial	1	1	-	-
Ensino Profissionalizante	1	1	-	-
TOTAL	109	53	35	21

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2018).

O sistema municipal de ensino também incorpora as chamadas escolas conveniadas, das quais totalizam 24 unidades, dentre elas: dezenove (19) são escolas de Educação Infantil e cinco (05) são escolas de Educação Especial.

Quadro 3 – Quantidade de Escolas conveniadas

ESCOLAS CONVENIADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Ed. Infantil	19
Ed. Especial	5
TOTAL	24

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2018)

O objetivo das escolas de Educação Infantil do município de Ribeirão Preto é o desenvolvimento da autonomia e da independência de suas crianças, bem como o desenvolvimento das diferentes linguagens e saberes. Seguindo o que preconiza a LDBEN, no seu art. 29, a Educação Infantil deve ser entendida como a primeira etapa da educação básica, e “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). As escolas de Educação Infantil seguem como orientação curricular as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, elaboradas em 2010 pelo MEC. O Sistema Municipal de Ensino, ainda, garante o atendimento ininterrupto das escolas de Educação Infantil através do projeto de férias nos meses de janeiro e julho de cada ano. Além das escolas municipais de Educação Infantil, o sistema possui dezenove (19) escolas conveniadas que também atendem as crianças de zero a cinco anos.

O município de Ribeirão Preto também atende a demanda do Ensino Fundamental, em regime de colaboração com o sistema estadual de ensino e existem trinta e uma (31) EMEFs. Em seu art. 32, a LDBEN (1996) preconiza que

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Em 29 de novembro de 2006, o sistema municipal de ensino aprovou a Resolução SME 014/2006 – Deliberação CME 002/2006, fixando as normas para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos no sistema municipal de ensino, dividindo esta etapa da Educação Básica em Anos Iniciais, que se inicia no primeiro ano, até o quinto ano, e em Anos Finais, que se inicia no sexto ano e termina no nono ano, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 – Etapas de Ensino da Educação Básica

Etapa de Ensino	Faixa Etária Prevista	Duração
Educação Infantil Creche Pré-escola	Até 5 anos de idade até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental Anos iniciais Anos finais	Até 14 anos de idade de 6 a 10 anos de idade de 11 a 14 anos de idade	9 anos 5 anos 4 anos

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2006)

O sistema municipal de ensino adotou a organização do Ensino Fundamental por ciclos, sendo um ciclo inicial de três anos e três ciclos de dois anos de duração (3+2+2+2), de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 5 – Organização do Ensino Fundamental em Ciclos

	Ensino Fundamental de Nove Anos	Organização em Ciclos
Anos Iniciais	1º ano 2º ano 3º ano	Ciclo Inicial
	4º ano 5º ano	2º Ciclo
Anos Finais	6º ano 7º ano	3º Ciclo
	8º ano 9º ano	4º Ciclo

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2006)

Importante observar que esta Resolução foi alterada no ano de 2009, pela Resolução SME 005/2009 – Deliberação CME 001/2009, a partir da qual a organização do Ensino Fundamental por ciclos foi alterada, sendo uma Etapa Inicial de três anos e a partir do quarto ano há a reintrodução do sistema anual, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Reintrodução do sistema anual de promoção

Anos Iniciais	Etapa Inicial de Alfabetização 1º, 2º e 3º anos
	4º ano
	5º ano
Anos Finais	6º ano
	7º ano
	8º ano
	9º ano

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2009)

Na época esta decisão foi questionada, pelos membros do Conselho Municipal de Educação (CME), que não viam argumentos satisfatórios para tal alteração. A adoção de uma organização por ciclos havia sido feita em 2006 e estava em seu terceiro ano de implantação e, também, não existiam dados concretos que evidenciassem o fracasso da organização por ciclos, adotado naquele ano. Atualmente, essa é a organização do sistema municipal de ensino com relação ao Ensino Fundamental, de acordo com o Quadro 6.

As Diretrizes que norteiam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental destacam a importância da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, entendida como uma ampliação do direito à Educação, assim como o respeito ao tempo da infância. A organização do currículo se faz por área do conhecimento, e os conteúdos que estão contidos nestas áreas devem ser entendidos como uma possibilidade de socialização dos conhecimentos historicamente acumulados ao longo da História. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a tarefa de educar está na possibilidade de propor desafios e estabelecer relações com as capacidades de cada aluno, fortalecendo a autoestima e estimulando o gosto pelo conhecimento.

Além do atendimento à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental em regime de colaboração com o sistema estadual de ensino, o sistema municipal de ensino, atende as seguintes modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Básica.

A Educação Especial deve ser entendida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica. A Educação Especial municipal está pautada na perspectiva da Educação Inclusiva, levando em consideração os princípios da preservação da dignidade humana, da busca da identidade e do exercício da cidadania. Ela está em consonância com a Declaração de Salamanca (1994), a LDBEN (1996) e com a

Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em especial no art. 2, o qual diz que

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos (BRASIL, 2001, p. 1).

O sistema municipal de ensino no que se refere à Educação Especial, dispõe de um Centro de Educação Especial e Ensino Fundamental Egydio Pedreschi (CEEEF) e cinco escolas conveniadas de Educação especial. São elas: Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto (ADEVIRP); Associação dos Amigos do Autista (AMA); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto (APAE-RP); Centro de Atividades Educacionais Especializadas (CAEERP); Centro Ann Sullivan do Brasil (CASB).

A modalidade de ensino de EJA se destina àqueles que não tiveram oportunidade, de acesso e de continuidade, de escolaridade em idade apropriada. A SME disponibiliza salas de EJA Anos Iniciais e Anos Finais, mantém convênio com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) e aderiu ao Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA).

A EJA para os Anos Iniciais destina-se ao atendimento de jovens a partir de 15 anos completos, adultos e idosos que não concluíram do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. A matrícula é permanente, com estrutura flexível e horário adequado para os alunos trabalhadores, idosos e com necessidades especiais. O atendimento destes alunos não é seriado, possibilitando, durante o ano, três momentos para sua conclusão.

A EJA para os Anos Finais atende jovens a partir de 15 anos completos, adultos e idosos que não concluíram do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, podendo ser cumprido no máximo em quatro semestres. No ano de 2016, adotou-se a modalidade a distância para a EJA nos Anos Finais.

O ProJovem Urbano atende jovens entre 18 e 29 anos, alfabetizados ou que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Este Programa oferece a oportunidade de elevar a escolaridade e qualificar-se profissionalmente em até dezoito (18) meses.

O sistema municipal de ensino, no ano de 2016, possuía quarenta e sete mil, cento e cinquenta e um (47.151) alunos, divididos nas diferentes etapas e modalidades de ensino. Na

Educação Infantil, o Sistema Municipal de Ensino possui vinte e um mil, seiscentos e noventa e cinco (21.695) alunos entre escolas municipais e conveniadas; já no Ensino Fundamental, o Sistema Municipal de Ensino possui vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e dois (22.482) alunos, conforme quadro a seguir.

Na EJA, o sistema municipal de ensino possuía mil, setecentos e sessenta e oito (1.768) alunos, conforme quadro a seguir. Na Educação Especial, o sistema municipal de ensino possuía setecentos e seis (706) alunos, divididos entre as escolas municipais e as escolas conveniadas. Chama a atenção o fato de que as escolas conveniadas fazem o maior número de atendimentos para os alunos com necessidades especiais. Entretanto quando acessamos novamente o Portal da SME, para atualizarmos os dados referentes à quantidade de alunos no sistema municipal, não encontramos mais os respectivos dados.

Com relação ao número de professores, de acordo com os dados obtidos no Portal da SME no ano de 2018, o sistema municipal de ensino possui três mil, cento e setenta e um (3.171) docentes.

Quadro 7 – Quantidade de Professores

Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto		
Professor	Emergencial	Efetivo
PEB I	132	1.605
PEB II	203	738
PEB III	164	329
Total	499	2.672
Total Geral	3.171 professores	

Fonte : Setor de Tecnologia da Informação
Data-base: 25 de julho de 2017

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2018)

De acordo com a Lei Complementar 2.524, de 05 de abril de 2012 (RIBEIRÃO PRETO, 2012), a qual dispõe sobre o Plano de cargos, carreira e remuneração e sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Ribeirão Preto, constitui a carreira do magistério as seguintes categorias profissionais, divididas em três áreas de atuação:

I - ÁREA DE DOCÊNCIA

- a) Professor de Educação Básica I: atuação na Educação Infantil com crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos;

- b) Professor de Educação Básica II: atuação na Educação Infantil com crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
- c) Professor de Educação Básica III: atuação nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio;
- d) Professor de Educação Básica III, efetivo em área de Educação Especial: atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio, em todos os níveis e modalidades.
- e) Monitores do CEEEF “Egydio Pedreschi” e Monitores da EMEPB “Dr. Celso Charuri”.

II - ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL

- a) Diretor de Escola: atuação nas unidades escolares de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio;
- b) Vice-Diretor de Escola: atuação nas unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio;
- c) Coordenador Pedagógico: atuação nas unidades escolares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;
- d) Orientador Educacional: atuação nas unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio;
- e) Supervisor de Ensino: atuação na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Ensino e na Educação Infantil da Rede Privada de Ensino do Município de Ribeirão Preto.

III - ÁREA DE ASSESSORIA EDUCACIONAL: atuação nas escolas da rede municipal de ensino e/ou junto à Secretaria Municipal da Educação:

- a) Assessor Educacional I
- b) Assessor Educacional II
- c) Assessor Educacional III

Artigo 5º - Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional (RIBEIRÃO PRETO, 2012, p. 2-3).

Com relação à composição da jornada de trabalho dos professores no sistema municipal de ensino, a mesma está dividida em: Trabalho Docente com Aluno (TDA), Trabalho Docente Coletivo (TDC) e Trabalho Docente Individual (TDI). De acordo com Lei Complementar 2.524, de 05 de abril de 2012, o trabalho docente é definido

I - Trabalho Docente com Aluno (TDA): compreende o exercício da docência em cumprimento ao currículo, em atividade direta com a coletividade de crianças, adolescentes, jovens e adultos;

II - As horas atividades serão distribuídas em:

- a) Trabalho Docente Coletivo (TDC): compreende o tempo dedicado à formação do docente e à atuação com a equipe escolar, às reuniões pedagógicas e de pais; na construção, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade escolar; no aperfeiçoamento profissional e nas atividades de interesse da unidade escolar e da Secretaria Municipal da Educação;
- b) Trabalho Docente Individual (TDI): compreende o trabalho desempenhado pelo professor em hora e local de sua livre escolha e destinado à preparação das atividades pedagógicas (RIBEIRÃO PRETO, 2012, p. 6-7).

É importante salientar que o momento do TDC é o espaço no qual o professor poderá se dedicar a sua formação, se apropriando de saberes e refletindo sobre sua prática docente. Segundo Freire (1997, p. 20) a educação é

[...] permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A Educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. E Educação e a formação permanente se fundam aí.

No Sistema Municipal de Ensino, o provimento dos cargos de Professor de Educação Básica I, II e III, de Coordenador Pedagógico, de Orientador Educacional e de Supervisor de Ensino⁴⁹ se faz a partir de concurso público de provas e títulos. O provimento dos cargos de Diretor de Escola, Vice-Diretor de Escola, e Assessor Educacional I, II e III ainda se dá a partir de nomeação em comissão pelo Chefe do Executivo.

De acordo com o regimento interno da SME, a mesma está organizada em:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Departamento de Educação;
- III - Departamento Administrativo;
- IV - Centro Educacional Paulo Freire;
- V - Casa da Ciência;
- VI - Conselhos Municipais.

Os assessores técnicos educacionais estão vinculados diretamente ao Gabinete do Secretário de Educação. Dentre as suas atribuições estão: assessorar o Secretário nos assuntos que se referem à área pedagógica; apoiar no desenvolvimento das propostas pedagógicas; apoiar no desenvolvimento e implementação de projetos pedagógicos, supervisionar os projetos em andamento e outras atribuições que estejam relacionadas a área pedagógica.

Vale destacar também o Centro Educacional Dr. Paulo Freire, se constituía como um espaço para o desenvolvimento de ações que promoviam a formação docente, muitas ações descritas nesta pesquisa foram realizadas neste espaço, entretanto este Centro Educacional foi desativado. A Casa da Ciência, localizada no Bosque e Zoológico Municipal “Dr. Fábio Barreto”, está vinculada à SME. Sua função é desenvolver atividades de formação continuada para os docentes, assim como servir de espaço didático e científico para os alunos do ensino

⁴⁹ Os cargos de Coordenador pedagógico, de Orientador Educacional e de Supervisor, eram providos por nomeação em comissão pelo Chefe do Executivo e passaram a ser providos por concurso público, a partir de 2012, com a promulgação da Lei Complementar nº 2.524.

fundamental. A Casa da Ciência passou a cumprir as funções do Centro Educacional Dr. Paulo Freire que foi extinto.

De acordo com a Lei Orgânica do município, a organização do sistema público de ensino municipal tem como parâmetro a legislação estadual⁵⁰ e federal⁵¹. E deve garantir os princípios constitucionais da igualdade de acesso e permanência na escola pública; da liberdade de aprender e ensinar o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; da gratuidade do ensino público; da valorização dos profissionais da educação; da gestão democrática e da garantia de qualidade do ensino em todas as escolas municipais. Entretanto de acordo com a Lei Orgânica do Município⁵², a temática étnico-racial não está contemplada neste documento oficial, não traz referência à educação das relações étnico-raciais ou do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Nos anos de 2007 e 2008, o CME juntamente com a SME propuseram a elaboração de um Plano Municipal de Educação (PME). O processo visou à participação de representantes da comunidade escolar, da sociedade civil organizada com atuação na área educacional, do Ministério Público e de representantes de instituições públicas e privadas. De acordo com a Portaria 0729/2007, o processo foi organizado a partir de discussões nas escolas sobre a educação no município com levantamento de propostas para a construção do PME; a realização de plenárias regionais para o debate e a apresentação de propostas; e por fim a realização de uma Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de referendar o documento final. Todas as etapas foram realizadas e o documento foi encaminhado ao Executivo, que na época era o então prefeito Welson Gasparini. Entretanto o documento não foi encaminhado ao legislativo municipal e o processo de aprovação do PME não foi concretizado.

Em 2014, após aprovação do PNE, os municípios foram convocados, em caráter obrigatório, a elaborar e aprovar seus próprios planos municipais de educação. Em 2015, o município de Ribeirão Preto inicia novamente o processo para elaboração do PME, tendo como base o PME que havia sido elaborado entre os anos de 2007 e 2008, construído coletivamente, aprovado por meio de consultas públicas e homologado pelo CME. A partir do Decreto nº 048, de 25 de março de 2015, e da Portaria nº 0254, de 26 de março de 2015, com a nomeação de uma Comissão Coordenadora, deu-se início novamente ao processo de elaboração deste novo documento. Após a elaboração do texto foram realizadas audiências

⁵⁰ Respeitando o que está disposto nos artigos 237 a 258 da Constituição do Estado de São Paulo.

⁵¹ Respeitando o que está disposto nos artigos 206 a 214 da Constituição Federal.

⁵² Atualizada até a emenda nº 02, de 5 de maio de 2017.

públicas para discutir o documento proposto com a sociedade. A última audiência foi realizada em 17 de junho, com o objetivo de apresentar o texto final, com todas as propostas aprovadas nas audiências anteriores. Em junho de 2015, em sessão ordinária, o CME recebeu, oficialmente, o PME para sua apreciação e encaminhamento à Secretaria da Educação com o parecer do conselho, entretanto a chefe do executivo não deu continuidade ao processo de aprovação do PME. Em 2016 o PME foi encaminhado a Câmara Municipal, com pequenas alterações, no entanto, não foi para a votação devido às denúncias da Operação Sevandija.

Com a mudança do governo municipal, em 2017, novamente foi retomado processo para aprovação do PME, contudo o documento que foi encaminhado para a Câmara de Vereadores não refletia o que havia sido debatido durante o ano de 2015, foram retirados pontos fundamentais do PME aprovado naquele ano. Atualmente o processo foi suspenso por uma liminar da Justiça, obrigando a SME e a Prefeitura a retomar o PME aprovado em 2015, que havia sido elaborado com participação democrática das entidades educacionais e a sociedade civil.

O PME é um documento que norteia a política educacional nos municípios brasileiros, visando romper com a descontinuidade das políticas públicas. Ter um PME significa dizer que os gestores municipais deverão cumprir metas educacionais, alavancando a qualidade do sistema municipal de ensino. Ribeirão Preto é um dos três municípios, no estado de São Paulo, que ainda não tem um PME, e não ter este documento aprovado significa dizer que teremos um atraso em atender as demandas educacionais do município.

Considerando o PME formulado no ano de 2015, vamos verificar como a Lei 10.639/2003 foi contemplada neste documento. Em sua introdução a Lei 10.639/2003; o Parecer CNE/CP nº 03/2004; a Resolução CNE/CP nº 01/2004 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, norteiam a Educação das Relações Étnico-Raciais no município.

Levando em consideração que cabe ao município a obrigação com a Educação Infantil e em regime de colaboração, o Ensino Fundamental, as estratégias para a Educação Infantil, no que tange a educação étnico-racial, são: a formação para gestores, professores e demais profissionais, direcionada a temática das relações étnico-raciais; a elaboração e atualização dos currículos e projetos pedagógicos das escolas, contemplando a temática étnico-racial;

implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais e previsão de dotação orçamentária para realização das ações. Para o Ensino fundamental o plano compreende as seguintes estratégias: participação dos professores na escolha e aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, coerentes com o projeto pedagógico da escola, e considerando a temática das relações étnico-raciais; inclusão nos currículos escolares dos conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena; implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais e previsão de dotação orçamentária para realização das ações; formação docente; criação de uma equipe técnica, sem ônus, para a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que contemplem as relações étnico-raciais no município de Ribeirão Preto; e organização de um censo escolar com o recorte cor/raça.

Na EJA a única estratégia mencionada está relacionada à construção de projetos políticos pedagógicos que contemplem a temática étnico-racial e por fim no item financiamento o plano estabelece a garantia de recursos adequados à implementação da educação das relações étnico-raciais, nos termos estabelecido pela Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Na seção seguinte discorreremos sobre os dados coletados em nossa pesquisa, sua descrição e análise.

4. AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA LEI 10.639/2003

Nesta seção os dados coletados serão expostos de maneira cronológica, a fim de facilitar a organização e possibilitar um entendimento histórico dos acontecimentos. A coleta de dados tomou como ponto de partida a promulgação da Lei 10.639 em janeiro de 2003 e sua finalização se deu em outubro de 2016, quando da exoneração da última Assessora Técnica Educacional ligada diretamente à implementação da referida Lei na Secretaria Municipal da Educação, do município de Ribeirão Preto - SP.

Considerando, inicialmente, a pesquisa documental que foi realizada no início deste trabalho, e posteriormente a realização das entrevistas⁵³, identificamos três períodos nos quais existiram ações destinadas à implementação da Lei 10.639/2003, no município. Em cada um dos períodos, um Assessor Técnico Educacional ficou responsável pela implementação da referida Lei, bem como pelo desenvolvimento das ações direcionadas a este processo:

- a) O primeiro período de 2005 a junho de 2009;
- b) O segundo período do segundo semestre de 2009 a 2011;
- c) O terceiro período de 2012 a outubro de 2016.

Os dados aqui relacionados serão apresentados em uma perspectiva descritivo-analítica, e buscam traçar a trajetória histórica da implementação da Lei 10.639/2003, ao longo do período de 2005 a 2016.

4.1. Período de 2005 a junho de 2009

As eleições municipais de 2004, para o cargo de prefeito e vice-prefeito foram decididas em segundo turno, e Welson Gasparini, representando a coligação *Ética, Experiência e Competência* (PSDB, PSC, PTC e PSL), foi eleito em 26 de outubro para administrar o município. Durante a campanha eleitoral, este candidato assumiu publicamente o compromisso político, com o Centro Cultural Orùnmilá,⁵⁴ em desenvolver políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial. Um dos compromissos assumidos foi a criação de

⁵³ As entrevistas foram realizadas tendo em vista as sugestões dos professores participantes do Exame de Qualificação.

⁵⁴ O Centro Cultural Orùnmilá foi fundado em março de 1994, no bairro do Tanquinho, zona Norte do município de Ribeirão Preto – SP. Nascido de uma Casa de Orixá, este Centro Cultural tornou-se um importante “intelectual coletivo” na luta contra o racismo e a discriminação racial. Disponível em: <<http://orunmila.institucional.ws/origem/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

uma Assessoria de Promoção da Igualdade Racial e a indicação de um nome, escolhido pelo Movimento Negro, para assumir a implementação da Lei 10.639/2003, na SME. Durante este governo, identificamos ações que foram desenvolvidas neste sentido, e vamos apresentá-las levando em consideração as mudanças ocorridas nos cargos de Prefeito(a) Municipal e de Secretário(a) Municipal da Educação, entendendo que essas mudanças influenciaram na execução ou não das ações desenvolvidas na SME. Ao longo desta pesquisa pudemos identificar continuidades e rupturas que estiveram relacionadas às mudanças dos gestores públicos, responsáveis pela administração pública municipal. O quadro a seguir sintetiza as ações desenvolvidas pela SME durante os anos de 2005 e de 2006.

Quadro 8 – Ações desenvolvidas em 2005 e 2006

Prefeito: Welson Gasparini	
Secretário Municipal da Educação: Abib Salim Cury	
Assessora Técnica Educacional: Silvano Euclênio Silva	
ANO	AÇÕES
2005	Portaria 0005/2005: nomeação do Sr. Abib Salim Cury para o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação.
	Portaria 2474/2005: nomeação para o cargo de provimento em comissão da Assessora Técnica Educacional, da SME.
	Portaria 2470/2005: nomeação para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, do Gabinete do Prefeito.
2006	Decreto 210/2006: instituiu a política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes.
	Portaria 1.292/2006: nomeação dos membros para compor a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes.
	III Seminário de Saúde da População Negra no estado de São Paulo.
	II Seminário Regional de Saúde da População Negra em Ribeirão Preto.
	Lançamento do certificado de Mestre de Cultura.
	Decreto 288/2006: instituiu o feriado municipal de 20 de novembro.
	Palestra: Por uma Educação Pluricultural - A Implantação da Lei 10.639/2003.
	Lei Complementar 2.148/2006: constituiu o Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra.

Fonte: Autor (2017)

O ativismo negro foi fundamental para que o município, iniciasse de fato o processo de implementação da Lei 10.639/2003. Este processo deu-se a partir do ano de 2004, durante a campanha eleitoral em um

[...] contexto de disputa e negociação políticas, ainda no pleito eleitoral de 2004, quando o movimento negro, por meio do Centro Cultural Orùnmilá, apresentou uma proposta aos candidatos ao cargo de prefeito da cidade, condicionando seu apoio político a qualquer um deles ao compromisso com um conjunto de ações afirmativas para a população negra da cidade. Um dos pontos colocados como prioritários foi a contratação de uma pessoa indicada pelo movimento negro para atuar na Secretaria da Educação com o objetivo de coordenar o processo de implementação da Lei nº 10.639/2003. O atual prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini, foi o único candidato a aceitar o compromisso [...] (EUCLÊNIO, 2008, p. 267-268).

De acordo com Gonçalves (2011, p. 104), o “protesto negro no Brasil, ao longo do século XX, tendo como suporte organizações negras que lutaram para colocar a questão racial dos afro-brasileiros nas agendas políticas, nas reformas sociais, sobretudo na educação”, foi fundamental para que ativistas negros pleiteassem cargos governamentais e iniciassem uma nova fase do Movimento Negro ocupando pela primeira vez cargos na administração pública. Assim a postura assumida pelo Centro Cultural Orùnmilá, de acordo com a Assessora Técnica Educacional 1, foi de

“[...] negociação política por parcela de poder [...] negociar espaço para exercício do poder [...]” (Assessora Técnica Educacional).

Mesmo após o novo governo ter assumido publicamente o compromisso em desenvolver políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade racial e ter estabelecido um diálogo com o Movimento Negro, especialmente com o Centro Cultural Orùnmilá⁵⁵, a negociação de “espaço para o exercício do poder” não se fez sem embate, segundo a própria Assessora:

“[...] foi realmente uma guerra para conseguir garantir o cumprimento do compromisso, então isso vai mais de um ano da gestão, para conseguir que se cumprisse o compromisso” (Assessora Técnica Educacional).

⁵⁵ O Centro Cultural Orùnmilá atuou como protagonista durante a campanha eleitoral e passou a ter uma posição de liderança no diálogo com o poder público local.

Somente em novembro de 2005, durante a Semana da Consciência Negra, o então prefeito Welson Gasparini (2005-2008), oficializou o acordo firmado no ano anterior com as lideranças do Centro Cultural Orùnmilá. Em solenidade pública, foram assinadas as portarias de nomeação para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, junto ao gabinete do Prefeito e, também, de Silvany Euclênio Silva para o cargo de Assessora Técnica Educacional⁵⁶, na SME, ficando responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 no sistema municipal de ensino e vinculada diretamente ao gabinete do Secretário Municipal de Educação. O prefeito enfatizou o simbolismo das nomeações, no sentido de que os Assessores exerceriam funções na administração pública municipal, colaborando na elaboração de políticas públicas destinadas a comunidade negra na sociedade ribeirão-pretana.

A nomeação da Assessora Técnica Educacional não foi suficiente para dar início à implementação da Lei no município, para ela, o momento de sua chegada à SME foi muito impactante. Segundo seu relato:

“[...] a diretora recebeu a gente na sala dela, mas numa postura absolutamente agressiva [...] aqui na Secretaria nós não temos sala, nós não temos mesa, nós não temos cadeira [...] então vou te colocar numa escola. Você faz um projeto piloto e aí a gente vê se consegue espaço aqui para você trabalhar” (Assessora Técnica Educacional).

Identificamos essa mesma dificuldade durante a criação da SEPPIR, e na organização do Núcleo de Educação Étnico-Racial da SME do município de São Paulo - SP.

Especialmente com relação à criação da SEPPIR, a questão racial foi discutida durante a campanha presidencial de 2002, através do Programa Brasil sem Racismo, e nas negociações dentro da equipe de transição do governo. Neste momento, aconteciam discussões sobre a criação de um órgão destinado à promoção da igualdade racial com identidade própria. Esperava-se que o anúncio da criação da SEPPIR fosse feito no mesmo momento da divulgação da composição do novo governo, e das duas secretarias especiais, contudo, não foi o que aconteceu. As negociações entre o Movimento Negro e o governo não foram fáceis, foi necessário realizar uma grande mobilização na tenda Quilombola do Fórum

⁵⁶ De acordo com o Regimento interno da SME a Assessoria Técnica Educacional realiza a “assessoria ao Gabinete do Secretário da Educação, nos assuntos referentes à área pedagógica; apoio no desenvolvimento da proposta pedagógica; desenvolvimento e implementação de Projetos Pedagógicos; supervisionamento de projetos em andamento; outras atribuições correlatas e advindas da área pedagógica (atendimento a munícipes em busca de informações educacionais)”.

Social Mundial⁵⁷ para pressionar o governo. Somente em 21 de março de 2003, a SEPPIR foi oficialmente criada. Entretanto, no dia seguinte, quando Matilde Ribeiro assumiu suas funções no Ministério não havia um lugar no qual pudesse iniciar suas atividades, nesse momento o secretário executivo, da Secretaria Geral da Presidência, cedeu sua sala para o início dos trabalhos (PEINADO GOMES, 2009).

No caso da SME de São Paulo-SP, ocorreu fato semelhante durante a organização do Núcleo de Educação Étnico-Racial, ou seja, a falta de estrutura física para acomodação das gestoras responsáveis pela implementação da Lei 10.639/2003 na secretaria, além da resistência

[...] junto aos outros profissionais da secretaria, quanto à presença da equipe étnico-racial ou ao tipo de trabalho que desenvolviam, foram evidenciadas em várias circunstâncias, de menor ou maior impacto no trabalho que se pretendia realizar, a disputa pela cadeira era apenas a ponta do iceberg [...] assim como identificamos a população negra como os outsiders na sociedade brasileira, o mesmo acontece com os assessores e gestores da área educação étnico-racial na secretaria em São Paulo. As gestoras, foram designadas pela Secretaria da Educação para responder pelo Art. 26A, ao exercitarem suas funções foram tratadas como párias dentro da instituição a qual pertenciam, ou seja, estão fora das normas institucionais tradicionalmente constituídas (PORTELLA, 2014, p. 132).

Deste modo, independente das dificuldades que serão enfrentadas ou das evidências do racismo institucional, os responsáveis pela implementação da Lei, apresentados nesta pesquisa, seja no âmbito federal, estadual ou municipal legitimam o conceito de gestores proativos, proposto por Filice (2010). Esses gestores públicos são aqueles envolvidos com a temática racial, convictos da necessidade de combater o racismo, enfrentando dificuldades e criando estratégias para a promoção da igualdade racial. Muitos dos gestores proativos são militantes ou ativistas do Movimento Negro, e apesar das dificuldades na implementação

[...] estão convictos da necessidade de inserir em suas escolas, ou no sistema de ensino local, os conteúdos do art. 26-A. Para esses, não se trata de obrigatoriedade, mas de convicção íntima da necessidade dos conteúdos desse artigo, pois não vislumbram uma sociedade melhor, mais democrática, sem o enfrentamento da problemática racial (FILICE, 2010, p. 160-161).

Assim, apesar das condições objetivas e das dificuldades como, por exemplo, a “falta de recursos financeiros, [...] a carência de materiais específicos sobre os conteúdos da lei, a ausência de apoio técnico, a resistências dos pares, [Além da] [...] cultura do racismo”

⁵⁷ O Fórum Social Mundial ocorreu entre os dias 23 e 28 de fevereiro de 2003. Este Fórum é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e buscam construir alternativas para o desenvolvimento humano. O Fórum se reuniu pela primeira vez no ano de 2001, para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Disponível em: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

(FILICE, 2010, p. 264-265), esses gestores proativos legitimam a causa racial e interferem na sua realidade local.

Desta forma, após sua nomeação, independente das dificuldades enfrentadas no momento de sua nomeação, a Assessora iniciou seu trabalho na EMEF Geralda de Sousa Espin, localizada no Jardim Florestan Fernandes. Durante o período no qual esteve presente nesta escola, envolveu-se com as demandas do cotidiano escolar, em especial com a mediação dos conflitos étnico-raciais.

“O cotidiano da escola foi muito revelador de como o racismo está ali, impregnado nas pequenas coisas, no dia a dia, no cotidiano, eu achava muito curioso, por exemplo, os intervalos de aula, não havia, [...] não tinha atividade nenhuma no intervalo de aula [...] a criançada correndo pra lá e pra cá, [...] era inevitável que diariamente houvesse algum conflito racial entre as crianças [...] começaram a mandar para mim, pra eu resolver, então tem coisas, muito, muito emblemáticas” [...] (Assessora Técnica Educacional).

E além das demandas do cotidiano escolar, durante o ano de 2006, a Assessora buscou alternativas para a implementação da Lei 10.639/2003 na SME, e dedicou-se à elaboração de um plano de trabalho junto ao MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ela contou que:

“[...] saiu um edital do MEC para as Secretarias de Educação apresentarem proposta de formação de professor. Então eu fiquei alguns meses dedicados a montar este projeto para captar este dinheiro, porque aí não teria como dizer não vai fazer, porque o dinheiro estava ali, [...] então fiquei lá alguns meses, dedicada a este projeto e dedicada também ao cotidiano da escola” (Assessora Técnica Educacional).

Este projeto foi aprovado no final do ano de 2006, resultando em um convênio entre a SME e o MEC através do FNDE para o desenvolvimento de um curso de formação continuada para os educadores das escolas municipais, sobre as Relações Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Mesmo ainda não atuando diretamente na implementação da Lei 10.639/2003 no município, no mês de maio, a Assessora participou da mesa redonda “O jovem

afrodescendente no espaço do museu”, no Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos. O evento fazia parte da I Semana do Patrimônio Cultural⁵⁸ que incluiu palestras, oficinas e apresentações musicais, e abordou a importância da participação e do envolvimento dos jovens com o patrimônio cultural do município.

No segundo semestre de 2006, em 10 de agosto, foi promulgado o Decreto nº 210, no qual foi instituída, no âmbito da administração pública municipal, a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes. Neste decreto, além da instituição da política pública de promoção da igualdade racial, foi criada, com o apoio da Secretaria Municipal da Casa Civil, a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para os Afrodescendentes. Nesta comissão foram designados, pelo Prefeito Municipal, um Assessor de Promoção da Igualdade Racial, um representante da Casa Civil, um representante da Secretaria da Fazenda, um representante da Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social, um representante da Secretaria da Educação, um representante da Secretaria da Saúde e um representante da Secretaria da Cultura. Além dos representantes da esfera pública, foram designados três representantes das universidades de Ribeirão Preto, seis representantes de organizações não governamentais ligados à proteção e defesa dos direitos dos afrodescendentes e um representante do Centro Cultural Orùnmilá.

De acordo com o referido decreto, coube a esta Comissão sugerir diretrizes e procedimentos administrativos que garantissem a adequada implementação da Política de Ações Afirmativas; submeter à apreciação do Prefeito as propostas de diretrizes complementares que possibilitassem a adequada execução e aprofundamento da Política de Ações Afirmativas; apoiar, avaliar e supervisionar a implementação da Política de Ações Afirmativas, assim como sugerir medidas destinadas à garantia da continuidade e efetivação desta política e, por fim, coordenar e realizar oficinas sobre ações afirmativas para os servidores de recursos humanos e coordenadores de área, bem como a realização de campanhas para sensibilização dos servidores públicos para o problema da exclusão social e a necessidade de políticas de ações afirmativas. Esta Comissão também instituiu o Prêmio Ações Afirmativas para Afrodescendentes; além de contribuir com o atendimento e orientação das pessoas que sofressem discriminação, mediante o atendimento pela Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social. Neste documento também se considerou a publicidade

⁵⁸ Este evento fez parte da IV Semana Nacional de Museus, que aconteceu no ano de 2006, no qual foi instituído como Ano Nacional dos Museus. Assim, no mês de maio de todos os anos, desde a instituição da Política Nacional de Museus, em 2003, é comemorada a Semana Nacional dos Museus. Neste ano, o tema trabalhado foi os Museus e o Público Jovem. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/semana-nacional-de-museus-2006/10883>. Acesso em: 20 jan. 2018.

institucional do município, na administração direta e indireta, devendo observar a pluralidade étnica da população brasileira, levando em consideração, o percentual de habitantes negros, isto é, pretos e pardos no município, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Às Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Cultura foram dadas incumbências específicas que explicitamos a seguir:

Artigo 5º - A Secretaria da Saúde deverá, observadas suas atribuições no Sistema Único de Saúde:

I - Realizar grande campanha educativa para todos os médicos, com relação à anemia falciforme, envolvendo a Sociedade de Pediatria e voltada para o diagnóstico precoce e a prevenção de danos à saúde dos portadores desta doença;

II - Incluir o tema de doenças epidemiologicamente prioritárias para a Comunidade Negra, nos treinamentos e capacitações realizados pelos órgãos formadores dos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF, ligados à Secretaria da Saúde.

Artigo 6º - A Secretaria da Educação deverá:

I - No exercício das prerrogativas fixadas no artigo 24, IX e §§ 1º a 4º, da Constituição Federal, desenvolver um plano de ação para capacitação dos docentes e inclusão, no currículo das escolas da rede pública municipal, do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, na forma da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração prevista na Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e legislação correlata;

II - desenvolver o "Programa Ribeirão Preto: Educando pela Diferença para a Igualdade" - Capacitação dos professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História a ser discutida com os representantes da Comunidade Negra.

Parágrafo Único - O Secretário da Educação criará, mediante resolução, comissão para o desenvolvimento do programa a que se refere o inciso II deste artigo, assim como destinará recursos para sua implantação.

Artigo 7º - A Secretaria da Cultura deverá:

I - Instituir cursos da cultura da África e dos afrodescendentes e de sua história e incluir nas oficinas culturais artistas afrodescendentes, como escritores, autores, diretores de teatro, músicos, artistas plásticos, etc.;

II - Instituir:

a) oficinas regulares para educadores, na Divisão de Arquivo do Município, sobre a história cultural dos afrodescendentes no Estado de São Paulo;

b) a produção de instrumentos de origem africana;

c) cursos livres sobre a influência da música africana na música brasileira, nos Centros de Estudos;

d) instituir junto com Secretaria da Educação certificado de reconhecimento aos mestres da Cultura Popular;

e) o prêmio Solano Trindade para Jovens Criativos das Escolas de Arte Cênica.

III - Criar um observatório de monitoramento e avaliação dos projetos e experiências positivas no combate à discriminação de gênero e raça nas diferentes áreas da cultura;

IV - Junto aos quilombos, instituir uma programação cultural, criar salas de leitura, publicar sua história cultural e elaborar um calendário de suas manifestações culturais;

V - Articular a instituição de cursos para jovens criativos, nas Escolas de Comunicação, referentes ao Dia da Consciência Negra e à criação de núcleos de pesquisa da Cultura Negra Regional em parceria com a comunidade negra e universidades;

VI - Promover a preservação e revitalização do patrimônio material e imaterial dos sítios, terreiros e casas da cultura tradicional de matrizes africanas;

VII - Desenvolver um manual com sugestões para a implementação de ações afirmativas e estimular a sociedade civil a formularem programas e projetos para a

promoção da igualdade racial e apoiarem manifestações culturais dos afrodescendentes;

VIII - Incorporar, junto à programação da Secretaria da Cultura, as manifestações culturais relacionadas à comunidade afrodescendente, bem como incentivar e propiciar a realização de feiras étnicas temáticas e criar a 1ª Mostra de Arte Cênica Afrodescendente (RIBEIRÃO PRETO, 2006a).

Levando em consideração o que foi exposto acima, a SME deveria, então, desenvolver um plano de ação para a “capacitação”⁵⁹ dos docentes e gestores, através do “Programa Ribeirão Preto: Educando pela Diferença para a Igualdade”, “capacitar” especialmente os professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História e incluir nos currículos das escolas municipais o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, em consonância com a legislação vigente. De acordo como o decreto, o Secretário também deveria criar uma Comissão para o desenvolvimento do “Programa Ribeirão Preto: Educando pela Diferença para a Igualdade”, nesta Secretaria, bem como destinar recursos para esta implementação. Entretanto, as condições institucionais para o desenvolvimento de ações concretas para que o programa de formação docente acontecesse de fato, só seriam concretizados a partir de 2007, quando ocorreu a mudança do Secretário Municipal de Educação, e a Assessora passou a atuar diretamente na SME.

É importante considerarmos, neste momento, a concepção que temos sobre formação contínua, continuada ou permanente de professores. No referido decreto, a formação docente foi denominada como “capacitação” de professores, cabe destacar que muitos projetos ou programas desenvolvidos por estados e municípios

[...] são oferecidos num tempo restrito no formato de oficinas, cursos de curta duração, ciclo de palestras ou outros eventos pontuais. [...] nem sempre considera a natureza do fazer pedagógico ou a aprendizagem profissional dos professores, sua formação anterior ou mesmo suas próprias experiências docentes. Eles são oferecidos como cursos de “reciclagem”, atualização ou mesmo “capacitação” em determinada área do conhecimento ou tecnologia da atualidade. Possuem curta duração e acabam não atendendo as necessidades básicas dos professores [...] (LASTÓRIA; ASSOLINI, 2010, p. 21-22).

Entendemos que os programas de formação docente devem romper com esta concepção de “capacitação” e considerar um novo paradigma no qual os professores serão protagonistas do processo de construção e reconstrução do conhecimento. Durante a formação, a relação entre docentes e formadores deve estar pautada no diálogo, no questionamento e na análise crítica dos referenciais teóricos e metodológicos. Neste processo,

⁵⁹ Entendemos que este termo não é o mais indicado para se referir a um processo de formação docente e será explicitado a seguir.

os docentes em formação passam a colaborar com o processo educativo e suas vozes são valorizadas, passando à condição de pesquisadores ou investigadores. Pesquisam sua própria prática ou temas que estejam relacionados com seus contextos escolares e pessoais (LASTÓRIA; ASSOLINI, 2010).

Além da problemática apontada acima, o referido decreto contempla apenas um plano de ação para formação docente e a inclusão, no currículo das escolas municipais, do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, não levando em consideração todas as possibilidades que estão apontadas no Parecer CNE/CP 003/2004 e na Resolução CNE/CP 001/2004. Estes documentos orientam os sistemas de ensino, na formulação de projetos para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em seus estados e municípios.

De acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a educação das relações étnico-raciais,

[...] se desenvolverão no cotidiano escolar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedotecas, áreas de recreação, quadras de esporte e outros ambientes escolares (BRASIL, 2013, p. 94).

Assim, o decreto elaborado pela SME, direcionado a regulamentação da Lei, isto é, aos “dispositivos legais que expressam as ações a serem adotadas pelos Conselhos e pelas Secretarias de Educação para desencadear e realizar a implementação da Lei 10.639/03”, não contemplou a amplitude e a profundidade exposta pelo Parecer CNE/CP 003/2004 (GOMES, 2012, p. 26).

A Portaria nº 1.292/2006 (ANEXO E) nomeou os membros que participariam da Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes. Vale destacar que o Assessor de Promoção da Igualdade Racial, passou a ser o Coordenador desta Comissão e a Assessora Técnica Educacional também foi nomeada como membro representante das entidades de defesa dos direitos da população negra. Em outubro do ano de 2006, foi realizada a primeira reunião, com a participação do Prefeito, representantes de diferentes secretarias e da sociedade civil. Nesta reunião, destacou-se a importância desta Comissão bem como a necessidade do diálogo com todas as secretarias municipais para desenvolver ações voltadas à população negra.

Em outubro deste mesmo ano, a ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro⁶⁰, visitou o município e foi recebida pelo prefeito Welson Gasparini que reiterou a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas de promoção da igualdade racial destinadas à população negra. Após o encontro, a ministra participou, na Câmara Municipal, do evento “O papel dos Municípios na construção da Igualdade Racial”.

No mês da Consciência Negra, em novembro, o município promoveu uma programação, por meio da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e da SME, que incluiu: o 3º Seminário de Saúde da População Negra no Estado de São Paulo; o 2º Seminário Regional de Saúde da População Negra em Ribeirão Preto; o Café Filosófico “Racista, eu? De jeito nenhum”, com o cartunista Maurício Pestana⁶¹; a exposição “Recontando a História” também de Maurício Pestana; o lançamento do certificado de *Mestre da Cultura Popular* e a publicação do Decreto nº 288 (ANEXO F), de 17 de novembro, no qual autorizava o cumprimento da Lei Municipal nº 10.057, de 07 de maio de 2004, tornando o dia 20 de novembro um feriado municipal⁶².

No dia 21 de novembro, a Assessora Silvano Euclênio Silva realizou a palestra “Por uma Educação Pluricultural - A Implantação da Lei 10.639/2003”, no salão nobre do Palácio Rio Branco, sede da Prefeitura Municipal. Neste evento estiveram reunidos diretores e coordenadores das escolas municipais, gestores de outras secretarias, vereadores e o público em geral. Segunda ela:

⁶⁰ Doutora em Serviço Social (2013) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrou a equipe de transição de Governo em 2002, e coordenou o Programa de Governo do candidato às eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva. Foi Ministra da SEPPIR entre os anos de 2003 e 2008. Também foi Secretária Adjunta na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR), da Prefeitura de São Paulo no período de 2013 a 2014. Atualmente é professora adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), no Instituto de Humanidades e Letras, no Campus Malês, na cidade de São Francisco do Conde (BA). A experiência profissional concentra-se na área de gestão pública (políticas de gênero e raça); docência em nível superior em instituições públicas e privadas; e, assessoria a Movimentos Sociais. A militância política desenvolve-se junto ao movimento negro, de mulheres negras, e, feminista. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4768241U2>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

⁶¹ Publicitário, cartunista e editor da revista Raça, com trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Sua extensa obra tem se destacado principalmente na luta pelos direitos humanos e cidadania plena das chamadas minorias brasileiras, fazendo com que seja considerado um dos mais importantes artistas iconográficos da atualidade.

⁶² O feriado do dia 20 de novembro foi questionado pelo Ministério Público, a partir de uma representação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou ilegal a Lei Municipal 10.057/2004. A Prefeitura Municipal recorreu da decisão junto ao Superior Tribunal Federal (STF), mas a decisão foi mantida, e a partir do ano de 2016, o dia 20 de novembro não foi mais considerado feriado municipal.

“Neste momento eu fui apresentada [...] fizemos uma palestra bem didática, sobre o que é racismo no cotidiano escolar e qual seria o nosso trabalho na SME” (Assessora Técnica Educacional).

Em 28 de dezembro de 2006, foi promulgada a Lei Complementar nº 2.148 que constituía o Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra, com as seguintes atribuições de: definir estratégias de intervenção e prioridades de ações referentes à prevenção e assistência da saúde da população negra do município de Ribeirão Preto; acolher, analisar, avaliar e orientar a Secretaria Municipal de Saúde sobre as propostas advindas da sociedade civil, de instituições não governamentais ou de outros órgãos e setores governamentais, que tenham como objetivo a promoção da equidade racial/étnica na atenção à saúde; propor e participar de iniciativas intersetoriais, especialmente em conjunto com as demais instâncias do Sistema Único de Saúde - SUS (Municípios e Ministério da Saúde), relacionadas com o desenvolvimento de ações de promoção da equidade racial/étnica na atenção à saúde; colaborar no acompanhamento e avaliação das políticas e ações do Sistema Único de Saúde - SUS do município de Ribeirão Preto, que tratem da diversidade racial/étnica e da promoção da equidade racial/étnica; fortalecer as redes de solidariedade, através da formação de novas parcerias e mobilização de parceiros, incluindo organizações governamentais e não governamentais, universidades, centros de pesquisa, estabelecimento de ensino e capacitação, entre outros; e aplicar a Política de Ações Afirmativas, e promoção da igualdade racial.

Este Comitê deveria compor, como membros permanentes, os seguintes representantes: três do Conselho Municipal de Saúde; um da Secretaria Municipal da Saúde; um da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social; um da Secretaria Municipal da Educação; um da Assessoria de Promoção da Igualdade Racial; um da Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes; três de organizações não governamentais do Movimento Negro; um do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; e um da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto.

É importante salientar que as ações desenvolvidas pela SME, muitas vezes eram realizadas em conjunto com outras secretarias e havia uma relação muito próxima com a SMC. Não podemos nos esquecer também de que durante esse período estava sendo desenvolvida, no âmbito da administração pública municipal, uma Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, além da formação de uma Comissão de Coordenação e

Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para os Afrodescendentes que, na figura do seu Coordenador, garantiu a transversalidade dos trabalhos, isto é, a atuação nas diferentes secretarias municipais. Além da SME, durante a coleta de dados percebemos avanços significativos na Secretaria Municipal da Saúde (SMS), possibilitando futuras pesquisas neste campo de estudo. Durante o desenvolvimento do “Projeto Baobá”, por exemplo, foi disponibilizado, para os professores, material informativo (ANEXO G) sobre a anemia falciforme. Este material foi produzido com base no manual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e adaptado à realidade local pela SMS.

Já haviam se passado quase dois anos da posse da atual gestão e, embora houvesse ocorrido nomeações, assinaturas de decretos e portarias, aprovação de projeto de formação docente e até a apresentação da Assessora Técnica Educacional para os gestores da SME, a implementação da Lei 10.639/2003 no município, ainda estava longe de produzir ações concretas. De acordo com o artigo publicado por Euclênio (2008), foram necessários dois anos para desfazer “os entraves e as resistências” à sua presença na SME, bem como o fortalecer do desenvolvimento dos trabalhos relacionados à temática étnico-racial. Segundo Euclênio (2008, p. 268)

[...] passaram-se dois anos nos quais foram necessários muitos esforços para dirimir os entraves e as resistências à presença de uma educadora negra, ativista do movimento negro, na Secretaria da Educação, especificamente para trabalhar com a temática étnico-racial.

Era necessário então, que o projeto de formação continuada de professores, aprovado no final do ano de 2006, por meio de um convênio nº 862019/2006 entre o município e o MEC/FNDE (ANEXO H), fosse colocado em prática visando à formação de docentes e gestores para a diversidade étnico-racial.

Este convênio estabelecido entre a SME e o MEC/FNDE tinha como objetivo conceder apoio financeiro ao município para que o mesmo desenvolvesse ações que assegurassem o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, buscando a superação do racismo e da discriminação racial no ambiente escolar. Desde a promulgação da Lei 10.639/2003, o MEC vem desenvolvendo uma política educacional na qual a questão da diversidade está cada vez mais presente. Como foi apresentado na seção 2 deste trabalho, é válido mencionar a criação da SECAD, secretaria que reuniu programas, projetos e ações que antes estavam dispersos no MEC, reorganizando seu desenho institucional.

De acordo com Rodrigues (2011, p. 191) é possível verificar uma evolução orçamentária nos programas relacionados à diversidade, considerando que

[...] ocorreu um aumento substancial no orçamento da diversidade no MEC, por outro lado, constata-se também que ainda há muito a ser conquistado em termos orçamentários, pois o orçamento específico da questão da diversidade ainda é irrisório em relação ao orçamento total do Ministério.

Assim a destinação deste recurso financeiro para a SME está inserida neste contexto de maior valorização da temática da diversidade no campo educacional, entretanto sabemos que o orçamento destinado a esta temática ainda é pequeno se comparado ao orçamento total do MEC. O ano de 2006 terminou com uma perspectiva positiva de que o município de fato realizasse ações que desenvolvessem políticas públicas educacionais que considerassem o direito à diversidade étnico-racial, entretanto ficou evidente que a

[...] efetivação e a implementação de leis no campo educacional dependem em grande medida de um conjunto de condições que lhes permitam a realização plena. [...] todos esses dispositivos legais entram em confronto direto com o imaginário e as práticas de racismo e como o mito da democracia racial extremamente arraigados no bojo do processo de escolarização e no imaginário de profissionais da educação em todos os níveis da educação brasileira. [...] Portanto a adoção da Lei e sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam reorganização desse lócus numa perspectiva emancipatória [...] (GOMES, 2012a, p. 24).

Entendemos que uma das condições necessárias à implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares no município estavam diretamente relacionadas à aceitação dos gestores públicos, neste caso prefeito e secretário municipal da educação, em desenvolver uma política educacional que contemplasse a diversidade e o direito à diferença, e não apenas à continuidade de uma política universalista no campo da Educação. Desta forma, reconhecer as desigualdades raciais e a necessidade de realizar políticas direcionadas à população negra foi um fator importante para que as ações fossem efetivadas, e o posicionamento e a atuação do Movimento Negro foram determinantes para o reconhecimento dessa problemática por parte do poder público. Gomes (2008, p.100) atribui ao Movimento Negro a posição de sujeito político que

[...] tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático com imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores (as), pela atual inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares [...].

Assim a concretude das ações destinadas à implementação da Lei começam a tomar corpo nos anos de 2007 e 2008. Em janeiro, através da Portaria nº 0019 (ANEXO I), o Sr. José Norberto Callegari Lopes passou a ocupar o cargo de provimento em comissão de

Secretário Municipal da Educação, e a partir deste momento as ações para a implementação da Lei 10.639/2003 começaram a acontecer de modo mais efetivo e sistemático.

Até a nomeação do novo Secretário, a Assessora estava lotada em uma unidade escolar, como mencionado anteriormente. Durante dois anos de governo, as ações desenvolvidas pela SME, ficaram restritas à elaboração de um plano de trabalho para a formação continuada de professores, e sobre tais aspectos, a fala da Assessora, revela seu sentimento de isolamento e, ao mesmo tempo o desenvolvimento de suas atividades profissionais:

“[...] tive que correr atrás da verba do MEC, porque é anterior ao Callegari, porque eu estava isolada lá [...]. Eu comecei a investigar possibilidades, encontrei esse edital do MEC, [...] e avisei a Secretaria, eles colocaram [...] a Silvana Mussalim, [assistente técnica educacional] da Secretaria de Educação, ela quem me tirava às dúvidas burocráticas. Posso colocar isso? Não posso? Isso é permitido? Não é? Então eu trabalhei no projeto, enquanto eu estava lá [...] ajudei muito a escola a lidar com as questões raciais, que ocorrem diuturnamente no ambiente escolar, [...] e fora isso trabalhei no projeto [...]. E enquanto isso pressão, pressão do pessoal do Orùnmilá em cima do prefeito para resolver o problema” (Assessora Técnica Educacional).

Somente após a mudança do Secretário, a Assessora passou a atuar dentro das dependências da SME e a desenvolver um trabalho direcionado, especificamente para a implementação da Lei 10.639/2003. Sua fala explicita um novo reconhecimento das atribuições de sua competência dentro da Secretaria, bem como um novo “status” ao seu papel:

“[...] Ele assumiu num dia, no outro dia me chamou na Secretaria da Educação, me recebeu na sala dele, o outro secretário acho que nunca tinha me recebido na sala dele. Me recebeu na sala dele e disse: Você é minha Assessora, mas não está aqui, por quê? [...] Eu disse a ele: pois é Secretário, eu fui convidada para desenvolver um projeto aqui, mas me disseram que não há espaço. Ele disse: Eu vou providenciar o espaço e ainda essa semana você virá para cá. [...] E no dia seguinte eu estava lá, tinha mesa, cadeira, tinha computador, tinha tudo, antes não tinha. O racismo

institucional, ele opera assim, não ia dizer: não te quero aqui, disse não temos mesa, nem cadeira, nem computador para você trabalhar aqui, então você vai para uma escola. [...] A partir daí, começamos a criar as condições para trabalhar, porque aí o Secretário me chamando você passa a contar com a boa vontade da equipe, [...] Assessoras Técnicas, no mesmo cargo meu, desenvolvendo nosso trabalho, uma contribuindo, ajudando a outra. E já estávamos com recursos para o curso, então já partimos imediatamente para elaborar o edital para fazer a chamada pública para a entidade que iria ministrar o curso” (Assessora Técnica Educacional).

Assim, podemos perceber o racismo institucional atuando

[...] de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas – produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. [...] o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governos quanto de accountability. Para que seja efetivo, o racismo institucional deve dispor de plasticidade suficiente para oferecer barreiras amplas – ou precisamente singulares – de modo a permitir a realização de privilégio para uns, em detrimento de outros, em toda sua ampla diversidade (WERNECK, 2016, p. 545).

Deste modo, desfeitos os entraves institucionais, a Assessora assumiu sua função na SME e passou a desenvolver as ações destinadas à implementação da Lei 10.639/2003 no município. Entretanto de acordo com a Assessora

“O racismo ele é estruturante [...] é muito solitário ser gestor negro, você vive dentro de uma estrutura racista, você tem o embate permanente, eu costumo dizer, já fui gestora duas vezes, não foi solitário, porque eu sabia que a estrutura era racista e eu buscava o meu ponto de apoio no movimento negro, na sociedade civil organizada, porque senão é solitário e não avança mesmo [...]” (Assessora Técnica Educacional).

A partir de sua fala, percebendo o racismo estrutural, a Assessora identificou sua base de apoio no Movimento Negro, garantindo e fortalecendo o desenvolvimento das ações destinadas a implementação da Lei. A mudança de Secretário também foi importante para que as ações fossem desenvolvidas, considerando que a partir daquele momento, pelo fato da Assessora estar ocupando um espaço dentro do prédio da SME e ter o reconhecimento do Secretário, foi possível contar com a disposição da equipe para a realização do seu trabalho junto a SME.

A seguir, apresentamos o quadro que sintetiza as ações desenvolvidas no ano de 2007:

Quadro 9 – Ações desenvolvidas em 2007

Prefeito: Welson Gasparini	
Secretário Municipal da Educação: José Norberto Callegari Lopes	
Assessora Técnica Educacional: Silvany Euclênio da Silva	
ANO	AÇÕES
2007	Portaria 0019/2007: nomeação do Sr. José Norberto Callegari Lopes para o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação.
	Decreto 194/2007: altera a redação do Decreto 210/2006 no seu inciso II do Artigo 6º, alterando o nome do programa de capacitação dos professores, passando a ser "Projeto Baobá - Educando para a Igualdade Étnico-Racial".
	Em 21 de março de 2007, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, lançamento oficial do "Projeto Baobá - Educando para a Igualdade Étnico-Racial".
	Oficinas de sensibilização sobre a temática étnico-racial.
	Café Filosófico: Cosmovisão Africana.
	Comissão responsável para promover o desenvolvimento do "Projeto BAOBÁ - Ribeirão Preto Educando para a Igualdade Étnico-Racial".
	Feira do Livro: aquisição de material bibliográfico e áudio visual realizada diretamente pelas escolas municipais.
	Distribuição de material bibliográfico e audiovisual sobre a temática étnico-racial para as escolas municipais.
	Posse da Comissão instituída pela Resolução SME 08/2007.
	Palestra "A Imagem do Negro na Literatura Infanto-juvenil".
	Visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil, em São Paulo.
	Aula inaugural do Curso de Formação Docente "Relações Raciais e Cultura e História Africana e Afrodescendente".
	Programação da Semana da Consciência Negra.

Fonte: Autor (2017)

Neste ano, o Decreto 194/2007 alterou o nome do programa de formação docente, passando para: “Projeto Baobá - Educando para Igualdade Étnico-Racial”. Assim, em 21 de março de 2007, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, foi lançado, em solenidade oficial, no salão nobre da Associação Comercial e Industrial de

Ribeirão Preto (ACIRP) o “Projeto Baobá – Educando para a Igualdade Étnico-Racial” e contou com a presença da coordenadora Barbara da Silva Rosa⁶³, da Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais da SECAD. Esta proferiu a palestra “Relações Étnico-raciais e Educação no Brasil: Papel do Ministério da Educação” para os gestores das escolas municipais e demais presentes na solenidade. (ANEXO J).

Desta forma, o lançamento do Projeto Baobá dá início à implementação da Lei 10.639/2003, no município, e tem como objetivo além da formação docente, combater o racismo e promover a igualdade racial no sistema de ensino municipal. A partir das primeiras ações anunciadas pela SME, a preocupação com a formação docente e com a aquisição de bibliografia referente à temática da diversidade étnico-racial ficou evidente. De acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004 os sistemas de ensino devem providenciar a

[...] articulação entre sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando a formação de professores para a diversidade étnico-racial; [...] Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo [...] (BRASIL, 2013, p. 97-99).

É importante destacar que até o ano de 2009, os referenciais que orientavam municípios e estados na implementação da Lei 10.639/2003 eram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E uma das preocupações dos entes federados era justamente a formação docente, mas uma formação voltada para a educação das relações étnico-raciais, no sentido do reconhecimento e da valorização da história, da cultura e da identidade da população negra. Assim, o primeiro passo dado pela Assessora neste sentido foi promover uma palestra de sensibilização sobre a educação das relações étnico-raciais.

Assim antes de iniciar o desenvolvimento do “Projeto Baobá”, a Assessora organizou oficinas, no sentido de sensibilizar docentes e gestores para as questões relacionadas à discriminação e ao racismo. Para tais atividades, contou com a participação do professor Edson Lopes Cardoso⁶⁴, nestas oficinas atingiu, segundo sua fala, em torno de duzentos

⁶³ Mestre em Administração Pública pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, da Universidade de Brasília (UnB).

⁶⁴ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), atuando nos seguintes temas: racismo, educação, comunicação, direitos humanos e cidadania, política e literatura. Na Câmara dos Deputados, foi chefe de gabinete do Deputado Florestan Fernandes (1992-1995) e do Deputado Ben-Hur Ferreira

docentes e gestores educacionais. Uma gestora que assistiu a uma dessas palestras foi procurá-la, e desta conversa nasceu o projeto “Diversidade Étnico-Racial”, desenvolvido durante o ano de 2008, em algumas escolas de Educação Infantil. Nas palavras da Assessora, este foi um dos trabalhos mais emblemáticos e significativos desenvolvido por ela, juntamente com as gestoras, durante sua permanência na SME, segue seu relato:

“[...] uma diretora, de CEI, quando terminou ela me disse assim: Eu vim por curiosidade, porque na minha cabeça, os segmentos que nós trabalhamos, não têm como praticar o racismo, porque a gente cuida de criança, e criança pra gente é tudo igual, aí depois da oficina eu entendi que nós precisamos mais do que as outras. E ela encampou, junto com um conjunto de diretores, [...] projeto e o trabalho delas foi tão interessante que a gente replicou na prefeitura municipal de Santa Rosa do Viterbo. Elas encamparam porque é um trabalho muito específico, elas descobrem que toda identidade visual da escola era branca, elas precisavam criar uma identidade visual própria, e elas descobrem que todas as bonecas para as crianças brincar[em] eram brancas, e não tem no mercado para comprar, então elas criam modelo e começam a fazer as bonecas. E elas desenvolvem atividades extremamente interessantes, envolvendo a família, chamando a mãe, a avó para ajudar a construir as bonecas que representassem a identidade do seu filho, da sua filha. E aí elas percebem também que nem toda mãe, nem toda avó percebem qual é a identidade da criança que ela cuida, então elas esperavam assim que a mãe oriental, que eram pouquíssimas, criaria uma bonequinha oriental, que a mãe negra criaria uma bonequinha negra, mas nem sempre ocorreu. [...] foi dentro do Projeto Baobá mesmo, Baobá tem essa amplitude [...] Esse para mim foi assim a parte mais interessante do projeto, pegaria a primeira infância, e percebe que o cuidado com a criança negra, há o cuidado, mas não é o mesmo, percebe que quando a criança branca machuca, há uma preocupação em explicar para mãe [...], quando a criança negra machuca, cuidam da ferida, mas entrega pra mãe sem nenhuma preocupação, então foram percebendo as nuances, começa a perceber que na hora do banho, o cabelo da criança negra ninguém quer arrumar e aí às vezes tem um educadora na creche que é negra, fica todas as crianças

(1999-2002), e foi assessor do Deputado Paulo Paim na Terceira Secretaria da Mesa Diretora (1997-1998). No Senado Federal foi assessor de relações raciais da Primeira Vice-presidência, na gestão do Senador Paulo Paim (2003-2005). No período 2011-2014 foi assessor especial na SEPPIR. Editor do Jornal ÌROHÌN, foi também editor de algumas importantes publicações do Movimento Negro. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785570T6>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

negras para ela arrumar o cabelo [...] Então acho que foi o trabalho mais emblemático, nas CEIs” (Assessora Técnica Educacional).

A relação entre educação infantil e relações étnico-raciais tem motivado estudos e pesquisas, e de acordo com Oliveira e Abramowicz (2010) estudos têm demonstrado que os alunos negros enfrentam dificuldades para permanecer na escola durante suas trajetórias escolares. Segundo as autoras, a obra de Cavalleiro (2000) analisou a sociabilização de crianças negras na educação infantil e na família, revelando que essas crianças estão internalizando determinados conteúdos que favorecem de maneira negativa a construção de suas identidades. Assim,

[...] as crianças negras vivem diversas experiências que as levam a constituir uma autoimagem negativa. Os dados obtidos pela autora mostram que há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não verbal, por meio de atitudes, gestos e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, p. 212).

Neste caso, concordamos com as autoras no que se refere à escola realizar uma inclusão diferenciada entre crianças negras e brancas. O depoimento da Assessora demonstra que a escola de Educação Infantil ainda trabalha com a premissa de uma escola única e igual para todos. A formação docente é fundamental para que os educadores possam desenvolver novos paradigmas educacionais, pautados na diversidade e na diferença. Para Oliveira e Abramowicz (2010, p. 214) isso é importante

[...] tanto para as crianças negras quanto para as brancas, pois os alunos negros encontrarão na escola uma fonte para o desenvolvimento de uma possibilidade positiva de pertencimento, e os alunos brancos terão oportunidade de adquirir abertura maior para as diferenças.

Assim as ações de formação docente específica para professores e gestores da educação infantil foram realizadas a partir do Projeto Diversidade Étnico-racial, desenvolvidas durante o ano de 2008, conforme apresentaremos posteriormente.

Dando prosseguimento às ações de formação no âmbito do “Projeto Baobá”, foi realizado o “Café Filosófico”, no Auditório Meira Júnior, com o palestrante Paulo Pereira de Oliveira, fundador do Centro Cultural Orùnmilá, tratando do tema da “Cosmovisão Africana”. De acordo com o palestrante, o Movimento Negro sempre reconheceu na Educação um dos mais importantes canais de mobilização social e salientou que o ensino da cosmovisão africana propicia a reafirmação da identidade dos afro-brasileiros bem como a convivência entre os diferentes segmentos que constituem a sociedade brasileira. Cunha Júnior (2013, p.

31) destaca que o ensino de História da África favorece a compreensão da cosmovisão africana e dos sistemas filosóficos africanos, além de contribuir com a compreensão sobre as religiões de matriz africana presentes no Brasil, e assim “deixariam de ter medo das comunidades de terreiro que se formam nos mais diferentes lugares do país”.

Uma das ações desenvolvidas pelo “Projeto Baobá” foi a aquisição de material bibliográfico direcionado aos alunos e professores para que pudessem utilizar no cotidiano escolar. Duas licitações foram feitas para a aquisição de livros e materiais audiovisuais. Em agosto de 2007, a SME iniciou a primeira distribuição de material bibliográfico e audiovisual (ANEXO K) relacionado à temática étnico-racial para as escolas municipais. Realizou-se uma solenidade no salão nobre do Palácio Rio Branco, sede da Prefeitura, na qual o Secretário, José Norberto Callegari Lopes, empossou os membros da Comissão⁶⁵ para promover o desenvolvimento do “Projeto Baobá – Educando para a Igualdade Étnico-Racial”, de acordo com a Resolução SME nº 8, de 04 de setembro de 2007, na SME. No evento também foi ministrada a palestra “A imagem do Negro na Literatura Infanto-Juvenil”, proferida pela professora Salita do Aramaico Gonçalves Moreira⁶⁶.

Além das aquisições feitas pela SME, durante a realização da 7ª Feira Nacional do Livro – Para viver um grande encontro, as escolas municipais receberam verba específica destinada à compra de livros. Na ocasião, a Assessora realizou visitas aos expositores e indicou títulos relacionados à temática étnico-racial para serem adquiridos pelas escolas. Desta forma, as bibliotecas das escolas receberam títulos que abordavam a temática, o que enriqueceu seus acervos. Além da compra realizada diretamente na Feira Nacional do Livro, algumas empresas enviaram catálogos com livros e materiais pedagógicos. A Comissão responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 na SME analisou estes materiais, verificando sua adequação ou não à proposta de uma educação antirracista⁶⁷.

Prosseguindo com o desenvolvimento do “Projeto Baobá”, no dia 23 de outubro, ocorreu a aula inaugural do curso de formação docente “Relações Raciais e Cultura e História Africana e Afrodescendente”, organizado para atender duzentos (200) docentes e gestores, com carga horária de cento e vinte (120) horas. Inicialmente foram oito aulas durante o ano de 2007 (ANEXO L) e vinte e duas aulas, durante o primeiro semestre do ano de 2008. (ANEXO

⁶⁵ Esta comissão atualmente não está em funcionamento e nenhum membro foi empossado novamente.

⁶⁶ Pedagoga, professora alfabetizadora, e Especialista em Estudos Culturais Afro-brasileiros e Africanidades.

⁶⁷ Todos os anos, durante a realização da Feira Nacional do Livro, as escolas municipais recebem verbas específicas para a aquisição de livros e materiais pedagógicos, devendo contemplar em suas novas aquisições as temáticas da educação étnico-racial e das africanidades, assim diversificando e enriquecendo o acervo das bibliotecas das escolas municipais.

M). O curso foi realizado no período noturno e aos sábados, e a Assessora destacou o compromisso da maioria dos docentes e gestores em dedicar suas horas de descanso para participar desta formação. De acordo com Gomes (2012a, p. 361), a formação continuada encontra alguns limites, dentre os quais destacamos:

O desafio da (re)organização dos tempos e espaços escolares para que os(as) profissionais possam participar de cursos de especialização [...] A falta de recurso financeiros do(a) professor(a) e da escola para que os(as) educadores(as) participem das ações de formação conciliando-as com o seu tempo de trabalho na escola [...] A disponibilidade de tempo do(a) professor(a) para se dedicar à formação fora do seu horário de trabalho e/ou aos sábados. O acúmulo de trabalho dos docentes [...].

Identificamos em nossa pesquisa, durante os três períodos estudados, que a maioria dos cursos que foram oferecidos aos docentes realizaram-se à noite ou nos finais de semana. Poucas formações foram realizadas aproveitando os momentos de formação que já fazem parte da jornada dos professores. Entendemos que a formação docente em geral, e especificamente a formação docente para a diversidade étnico-racial, deve ser oferecida contemplando a maioria dos professores, ou até sua totalidade, possam participar efetivamente. E assim garantir que os docentes tenham acesso aos conhecimentos necessários para a mudança de práticas e de posturas que ainda permanecem no cotidiano escolar. É importante salientar também que os cursos de formação devem “tocar com radicalidade em questões arraigadas na conformação histórica, social, política e econômica do nosso país, problematizando o lugar da raça e da questão racial nesse contexto” (GOMES, 2012a, p. 357).

A instituição que ficou responsável por ministrar o curso de formação docente foi a empresa Mídia Etnia – Educação e Comunicação, e a mesma foi selecionada no pregão eletrônico⁶⁸ com critério de julgamento de menor preço global e que atendesse as especificações do edital (ANEXO N). De acordo com o conteúdo programático (ANEXO O), descrito no edital, o curso deveria contemplar conteúdos relacionados à Lei e suas Diretrizes; os conceitos de etnocentrismo, racismo, preconceito, discriminação e relações raciais no Brasil; História da África; História do Brasil Colonial e pós Abolição; Movimento Negro; o Negro na Arte, na Literatura e na Educação.

Conforme informou a Assessora, houve um acompanhamento das atividades durante a realização do curso de formação, objetivando verificar a qualidade das aulas ministradas aos docentes e gestores do município. Segundo sua fala, tal aspecto foi uma preocupação constante:

⁶⁸ Edital de homologação - Pregão Eletrônico nº 0151/2007-4 - Processo de Compra nº 0896/2007.

“[...] nós acompanhamos muito de perto o conteúdo, por que a nossa preocupação também era: Será que a ONG que ganhou a licitação tem condições de fazer a abordagem que tem que ser feita? Então a gente acompanhou muito de perto [...] deu muito certo [...] o curso deu muito certo” (Assessora Técnica Educacional).

Além do curso de formação docente “Relações Raciais e Cultura e História Africana e Afrodescendente”, entre os meses de setembro e dezembro de 2007, a SME, no âmbito do “Projeto Baobá”, promoveu quatro visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil⁶⁹, destinadas a gestores e docentes (ANEXO P). De acordo com o informativo para inscrição, esta ação pretendia contribuir com a formação docente na perspectiva da educação étnico-racial e da história e cultura afro-brasileira e africana. Não se tratou apenas de uma visita a um museu, mas sim de uma atividade formativa com o objetivo de oportunizar vivências múltiplas sobre a temática étnico-racial. De acordo com a Assessora, as visitas ao Museu Afro Brasil foram muito importantes para *inspirar* os professores no sentido da criação de atividades diversas e possibilitar desdobramentos nas práticas educativas. Segundo ela:

“[...] A gente ia de manhã, passava o dia lá, foi uma etapa que foi muito interessante e que inspirou professoras. Foi em função do que estavam produzindo [nas escolas] que veio a ideia, [...] essa riqueza toda não pode ficar só na escola. E aí veio à ideia de fazer a Mostra Cultural no Palace, que deu muito certo também” (Assessora Técnica Educacional).

Em novembro, mês da Consciência Negra, vários eventos foram realizados no município. A abertura da programação deu-se na Esplanada do Teatro Pedro II, com a manifestação cultural Batuque de Umbigada. A Organização não Governamental (ONG) Fala Preta⁷⁰, desenvolveu um ciclo de palestras no Centro Cultural Orùnmilá, e as palestras proferidas foram: Violência Contra a Mulher; Tráfico de Pessoas – Recorte Racial e de Gênero; Mulher Negra e Mercado de Trabalho; e a Lei 10.639 e Relações de Gênero.

⁶⁹ O Museu Afro Brasil, está localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, no Parque Ibirapuera, no município de São Paulo – SP. Foi inaugurado em 2004 a partir coleção particular Emanuel Araujo. Hoje conta com mais de 6 mil obras, abarcando diferentes facetas do universo cultural Africano e Afro-brasileiro. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu>>. Acesso em 10 jan. 2018.

⁷⁰ Fundada em abril de 1997, a ONG Fala Preta foi criada com o objetivo de buscar a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e de gênero e tem como meta a defesa dos direitos humanos e da cidadania da população negra. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/1994>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

No Teatro de Arena, ocorreu a Feira Afro-brasileira com apresentações de capoeira, maculelê, hip-hop, samba, reggae e teatro. Na Casa da Cultura, o advogado Hédio Silva Junior⁷¹ proferiu a palestra “Religiosidade de Matriz Africana e Legislação”. Na quadra da escola de samba “Bambas”, ocorreu uma oficina de capoeira, seguida da palestra “Capoeira, Cultura Afro-brasileira e a Lei 10.639/03” com o Mestre de capoeira Pedro Moraes Trindade. O ator Giovani Lima da Silva realizou, no Centro Cultural Orùnmilá, oficinas de teatro e literatura. O encerramento foi realizado na Câmara Municipal com a participação de Nei Lopes⁷², no Café Filosófico “Samba, Cultura Afro-brasileira e a Lei 10.639/03”.

O ano de 2008 foi marcado pela realização de diversas ações desenvolvidas pela SME e o quadro a seguir sintetiza tais eventos:

Quadro 10 – Ações desenvolvidas em 2008

Prefeito: Welson Gasparini	
Secretário Municipal da Educação: José Norberto Callegari Lopes	
Assessora Técnica Educacional: Silvano Euclênio Silva	
ANO	AÇÕES
2008	Curso: Relações Raciais e Cultura e História Africana e Afrodescendente.
	Projeto: Diversidade Étnico-racial.
	4º Prêmio Educar para a Igualdade Racial.
	Oficina: O PPP e a Lei 10.639/03.
	Oficina: Identidade Étnico-Racial no Brasil – Quesito Cor/ Raça na Educação.
	Seminário: Abolição Inacabada; II Encontro da Cultura Negra.
	Festança - Festival de Dança das Escolas Municipais de Ribeirão Preto.
	Oficina: Ciência, Cultura e História das Relações Étnico-Raciais.
	Distribuição de materiais bibliográficos - Baú do Baobá.
	Primavera dos Museus: Palestra Projeto Baobá e a multiculturalidade.
	Evento: 313 anos: Zumbi Vive! (Ojo Aiku) 2008.
	I Mostra da Cultura Negra das Escolas Municipais de Ribeirão Preto.

Fonte: Autor (2018)

⁷¹ Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2003. Atualmente é diretor executivo no CEERT, professor na Faculdade Zumbi dos Palmares, advogado dos consulados de Angola em São Paulo e no Rio de Janeiro e assessor científico FAPESP. Atuando nos seguintes temas: liberdade de crença, direito internacional, ações afirmativas, racismo, educação igualitária, entre outros. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4239752Y2>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷² Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje UFRJ. Compositor e interprete de música popular e também escritor e estudioso das culturas africanas, no continente de origem e na diáspora. Disponível em: <<http://neilopes.com.br/biografia/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

O curso de formação docente “Relações Raciais e Cultura e História Africana e Afrodescendente” estava em andamento e, foi dado início ao Projeto “Diversidade Étnico-Racial”, no âmbito do “Projeto Baobá”. O mesmo foi desenvolvido por seis escolas de Educação Infantil: o CEI Anna Augusta França localizada no Parque Ribeirão Preto; o CEI Felicitá Drudi Costa Pinto localizada no bairro Antonio Marinceck; o CEI Opus Dei localizada no bairro Quintino Facci II; o CEI Thomaz Urbinatti localizada no distrito de Bonfim Paulista; e o CEI Victor Youssef Darkoubi localizada no bairro do Planalto Verde. Foram realizadas diversas atividades, as quais envolveram toda a comunidade escolar para refletir sobre a importância da valorização e do respeito à diversidade étnico-racial. Atividades de formação e a formulação de projetos pedagógicos com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade étnico-racial estavam sendo desenvolvidas. Durante este projeto, que foi realizado ao longo do ano de 2008, foram promovidos quatro encontros para socialização das atividades desenvolvidas nas escolas, bem como debates, palestras, leitura de textos e oficinas⁷³. Os debates desenvolveram os seguintes temas: a diversidade étnico-racial; a história e cultura africana e afro-brasileira; o racismo; o preconceito racial e suas manifestações no ambiente institucional; relações raciais; e ações afirmativas.

Em abril deste ano, a SME apresentou para as escolas o 4º Prêmio “Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial/Étnica no Ambiente Escolar”, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). O Prêmio tinha o objetivo de identificar, reconhecer, apoiar e difundir boas práticas pedagógicas e de gestão escolar na promoção, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial nas escolas. Durante o evento foi realizada uma palestra com o advogado Hédio Silva Junior sobre a importância da Lei 10.639/2003.

Além da formação continuada de docentes, o “Projeto Baobá” também desenvolveu formação específica para gestores e demais servidores da SME. A oficina “O Projeto Político Pedagógico e a Lei 10.639/03” foi ministrada pelo professor Edson Lopes Cardoso com o objetivo de orientar a inclusão das determinações legais previstas na Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes, nos projetos políticos pedagógicos das escolas do sistema municipal de ensino. A oficina “Identidade Étnico-Racial no Brasil: Quesito Cor/Raça na Educação” foi direcionada aos servidores responsáveis pelo atendimento e preenchimento dos formulários de matrículas nas secretarias das escolas. O objetivo foi orientar sobre as relações raciais existentes no

⁷³ Uma delas foi a “Trançando a Cabeça”, oficina de tranças.

Brasil e a importância de abordar adequadamente pais e responsáveis quanto à declaração de pertencimento racial de suas crianças.

Em 13 de maio de 2008 completaram-se 120º anos da Abolição da Escravatura e o município, organizou o II Encontro da Cultura Negra e o Seminário Abolição Inacabada, que trazia a seguinte reflexão: 120 anos se passaram desde que foi abolida a escravidão no Brasil, entretanto o que realmente mudou e o que ainda é preciso ser feito para a construção de um país com igualdade racial? O Seminário Abolição Inacabada contou com importantes personalidades do Movimento Negro do cenário nacional.

Figura 2 – Seminário Abolição Inacabada

A SME promoveu o Festival de Dança das Escolas Municipais de Ribeirão Preto – Festança, em junho de 2008. O mesmo foi realizado, em virtude das comemorações dos 120 anos da Abolição e do desenvolvimento do “Projeto Baobá” que orientou a inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. O tema sugerido às escolas foram as danças afro-brasileiras e participaram deste Festival mais de 700 alunos, representando mais de 20 escolas municipais.

Em agosto, foi realizada uma oficina com três horas de duração, sob a orientação de Edson Lopes Cardoso sobre “Ciência, Cultura e História das Relações Étnico-Raciais”. Durante esta oficina, o professor abordou temas relacionados à diversidade cultural e apresentou o 14º Prêmio Nacional Assis Chateaubriand de redação. Nesta edição, o Prêmio incentivou os alunos a resgatarem a memória de João Cândido, o Almirante Negro. A oficina foi realizada na Casa do Professor, no Jardim Mosteiro.

No mês de setembro foi realizada mais uma etapa do “Projeto Baobá”, isto é, a distribuição de materiais bibliográficos (ANEXO Q). O objetivo era continuar a diversificar o acervo das bibliotecas municipais com publicações que trouxessem a temática da diversidade, das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e africana. A solenidade oficial de entrega dos referidos materiais foi realizada no salão nobre do Palácio Rio Branco.

Estiveram presentes o prefeito Welson Gasparini, o Secretário José Norberto Callegari Lopes, a Assessora responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 e os gestores das escolas municipais. Na oportunidade, três “Baús do Baobá”⁷⁴ foram entregues a três diretoras de escolas municipais.

Em setembro, a Assessora Silvano Euclênio Silva participou da 2ª Primavera dos Museus⁷⁵, e proferiu a palestra “Projeto Baobá e a Multiculturalidade” no Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos.

No mês de novembro foi realizado o evento “313 anos: Zumbi Vive! (Ojo Aiku) 2008”, pelas SME e SMC. O evento contou com a I Mostra da Cultura Negra das Escolas Municipais de Ribeirão Preto (ANEXO R), no âmbito do “Projeto Baobá”, na qual foram expostos os trabalhos realizados pelos alunos a partir da temática étnico-racial, com uma ampla programação (ANEXO S). O referido evento contou com oficinas de Hip Hop, dança, sarau poético, dramatização, e a programação de palestras do “Café Filosófico”.

Além da I Mostra, foram realizadas duas exposições: “Abafeme Ajamu” do Mestre Caxambu, com máscaras e esculturas de palha e a exposição “Imagens do Interior do Negro do Interior”, do professor João Luís de Araújo que retratou através da fotografia, trabalhadores negros, ribeirão-pretanos, de diversas profissões. Foram realizados também três “Café Filosófico”: o primeiro conduzido por Edson Lopes Cardoso debatendo a temática “Atualidades nas Relações Raciais no Brasil”; o segundo pelo cartunista Maurício Pestana que abordou o tema “Arte e Educação na Construção da Igualdade Étnico-Racial” e finalizando a programação, a professora Elisa Larkin Nascimento⁷⁶, ministrou a palestra “A matriz Africana na Escola brasileira”. Na ocasião foram lançados os dois primeiros volumes da Coleção Sankofa, A matriz africana no mundo e Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. O segundo volume contou com um artigo da Assessora e

⁷⁴ Eram baús que continham 45 exemplares de livros, os quais subsidiariam professores na preparação de suas aulas, bem como para pesquisa e leitura dos alunos.

⁷⁵ A Primavera dos Museus é uma temporada cultural coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) que ocorre todos os anos no início da primavera. O objetivo é promover, valorizar e divulgar os museus brasileiros. No ano de 2007 o tema proposto para o evento foi *Museus e Diálogos Interculturais*. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/>>. Acesso em: nov. 2017.

⁷⁶ Completou o Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na USP em 2000. Mestre em Direito e em Ciências Sociais, pela Universidade do Estado de Nova York em Buffalo, EUA. Atualmente é diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Tem experiência nas áreas de Educação e Antropologia, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: atitudes étnicas e raciais, sistemas africanos de conhecimento, negros (Brasil), diáspora africana e movimentos sociais. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767360A1>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

coordenadora do “Projeto Baobá”, o qual discorreu sobre o projeto de implementação da lei 10.639/2003 no município de Ribeirão Preto - SP.

A eleição municipal de 2008, para o cargo de prefeito e vice-prefeito foi decidida em primeiro turno, e Dárcy Vera foi a primeira mulher a ser eleita para chefe do executivo municipal. Durante sua campanha eleitoral, assumiu publicamente um compromisso com o Centro Cultural Orùnmilá em manter e ampliar a política pública de promoção da igualdade racial desenvolvida no município durante a administração anterior.

Assim, em primeiro de janeiro de 2009, Dárcy Vera⁷⁷ tomou posse e junto com ela um novo secretariado. Maria Débora Vendramini Durlo passou a exercer o cargo de provimento em comissão da Secretária Municipal da Educação. O quadro a seguir sintetiza as ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2009:

Quadro 11 – Ações desenvolvidas no primeiro semestre 2009

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessora Técnica Educacional: Silvany Euclênio Silva	
ANO	AÇÕES
2009	Curso de Formação docente para professores da Educação Infantil.
	Mês de reflexão Abolição Inacabada - 2009.
	II Conferência Regional de Promoção e Igualdade Racial.

Fonte: Autor (2017)

Inicialmente não houve alterações na SME relacionadas à implementação da Lei. A Assessora permaneceu à frente da coordenação do “Projeto Baobá”, desenvolvendo ações de formação docente. Segundo sua fala, ainda no primeiro semestre deste ano, ocorreu uma oficina de formação para professores da educação infantil.

⁷⁷ Em 01 de setembro de 2016, a Polícia Federal e o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), iniciou a operação Sevandija, a qual investiga a corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto. A operação apura a fraude em licitações através de direcionamentos, superfaturamento ou ainda pregões fictícios de bens e serviços. Também está sendo investigado o desvio de dinheiro público no pagamento fraudulento de honorários advocatícios ao Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto; e a compra de apoio político na Câmara Municipal por parte da ex-prefeita, para garantir os desvios de verba pública. A prefeita Dárcy Vera, membros do primeiro escalão do governo municipal, vereadores e empresários estão envolvidos neste esquema de corrupção, vários investigados estão presos, inclusive a ex-prefeita Dárcy Vera. Disponível em: < <https://tudo-sobre.estadao.com.br/operacao-sevandija>>. Acesso em: 10 abr. de 2018.

No mês da Abolição da Escravatura a SMC, a SME, o Instituto do Livro e o Centro Cultural Orùnmilá organizaram o mês de reflexão Abolição Inacabada 2009, com a seguinte programação realizada no Centro Cultural Palace:

- a) Café Filosófico “20 Anos da Lei Caó: Legislação, Direitos Humanos e Racismo”, com a palestrante Deise Benedito⁷⁸;
- b) Café Filosófico e lançamento do Guia de Luta Contra a Intolerância Religiosa e o Racismo, com o palestrante Coronel Jorge da Silva⁷⁹;
- c) Palestra “Patrimônio Imaterial e Preservação da Cultura Negra no Brasil”, com o palestrante Zulu Araújo⁸⁰;
- d) “Desigualdades Raciais no Brasil – O Desafio das Políticas Públicas”, palestra preparatória para a Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, com Zulu Araújo
- e) “Organização das Escolas de Samba – Desafios e Possibilidades”, com o palestrante Robson de Oliveira⁸¹.
- f) Na casa da Ciência, ocorreu o Café Filosófico “Relações Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, com a palestrante Iêda Leal⁸². Também foram realizadas atividade de formação dos profissionais da SME.

Dentro da programação do evento Abolição Inacabada 2009 aconteceu a II Conferência Regional de Promoção e Igualdade Racial. A Conferência ocorreu no salão nobre da Câmara Municipal e reuniu representantes da sociedade civil, órgãos governamentais e representantes do Movimento Negro de Ribeirão Preto - SP e região. O objetivo do encontro foi definir diretrizes que possibilitariam o fortalecimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil. Foram eleitos trinta e um delegados para participar da II Conferência Estadual de Promoção e Igualdade Racial, que aconteceu em São Paulo - SP.

⁷⁸ Bacharel em Direito, atua no Ministério dos Direitos Humanos e foi coordenadora de articulação política e direitos humanos na OnG Fala Preta - Organização de Mulheres Negras. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4304720E6>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷⁹ Doutor em Ciências Sociais pela UERJ, e coronel reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ocupou os cargos de coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania (2000-2002), presidente do Instituto de Segurança Pública (2003), e secretário de Estado de Direitos Humanos (2003-2006). Disponível em: <<http://www.leapbrasil.com.br/integrante/jorge-da-silva/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

⁸⁰ Arquiteto, produtor cultural, militante do Movimento Negro, e presidente da Fundação Cultural Palmares (MinC). Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/3a1/episodio/zulu-araujo-presidente-da-fundacao-palmares-fala-de-seu-trabalho>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

⁸¹ Apresentador do Programa Passarela do Samba, da TV Gazeta. Atuou como presidente da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) por quatro anos e como presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIESP) por 10 anos.

⁸² Pedagoga, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino, e coordenadora educacional do Centro de Referência Negra Lélia Gonzáles. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4550167D7>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

Mesmo ocorrendo uma ação de formação docente, o evento Abolição Inacabada 2009, e a II Conferência Regional de Promoção e Igualdade Racial no primeiro semestre de 2009, bem como a manutenção do cargo de Assessora Técnica Educacional, não se manteve o mesmo compromisso em garantir a continuidade e, principalmente, a ampliação das políticas públicas de promoção da igualdade racial nas diversas secretarias do município, tão pouco o aprofundamento das ações relacionadas à implementação da Lei 10.639/2003 na SME. A fala da Assessora evidencia os motivos que a fizeram deixar o cargo:

“[...] havia o compromisso em me manter na Secretaria de Educação, mas não em garantir as mesmas condições de trabalho e a continuidade das ações [...] depois de alguns meses tentando dialogar com a professora Débora, o Centro Cultural Orùnmilá fez uma reunião [...] como ela não quis cumprir o compromisso assumido, de ampliar as ações, dar continuidade, eu apresentei minha Carta Aberta e sai. É assim, a gente faz isso porque a gente é militante [...]” (Assessora Técnica Educacional).

Em sua Carta Aberta⁸³ (ANEXO T) aos profissionais da SME e à sociedade ribeirão-pretana, a Assessora Silvany Euclênio Silva explicitou os motivos que a levaram a sair da SME e relatou as ações que foram desenvolvidas durante o período no qual esteve à frente dos trabalhos direcionados à implementação da Lei 10.639/2003. De acordo com este documento, os motivos do seu pedido de exoneração estavam relacionados: a recusa do executivo em estabelecer o diálogo com o Movimento Negro; em dar continuidade às políticas públicas de promoção da igualdade racial; em conversar sobre o acordo assinado publicamente com o Centro Cultural Orùnmilá, durante a campanha, prometendo a criação de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Além da recusa em manter o diálogo com o Movimento Negro e garantir o cumprimento do compromisso assumido publicamente, a atual administração suspendeu as políticas públicas que já estavam sendo realizadas sem apresentar razões para isso. Para a Assessora, seria uma indignidade continuar compondo com um governo que insistia em

⁸³ Sua Carta Aberta foi publicada em portais de notícia do Movimento Negro, tais como o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-aberta-por-profa-silvany-euclenio/>>. Acesso em 10 dez. 2017. E também foi publicada no AfroPress - Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.afropress.com/post.asp?id=11526>>. Acesso em 10 dez. 2017.

ignorar a história e as demandas do povo negro. Desta forma, de acordo com a Portaria Nº 0909 foi oficializado o seu pedido de exoneração, em 25 de junho de 2009.

4.2 Período do segundo semestre de 2009 a 2011

O segundo período de ações desenvolvidas pela SME, iniciou-se no segundo semestre do ano de 2009. A Secretária Municipal de Educação, Maria Débora Vendramini Durlo, convidou o professor universitário, Antonio Carlos Lopes Petean, para assumir o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Educacional. A fala do referido Assessor contextualiza seu ingresso no trabalho assumido:

“[...] eu dava aula de História da África, no curso de História [...] e a partir daí quando a Secretária, a Débora Vendramini, que também era professora na [instituição] ela me chamou, eu disse eu aceito, vamos lá. Então foi um convite da secretária, da Débora. [...]” (Assessor Técnico Educacional).

A partir deste período não houve uma vinculação específica com nenhuma entidade do Movimento Negro. É importante salientar que no período anterior, a implementação da Lei 10.639/2003, bem como o desenvolvimento de uma política pública direcionada à população negra no município iniciaram-se por meio de um compromisso assumido publicamente entre o Centro Cultural Orùnmilá e o prefeito Welson Gasparini, eleito em 2004. Uma das prerrogativas deste compromisso foi o desenvolvimento de uma política de promoção da igualdade racial, onde representantes do Movimento Negro estivessem atuando diretamente nas secretarias municipais, como foi o caso da indicação da primeira Assessora Técnica Educacional na SME.

As ações desenvolvidas durante este período, segundo o Assessor, contaram com a

“[...] a participação de professores, pesquisadores, de acadêmicos que eu trouxe para cá [SME]” (Assessor Técnico Educacional).

Assim, neste período percebemos uma maior aproximação com instituições de ensino superior no processo de implementação da Lei 10.639/2003. De acordo com o Parecer CNE/CP 03/2004 os sistemas de ensino devem estabelecer uma articulação com os “[...]”

estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, [...] visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial [...]” (BRASIL, 2013, p. 97).

A Semana da Consciência Negra foi a primeira ação desenvolvida pelo novo Assessor no ano de 2009. O período no qual esteve vinculado à SME se estendeu até janeiro de 2012. Na sequência apresentaremos as ações desenvolvidas neste período levando em conta o ano em que foram realizadas, e o quadro a seguir sintetiza as ações desenvolvidas no segundo semestre de 2009.

Quadro 12 – Ações desenvolvidas no segundo semestre de 2009

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessor Técnico Educacional: Antonio Carlos Lopes Petean	
ANO	AÇÕES
2009	Semana da Consciência Negra.
	Projeto: A Escola vai ao cinema.
	Projeto: Novembro a Novembro: Consciência Negra Todos os Dias.
	Palestra: Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para populações Negras.
	Palestra: Políticas de Inclusão.
	Palestra: Espaços Negros e Identidade em Construção.
	Palestra: Imprensa Negra em São Paulo (séculos XIX e XX).
	Palestra: Patrimônio Imaterial e Preservação da Cultura Negra no Brasil.
	Curso: Histórias e Ritmos da Diáspora Negra - instrumentos, história, cantigas, danças e jogos.

Fonte: Autor (2017)

A Semana da Consciência Negra (ANEXO U) foi realizada pela SMC, SME e o Museu da Imagem e do Som - José da Silva Bueno (MIS). Foram desenvolvidos os projetos: “Novembro a Novembro: Consciência Negra Todos os Dias” e “A Escola vai ao Cinema”.

Além dos projetos foram realizados os seguintes eventos: exposição de fotografia; exposição de Arte Naïf; ciclo de palestras e debates; Café Filosófico; oficina de trança; dança afro, canto e voz; lançamento do 1º Fest Doc – Negro na Sociedade Brasileira; apresentação musical e de dança Afro-brasileira; roda de Capoeira; espetáculo teatral; Fórum Municipal

sobre Políticas Públicas – Pró Diversidade; Programa: Construindo uma Identidade, do curso de Moda, do Centro Universitário Moura Lacerda; e o encerramento aconteceu com a edição especial do Projeto “Favela Toma Conta” na Vila Tecnológica, localizada no bairro Maria Casa Grande Lopes.

De acordo com o Assessor, o encerramento com o Projeto “Favela Toma Conta” foi uma das ações mais significativa, desenvolvida no período em que esteve a frente da implementação da Lei 10.639/2003. Para ele,

“[...] as atividades de dança, de música, de hip hop foi muito legal, ao ponto da molecada, chegar pra gente, e falar o seguinte: muito obrigado, pela primeira vez trouxeram alguma coisa aqui pra nós, pela primeira vez. Ali foi uma coisa muito rica, e você faz uma reflexão, [...] e a gente também se educa” (Assessor Técnico Educacional).

Dentro desta extensa programação, algumas estavam destinadas especialmente aos docentes, gestores e alunos das escolas municipais, são elas: a realização de quatro palestras no Centro Cultural Palace (ANEXO V) e o Projeto “A Escola vai ao Cinema” (ANEXO X) que tratou de questão étnico-racial através da exibição de filmes sobre a temática e a realização de debates. O curso de formação continuada “Histórias e Ritmos da Diáspora Negra – instrumentos, história, cantigas, danças e jogos”, ministrado pelo professor Sérgio Luiz de Souza⁸⁴, aconteceu no anfiteatro da Casa da Cultura, durante quatro encontros no período noturno. No Centro Cultural Palace, durante as palestras, foram realizadas exposições com os trabalhos produzidos pelos alunos das escolas municipais⁸⁵, sobre a temática étnico-racial.

Durante o ano de 2010 a SME organizou seminários, viagens monitoradas, exposições, palestras e cursos de formação docente. O quadro a seguir sintetiza as ações desenvolvidas:

⁸⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em 2010. Atualmente é professor adjunto no Departamento de Ciências Sociais, junto a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

⁸⁵ Durante o mês de novembro, as escolas municipais, apresentaram diversas ações relacionadas aos trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo, sobre a temática étnico-racial. O Festival Sansakroma, realizado pela EMEF Prof. Dr. Domingos Angerami e a exposição artística de trabalhos dos alunos do CEMEI Eduardo Romualdo de Souza, são exemplos dessas ações.

Quadro 13 – Ações desenvolvidas em 2010

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessor Técnico Educacional: Antonio Carlos Lopes Petean	
ANO	AÇÕES
2010	Seminário: Discutindo o Racismo e outras Formas de Preconceito.
	Exposição Fotográfica: Negros em vários movimentos.
	Visita monitorada ao Centro de Documentação, Cultura e Política Negra de Piracicaba.
	Curso: História, Cultura e Identidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.
	Visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil, ao Museu da Língua Portuguesa e a Pinacoteca em São Paulo – SP.
	Palestra: A Cultura Afro-brasileira na sala de aula.
	Oficina: Jogos de Origem Africana e suas derivações.
	Campanha: Consciência Negra em Cartaz - O que é Consciência Negra para Você? Palestra com o Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca.
	Curso: Ritmos da Diáspora Negra.
	Curso: O Ensino de História da África: Reflexões sobre Racismo e Identidade.
	Semana da Consciência Negra.
	Projeto: Semana da Cultura Afro-brasileira.
	Visita monitorada ao Museu Afro Brasil, com os professores de Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Física e Matemática.
	Exposição: Emblemas Afro-Baianos de Rubem Valentim.

Fonte: Autor (2017)

O Seminário “Discutindo o Racismo e outras formas de Preconceitos” (ANEXO W), ocorrido em março de 2010, tinha o objetivo de debater o racismo, o preconceito e outras formas de discriminação existentes na sociedade brasileira. O evento também discutiu políticas públicas para a igualdade racial e estiveram presentes representantes da sociedade civil e do poder público. Na ocasião, como atividade paralela ao evento foi realizada a exposição fotográfica “Negros em vários movimentos”, no MIS.

Assim, de acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004 o dia 13 de maio, será o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, e “será tratado como dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira na

pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros” (BRASIL, 2013, p. 95). Sabemos que o dia 13 de maio é pouco lembrado no cotidiano escolar, ou não é apresentado da forma como está proposto no Parecer. A realização de eventos que propiciem o debate e a reflexão é necessária para que possamos ressignificar esta data.

No mês de abril, foi realizada uma visita monitorada (ANEXO Y) ao Centro de Documentação, Cultura e Política Negra em Piracicaba - SP. Na ocasião, cerca de quarenta docentes e gestores assistiram a uma apresentação do Grupo Batuque de Umbigada, do Projeto Casa do Batuqueiro, assistiram a vídeos culturais, e participaram de uma oficina vivenciando o Batuque de Umbigada.

Durante quatros sábados do mês de maio, na Casa do Professor, foi realizado o curso “História, Cultura e Identidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”, com duração de 36 horas (ANEXO Z). De acordo com a ementa os objetivos foram: discutir História e Cultura Afro-Brasileira a fim de se adequar a Lei 10.639/2003, que propõe a obrigatoriedade desse conteúdo no currículo oficial de ensino; estudar os diferentes paradigmas literários nos sistemas culturais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), enfatizando questões artísticas, geográficas, históricas e culturais, e por fim refletir sobre a importância e a projeção das literaturas dos PALOP no contexto lusófono contemporâneo. O curso foi realizado pelas professoras Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre⁸⁶ e Natali Fabiana da Costa e Silva⁸⁷.

Antecedendo a 10ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto – Um grande encontro de ideias, que aconteceu no período de 10 a 20 de junho, o Assessor disponibilizou aos gestores das escolas municipais uma lista (ANEXO AA), com indicações bibliográficas sobre a temática da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana, e assim orientá-los para a aquisição de novos livros destinados as bibliotecas das escolas municipais.

Cerca de cento e sessenta (170) professores que atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental participaram, no mês de setembro, de visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil, ao Museu da Língua Portuguesa e à Pinacoteca do Estado de São Paulo, no município de São Paulo - SP. Nos dias 23 e 30 de setembro, no período noturno foi realizada a palestra “A Cultura Afro-brasileira na sala de aula” pelas professoras Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre e Natali Fabiana da Costa e Silva. As palestras aconteceram no auditório da

⁸⁶ Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Atualmente é pós-doutoranda na área de Linguística Histórica.

⁸⁷ Graduada em Letras, Mestre em Estudos Literários (2010) pela UNESP, de Araraquara, e Doutora em Estudos Literários (2015) pela mesma universidade.

EMEFEM Prof. Alfeu Luiz Gasparini, e foram organizadas em conjunto com a equipe de formação docente da Casa do Professor, juntamente com o Assessor responsável pela implementação da Lei 10.639 no município.

A Casa da Ciência Galileu Galilei e as Coordenadorias de Área da SME realizaram, durante o mês de setembro, o Projeto: Saber em Ação. Foram oferecidos aos professores, diversos cursos de curta duração e oficinas, todos eles voltados para a prática de ensino. Os jogos africanos foram tema da oficina “Jogos de Origem Africana e suas derivações” e obteve um grande número de professores inscritos, e por isso foi oferecida novamente no mês de novembro. Os professores conheceram a origem e as regras de diversos jogos africanos, dentre eles o *Kalah*, que já era conhecido pelos professores de Educação Física e o mesmo fazia parte das modalidades do Campeonato Interno da Rede Municipal de Ensino (CIREM)⁸⁸. Assim, de acordo com o Assessor, os jogos de origem africana foram enviados para a Casa da Ciência para conhecimento, avaliação utilização dos professores responsáveis pela Coordenação de Área.

No mês de setembro foi lançada a quarta Campanha Consciência Negra por meio do concurso de cartazes “Consciência Negra em Cartaz - O que é Consciência Negra para Você?”. A Prefeitura de Ribeirão Preto, por intermédio da SME e SMC, em parceria com o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e a Assessoria de Gênero e Etnia da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, desenvolveram esta campanha cultural no município, objetivando a discussão sobre o tema da Consciência Negra e proporcionando o envolvimento da população em geral, e especialmente os educandos das escolas de Educação Básica. No evento de lançamento da campanha o professor Dagoberto José Fonseca⁸⁹ foi convidado a proferir uma palestra sobre a temática, tendo como mediadores a professora Elisa Lucas Rodrigues⁹⁰ e o Assessor Leandro Rosa⁹¹. O evento foi realizado na EMEFEM Prof. Alfeu Luiz Gasparini.

Durante o mês de outubro e novembro foi realizado o curso “Ritmos da Diáspora Negra” (ANEXO BB), na Casa do Professor, ministrado pelo professor Sérgio Luiz de Souza e com contribuição de Júlio César Balbino. Conforme a ementa, os objetivos do curso foram: propiciar um contato criativo com as culturas de matriz africana constituintes da realidade

⁸⁸ O CIREM é uma competição esportiva que reúne alunos das escolas municipais de ensino fundamental, realizada anualmente pela SME, na qual os alunos disputam diversas modalidades esportivas.

⁸⁹ Livre Docente em Antropologia Brasileira pela UNESP, Campus de Araraquara, em 2014. Atualmente é docente na Faculdade de Ciências e Letras, no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da UNESP.

⁹⁰ Professora e presidenta do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN) do Governo do Estado São Paulo.

⁹¹ Assessor de Cultura para Gêneros e Etnias da Secretaria da Cultura, do Governo do Estado de São Paulo.

social brasileira e das Américas; desconstruir visões estigmatizadas e estereótipos a respeito das culturas e da historicidade das populações negras do Brasil e das Américas; obter por intermédio das músicas e da percussão contatos dos participantes com ritmos, instrumentos e cantigas; vivenciar e distinguir ritmos afro-americanos e afro-brasileiros por meio da percussão e da música; contextualizar historicamente parte da produção cultural dos afrodescendentes no Brasil e nas Américas; realizar uma abordagem da produção musical, sugerindo que os participantes discutam os conteúdos presentes em suas letras; e organizar debates a respeito da relevância da musicalidade na formação da identidade das populações afrodescendentes e dos demais grupos presentes no contexto brasileiro e americano.

O Assessor Antonio Carlos Lopes Petean, também ministrou cursos de formação docente, dentre eles o minicurso “O Ensino de História da África: Reflexões sobre Racismo e Identidade” (ANEXO CC), no qual abordou os seguintes tópicos: o Apartheid na África do Sul; as representações construídas pelo europeu sobre o negro e o continente africano; as representações dos viajantes e jesuítas sobre os nativos, o negro e os mestiços entre os séculos XVI e XIX; Nina Rodrigues e o discurso do darwinismo social; a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira; Angola e Reinos Africanos.

Na Semana da Consciência Negra⁹², entre os dias de 16 a 19 de novembro de 2010, foi realizado um evento na EMEFEM Prof. Alfeu Luiz Gasparini. Houve a exibição do documentário *Ôrí* (1989) de Raquel Gerber, apresentando a história dos movimentos negros no Brasil entre 1977 e 1988; a palestra “Cultura Negra no Brasil por meio do documentário *Ôrí*” seguida de debate; apresentação musical; e uma exposição de Máscaras Africanas.

Ainda no mês de novembro, a SME sugeriu que as escolas desenvolvessem o projeto “Semana da Cultura Afro-brasileira” (ANEXO DD), com o objetivo de conhecer, respeitar e valorizar a cultura afro-brasileira; valorizar as formas de produção artística e cultura dos afro-brasileiros; e promover o conhecimento dos usos e costumes afro-brasileiros. Foram propostas diversas atividades para serem desenvolvidas ao longo da Semana da Consciência Negra. As escolas deveriam, ao final das atividades, realizar uma exposição com os trabalhos desenvolvidos pelos alunos.

Os professores de Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Física e Matemática realizaram uma visita monitorada ao Museu Afro Brasil, no mês de novembro. Nesta visita a programação previa uma visita orientada por monitores do museu, bem como

⁹² O evento foi realizado pelo Assessor Técnico Educacional responsável pela implementação da Lei 10.639, em conjunto com os coordenadores de Área de História e Geografia.

palestras e oficinas que tinham como objetivo aprofundar as reflexões a respeito das temáticas apresentadas pelo acervo da exposição. Neste ano, foram realizados momentos formativos, nos quais as ações educativas foram realizadas em espaços de museus. Estas visitas monitoradas possibilitam a reflexão e o aprofundamento teórico das temáticas referentes à educação das relações étnico-raciais.

O Museu de Arte de Ribeirão Preto (MARP) recebeu a exposição “Emblemas Afro Baianos de Rubem Valentim” do artista plástico Rubem Valentim, durante o mês de novembro. O evento foi realizado em parceria com a Prefeitura de Ribeirão Preto, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o Sistema Estadual de Museus e o Museu Afro Brasil. A exposição fez parte do Projeto “De novembro a novembro, consciência negra todos os dias”, desenvolvido pela SMC.

Figura 3 - Rubem Valentim, Sem título, 1989

Fonte: Autor

O ano de 2011 foi o último ano de atuação do Assessor, neste período foi realizado o 1º Concurso Fotográfico Estudantil, bem como palestras e oficinas. A Comissão de Coordenação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendente recebeu novos membros, com o objetivo de dar continuidade às políticas de promoção da igualdade racial no município. O quadro a seguir sintetiza as ações realizadas neste ano:

Quadro 14 - Ações desenvolvidas em 2011

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessor Técnico Educacional: Antonio Carlos Lopes Petean	
ANO	AÇÕES
2011	1º Concurso Fotográfico Estudantil para alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas e particulares do município de Ribeirão Preto. Tema: Negros em Vários Movimentos - Um Olhar Infanto-juvenil.
	Visita da ministra Luiza Bairros, da SEPPIR para participar de um encontro com gestores e integrantes do Movimento Negro do município e da região.
	Lançamento da Campanha Nacional: Igualdade Racial é pra valer.
	Palestra: Organizações Negras e Identidade no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro. Palestra: Racismo.
	Portaria 0858/2011, nomeação de novos membros para a Comissão de Coordenação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendente.
	Entrega de livros para as escolas municipais.
	Oficina: Educação para as Relações Étnico-Raciais.
	Semana da Consciência Negra – 2011.
	1ª Exposição Fotográfica: Negros em Vários Movimentos - Um Olhar Infanto-juvenil.

Fonte: Autor (2017)

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto por meio das SME, SMC, o MIS, e da Fundação Instituto do Livro promoveram o 1º Concurso Fotográfico Estudantil para alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas e privadas do município de Ribeirão Preto. O tema desenvolvido foi “Negros em Vários Movimentos – Um Olhar Infanto-juvenil”, contemplando as discussões sobre a temática da diversidade racial no Brasil, bem como a implementação da Lei 10.639/2003. O edital nº 003/2011 regulamentou o

concurso (ANEXO EE) ⁹³ e o Assessor convidou todas as escolas municipais para participar deste concurso fotográfico.

A ministra Luiza Bairros⁹⁴, da SEPPIR, esteve no município, no mês de maio, para participar de um encontro com gestores e integrantes do Movimento Negro do município e da região, para discutir políticas públicas de promoção da igualdade racial. A finalidade do encontro foi promover a articulação entre os representantes dos governos e da sociedade civil, visando à ampliação dos convênios e das parcerias entre o governo federal e os governos estaduais e municipais. A prefeita Dárcy Vera esteve presente e destacou as ações que o município vem realizando no sentido da promoção da igualdade racial, dentre elas as visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil em São Paulo; os cursos de formação continuada oferecido aos docentes; a aquisição de livros sobre a cultura afro-brasileira; o desenvolvimento do Projeto “Novembro a Novembro Consciência Negra todos os dias”; as atividades culturais, como a realização da 21ª edição do Projeto “Favela Toma Conta”; e o seminário Discutindo o Racismo e outras Formas de Preconceito. Na ocasião, a ministra Luiza Bairros, também apresentou a campanha nacional Igualdade Racial é pra valer ⁹⁵, destacando a importância em envolver o maior número de atores sociais e a ampliação das ações de promoção da igualdade racial em nosso país.

A PNPIR, desenvolvida pela SEPPIR a partir de 2003, tem por princípio a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática. Neste sentido, de acordo com Ribeiro (2013, p. 192)

Visando à descentralização como uma forma de articular as políticas entre os entes federativos, a existências do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) aponta para um importante arranjo institucional, uma vez que o Brasil possui 26 estados, 5.565 municípios, um Distrito Federal, e uma grande diversidade regional. A SEPPIR credencia órgãos vinculados a governos municipais

⁹³ Foram selecionados 30 trabalhos, nas categorias infantil e juvenil, dos quais foram premiados o primeiro e o segundo lugar de cada categoria. De acordo com o edital, os trinta alunos que tiveram seus trabalhos selecionados, iriam participar de uma viagem pedagógica e cultural com visita técnica ao Centro Histórico do Município de Bananal - São Paulo, e ao Quilombo do Campinho da Independência no Município de Paraty - Rio de Janeiro.

⁹⁴ Luiza Bairros (1953-2016) foi formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Michigan, nos EUA. Foi militante do MNU, desde 1979, participou de projetos no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além disso, foi Secretária da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI), e durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, ocupou o cargo de ministra da SEPPIR.

⁹⁵ Esta campanha foi lançada em 2011, pela SEPPIR e tinha o objetivo convocar a população brasileira em se engajar no combate ao racismo. Neste ano foi instituído pela ONU, o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, incentivando o desenvolvimento da campanha “Igualdade Racial é pra Valer” no Brasil. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2011/03/campanha-lancada-pela-seppir-convoca-sociedade-para-o-combate-ao-racismo-sob-o-slogan-igualdade-racial-e-pra-valer>. Acesso em: 05 jan. 2018.

e estaduais por meio de um Termo de Adesão, com os objetivos de construir e/ou ampliar formas de capilaridade da PNPIR; promover a troca de experiências e a articulação entre os órgãos e os gestores públicos, identificando experiências comuns; contribuir para o fortalecimento dos órgãos similares à SEPPIR nas localidades.

Assim, Ribeiro (2013) aponta para o crescimento das adesões ao FIPIR, fórum responsável pela articulação entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) para implementação das políticas de promoção da igualdade racial. A visita da ministra Luiza Bairros, se dá neste contexto de ampliação da capilaridade das políticas de promoção da igualdade racial nos municípios brasileiros, a partir da adesão dos mesmos. É importante destacar o papel indutor da SEPPIR e a necessidade de sensibilizar estados e municípios para a relevância no desenvolvimento dessas políticas públicas em suas localidades.

No mês de maio foi organizado um encontro de formação continuada no qual foi realizada a palestra “Organizações Negras e Identidade no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro”, ministrada pelo professor Sérgio Luiz de Souza, e a palestra “Racismo (Séculos XIX e XX)”, ministrada pelo Assessor Antonio Carlos Lopes Petean. Este momento de formação foi oferecido aos professores de História e Geografia, na Casa da Ciência Galileu Galilei, realizado em parceria entre os coordenadores de Área das Ciências Humanas da SME e o Assessor responsável pela implementação da Lei no município.

Figura 4- TR de História e Geografia

Fonte: Autor (2017)

Mais uma vez as escolas municipais receberam bibliografias relacionadas ao tema das relações étnico-raciais na educação, da literatura africana na sala de aula e da diversidade étnico-cultural.⁹⁶ Podendo, desta forma, diversificar e ampliar o acervo das bibliotecas escolares.

A Casa da Ciência Galileu Galilei realizou mais uma etapa da formação continuada de professores de História, Geografia e Língua Portuguesa. A oficina “Educação para as Relações Étnico-Raciais” abordou o tema da História da África e questões contemporâneas sobre o continente, ministrada pelo próprio Assessor Técnico Educacional, responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 no município, em parceria com os coordenadores da área das Ciências Humanas.

No mês de agosto, o Assessor foi convidado pelo CME, a dar esclarecimentos sobre a implementação da Lei 10.639/2003, no município. No mês de outubro, o Assessor compareceu a uma reunião ordinária do CME e apresentou as ações que estavam sendo desenvolvidas pela SME. Na ocasião, os Conselheiros aprovaram o encaminhamento de ofício à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reforçando a necessidade da implementação da Lei 10.639/2003.

De acordo com o Assessor um fator que contribuiu para o desenvolvimento das ações direcionadas a formação docente foi o apoio recebido dos Coordenadores de Área que pertenciam à Casa da Ciência, além dos trabalhos realizados em parceria com a SMC, entretanto o apoio da SME, de maneira geral, ainda era tímido.

“[...] um fator que contribuiu foi o apoio dos Coordenadores de Área da Casa da Ciência, que foi o que mais contribuiu. A secretária dava um apoio tímido, por que não tinha como negar, porque naquela época a pressão do Movimento Negro, pra acontecer era grande [...]” (Assessor Técnico Educacional).

É importante destacar que as temáticas desenvolvidas nos cursos de formação docente, identificados até este momento, caminham no sentido da descolonização do currículo (GOMES, 2012, p. 105), entendemos que o silêncio sobre a questão racial foi rompido com a aprovação da Lei 10.639/2003, assim a mudança proposta por essa legislação possibilita a

⁹⁶ Os títulos entregues foram: Literaturas Africanas e Afro-brasileira na Prática Pedagógica, das autoras Iria Maria da Costa Amâncio, Nilma Lino Gomes e Miriam Lúcia dos Santos Jorge; Educação e Raça – Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas, organizado pelas autoras Anete Abramowicz e Nilma Lino Gomes; e Experiências étnico-culturais para a formação de professores, organizado pelas autoras Nilma Lino Gomes e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

“construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana”. Concordamos com o pensamento de Gomes (2012), quando apresenta o processo de descolonização do currículo e a superação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, para a autora este processo torna-se um desafio para a formação de professores, no sentido de que os docentes devem compreender o processo de ressignificação e politização do conceito de raça no contexto social brasileiro, uma vez que somente assim poderemos ter um processo de ruptura epistemológica e cultural na Educação.

Neste sentido, além da descolonização do currículo e da superação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, é necessário que

[...] todos os/as profissionais de educação, possam participar de processos de formação sobre essas agendas, ultrapassando uma abordagem restrita ao vínculo por adesão. Nesse sentido, coloca-se o desafio de aprimoramento permanente das estratégias metodológicas para trabalhar não somente com grupos de profissionais interessados nessas agendas, mas também aqueles resistentes a elas. Algo urgente ao se considerar o atual contexto brasileiro marcado pelo crescimento de forças políticas contrárias às agendas das diferenças, muito presentes entre as/os profissionais de educação (CARREIRA, 2015, p. 443).

Em novembro aconteceu a Semana da Consciência Negra. No dia 16, no MIS⁹⁷, aconteceu a 1ª Exposição Fotográfica “Negros em Vários Movimentos – Um Olhar Infanto-juvenil”, juntamente com a premiação⁹⁸ dos alunos que participaram do concurso fotográfico (ANEXO FF). No dia 17, no Centro Cultural Palace foi realizada a palestra “Literatura Afro-brasileira em sala de aula” com o professor Rogério Andrade Barbosa⁹⁹, e uma homenagem ao militante negro ribeirão-pretano e teatrólogo Pedro Paulo da Silva, o evento contou com a apresentação dos alunos do Centro Cultural Isègun.¹⁰⁰

O Assessor esteve vinculado à SME até o final de 2011, quando solicitou sua exoneração, por motivo de ter sido aprovado em concurso como docente em uma

⁹⁷ Museu da Imagem e do Som “José da Silva Bueno”, localizado no Morro do São Bento. Disponível em: <<http://www.mis.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/i14museuimagem.php>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

⁹⁸ Trabalhos premiados na categoria infantil: primeiro lugar a fotografia da aluna Ludmila Izo da Silva da Emef Prof. Dr. Waldemar Roberto com a foto intitulada “Som que Ecoa no Mundo” (2011) e em segundo lugar a fotografia do aluno Alder Alves de Freitas da Emef Prof. Dr. Waldemar Roberto com a foto intitulada “Movimento da Arte” (2011). Trabalhos premiados na categoria juvenil: primeiro lugar a fotografia do aluno Sheriman Alves Botelho da Emef Prof. Paulo Freire com a foto intitulada “Semelhança” (2011) e em segundo lugar a fotografia da aluna Ana Clara Florão da Emef Profa. Maria Ignês Lopes Rossi com a foto intitulada “Estudo” (2011). Atualmente as fotografias premiadas fazem parte do acervo do MIS.

⁹⁹ Professor, escritor, contador de histórias e foi voluntário das Nações Unidas na Guiné-Bissau, África. Pós-Graduação em Literatura Infantil Brasileira pela UFRJ. Trabalha com histórias do folclore brasileiro e na área de Literatura Afro-Brasileira e Africana, além de programas de incentivo à leitura.

¹⁰⁰ Isègun - Centro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultural Afro-brasileira, conhecido como Centro Cultural Isègun, fica localizado no Jardim Prof. Antônio Palocci.

universidade pública. A partir deste momento, iniciamos o terceiro e último período de nossa pesquisa que compreende os anos de 2012 até 2016.

4.3 Período de 2012 a 2016

O início desse período se dá com a nomeação da nova Assessora Técnica Educacional, Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva, responsável em dar continuidade à implementação da Lei 10.639/2003 no município. De acordo com a nova Assessora, seu nome foi recomendado à SME pelo Assessor que estava no cargo anteriormente, pela Secretária e servidores municipais da Divisão de Patrimônio da SMC, além do reconhecimento das ações desenvolvidas na SME quando da sua atuação como monitora de capoeira.

Assim que chegou à SME, a Assessora indagou sobre a existência de um “núcleo, setor ou comissão” que estivesse responsável pelas ações destinadas à implementação da Lei 10.639/2003 no município. Esta é uma indagação pertinente, levando em consideração o que preconiza o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, porque dentre as incumbências das secretarias municipais de educação uma é instituir equipes técnicas permanentes. Uma das metas de implementação, que diz respeito às condições institucionais, isto é, “criar e ampliar equipes técnicas responsáveis pela implementação e acompanhamento da lei, com condições adequadas de trabalho, institucionalizadas no âmbito das Secretarias de Educação” (BRASIL, 2013, p. 69). Desde a primeira nomeação, no ano de 2005, os responsáveis pelo desenvolvimento das ações de implementação sempre ocuparam cargos comissionados, e estavam ligados diretamente ao Gabinete do Secretário da SME. Não identificamos até este momento a ampliação da equipe, ou a criação de um núcleo ou departamento responsável pela implementação no âmbito da SME, e entendemos que esta ação fortaleceria o processo de implementação da Lei, portanto esta temática já poderia estar institucionalizada na estrutura organizacional da secretaria, garantindo a continuidade das ações, seu “enraizamento” (GOMES, 2012a) e a efetiva implementação da Lei no município.

Uma das primeiras preocupações da Assessora estava relacionada à formação continuada dos docentes, assim no decorrer do ano de 2012 foram realizados cursos de formação, palestras e festivais culturais, cujas ações, desenvolvidas ao longo deste ano, estão representadas no quadro a seguir.

Quadro 15 - Ações desenvolvidas em 2012

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessora Técnica Educacional: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
ANO	AÇÕES
2012	Curso de Extensão: Diversidade Étnico-racial, Sexual e Cultural.
	Palestra: História da Capoeira em Ribeirão Preto.
	Palestra: A capoeira na sala de aula.
	Palestra: Dança Afro e Educação.
	Palestra: A Capoeira e o desenvolvimento infantil.
	Palestra: Fragmentos da África no Brasil.
	Formação Docente: Os Griots na Trilha de Ribeirão Preto.
	Oficinas de: Capoeira, Dança Afro, Afoxé Máscaras Africanas, Descobrimos a África e construção de Xequê.
	Projeto Sankofa - Ação Cultural.
	Ação Sankofa II – Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
	Viagem de premiação do 1º Concurso Fotográfico Estudantil: Negros em Vários Movimentos - Um olhar infante-juvenil.
	Participação no 6º Prêmio Educar para a Igualdade Racial.
	Realização do V e VI Simpósio Regional de Educação Inclusiva.
	Festival de Cultura Afro Dandhara.

Fonte: Autor (2017)

A primeira ação desenvolvida pela Assessora foi a organização de um curso de formação docente. Inicialmente a intenção era oferecer cursos de formação com educadores e pesquisadores das universidades que estivessem envolvidos com a temática, entretanto a SME não disponibilizou recursos financeiros para tal ação formativa. É importante lembrar que o Decreto nº 210, de 10 de agosto de 2006, previa o desenvolvimento de um programa de formação docente, bem como a destinação de recursos para sua concretização.

De acordo com Carreira (2015, p. 166), a SECAD está comprometida com as agendas invisíveis, conflitivas e de baixa efetividade na política educacional, sendo assim essas

agendas sofrem resistência das escolas e dos sistemas de ensino, recebendo um tratamento residual pelas políticas universalistas, além de

sofrerem inúmeras resistências na gestão educacional, não necessariamente traduzidas em manifestações explícitas contra suas propostas, mas em silêncio e omissão. É necessário considerar que essas agendas mobilizam diferentes tipos e níveis de conflito e resistência, podendo ter maior ou menor viabilidade conforme o contexto local e as forças políticas atuantes nele [...].

Esta resistência impôs a Assessora à necessidade de organizar e ministrar os cursos de formação docente, assim como os demais cursos que foram oferecidos neste período. A primeira ação formativa foi realizada em conjunto com o Assessor responsável pela área de Gênero e Diversidade Sexual da SME. Nesta apresentação faremos referência apenas às ações destinadas à implementação da Lei 10.639/2003, no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

De acordo com a ementa, o curso de extensão “Diversidade Etnicorracial, Sexual e Cultural” foi estruturado a partir de “palestras e oficinas acerca da identidade cultural africana, e dos passos que a tornaram afro-brasileira, e a consequente formação da identidade nacional”. Objetivou instrumentalizar educadores e gestores para o cumprimento da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; resgatar a história da contribuição do negro na construção da sociedade brasileira e possibilitar embasamento teórico para que os docentes pudessem incorporar a discussão da diversidade étnico-racial nos currículos escolares do ensino fundamental. O curso foi organizado em quatro (4) módulos de trinta (30) horas, totalizando cento e vinte horas (120) horas, foram oferecidas 30 (trinta) vagas e o mesmo foi realizado na Casa da Ciência Galileu Galilei, localizada no Bosque e Zoológico Municipal Dr. Fábio de Sá Barreto, no período noturno.

Neste curso de extensão foram desenvolvidos os seguintes conteúdos: identidade docente; a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008; o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução 01/2004; a Educação enquanto direito de todos; a formação do povo brasileiro (Documentário O Povo Brasileiro, de Darcy Ribeiro); a história do Afoxé; literatura afro-brasileira; a história do negro e da capoeira em Ribeirão Preto. Também foram realizadas palestras e oficinas dentre elas: oficina de Afoxé e de xequerê¹⁰¹; palestra “História da Capoeira em Ribeirão Preto”, palestra “A capoeira na sala de aula”; oficina de capoeira; oficina de dança afro; e a oficina de máscaras africanas em argila.

¹⁰¹ O Xequerê tem sua origem na África, é um instrumento de percussão produzido a partir de uma cabaça seca cortada em uma das extremidades, e envolvida por uma rede de contas.

Durante o mês de novembro, na Casa da Cultura, foi realizado o Festival de Cultura Afro Dandhara, em parceria com o Centro Cultural Isègun. As ações desenvolvidas neste festival fizeram parte da programação de encerramento do Curso de Extensão “Diversidade Etnicorracial, Sexual e Cultural”. Na Casa da Ciência, no dia 13 de novembro, a professora Larissa Oliveira Gabarra¹⁰² ministrou a oficina “Descobrimos a África” para os alunos do Curso de Extensão e no dia seguinte foi realizada a palestra “Fragmentos da África no Brasil” no anfiteatro da Casa da Cultura. A professora Larissa também disponibilizou a exposição fotográfica com imagens de danças e objetos etnográficos da República Democrática do Congo e fotografias da Congada em Minas Gerais. Durante o Festival também houve apresentações de dança e o batizado e graduação de capoeira. Todas as palestras e oficinas ministradas durante este curso de formação foram realizadas a partir da participação voluntária dos profissionais e do Centro Cultural Isègun.

Ao final do Curso de Extensão os professores que participaram, apresentaram trabalhos que foram desenvolvidos em suas escolas com as temáticas abordadas durante a realização do referido curso.

O curso de extensão “Diversidade Etnicorracial, Sexual e Cultural” também incluiu a distribuição do jogo paradidático “Os Griots na Trilha de Ribeirão Preto”¹⁰³ e a formação dos docentes. A formação foi ministrada por Sandra Regina Firmino Abdala¹⁰⁴ que também falou sobre a história do povo negro na localidade.

Este jogo é

[...] uma alusão aos trilhos do trem, uma das marcas que representam o desenvolvimento da cidade, que, com esse transporte, não só propiciou o escoamento das riquezas produzidas com o plantio do café, mas também o aumento da população negra local [...] No jogo a história é contada, no imaginário, por seis Griots, termo que denomina sábios africanos que, ainda hoje perpetuam a história oral e sua ancestralidade [...]. Historicamente, a comunidade negra viveu ciclos de expulsão e retorno ao centro da cidade [...] A conquista desse espaço público só foi possível por conhecimento, força e articulação do Movimento Negro, cuja atuação em nossa cidade adquire expressão social a partir dos anos de 1920. O referido jogo é resultados de pesquisas realizadas sobre o assentamento da população negra e a

¹⁰² Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em História Social. A partir de 2000 estuda a Congada. Foi bolsista do Museu Real da África Central, em Tervuren, na Bélgica, entre os anos de 2005 e 2008. Docente na UERJ e na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde leciona História da África e Práticas Educativas.

¹⁰³ Coordenação do projeto: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva; pesquisa histórica, elaboração do texto e formação docente: Sandra Regina Firmino Abdala; Revisão do texto: Amir Abdala, Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa e Michele Cartolano de Castro Silva; Ilustração: Macalé; Design e editoração: Cordeiro de Sá. Este jogo foi selecionado no ano de 2011, pela SMC, através do Programa de Incentivo a Cultura (PIC) e visava selecionar projetos artísticos e culturais que estivessem em conformidade com o Plano Municipal de Cultura (PMC).

¹⁰⁴ Sandra Regina Firmino Abdala, formada em História é funcionária da Divisão de Patrimônio Cultural da SMC e atua como pesquisadora e educadora patrimonial.

condição de relativa invisibilidade social a que os afrodescendentes foram submetidos em Ribeirão Preto – SP. [...] No centro da cidade, área em que se dificultava a circulação da população negra, os afrodescendentes fizeram da Praça XV de Novembro o seu marco de resistência política, social e cultural. [...] A proposta dessa prática pedagógica é promover o registro dos bens culturais como a capoeira, o reisado, o carnaval, a praça XV, o quartirão paulista, os córregos Retiro e Ribeirão Preto, bairros da cidade e ofícios (saberes e fazeres), dentre outros. (SILVA; ABDALA; MELLO, 2014, p. 102-103).

É importante destacar tal formação em especial, considerando que no jogo a localidade e a história do negro foram os pontos centrais, já que trouxe como personagem principal a população negra e sua importância para a formação do patrimônio histórico e cultural do município. De acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004 ações educativas de combate ao racismo tem por princípio o desenvolvimento da “[...] educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e difundi-lo [...]” (BRASIL, 2013, p. 93), e os sistemas de ensino devem providenciar o “[...] registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e território negros urbanos e rurais [...]” (BRASIL, 2013, p. 96), para assim desenvolver o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em suas escolas.

Proporcionar a educação patrimonial, de acordo com este documento é uma ação educativa de combate ao racismo e à discriminação, na medida em que valoriza, preserva e difunde o patrimônio cultural afro-brasileiro e assim registra a história que não foi contada pela historiografia tradicional. Este jogo revelou a história local que não está presente nos livros didáticos de maneira geral. Assim, cabe aos sistemas municipais de ensino

Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e paradidáticos que atendam a valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais e regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais (BRASIL, 2013, p. 32).

Desta forma, cabe a SME produzir materiais didáticos e paradidáticos que valorizem a localidade e suas especificidades, bem como possibilite o resgate da história da população negra no município. Em 2010, a SECAD lançou Yoté: O Jogo da Nossa História. Este jogo “conta a vida e obra de personagens brasileiros, tais como: Chiquinha Gonzaga, Mãe Menininha, Pixinguinha, Zumbi dos Palmares, dentre outros. Além disso, abre a possibilidade de incluir personalidades da própria localidade [...]” (BRASIL, 2010c, p. 4), que busca resgatar a história dos afro-brasileiros. Neste sentido os dois jogos, são exemplos de como trazer a história de personalidades negras que não estão registradas nos livros didáticos, para

as salas de aulas, e assim desenvolver um trabalho pedagógico com a educação patrimonial e a história do negro na localidade.

Figura 5 – Tabuleiro do Jogo Griots – na Trilha de Ribeirão Preto

Fonte: Autor (2018)

Durante os meses de maio a novembro, a EMEI Carmem Aparecida de Carvalho Ramos, localizada no Jardim Paiva, participou do projeto Sankofa – Ação Cultural (ANEXO GG). Segundo a Assessora, o referido projeto foi desenvolvido nesta escola de educação infantil com autorização da SME. Este projeto foi apresentado à SMC, por meio do PIC¹⁰⁵, no ano 2012, pelo Isègun - Centro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura Afro-

¹⁰⁵ Edital 014/11 Diário Oficial 06/03/2012.

brasileira, e foi inspirado nas ações desenvolvidas pela Assessora quando da sua atuação como monitora de capoeira em escolas municipais, cujo objetivo era, também, valorizar a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar por meio da capoeira. O projeto consistia em realizar oficinas de teatro (afro-literatura), capoeira, maculelê, percussão, afoxé e artes plásticas, no Jardim Paiva, atendendo crianças e jovens desta localidade. Desta forma, o ensino da história e cultura afro-brasileira, era valorizado bem como a referência à história e à cultura do povo negro no município. As oficinas também desenvolveram o ensino de cantigas e coreografias, além da confecção de instrumentos e indumentárias. Ao final do projeto foi realizada uma Mostra Cultural com as produções dos alunos.

A Ação Sankofa II – Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (ANEXO HH) foi realizada no mês de junho. O evento foi direcionado aos gestores das escolas municipais, com o objetivo de socializar e apresentar as atividades educacionais desenvolvidas pelas escolas EMEF Prof. Domingos Angerami, EMEF Geralda de Souza Espin e EMEF Waldemar Roberto, visando ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e desta forma, sensibilizar os gestores educacionais para o fortalecimento da implementação da Lei 10.639/2003 no município. Essas ações já foram desenvolvidas nestas escolas, em anos anteriores, com o envolvimento da Assessora enquanto monitora de capoeira e coordenadora do Centro Cultural Isègun. Segundo a fala da Assessora:

“Quando eu cheguei na secretaria, eu queria falar de capoeira e falar das ações que tinham sido desenvolvidas, e que dava para desenvolver [nas escolas.], porque nós ganhamos prêmios do CEERT em razão das ações que foram desenvolvidas, [...] tinha o envolvimento do professor de arte, do professor de geografia, e as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental [...]” (Assessora Técnica Educacional).

Apresentar as ações que já haviam sido realizadas, em escolas municipais, para os gestores, era uma forma de incentivar o desenvolvimento de ações que regatassem a história e a cultura afro-brasileira, tendo a capoeira como um tema gerador.

No mês de setembro, foi organizada a viagem pedagógica e cultural como parte da premiação do 1º Concurso Fotográfico Estudantil “Negros em Vários Movimentos – Um olhar infante-juvenil”. Entretanto, a proposta inicial foi alterada e aos alunos classificados e premiados foi oferecida uma viagem para o Museu do Ipiranga, em São Paulo - SP, e para o Centro de Documentação Cultural de Piracicaba, em Piracicaba - SP.

A SME foi representada no 6º Prêmio Educar para a Igualdade Racial, realizado em novembro, no Sesc Vila Mariana, no município de São Paulo, capital paulista. A Assessora foi acompanhada por duas professoras e participaram do evento para conhecer novas propostas de ação e metodologias pedagógicas que fortalecessem a aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/08. Durante o evento assistiram à apresentação “Boas práticas de Igualdade Racial na Escola” e participaram de uma conferência com o professor Kabengele Munanga¹⁰⁶ sobre a mesma temática, o evento também contou com a presença da ministra Luiza Bairros. É importante destacar que, nas edições de 2009 e 2010 do Prêmio Educar, projetos desenvolvidos em escolas municipais do município, já haviam sido premiados.

A Coordenação de Educação Especial, da SME, promoveu, no ano de 2012, dois Simpósios Regionais de Educação Inclusiva. Desde 2003, o município de Ribeirão Preto - SP, foi escolhido como polo regional de divulgação e implementação da Educação Inclusiva.

Desde então, o município promove simpósios para a formação de gestores e educadores com o propósito de desenvolver sistemas educacionais inclusivos. Em 2011, a SME criou uma comissão para desenvolver o “Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade” proposta pela SECADI¹⁰⁷. Nesta comissão, além da Educação Especial, também estavam representadas a EJA e a Educação para as Relações Étnico-Raciais, e a partir de 2013, a SME deveria incluir estas temáticas nos eventos para formação de gestores e docentes. O quadro a seguir apresenta as ações desenvolvidas durante o ano de 2013.

¹⁰⁶ Antropólogo, Doutor em Antropologia Social, foi professor titular da Universidade de São Paulo.

¹⁰⁷ A SECADI, atualmente articula políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Quadro 16 – Ações desenvolvidas em de 2013

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessora Técnica Educacional: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
ANO	AÇÕES
2013	II Curso de Extensão: Diversidade Étnico-Racial e Cultural.
	Projeto: Tupinique-se.
	Oficinas de: Pintura: Arte Naïf, escultura, xequerê, indumentária africana.
	Palestra: A capoeira no ambiente escolar.
	Mini-curso: África e Educação no Brasil - África Colonial e as Lutas de Independência dos países africanos.
	Curso de Diversidade Étnico-racial: Invisibilidade do Negro em Ribeirão Preto.
	VII Simpósio Regional de Educação Inclusiva com o tema: Um Olhar para as Diferentes Diferenças.
	III Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, da região de Ribeirão Preto.
	7ª Primavera dos Museus.
	Projeto Entre Feiras - Ação Educativa África do Sul: Palestra de introdução África Contemporânea: Cultura, sustentabilidade e protagonismo africano.
	Díáspora Cultural – Práticas Pedagógicas na Rede Municipal de Educação.

Fonte: Autor (2017)

Na fala da Assessora, o ano de 2013 foi um ano difícil em função da falta de verba para desenvolver as ações direcionadas à implementação da Lei, assim mais uma vez, o Cultural Isègun participou de maneira voluntária em momentos de formação docente.

“[...] o ano de 2013, foi essa loucura, de não ter verba e eu ter que me virar, [...] teria apoio do pessoal [Centro Cultural Isègun], porque eles sempre colaboraram, todas as vezes que precisou [...] para dar uma oficina, que não foi uma, nem duas, foram várias vezes [...] [eles estavam presentes]” (Assessora Técnica Educacional).

Neste momento, a partir da fala da Assessora podemos delinear algumas considerações. Sabemos que a partir de 1997, com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)¹⁰⁸ ocorreu um progressivo aumento no número de matrículas das escolas municipais. Conforme Pinto (2007, p. 881) com o aumento da participação dos municípios na educação básica, rompeu-se o equilíbrio entre os

[...] alunos atendidos e a capacidade financeira dos municípios. Assim é que, embora os municípios já possuam uma matrícula na educação básica maior que aquela apresentada pelos estados, sua receita líquida de impostos é bem inferior àquela obtida pelos estados (cerca de três quartos), o que demonstra uma situação de grande fragilidade do atual sistema de financiamento. [...] O sistema de financiamento só não entrou em colapso porque o FUNDEF, e agora o FUNDEB, transferem recursos de uma esfera de governo para a outra, mas considerando que os fundos são transitórios, montou-se uma bomba de efeito retardado com data certa para explodir: 31 de dezembro de 2020, quando finda o FUNDEB. Se nenhuma medida de caráter permanente for tomada neste íterim, o país viverá naquela data uma grave crise no pacto federativo, pois os municípios ficarão com um número de alunos muito superior à sua capacidade de financiamento.

Para o autor, mesmo considerando os avanços do FUNDEB, no que tange a educação básica e o fortalecimento do controle social, o novo fundo não resolveu a questão do financiamento da educação. É necessário que a União amplie sua participação no financiamento da educação básica.

Se a União incluísse no fundo cerca de 1% do PIB e estados e municípios ampliassem a sua aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino em mais 5% de sua receita líquida de impostos (o que geraria recursos adicionais da ordem de 0,6% do PIB) estariam dados os primeiros passos para se garantir um gasto por aluno que propiciasse em cada escola do país um ensino com um padrão mínimo de qualidade (PINTO, 2007, p. 894-895).

Desta forma, uma maior participação da União no financiamento da educação básica é necessária para que possamos chegar a um padrão mínimo de qualidade educacional. De acordo com Gomes (2012, p. 364), quando analisamos a implementação da Lei 10.639/2003, que alterou a LDBEN, constatamos também que o governo federal deve destinar “recursos financeiros para que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação tenham condições adequadas para o cumprimento das metas” apresentadas no Plano Nacional das Diretrizes

¹⁰⁸ Em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, e convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em 15 jan. de 2018.

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Por fim, Carreira (2015, p. 285-286) apresenta uma reflexão necessária sobre o papel indutor do MEC, quando afirma que o “Ministério da Educação exerceu esse papel de forma distinta para suas diferentes políticas” o que a autora chamou de indução seletiva. Para as políticas estratégicas, a indução do MEC foi pautada na articulação entre financiamento, assessoria técnica e avaliação externa. No caso das pautas desenvolvidas pela SECAD/SECADI

[...] a indução se deu por meio das novas normativas elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, da criação de planos e políticas destinadas a acelerar a institucionalização dessas agendas, da formação continuada de docentes, do estímulo a criação de instâncias de participação com os sujeitos envolvidos nessas agendas e do financiamento, sobretudo destinados às modalidades (EJA, indígena, especial, campo e quilombola). Nesse segundo tipo de indução, a sensibilização, o convencimento e a pressão social exercem um peso muito grande para que a política se viabilize e a adesão do município e do Estado ocorra. Na maior parte das vezes, não há indicadores ou metas precisas, e o desempenho em relação a elas não impacta a imagem pública e a relação do município e do Estado com o MEC. [...] A convivência desses dois tipos de indução de política educacional pelo Ministério da Educação fragiliza o lugar das agendas da diversidade [...] O fato de a implementação dessas agendas não ser considerada efetivamente um indicador nas políticas de avaliação [...] compromete a implementação [...] (CARREIRA, 2015, p. 286).

Desta forma, além da indução seletiva praticada pelo MEC, a qual fragiliza o lugar da temática da diversidade, sabemos também que as pautas formuladas pela SECAD/SECADI enfrentam resistências por parte de Estados e municípios, por outro lado, a participação dos entes federados nos programas e ações concebidos por esta Secretaria se dá por adesão. De acordo com Carreira (2015, p. 285), diversas estratégias foram empregadas para sensibilizar Estados e municípios para importância das políticas de promoção da diversidade racial, entretanto, muitas vezes, gestores das Secretarias, municipais e estaduais, não reconhecem os sujeitos aos quais são destinadas as políticas da diversidade como sujeitos de direito.

Assim sendo, além de uma necessária discussão sobre a participação da União no financiamento da educação básica e sobre o papel indutor do MEC, é pertinente também uma discussão sobre a forma de participação dos entes federados nos programas e ações concebidos pela SECAD/SECADI.

Voltando para nossa apresentação, durante o ano de 2013, foi organizado o II Curso de Extensão: “Diversidade Étnico-Racial e Cultural”. O curso foi organizado em quatro (4) módulos, totalizando cento e cinquenta (150) horas, sendo que trinta (30) horas foram utilizadas para a realização de um plano de trabalho na unidade escolar. Com 30 vagas

disponibilizadas, o curso foi ministrado entre os meses de março e novembro com objetivo de oferecer formação continuada aos docentes e gestores para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O curso foi organizado em dois módulos temáticos: História e Cultura Afro-brasileira e História e Cultura Africana.

Foram desenvolvidas atividades teóricas destacando o estudo sobre o continente africano, posteriormente os professores produziram materiais didáticos, dentre eles: quebra-cabeça com o mapa do continente africano; jogo da memória; mapa do continente africano com diferentes texturas para a Educação Infantil, dentre outros.

Com relação às atividades desenvolvidas no referido curso podemos citar o Projeto “Tupinique-se”, com oficinas de dança (Dança do Coco e o Batuque de Umbigada); brincadeiras cantadas da tradição brasileira e africana; oficinas de pintura, utilizando a arte Naif a partir da temática do negro na localidade; oficina de escultura; palestra com a temática da capoeira na Educação; e oficina de produção de xequerê e de indumentária africana.

Aproveitando o momento de escolha do livro didático, pelo PNLD de 2013, foram organizadas oficinas nas quais os professores analisaram diferentes coleções didáticas do Ensino Fundamental levando em consideração as orientações presentes no Parecer CNE/CP 003/2004.

A professora Larissa Oliveira Gabarra, ministrou o minicurso “África e Educação no Brasil - África Colonial e as Lutas de Independência dos países africanos”. A proposta desenvolvida nesta formação foi conhecer alguns aspectos da história da África e sua relação com a história do Brasil, no que se refere à diáspora africana no Atlântico negro. As lutas de independência na África e o Pan-africanismo foram conteúdos que também foram desenvolvidos neste minicurso.

Os professores, ao longo do curso, produziram materiais didáticos e desenvolveram novas práticas que puderam ser utilizadas em suas salas de aula; produziram um livro coletivo a partir de contos africanos; e elaboraram como trabalho de conclusão de curso uma proposta pedagógica direcionada à Educação das Relações Étnico-Raciais e à História Afro-brasileira e Africana.

Paralelamente ao II Curso de Extensão, a Assessora desenvolveu o Curso de Diversidade Étnico-racial com o tema da invisibilidade do Negro em Ribeirão Preto. O curso foi organizado com carga horária de cento e vinte horas (120), entre os meses de março e novembro, na Casa da Ciência Galileu Galilei e foram oferecidas (20) vagas. De acordo com a

ementa do curso, o objetivo foi produzir material didático e paradidático sobre a população negra na localidade, através de pesquisa histórica sobre a “personagem principal dessa narrativa, a população negra, com seus deslocamentos geográficos, seus assentamentos urbanos e rurais, e sua importância junto ao desenvolvimento social e econômico local”.

A programação deste curso incluiu formação direcionada ao patrimônio material e imaterial do município; embasamento teórico sobre a história local; visita técnica ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, para conhecimento do acervo histórico disponível; e a realização de pesquisa e discussão sobre as possibilidades de elaboração de material didático a partir da história local.

Em julho de 2013, a SME, por meio da Coordenadoria de Educação Especial, realizou o VII Simpósio Regional de Educação Inclusiva com o tema “Um Olhar para as Diferentes Diferenças”. Neste ano a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais foi inserida nas discussões a partir da mesa temática¹⁰⁹ “As Diferentes Diferenças: construindo a escola inclusiva na perspectiva da Educação Ambiental, Educação Étnico-racial e Diversidade Sexual”, e do curso temático¹¹⁰ “Educação para as Relações Étnico-raciais”. Ao final do evento, durante a plenária final foi construído um documento orientador ressaltando os princípios norteadores de uma escola inclusiva.

A prefeitura, através da Secretaria Municipal da Casa Civil, em 13 de julho de 2013, realizou a III Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial - Democracia e Desenvolvimento: Por uma São Paulo Contra o Racismo. Por meio do Decreto nº 098/2013 foi instituída a comissão responsável pela organização do evento. Os objetivos da conferência foram: avaliar os avanços, os desafios e as perspectivas das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; discutir as diretrizes para a implementação de políticas de Promoção da Igualdade Racial no âmbito regional e estadual; eleger 15 (quinze) delegados, para participar da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada entre 23 e 25 de agosto de 2013, em São Paulo - SP; e por fim discutir os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, tendo em vista a implantação do SINAPIR. A conferência tratou dos seguintes temas: a Educação para democracia - Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; racismo nas relações de trabalho: consequências e igualdade de oportunidades; a religiosidade

¹⁰⁹ Mesa temática: Renato Azevedo, da Universidade Católica de Santos (Unisantos); Valéria Cristina Motta; e Fabrício Gandini Caldeira do Instituto Maramar.

¹¹⁰ O referido curso foi ministrado pela professora Edna Martins, especialista em Psicologia da Educação na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

africana: resistência e construção da identidade; e por fim políticas de igualdade racial em âmbito estadual e municipal: avanços, desafios e estratégias para o enfrentamento do racismo.

A SMC, juntamente com a SME e o MIS, participou da 7ª Primavera dos Museus. A SMC inscreveu o MIS na modalidade de ação educativa levando em consideração que a SME - sua parceira nesta ação - já estava desenvolvendo ações direcionadas à formação docente na perspectiva do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e da educação das relações étnico-raciais. Deste modo, os docentes de escolas públicas e privadas foram convidados a participarem de uma oficina de formação, ministrada por Carla Vannucchi¹¹¹, sobre a relação entre fotografia, história e memória, e sua importância como documento histórico para registrar a história do povo negro na localidade. Na ocasião foi lançado o regulamento do II Concurso Fotográfico “Negro em Vários Movimentos – um olhar infanto-juvenil”.

Em 27 de setembro, nos Estúdios Kaiser de Cinema, foi realizada a atividade do projeto Entre Feiras¹¹², com a Ação Educativa África do Sul. Nesta atividade foi realizada a palestra África Contemporânea: Cultura, sustentabilidade e protagonismo africano, pela palestrante Flora Pereira da Silva¹¹³. O objetivo desta palestra foi apresentar a África do Sul e sua diversidade étnica, país homenageado na 14ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, realizada em 2014, para gestores e professores do sistema municipal de ensino.

No mês de novembro, entre os dias 19 e 23, aconteceu o evento Diáspora Cultural – Práticas Pedagógicas na Rede Municipal de Educação (ANEXO II) organizado pela SME, SMC e Centro Cultural Isègun. O objetivo foi apresentar para a comunidade escolar, os projetos e atividades desenvolvidas pelas escolas, fortalecendo assim ações que contribuem com o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira. Foi organizada uma exposição com os trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do ano e foram realizadas diversas oficinas culturais. O evento aconteceu nos Estúdios Kaiser de Cinema e recebeu a visita dos alunos do sistema municipal de ensino.

¹¹¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, atua na área de conservação e restauro de acervos fotográficos e história da fotografia, especialmente na região de Ribeirão Preto - SP. Também é fotógrafa, e tem um trabalho direcionado para a Educação.

¹¹² O projeto Entre Feiras foi lançado em 2013 para levar cultura à população de Ribeirão Preto e região durante todo o ano que antecede a Feira Nacional do Livro do ano seguinte. São desenvolvidos diversos eventos como: oficinas, palestras, café filosófico, sarau, oficinas de dança e música.

¹¹³ Graduada em Jornalismo e especialização em Estudos Africanos, Flora Pereira da Silva é pesquisadora e diretora do Projeto Afreaka. Este projeto tem o objetivo de divulgar o continente africano, enquanto protagonista, evitando assim os estereótipos que são vinculados ao continente. Dentre suas realizações é autora de quatro livros da coleção "Afreaka: África sem estereótipos" e autora do livro digital paradidático "África nas Escolas", que traz conteúdo e sugestão de atividades para docentes.

As oficinas culturais foram realizadas por mestres e professores da cultura popular e tinham o objetivo de oportunizar a alunos e professores, vivências culturais e de pertencimento ao patrimônio imaterial afro-brasileiro. Foram desenvolvidas as seguintes atividade:

- a) Oficina de pertencimento: A Arte Naïf. Desenvolvida pela historiadora e educadora Sandra Regina Firmino Abdala e pelo artista plástico Jaime Domingos Cruz, Mestre Macalé. Esta oficina privilegiou o artista local, Mestre Macalé e a valorização da cultura popular. Os alunos realizaram uma visita monitorada à exposição das obras do artista plástico, Mestre Macalé e depois produziam releituras;
- b) Oficina de Dança de matriz africana com Ifé Odara e Ietundê. Os alunos vivenciaram a expressão corporal fazendo alusão aos elementos da natureza - terra, fogo, ar e tempestade - que são representados nos arquétipos africanos;
- c) Oficina de Percussão: O som que ecoa: a diáspora no mundo com o professor Cauê. Nesta oficina foram utilizados diferentes instrumentos de percussão e apresentados aos alunos, diferentes ritmos como: samba de roda, samba raiz entre outros;
- d) Oficina de Capoeira com o Mestre Buguelo (Salvador - BA);
- e) Oficina de Samba de Roda do Recôncavo e Oficina de Simbologia da Capoeira Angola com o Mestre Pelé da Bomba (Salvador - BA) e o Contra Mestra Lene (Salvador - BA);
- f) Batismo de Capoeira e troca de cordões de cerca de 250 alunos da EMEF Domingos Angerami, da EMEF Geralda de Souza Spin, do Centro Cultural Quintino II, do Centro Cultural Isègun e do Ponto de Cultura Dandhara, com o Mestre Paulo Cabide e sua equipe.

O ano de 2014 iniciou-se trazendo novas ações desenvolvidas pela SME, o quadro a seguir sintetiza essas ações:

Quadro 17 – Ações desenvolvidas em de 2014

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretária Municipal da Educação: Maria Débora Vendramini Durlo	
Assessora Técnica Educacional: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
ANO	AÇÕES
2014	Programa Mais Cultura na Escola.
	VIII Simpósio Regional de Educação Inclusiva.
	14ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto – A história em suas mãos: livro e a leitura diante dos novos direitos civis e dos novos sujeitos sociais do Brasil.
	Curso de extensão: Diversidade Étnico-Racial e Cultural.
	Curso Diversidade Etnicorracial: Invisibilidade do Povo Negro em Ribeirão.
	Mostra Interativa Afro-brasileira.

Fonte: Autor (2017)

A SMC em parceria com a SME passou a desenvolver o Programa Mais Cultura na Escola. Este programa foi instituído pelo Presidente da República em 04 de outubro de 2007, por meio do Decreto nº 6.226 e conta com três objetivos: ampliar o acesso aos bens e serviços culturais, promovendo o sentimento de pertencimento, de cidadania, do protagonismo social e da diversidade cultural; qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e por fim gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores do mercado cultural brasileiro. Assim o Programa Mais Cultura na Escola é uma iniciativa interministerial do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC) que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico das escolas públicas, contempladas com o Programa Mais Educação¹¹⁴, e as experiências culturais e artísticas desenvolvidas nas comunidades locais.

¹¹⁴ O Programa Mais Educação, foi instituído por meio do Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 e tem por finalidade contribuir com a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência dos educandos em escolas públicas, mediante a oferta de educação básica em tempo integral.

O Programa passou a ser desenvolvida no município de Ribeirão Preto, atendendo as seguintes escolas: EMEF Jaime Monteiro de Barros, EMEF Honorato de Lucca, EMEF Eponina de Brito Rosseto, EMEF Prof. Paulo Freire, EMEF Ver. José Delibo e EMEF Alcina dos Santos Heck. Os eixos temáticos que foram desenvolvidos pelas escolas foram a educação patrimonial, a cultura digital e a cultura Afro-brasileira. Este Programa ficou sob a responsabilidade da Assessora e foi realizado no ano de 2014 e no ano de 2016. Segundo a própria Assessora, no ano de 2015, o programa não aconteceu, porque a verba que deveria vir do Governo Federal não foi disponibilizada.

As escolas desenvolveram as atividades de formação que valorizaram o conjunto de manifestações culturais contemplando elementos da cultura africana e afro-brasileira. De acordo com a Assessora a capoeira foi o eixo temático pelo qual foi desenvolvido todo o Programa Mais Cultura na Escola.

Entre os dias de 31 de março e 04 de abril, foi realizado o VIII Simpósio Regional de Educação Inclusiva. O evento reuniu gestores e educadores dos municípios pertencentes ao polo regional de Ribeirão Preto e contou com uma programação composta por palestras, debates, mesas e oficinas temáticas. O tema da Educação para as relações étnico-raciais foi contemplado a partir das palestras: Pertencimento e Identidade Terrena, e Diáspora e Educação. As palestras foram ministradas por Rosa Margarida de Carvalho Rocha¹¹⁵, Sergio Firmino e Eduardo Martins. A professora Rosa Margarida também coordenou a oficina sobre as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Os alunos do Centro Cultural Isègun realizaram apresentações culturais durante o evento.

O ano de 2014 marcou a realização da 14ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto - A história em suas mãos: livro e a leitura diante dos novos direitos civis e dos novos sujeitos sociais do Brasil. O país homenageado foi a África do Sul e as escolas municipais receberam material de apoio para desenvolverem, durante o ano letivo, trabalhos relacionados ao país e aos autores homenageado pelo evento literário, como por exemplo, Nelson Mandela. Ao longo do ano que antecedeu a Feira Nacional do Livro, foi desenvolvido o projeto Entre Feiras, com a palestra “África contemporânea: cultura, sustentabilidade e protagonismo africano”, destinada a gestores e educadores.

A Assessora participou como mediadora da mesa de debate “O livro e a leitura diante da condição do negro no Brasil”, com os professores Dagoberto José da Fonseca e Cidinha da

¹¹⁵ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Tem larga experiência na área de Educação com ênfase em Relações Étnico-raciais. Publicou livros sobre a temática, dentre eles Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro.

Silva¹¹⁶. O evento reuniu pensadores, pesquisadores, professores, escritores e artistas que têm forte envolvimento com a temática do negro no Brasil, um exemplo significativo foi a conferência proferida pelo professor Valter Roberto Silvério¹¹⁷, que esteve presente no evento e tem um trabalho significativo sobre relações raciais, educação e ações afirmativas.

Mais uma vez o curso de extensão, Diversidade Étnico-Racial e Cultural, foi oferecido em quatro módulos de trinta (30) horas, levando-se em conta os eixos temáticos: História e Cultura Afro-brasileira e História e Cultura Africana. Foram desenvolvidas atividades tais como: visita a um terreiro de Candomblé, apresentação de documentários, releitura de pinturas e a reescrita do livro “AMO OBA – Histórias de Princesas”. Segundo a Assessora, além dos professores de educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, que sempre participaram dos cursos de formação docente, neste ano houve a participação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental, das disciplinas de História, Geografia e Inglês. Sobre a visita ao terreiro de Candomblé ela relata que “foi muito bom para desmistificar” a imagem que os professores têm com relação às religiões de matriz africana.

Além do curso de extensão foi oferecido novamente o curso Diversidade Étnico-racial, com o desenvolvimento do tema a “Invisibilidade do Povo Negro em Ribeirão”, disponibilizando 15 vagas para docentes e gestores e carga horário de cento e vinte (120) horas de estudo e pesquisa sobre a temática. A proposta deste curso foi dar continuidade ao grupo de estudo sobre a invisibilidade do negro no município, objetivando a produção de material didático e proporcionando aos docentes o conhecimento sobre a cultura material e imaterial presentes na localidade. A pesquisa sobre a invisibilidade do negro ribeirão-pretano levou o grupo de estudo a identificar os marcos de resistência deste povo no município. A respeito desse curso apresentamos a seguinte fala da Assessora:

“[...] foram oferecidos cursos simultâneos, esse aqui é um curso com um grupo pequeno [...] o objetivo era ensinar a pesquisar, então a gente ia para o Arquivo, e fazia entrevista [...] e a pesquisa era a invisibilidade do povo negro em Ribeirão Preto. O curso começou aos sábados, e depois passamos para durante a semana,

¹¹⁶ Historiadora de formação pela UFMG, atualmente escritora, já publicou romances, literatura infanto-juvenil e crônica. Seu último livro foi *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*, publicado pela Fundação Cultural Palmares e pode ser solicitado, gratuitamente, pelo e-mail biblioteca@palmares.gov.br.

¹¹⁷ Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor associado do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Relações Raciais, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais, educação, ação afirmativa, cidadania e afro-brasileiros.

porque o sábado ficava complicado para as meninas [...]” (Assessora Técnica Educacional).

Pela sua fala, fica evidente, o objetivo perseguido e o tema tratado, assim como, a busca por encontrar um dia melhor para a realização do curso, que passou do sábado para um dia útil na semana. Esta é uma questão que já evidenciamos neste trabalho quando nos referimos à formação continuada de professores sendo oferecidas fora do seu horário de trabalho, neste caso houve a necessidade de remanejamento de horário para que os professores pudessem participar do momento formativo.

No mês de novembro, na Casa da Ciência Galileu Galilei, no Bosque Municipal Dr. Fábio Barreto, foi organizada pela SME a Mostra Interativa Afro-brasileira em parceria com a SMC e o Centro Cultural Isègun. A Mostra tinha a finalidade de apresentar as ações desenvolvidas no âmbito das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, proporcionando à comunidade escolar, pais e sociedade, a oportunidade de conhecer e vivenciar a cultura afro-brasileira. Na ocasião também foram apresentados os trabalhos dos professores que participaram dos cursos de formação continuada Diversidade Étnico-racial e Cultural e Invisibilidade do Negro em Ribeirão Negro. Foi realizada a palestra “Cultura afro-brasileira como instrumento de Educação”, proferida pela Assessora para docentes e gestores. Além da palestra foram realizadas diversas oficinas culturais, tais como: toque do berimbau, capoeira, arte naïf, percussão, maculelê, puxada de rede, samba de roda e afoxé.

Figura 6 - “AMO OBA – Histórias de Princesas”

Fonte: Autor (2017)

As escolas que participaram do Programa Mais Cultura nas Escolas também expuseram os trabalhos e realizaram apresentações culturais desenvolvidas por seus alunos a partir do aprendizado que obtiveram durante a participação nos projetos de Educação Patrimonial e Cultura Afro-brasileira. Durante o evento, aconteceram as seguintes apresentações culturais: maculelê, samba de roda, afoxé, roda de capoeira e puxada de rede. O Centro Cultural Isègun participou da mostra, com a apresentação do “Festival Afrocultural Isègun”.

A partir do ano de 2015, identificamos um novo momento para a implementação da Lei 10.639/2003 no município. Ocorreram ações no sentido da implementação como, por exemplo, a ampliação da equipe técnica, a elaboração do PME, a produção e distribuição do material didático “Mapa Cultural” direcionado aos docentes, do qual resultou a realização de formação docente nos horários de TDC, desenvolvidos pela SME.

Assim, o quadro a seguir apresenta as ações realizadas no ano de 2015.

Quadro 18 - Ações desenvolvidas em 2015

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretário Municipal da Educação: Ângelo Invernizzi Lopes	
Assessora Técnica Educacional: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
ANO	AÇÕES
2015	Ampliação da Equipe Técnica.
	Produção do Mapa Cultural.
	Formação Docente: Mapa Cultural.
	Palestra de sensibilização dos gestores: A dimensão étnico-racial no cotidiano escolar: pensando referências pedagógicas para a valorização da diversidade e respeito às diferenças.
	Formação Continuada de gestores.
	Formação docente em horário de TDC (Ciências, Educação Física, Artes, História e Geografia).
	Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais – UFSCar.
	Elaboração do PME.
	Programa Mais Cultura na escola: Roda de Conversa.
	III Mostra Interativa Afro-Brasileira: Ngoma Ecoa - Negro em vários movimentos – um olhar para a ação.

Fonte: Autor (2017)

A equipe técnica responsável pela institucionalização da referida Lei foi ampliada, e de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é atribuição dos sistemas municipais de ensino instituir e ampliar as equipes técnicas em suas Secretarias. Entendemos que a ampliação da equipe visa o fortalecimento da implementação da Lei no município. Segundo a fala da Assessora, o objetivo com a ampliação da equipe foi a organização de um espaço institucionalizado dentro da estrutura organizacional da SME, no qual a temática da Educação Étnico-racial e a história e cultura da África e dos afrodescendentes estivessem contempladas. Neste caso é importante destacar que o Plano Nacional de Implementação já mencionado, define seis eixos estratégicos, dentre eles o eixo que discute as condições institucionais para implementação da Lei 10.639, assim “[...] indica os mecanismos institucionais e as rubricas orçamentárias

necessárias para que a lei seja implementada. Reafirma a necessidade de criação de setores específicos para a temática étnico-racial e diversidade nas Secretarias [...]” (BRASIL, 2013, p. 23).

Entendemos que devemos avançar no sentido de instituir espaços específicos para a temática nas Secretárias de Educação, sejam elas municipais ou estaduais, garantindo que o desenho institucional contemple a temática, assim como existência de uma dotação orçamentária específica para o desenvolvimento de ações e programas destinados a implementação da Lei 10.639/2003 e sua institucionalização. Segundo Gomes (2012a, p. 367), os gestores dos sistemas de ensino devem criar “estruturas administrativas dentro das secretarias [...] (secretarias, departamentos, coordenações, núcleos) responsáveis pela política educacional de implementação da Lei n.º 10.639/03 e suas Diretrizes”. Em 2012, no momento da chegada da nova Assessora na SME, esta foi sua indagação, isto é, da existência de uma estrutura administrativa dentro da SME. Neste sentido, considerando que o processo de implementação se deu desde 2005, e dois Assessores Técnicos Educacionais já haviam ocupado o cargo responsável pelo processo de implementação, seria correto que esta temática já estivesse contemplada no desenho institucional da SME, e não apenas Assessores nomeados em cargos comissionados. Atualmente¹¹⁸, a SME não tem nenhuma(o) Assessora(o) Técnica(o) Educacional que responda pela implementação da Lei no município, é sobre essa fragilidade a qual estamos nos referindo.

A professora Rosa Margarida de Carvalho Rocha realizou a palestra “A dimensão étnico-racial no cotidiano escolar: pensando referências pedagógicas para a valorização da diversidade e respeito às diferenças” para os gestores das escolas municipais. Neste ano, foi organizado o curso de extensão Diversidade Étnico-Racial e Cultura, nos mesmos moldes dos anos anteriores, inicialmente direcionado apenas para gestores, e depois ampliado para docentes.

Neste ano de 2015, a equipe responsável pela implementação da Lei produziu um roteiro de visitação patrimonial denominado “Mapa Cultura: A Dispersão e os Marcos de Resistência da População Negra em Ribeirão Preto”. Neste roteiro, foram identificados oito locais importantes para a história do negro na localidade. O roteiro foi pensado inicialmente a partir do ano de 2013, quando a SME realizou o curso “Diversidade Étnico-racial: Invisibilidade do Negro em Ribeirão Preto”. Segundo a ementa do curso de formação

¹¹⁸ Após a saída da última Assessora Técnica Educacional, no final do ano de 2016, a SME não nomeou nenhum outro servidor público para ocupar as funções desempenhadas pela Assessora.

continuada o objetivo proposto foi desenvolver pesquisa histórica sobre a “personagem principal dessa narrativa, a população negra, com seus deslocamentos geográficos, seus assentamentos urbanos e rurais, e sua importância junto ao desenvolvimento social e econômico local”. A partir dos resultados apresentados nas pesquisas, foram elaborados e produzidos materiais didáticos e paradidáticos sobre a população negra na localidade, para que os mesmos fossem disponibilizados aos docentes em outros momentos formativos oferecidos pela SME. A programação deste curso incluiu formação direcionada ao patrimônio cultural local, em suas dimensões materiais e imateriais; o embasamento teórico sobre a história local; a visita técnica ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, para conhecimento do acervo histórico disponível; e a realização de pesquisas e discussões sobre as possibilidades de elaboração de material didático a partir da história local.

O curso “Diversidade Étnico-racial: Invisibilidade do Negro em Ribeirão Preto” foi novamente oferecido, no ano de 2014, e os professores que haviam cursado no ano anterior mantiveram suas inscrições, desta forma, foi criado um grupo de estudo sobre a história do negro na localidade a partir dos referenciais do Patrimônio Cultural local. O desenvolvimento da pesquisa sobre a invisibilidade do negro levou o grupo de estudo a identificar diferentes locais que constituíam as territorialidades negras no município e a partir desta identificação foi elaborado um mapa, no qual foram selecionados oito locais significativos para a história do negro em Ribeirão Preto – SP, materializando o direito a memória a esta população, bem como o direito ao reconhecimento e a valorização de sua história na localidade.

Após a confecção do Mapa Cultural, durante os anos 2015 e 2016, o mesmo foi utilizado em ações de formação docente realizadas pela SME, nas quais os professores recebiam este material e participavam de visitas monitoradas as edificações presentes no referido Mapa.

Estas formações ocorreram nos momentos de TDC que são proporcionadas mensalmente pela SME. Ao longo do ano, foram realizadas formações continuadas, para docentes das disciplinas de Artes, Educação Física, Ciências, História e Geografia. Neste momento podemos identificar uma maior inserção da temática dentro da estrutura da SME, quando a Assessora passa a utilizar os espaços de formação docente que compõem a jornada do professor, atuando em conjunto com os coordenadores de área. É importante salientar que neste momento, estas ações formativas foram realizadas durante os horários que compõem a jornada de trabalho docente, o que não acontecia em outros momentos formativos oferecidos por esta Secretaria.

De acordo com Gomes (2012a) a formação continuada docente encontra vários limites e dilemas, desta forma, entendemos que a formação docente para a educação das relações étnico-racial, deve ser oferecida de maneira que a maioria dos professores possa participar efetivamente. E assim garantir que os mesmos tenham acesso aos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de educação antirracista. É importante salientar também que os cursos de formação devem “tocar com radicalidade em questões arraigadas na conformação histórica, social, política e econômica do nosso país, problematizando o lugar da raça e da questão racial nesse contexto” (GOMES, 2012a, p. 357).

Figura 7 – Mapa Cultural

Fonte - Autor

Ainda no primeiro semestre deste ano, foram realizadas as discussões sobre o PME e estabelecidas as metas norteadoras para a educação das relações étnico-raciais no município, conforme apresentamos na terceira seção deste trabalho, entretanto é importante assinalar que o PME, ainda não foi aprovado, e o mesmo não está em vigência.

No segundo semestre, foi oferecido aos docentes e gestores o curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais, em parceria com a UFSCar¹¹⁹, realizado aos sábados, entre os meses de agosto e dezembro. O curso tinha um total de cento e oitenta (180) horas, distribuídas em encontros presenciais e atividades desenvolvidas virtualmente¹²⁰. Esta ação possibilitou a formação continuada de aproximadamente quatrocentos (400) docentes e gestores (ANEXO JJ). Esta foi a primeira ação de formação

¹¹⁹ A UFSCar tendo em vista o disposto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº. 1.34.000189/2006-32) junto ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República do Município de São Carlos visa atender as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/1996) alterada pela Lei nº. 10.639/2003 e posteriormente pela Lei nº. 11.645/2008 e do Parecer nº. 03/2004 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aplicado à Universidade e oferecido aos profissionais da Educação Básica, em especial, professores, gestores, coordenadores e demais profissionais dos municípios signatários. Disponível em: <http://www.neab.ufscar.br/?page_id=5500>. Acesso em: 05 jan. 2018. O município de Ribeirão Preto – SP ficou responsável em oferecer espaço físico, equipamentos (TIC's) e transporte para os professores que ministraram o curso.

¹²⁰ Conteúdo do curso disponível em: <<https://educaneab.wordpress.com/o-curso/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

docente desenvolvida em parceria com uma universidade pública. De acordo com o Parecer CNE/CP 003/2004 os sistemas de ensino de educação básica e as instituições de ensino superior deverão estabelecer uma articulação, visando á formação dos docentes para a diversidade étnico-racial. Gomes (2012a, p. 367) também recomenda aos gestores dos sistemas de ensino, “garantir, em articulação com o MEC, NEABs, Ongs e universidade, a realização de processos de formação continuada de professores(as) e gestores(as) da educação básica na perspectiva da Lei n.º 10.639/03”.

Em agosto de 2015, no Centro Cultural Palace, foi realizada a Roda de Conversa: Programa Mais Cultura nas Escolas. Nos dias 13 e 14, a SME recebeu a equipe do MinC, para conhecer algumas das escolas que participam do Programa Mais Cultura. As escolas selecionadas foram EMEF Ver. José Delibo e EMEF Prof.^a Eponina de Brito Rosseto. No dia 14, o município recebeu representantes de quarenta (40) municípios para discutir os desafios da aplicação do Programa na perspectiva da gestão, da territorialidade e do currículo (ANEXO KK).

No período de 13 a 20 de novembro, a SME, em parceria com a SMC realizou a III Mostra Interativa Afro-brasileira, que levou o nome de “Ngoma Ecoa – Negro em Vários Movimentos - Um olhar para a ação” (ANEXO LL). A Mostra reuniu trabalhos desenvolvidos por alunos das escolas municipais e professores que participaram do curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais, realizado em parceria com a UFSCar. Além da exposição dos trabalhos foram realizadas palestras, exposição de fotografia, oficinas e apresentações culturais temáticas. Os alunos que visitaram a Mostra puderam participar de diversas atividades culturais e oficinas temáticas, dentre elas: percussão, batuque de tocaia, capoeira e confecção de bonecas Abayomi. As palestras foram direcionadas também aos professores, como momento de formação docente, através do TDC.

Chegamos ao último ano de nossa pesquisa, no qual identificamos ações de formação docente e o lançamento do roteiro de formação docente “A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto”. O quadro a seguir sintetiza essas ações:

Quadro 19 – Ações desenvolvidas em 2016

Prefeita: Dárcy Vera	
Secretário Municipal da Educação: Ângelo Invernizzi Lopes	
Assessora Técnica Educacional: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
ANO	AÇÕES
2016	Lançamento do Roteiro de formação docente: A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto.
	Curso de Relações Étnico-Raciais – História e Cultural Africana e Afro-Brasileira.
	Curso Diversidade Étnico Racial: Educação Patrimonial e os Marcos de Resistência do Povo Negro em Ribeirão Preto.
	Curso: Berimbau Ecoa – Teoria e Prática da Capoeira.
	Formação continuada de professores dos Anos Iniciais: A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto.
	IV Mostra Interativa Berimbau Ecoa.

Fonte: Autor (2017)

No início do ano de 2016 foi realizado o lançamento do Roteiro de formação para professores “A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto” (ANEXO MM). Este material foi organizado pela equipe responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 no município, com a contribuição dos docentes que participaram de momentos formativos em anos anteriores. Assim, durante o ano de 2015, o grupo de estudo que pesquisava a temática da “Invisibilidade do Negro em Ribeirão Preto”, ampliou seus trabalhos e passou a registrar, através de entrevistas, as memórias de personalidades negras, reconhecidas pela comunidade como detentoras de conhecimentos e saberes relativos à história do negro no município. O objetivo principal deste Roteiro foi “trazer à tona a valorização da história da população negra na localidade” (SILVA, 2016, p. 11).

Este material foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, foram apresentados cinco relatos de memória de membros da comunidade negra local possibilitando a “reconstrução dos canais de expressão da memória das populações negras [...] lembranças [que foram] mantidas [...] restritas ao grupo familiar, associações e redes de sociabilidade” (SOUZA, 2007, p.43). No segundo capítulo, encontramos o roteiro de visita “Mapa Cultura: A dispersão e os marcos de resistência da População Negra em Ribeirão Preto”, formulado em 2014 e que ressignificou bens arquitetônicos representativos para a história do município, mas que na verdade escondiam uma “outra história” que nunca foi contada, por exemplo, o prédio da antiga Sede da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Esta edificação foi tombada em

2003 e atualmente abriga o Memorial da Classe Operária – UGT. Do final dos anos de 1960 até o início dos anos 2000 foi a sede do Clube José do Patrocínio, importante organização do povo negro local, configurando um território de manifestações culturais e de resistência desta população ao racismo. De acordo com Souza (2007), “[...] serviam como espaços de convivência, onde se reforçavam os laços de solidariedade e também, como manifestações criativas de desconstrução dos valores racistas [...]”.

Figura 8: Memorial da Classe Operária

7 - UGT - União Geral dos Trabalhadores - Hoje Memorial da Classe Operária

Rua José Bonifácio, nº 59. Fundação: 30 de março de 1926. Referência Cultural: A UGT foi sede para assuntos e discussões políticas e sociais de todos os trabalhadores ali associados. Com o advento do golpe militar e a proibição de reuniões sindicais e operárias, o prédio passou a ser utilizado para sediar o Clube José do

Patrocínio, administrado por membros da comunidade negra local. Mesmo tendo como pano de fundo o uso recreativo, iniciam-se, nesse local, importantes mobilizações sociais e culturais que solidificaram as reivindicações referentes à implementação de políticas públicas para a população negra local.

Fonte: SILVA (2016)

No terceiro capítulo, este material apresenta os “grupos de resistência [local] que tinham como objetivo fomentar e difundir a cultura negra por meio da arte e do lazer” (SILVA, 2016, p. 45), dentre eles o Corujão, o Grupo Travessia, o Grupo de Capoeira Cativoiro, a Noite Negra, o Batuque de Tocaia, o encontro Viva Zumbi e o FECONEZU: Festival Comunitário Negro Zumbi (1978 – 2013). No quarto e último capítulo foram disponibilizados planos de aula desenvolvidos pelos professores que haviam participado dos cursos de formação continuada oferecidos pela SME, tendo como tema central a história dos Orixás.

De acordo com Le Goff (2003, p.476) a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva [...] é um instrumento e um objeto de

poder [...]”, isto é, estabelecendo o que deve ser esquecido ou o que deve ser lembrado em nossa história, a qual sabemos foi construída a partir do referencial eurocêntrico, negando a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial existente em nossa população. A produção destes materiais didáticos - Mapa Cultural e o Roteiro de Formação para Professores - buscou outros espaços de memória, outros saberes que foram silenciados ao longo do tempo, desta forma, foi dada visibilidade aos marcos de resistência da população negra no município, considerando outros sujeitos, outros saberes outras histórias existentes na localidade. A produção destes materiais questionou o “[...] monopólio da cultura única, dos valores únicos e dos sujeitos únicos legítimos de produção e de cultura [...]” (ARROYO, 2012, p.111), neste sentido esta produção esta inserida em um processo de descolonização “[...] do poder e do saber [buscando] a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo [...]” (GOMES, 2012, p. 107).

Em abril, a SME disponibilizou o curso de formação docente “Relações Étnico-raciais - História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, com duração de 30 horas. Com o objetivo de contribuir para a mudança de mentalidade no que se refere às práticas do racismo; aproximar os saberes da comunidade negra e os saberes acadêmicos; e proporcionar momentos de conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira (ANEXO NN).

Nos meses de maio e junho foi oferecido o curso de formação docente “Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira – Educação Patrimonial e os Marcos de Resistência da População Negra em Ribeirão Preto”, com duração de trinta e duas (32) horas. De acordo com a ementa, a proposta “sugere um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, objetivando valorizar a oralidade, a corporeidade a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, bem como propor o desenvolvimento de pesquisas sobre outros marcos de resistência do negro na localidade (ANEXO OO).

No segundo semestre de 2016 foi organiza o “Curso: Diversidade Étnico-Racial e Cultural: Teoria e Prática da Capoeira” com duração de 180 horas. A finalidade do referido curso foi proporcionar o reconhecimento da cultura da Capoeira como ferramenta para o enfrentamento do preconceito e da discriminação racial, instrumentalizar os educadores e contribuir com o processo de implementação da Lei 10.639/2003 (ANEXO PP).

No mês da Consciência Negra foi realizada a IV Mostra Interativa “Berimbau Ecoa” (ANEXO QQ). Durante a realização da Mostra foram organizadas palestras de formação docente (ANEXO RR):

- a) Novas reflexões de um espelho sem reflexo;
- b) A trajetória da Mulher Negra: luta e resistência;
- c) Mulheres Negras: Cultura e Protagonismo;
- d) A Igreja e a Escravização: os santos ocupam o lugar de protetores dos pobres e necessitados;
- e) Roda de Conversa: Genocídio dos adolescentes negros - A carne preta é a mais barata do mercado.

Esta foi a última ação realizada pela SME, através de uma Assessora responsável pela implementação da Lei 10.639/2003 no município, após este período não foi nomeado nenhum funcionário de carreira, ou comissionado para dar continuidade a este processo.

Ao longo deste trabalho identificamos ações que avançam no sentido da implementação da Lei 10.639/2003, como também percebemos limites desta implementação no município. A meta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-raciais positivas, rumo à construção de uma nação democrática” (BRASIL, 2013, p. 77).

Assim, Estados e municípios têm um papel importante, na promoção da educação em nossa sociedade, garantindo sistemas de ensino que priorizem a educação das relações étnico-raciais. De acordo com Munanga (2005, p. 17) não existem

[...] leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Desta forma a Educação é vista como um dos espaços possíveis para a luta contra o racismo. Para Gonçalves (2011) esta luta é bastante complexa quando sabemos que teremos que enfrentar um forte inimigo, o mito da democracia racial. Sabemos também que não encontraremos um espaço neutro, a escola ainda é uma instituição onde convivem conflitos e contradições. O racismo e a discriminação racial, que fazem parte da sociedade brasileira, estão presentes na escola. Conforme com Gomes (2005, p. 46),

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

Não refletir sobre essa situação, ou não construir políticas públicas consistentes e perenes neste sentido, somente contribui para a reprodução do racismo e da discriminação racial. Concordamos com Gomes (2005, p. 49) quando afirma que é necessário

[...] ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira [...].

Analisar o processo de implementação da Lei 10.639/2003, perceber seus avanços e limites, acompanhar, avaliar e monitorar são ações fundamentais para garantir uma educação antirracista, uma vez que a partir das pesquisas e investigações científicas podemos identificar o que falta para chegarmos à institucionalização desta Lei, e assim contribuir para a construção de uma Educação e uma sociedade livre da discriminação e do racismo.

5. Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa identificamos e analisamos diversas ações que foram desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação, no município de Ribeirão Preto - SP. Podemos, dessa maneira, evidenciar que foram realizadas inúmeras ações de diferentes naturezas que caminharam no sentido da implementação da Lei 10.639/2003, como por exemplo, ações relacionadas à regulamentação da referida Lei; de formação docente e as destinadas à produção, aquisição e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos.

Importante destacar que o processo de implementação teve início a partir do ativismo negro. A participação do Movimento Negro ribeirão-pretano foi determinante e decisiva, para que o chefe do executivo municipal assumisse publicamente o compromisso em promover políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade racial. Desta forma, entendemos o Movimento Negro como um dos principais atores que reeducam a sociedade, através da luta antirracista. O caminho não se fez sem embates e dificuldades, sem as evidências do racismo institucional e do mito da democracia racial, entretanto, a postura dos Assessores responsáveis pela implementação da Lei foi a de enfrentamento das dificuldades, apresentando estratégias para o desenvolvimento e aprimoramento do seu trabalho na SME. Podemos dizer que os três Assessores foram gestores proativos, isto quer dizer que estavam envolvidos com a temática racial, fosse pela militância ou pela carreira acadêmica e, por isso, estavam convictos da importância da Lei e da necessidade em combater o racismo e a discriminação racial, mostraram-se empenhados na materialização de políticas de reconhecimento e de valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira e foram, principalmente, conscientes da importância da discussão étnico-racial no contexto educacional.

A regulamentação da Lei no município se deu através do Decreto nº 210/2006 e da Resolução SME nº 08/2007. O referido Decreto instituiu no âmbito da administração pública municipal uma Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, criando uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento desta Política. Esta ação foi muito importante, tendo em vista a sistematização de uma política pública de promoção da igualdade racial no âmbito da administração municipal, que de fato abrangesse todas as secretarias e que desenvolvesse suas ações de maneira transversal. Uma política pública dessa relevância deveria estar inserida no desenho institucional da administração pública municipal, e não apenas representada por uma Comissão junto a Secretaria Municipal da Casa Civil, podendo ser destituída ao sabor dos interesses do chefe do executivo e dos gestores das diferentes secretarias, o que, portanto, demonstrou a fragilidade na sua formulação e a transitoriedade enquanto política pública.

O referido Decreto também determinava incumbências específicas para as secretarias municipais, neste caso, a SME deveria promover e desenvolver um plano de ação para “capacitação” dos docentes e a inclusão, no currículo das escolas, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Entretanto, este documento não levou em consideração todas as possibilidades apontadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História Cultura Afro-brasileira e Africana, ele apenas indicou um plano de ação para desenvolver uma “capacitação” docente. Na seção anterior já discutiremos sobre o termo “capacitação”, o qual está relacionado a formações aligeiradas e superficiais. Outro aspecto importante diz respeito ao referido decreto destinar esta “capacitação” apenas para os professores de Educação Artística, Literatura e História. De acordo com a Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira se dá no âmbito de todo o currículo escolar. Sabemos que os cursos de formação docente promovidos pela SME foram disponibilizados a todos os docentes e gestores, no entanto é importante que esta legislação esteja em consonância com as normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Entendemos a importância da formação docente para o desenvolvimento das políticas educacionais, e em especial para o desenvolvimento das políticas públicas de promoção da igualdade racial, entretanto a partir do que foi explicitado, restringir as incumbências da SME somente ao desenvolvimento de cursos de formação docente, expõe a insuficiência de medidas destinadas ao processo de implementação da referida Lei.

Desde 2009, foi instituído o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História Cultura Afro-brasileira e Africana, nesta normativa foram estabelecidas as atribuições dos sistemas municipais de ensino, relacionadas à implementação das Diretrizes. Neste sentido faz-se necessária a adequação da legislação municipal ao Plano Nacional, levando-se em consideração os seis eixos que fundamentam o processo de implementação da referida Lei e as atribuições dos sistemas municipais de ensino. Assim, uma das incumbências da SME é promover a formação docente de maneira sistêmica e regular, em colaboração com as instituições de ensino superior, com os NEABs, com a SECADI e com o Movimento Negro.

De acordo com o Plano Nacional, cabe ao CME regulamentar a Lei 10.639/2003, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, através de normativas específicas. Esse processo de regulamentação exige a participação do Conselho na realização e articulação necessária para desenvolver as Diretrizes Curriculares Municipais e Resoluções que

introduzam a educação das relações étnico-raciais no âmbito da SME. Além da regulamentação, o CME deve acompanhar a implementação das Diretrizes. Contudo, este processo de normatização não ocorreu no município pesquisado, conforme previsto no Plano Nacional. Identificamos apenas uma ação do CME de acompanhamento da implementação da Lei no município, quando o Assessor Técnico Educacional foi convidado a participar de uma reunião do CME e apresentar as ações desenvolvidas até aquele momento pela SME.

Destacamos que a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais no município é de fundamental importância para que a política pública de promoção da igualdade racial tenha perenidade, seja de fato uma política de Estado e não apenas uma política de governo. Os municípios devem promover o fortalecimento do marco legal, proporcionando a institucionalização da temática étnico-racial em seus sistemas de ensino. A partir da regulamentação da Lei 10.639/2003 e suas diretrizes, as ações e os programas desenvolvidos pela SME não estarão limitados apenas a formação docente, mas incorporarão um conjunto de ações destinadas ao desenvolvimento de uma pedagogia antirracista.

Além da regulamentação da Lei, outro aspecto muito importante para sua implementação diz respeito às condições institucionais, isto é, à destinação de recursos orçamentários necessários e a criação de setores específicos para o desenvolvimento da temática étnico-racial e da diversidade dentro das Secretarias da Educação. No período estudado, identificamos a presença de três Assessores Técnicos Educacionais responsáveis pela implementação da Lei na SME, e apenas nos dois últimos anos a equipe foi ampliada, tão pouco identificamos dotação orçamentária específica para a temática étnico-racial e da diversidade. Entendemos que para garantir a implementação da Lei é imprescindível assegurar, no desenho institucional da SME, um núcleo, ou setor, ou departamento responsável por estas ações e programas, instituindo equipes técnicas permanentes, condições e recursos orçamentários destinados à temática, e assim estabelecer a perenidade da política pública. É importante destacar que os Assessores responsáveis pela implementação foram nomeados, pelo chefe do executivo, em comissão, isto é, ocuparam temporariamente o cargo de Assessor Técnico Educacional na administração pública municipal, desta maneira, demonstrando a vulnerabilidade deste processo.

Com relação às ações destinadas à formação docente, identificamos várias ações desenvolvidas pela SME, de diferentes naturezas, em todos os períodos analisados nessa pesquisa. Foram realizados dois cursos de formação docente com carga horária de cento e vinte (120) horas e cento e oitenta (180) horas, que formaram um número maior de

professores, um deles formou duzentos docentes e o outro aproximadamente quatrocentos docentes. Estes cursos contemplavam um conteúdo programático que avançou no sentido da descolonização do currículo, e de uma maior compreensão e conhecimento sobre o estudo da história e da cultura africana e dos afro-brasileiros. Cabe destacar que o curso que obteve maior adesão entre professores, formando em torno de quatrocentos docentes, foi realizado por uma universidade federal, assim entendemos ser necessária uma maior aproximação da SME com as universidades públicas do município e da região, possibilitando de maneira colaborativa, a formação continuada de professores.

Outros cursos com cento e vinte horas (120) horas ou mais foram oferecidos pela SME e atenderam a um número de aproximadamente trinta professores, disponibilizados anualmente a partir de 2012 até 2016. Neste sentido, podemos indagar sobre quantos docentes interessaram-se em participar destes processos de formação continuada. Este é um ponto importante na implementação da referida Lei, ter uma política de formação docente contínua e sistemática que atenda a um número cada vez maior de professores. Neste caso, devemos fazer outra indagação: em quais horários foram disponibilizados os cursos de formação docente? Em sua maioria, os cursos ofertados foram realizados fora do horário de trabalho do professor (aos sábados e no período noturno), não foram disponibilizados nos horários que fazem parte da sua jornada de trabalho, como por exemplo, nos horários de TDC. Nos dois últimos períodos de implementação identificamos ações de formação docente que foram realizadas, com maior regularidade, dentro da jornada de trabalho do professor, nos horários de TDC e em conjunto com outros coordenadores responsáveis pela formação docente na SME. Deste modo, os cursos oferecidos pela SME, em sua maioria, atenderam a professores interessados nessa temática, tendo em vista que a maioria dos processos formativos se dava por adesão. Assim, faz-se necessário garantir também a formação dos professores que são resistentes à temática étnico-racial.

Além dos cursos apontados acima, foram disponibilizados pela SME, cursos de curta duração, palestras, seminários e visitas técnicas a Museus. Vale destacar esta última medida, pois entendemos ser um momento de formação que possibilita um aprendizado significativo para os docentes. De acordo com uma das Assessoras, foi após a realização das visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil, em São Paulo, que muitos professores realizaram ações dentro de suas escolas direcionadas à implementação da Lei 10.639/2003. O material produzido foi organizado em uma exposição no Centro Cultural Palace, criando-se uma cultura das exposições, assim a SME passou a organizar Mostras para expor os trabalhos

desenvolvidos pelos alunos das escolas municipais. Além das Mostras, uma ação importante neste processo de implementação foi a realização de concursos fotográficos nos quais o negro foi o protagonista.

De acordo com o Plano Nacional de Implementação, a política de material didático e paradidático deve promover de maneira positiva a imagem do negro, de sua cultura e de sua história, além de abordar a temática das relações étnico-raciais, da discriminação, do preconceito e do racismo. A SME distribuiu livros destinados a docente e alunos, para o enriquecimento do acervo das bibliotecas escolares e os materiais disponibilizados, por exemplo, o Baú do Baobá, atendiam aos princípios estabelecidos no Plano Nacional.

Além da distribuição de materiais didáticos e paradidáticos a SME, através da Assessora Técnica Educacional, também produziu e distribuiu materiais didáticos destinados aos docentes para serem utilizados em suas salas de aulas. A história da localidade e a educação patrimonial foram elementos importantes nesse processo. Assim, levando em consideração o que preconiza o Plano Nacional, cabe aos municípios produzir e distribuir matérias didáticos e paradidáticos que valorizem a história e a cultura local, objetivando o ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais. Os cursos de formação docente oferecidos pela SME disponibilizaram aos professores materiais de apoio construídos a partir da história local, materializando o direito à memória da população negra, bem como o direito ao reconhecimento e, conseqüentemente, a valorização de sua história e de sua cultura na localidade.

Além das incumbências dos governos municipais, apontados no Plano Nacional, é importante salientar a importância do papel indutor do MEC e de uma maior participação da União no financiamento da Educação Básica. Os recursos orçamentários destinados, principalmente, para a formação docente e a produção e distribuição de materiais didáticos voltados para a educação étnico-racial, mesmo que crescentes se comparados ao período anterior a criação da SECAD/SECADI, ainda são insuficientes para atender a todos os sistemas de ensino. A dotação orçamentária da SECADI, ainda não ultrapassou 5% do total do orçamento do MEC. Desta forma, mesmo se considerarmos os avanços alcançados desde 2003, ano de promulgação da Lei 10.639, julgamos ser necessário a ampliação dos recursos financeiros destinados a implementação da referida Lei, bem como uma maior indução do MEC no desenvolvimento dessas políticas públicas.

Após os apontamentos realizados, alguns questionamentos são pertinentes: Quais ações realmente impactaram nas práticas escolares desenvolvidas pelos professores? Quantos

docentes participaram dos processos formativos? Como garantir a continuidade das ações e dos programas desenvolvidos pela SME? Como são realizados (ou não) os registros das ações desenvolvidas pela SME, para assim garantir um monitoramento e avaliação do que já foi implementado? Qual foi a atuação do município nas Conferências e nos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial? Qual foi a postura do CME frente a este processo? Acreditamos que essas questões podem ser respondidas por outras pesquisas necessárias para uma maior compreensão deste processo de implementação no município.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; MATTOS, H. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos**, Outras Pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARBOSA, M. **Frente negra brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BEZZERA, G. F.; ARAUJO, D. A. de C. Novas (re)configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 101-122, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n56/v19n56a06.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 002/2001**. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial na educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e da outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para

o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Lei nº 12.288/10, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, 21 jul. 2010a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 04/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Yoté: o jogo da nossa história:** o livro do aluno. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010c. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/yote_aluno_miolo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012. Dispõe sobre a aprovação da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 mar. 2012. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7690-2-marco-2012-612507-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017. Dispõe sobre a aprovação da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mar. 2017. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9005-14-marco-2017-784453-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRITO, A. X.; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 7-38, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a01n113.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPOS, D. M. C. de. **O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3984>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CARREIRA, D. **Igualdade e diferença nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. 2015. 508 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/pt-br.php>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CONFERÊNCIA mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. 2001. Disponível em: <<http://www.mulheresnegras.org/doc/Declafinal.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

CUNHA JÚNIOR, H. Diversidade etnocultural e africanidades. In: JESUS, R. de F. de; ARAÚJO, M. da S.; CUNHA JÚNIOR, H. (Org.). **Dez anos da Lei nº 10.639/03: memórias e perspectivas**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 23-46.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 963-994, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Particular/Downloads/222-708-1-PB.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

EUCLÊNIO, S. Projeto Baobá: Ribeirão Preto educando para a igualdade étnico-racial. In: NASCIMENTO, E. L. **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 265-276.

FILICE, R. C. G. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira**. 2010. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6001/1/2010_RenisiaCristinaGarciaFilice.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 648-669, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a09v44n153.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

GARCIA, J. **25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127/230>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, M. de; HERINGER, R. (Org.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 39-74. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP AE**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011a. Disponível em: <[file:///C:/Users/Particular/Downloads/19037-59698-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Particular/Downloads/19037-59698-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/03**. Brasília: MEC/Unesco, 2012a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002605/260516por.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012b. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87324602005>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, L. A. O. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. et al. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

_____. Pensar a Educação, pensar o racismo no Brasil. In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. da; FERNANDES, A. B. **Relações Étnico-raciais e Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 93-144.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

JACCOUD, L. B. de; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_desigualdades_raciais_brasil.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

LASTÓRIA, A. C. A construção coletiva do Atlas Escolar do Município de Ribeirão Preto. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 125-140, 2008. Disponível em: <http://www2.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/dialogus_2008.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2015.

LASTÓRIA, A. C.; ASSOLINI, F. E. P. A aprendizagem, a formação e a experiência como elementos centrais dos processos educativos de professores. In: ASSOLINI, F. E. P.; LASTÓRIA, A. C. **Formação continuada de professores: processos formativos e investigativos.** Ribeirão Preto: Compacta Editora, 2010. p. 19-26.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCHA Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida: documento. Brasília: Cultura, 1996. 36 p. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/memoria-negra/marcha-zumbi-1995.html>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na Educação no Governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, L.; GUIMARÃES, A. S. A. (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

NUNES, C. **O Reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da história e cultura africana e dos afrodescendentes: uma proposta para a implementação da lei nº. 10.639/03**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2982/1/2007_dis_CNunes.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n2/a10v26n2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PAIM, P. A verdadeira liberdade. In: RIBEIRO, M. (Org.). **As Políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 155-168.

PEINADO GOMES, M. V. **O Movimento Negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: um estudo sobre a luta por sentidos sobre a desigualdade racial no Brasil**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo,

2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5340>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PORTELLA, T. P. **Relações raciais e políticas educacionais em São Paulo, possibilidades e impasse do artigo 26 A da LDB: Ações e visão das gestoras do Núcleo Educação Étnico Racial da SME**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122014-131226/pt-br.php>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Secretaria Municipal da Educação. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/i15principal.php#&panel1-1>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RIBEIRÃO PRETO. Secretaria Municipal da Educação. Resolução SME 014/2006, de 29 de novembro de 2006. Fixa as normas para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos no sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto. **Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto – SP**, Ribeirão Preto, SP, 1 dez. 2006. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/dom/200612/061201/i73061201.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. Decreto nº 210, de 10 de agosto de 2006. Institui, no âmbito da administração pública do município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto – SP**, Ribeirão Preto, SP, 11 ago. 2006a. Disponível em: <<http://cultura.pmrp.com.br/dom/200608/060811/i73executivo.php>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Secretaria Municipal da Educação. Resolução SME 05/2009, de 22 de julho de 2009. Fixa as normas para a reorganização do Ensino Fundamental no sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto e revoga artigos da Deliberação CME Nº 02/2006. **Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto – SP**, Ribeirão Preto, SP, 27 ago. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Particular/Downloads/i73090827.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018

_____. Lei Complementar nº 2.524, de 05 de abril de 2012. Dispõe sobre o Plano de cargos, carreira e remuneração e sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Ribeirão Preto e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, SP, 20 abr. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Particular/Downloads/i73120420.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RIBEIRO, M. **As políticas de igualdade racial no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2009. (Análise e propostas, 35). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/06429.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias 1986 a 2010.** 2013. 286 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17640>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

ROCHA, S.; SILVA, J. A. N. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul./out. 2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/189>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

RODRIGUES, T. C. **Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990.** 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4391>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas.** 2011. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2264>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ROLAND, E. O. Movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, L.; GUIMARÃES, A. S. A. (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G; ALVES, Z. M. M. B. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre a prática da pesquisa.** Ribeirão Preto: Ed. Legis Summa Ltda, 1998. p. 119-133.

SANTOS, K. R. da C.; SOUZA, E. P. de. (Orgs.). **SEPPIR – promovendo a igualdade racial: para um Brasil sem racismo.** Brasília: MMIRDH/SEPPIR, 2016. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/seppir-promovendo-a-igualdade-racial-para-um-brasil-sem-racismo.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1973/1/Tese%20Sales%20versao%20final%203.pdf>>. Acesso em: jun. 2011.

SANTOS, S. A.; SILVEIRA, M. Políticas de promoção da igualdade racial e ação afirmativa. **Salto para o Futuro: gestão educacional para a diversidade**, ano 20, n. 12, p. 39-54, set. 2010. Disponível em: < <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/19700>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SILVA, P. B. G. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 155-172.

Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SILVA, R. de L. A. M. da; ABDALA, S. R. F.; MELLO, R. C de. Os griôts na trilha de Ribeirão Preto: o povo negro local. In: LASTÓRIA, A. C; ROSA, A. V. (Org.). **Elos da cidadania**: localidade, escola e ação. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2014. p. 101–111.

SILVA, R. de L. A. M. da. **A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto**: roteiro de formação para professores. São Carlos: Editora Riani Costa, 2016.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. A (re)configuração no nacional e a questão da diversidade. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005. p. 87-108.

SOUZA, E. F. de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 39-63.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.** [online] São Paulo, v. 25, n. 03, p. 535-549, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

APÊNDICE

- 1) ANSELMO, Eliana Regina Martins. Das Práticas Políticas e Jurídicas na Formação de Professores para a Educação Étnico-racial. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015.

Objetivo geral: conhecer e problematizar as políticas públicas de formação de professores, especialmente a educação étnico-racial no âmbito de duas Secretarias Municipais de Educação (São Leopoldo e Novo Hamburgo no estado do Rio Grande do Sul).

Metodologia: análise documental a partir das leis, programas, projetos, diretrizes e demais documentos orientadores da SECAD e da SEPPIR, bem com os documentos relacionados à formação de professores nas respectivas Secretarias Municipais de Educação.

Resultados: A formação continuada oferecida pelas SMEDs remete ao mesmo padrão adotado pelo MEC, e o lugar para tratar o tema permanece na transversalidade.

- 2) FARIA, Monique Marques de. Valorização dos percursos negros no Brasil: perspectivas de educação nos territórios afro-rioclarenses. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências de Rio Claro. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Claro, 2014.

Objetivo: foram analisadas três ações destinadas a implementação da Lei 10.639/30 no município de Rio Claro, estado de São Paulo, sendo duas delas destinadas especificamente a professores e coordenadores pedagógicos. O primeiro projeto analisado foi o “Afro-brasilidades”, uma parceria do Arquivo Público Histórico de Rio Claro, Associação de Escolas Reunidas (ASSER), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (CONERC), Assessoria de Integração Racial e Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro. Os outros dois projetos destinados à formação docente foram: a formação em “História da África e Cultura Afro-brasileira” (2012), destinada aos coordenadores da rede municipal, e o projeto “A comunidade negra vai à escola” (2013), ação que se estendeu aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da disciplina de Artes. Também foi desenvolvido o projeto piloto intitulado “Roteiro Afro” em parceria com a Secretaria de Turismo do município.

Metodologia: revisão bibliográfica acerca do tema, análise da ficha inscrição e do relato de experiência da formação docente “A comunidade negra vai à escola” e dados coletados *in loco* através da pesquisa participante.

Resultados: De acordo com Faria (2014) foram ações pontuais, entretanto possibilitaram novas práticas nos espaços escolares, sendo justificadas pela importância do registro e divulgação de uma nova perspectiva histórica da população brasileira.

- 3) MESSIAS, Elizama Pereira. Políticas de promoção da igualdade racial no âmbito educacional na cidade do Recife: trajetórias e contradições na luta por reconhecimento da população negra. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco (UFP). Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife, 2009.

Objetivo: a analisar o processo de formulação e implantação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial desenvolvidas pela Secretaria de Educação do município de Recife, no período de 2005 a 2008, buscando compreender as representações dos formuladores (Diretoria da Igualdade Racial (Secretaria de Direitos Humanos) e Secretaria de Educação, Esporte e Lazer) sobre identidade étnico-racial, igualdade racial e política pública.

Metodologia: análise de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com os técnicos que estiveram diretamente ligados a elaboração e implementação destas ações.

Resultados: revelaram a influência da promulgação da Lei 10.639/2003 na agenda local e as ações se concentraram na formação continuada sobre o tema, de maneira esporádica e descontinua, atingindo um pequeno número de educadores. Ainda de acordo com Messias (2009) isso demonstra as contradições do processo de institucionalização, das políticas de promoção da igualdade racial bem como a força das representações dos sujeitos na materialização dessas políticas públicas.

- 4) ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da. A implementação da Lei 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2015.

Objetivo: analisou o grau de institucionalização da Lei 10.639/2003 nas instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da verificação dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs).

Metodologia: foram analisados (41) quarenta e um documentos, sendo: (38) trinta e oito dos Institutos Federais (IF), (02) dois dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e (01) um da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR).

Resultados: De acordo com o autor, apesar de identificar e experiências positivas em algumas instituições, os resultados encontrados sinalizam para uma baixa institucionalização da Lei nº. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional.

- 5) SANTOS, Maria Cristina dos. A implementação da Lei 10.639/03 e o IDEB no Sistema de Ensino Municipal de Divinópolis. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Educação. 210f. Mariana. 2014.

Objetivo: averiguar se o município esta implementando a Lei 10.639/2003, no que se refere à formação continuada docente e da equipe pedagógica.

Metodologia: pesquisa documental junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 2003 a 2013, analisando os Projetos Políticos Pedagógicos e as políticas de enfrentamento da desigualdade e do racismo nas escolas; foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e diretores de duas escolas municipais; aplicação de questionário aos pais dos alunos e por fim um diálogo com o Secretario do Conselho Municipal de Educação.

Resultados: evidenciaram que as políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação não atingiram as escolas pesquisadas e a maioria dos professores não encontrou apoio pedagógico para inserção da temática étnico-racial no currículo escolar.

- 6) SANTOS, Isabel Passos de Oliveira. A Lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Campinas, 2014 186 f.

Objetivo: buscar elementos para verificar como se deu o processo de implementação da Lei 10.639/2003, nas escolas municipais do município de Campinas, no estado de São Paulo, bem como revelar o silêncio sobre a temática racial no currículo das escolas municipais, considerando a existência de duas leis municipais que já previam a inclusão da temática racial nos currículos das escolas municipais anteriores a Lei Federal 10.639/2003.

Metodologia: pesquisa documental utilizando os diários oficiais do município de Campinas (SP), no período de 1990 a 2008.

Resultados: a pesquisa revelou que de 1990 até 2003, embora a questão racial já estivesse contemplada na Lei Orgânica do Município e na agenda da Secretaria Municipal de Educação, os atos normativos somente se efetivaram a partir de 2003, com a publicação da Lei 10.639/2003. A temática racial passou a ser introduzida nas escolas municipais por meio do Hip Hop, da anemia falciforme e da capoeira. Desenvolveu-se uma política de formação docente que levou a temática para dentro da escola e em consequência uma adequação do currículo que atendessem ao dispositivo legal vigente.

- 7) SILVA, Rafael Ferreira. Educando pela diferença para a igualdade: professores, identidade profissional e formação contínua. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 2010 310 f.

Objetivo: tem como objeto de estudo o Programa São Paulo: educando pela diferença para a igualdade, destinado à formação continuada de professores do sistema estadual de educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), realizado no período de 2004 a 2006.

Metodologia: foram realizadas entrevistas com os monitores e os coordenadores do Programa e também com uma professora participante do curso de formação. Também foram analisados o material pedagógico e os documentos oficiais que deram subsídios para a implantação do Programa.

Resultados: A pesquisa concluiu que o Programa de formação promoveu uma articulação de políticas de igualdade com políticas de identidade.

- 8) VALE, Gislana Maria do Socorro Monte do. Avaliação da política de educação das relações etnicorraciais: implementação da Lei 10.639/03 na escola pública municipal de Fortaleza. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza, 2013. 130f.

Objetivo: avaliar a política de educação das relações étnico-raciais (ERER), através da implementação da Lei 10.639/2003 no sistema público municipal de ensino de Fortaleza, no estado do Ceará. Realizou uma análise dos documentos legais no âmbito nacional e local.

Metodologia: foram realizadas entrevistas e aplicados questionários para os gestores em âmbito nacional e local, e para os professores do sistema de ensino municipal de Fortaleza.

Resultados: apontaram para o conhecimento sobre a Lei 10.639/2003, entretanto no município de Fortaleza existe a necessidade de ações mais sistemáticas com relação à formação docente e a aquisição de materiais e recursos didáticos.

- 9) VIANA, Maria da Guia. Os desafios da implementação da Lei Federal nº 10.639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Luís, 2009. 108 f.

Objetivo: analisar as políticas públicas educacionais, desenvolvidas pelo Estado do Maranhão, no período de 2005 a 2008, com relação à implementação da Lei 10.639/2003.

Metodologia: análise dos documentos produzidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), bem como a realização de entrevistas com os gestores da SEDUC, com as técnicas da equipe de Coordenação do Programa de Promoção da Igualdade Racial (COPIR), com

membros de entidades do Movimento Negro, com membros de órgãos governamentais que participaram do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial no Estado do Maranhão e por fim com professoras de duas escolas do sistema estadual de educação.

Resultados: apontaram para a necessidade de um maior envolvimento do poder público, considerando que a implementação da Lei 10.639/2003, não contempla as orientações nacionais e as ações ainda são limitadas, descontínuas e sem o apoio necessário para sua efetivação.

- 10) VIEIRA, Cecília Maria. Educação e Relações Étnico-raciais: Diálogos e silências sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 no município de Goiânia. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiânia, 2011.

Objetivo: identificar se o curso de formação de professores sobre a História e Cultura Africana, realizado em 2007, possibilitou a produção de diálogos ou a superação dos silêncios sobre as relações étnico-raciais entre os professores.

Metodologia: utilizou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental nos arquivos da SME e a realização de entrevistas com professores que participaram deste curso de formação docente, como formadores ou como cursistas.

Resultados: demonstraram que a formação continuada docente ainda não recebe a devida importância pelos gestores dos sistemas educacionais, bem como uma resistência dos professores quanto a temática étnico-racial. Para o autor grande parte do silêncio está ligado ao desconhecimento das contribuições históricas da população negra a sociedade brasileira ou ao mito da democracia racial, entretanto outras determinantes devem ser compreendidas.

Desta forma, podemos considerar que existem pesquisas sendo realizadas nesta temática, e que a maioria delas identificou que ainda estamos caminhando no sentido da implementação verdadeiramente sistemática da Lei 10.639/2003.

ANEXOS

ANEXO A - Resolução SME nº 08 de 04 de setembro de 2007

RESOLUÇÃO SME Nº 08 DE 04 DE SETEMBRO DE 2007

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.992, de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar a comissão composta pelos profissionais a seguir relacionados, para promover o desenvolvimento do "Projeto BAOBÁ - Ribeirão Preto Educando para a Igualdade Étnico-Racial"; conforme decreto nº 210 de 10 de agosto de 2006:

- DIRCE DE SOUZA FOGAÇA

Equipe técnica da Secretaria Municipal da Educação

- SILVANY EUCLÊNIO SILVA

Equipe técnica da Secretaria Municipal da Educação Coordenação do Projeto Baobá

- SALITA DO ARAMAICO GONÇALVES MOREIRA

Professora da Rede Municipal de Ensino Especialista em Estudos Culturais Afro-brasileiros e Africanidades pela UFCAR

- MARGARETH MUZZETTI

Diretora do Centro de Educação Infantil Cloresdith Ferlin Ferreira

- SIMONE ABRAHÃO

Equipe técnica da Secretaria Municipal da Educação Coordenadora da área de Língua Portuguesa

Artigo 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ NORBERTO CALLEGARI LOPES

Secretário Municipal da Educação

ANEXO B - Decreto nº 210, de 10 de agosto de 2006

Decreto 210, de 10 de agosto de 2006.

INSTITUI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO, A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AFRODESCENDENTES E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

DR. WELSON GASPARINI, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, VII, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituída, nos termos deste decreto, no âmbito da Administração Pública do Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes.

Artigo 2º - Fica criada, junto a Secretaria Municipal da Casa Civil, a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, composta dos seguintes membros, designados pelo Prefeito Municipal:

I - O Assessor de Promoção da Igualdade Racial, que será seu coordenador;

II - 1 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias:

- a) Casa Civil;
- b) Secretaria da Fazenda;
- c) Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social;
- d) Secretaria da Educação;
- e) Secretaria da Saúde;
- f) Secretaria da Cultura;

III - 03 (três) representante das Universidades de Ribeirão Preto;

IV - 06 (seis) representante de organizações não governamentais ligadas à proteção e defesa dos direitos dos afrodescendentes;

V - 01 (um) representante do Centro Cultural Orunmila.

§ 1º - A Comissão poderá dispor sobre a constituição de Subcomissões e Grupos de Trabalho para análise e discussão de temas específicos.

§ 2º - Cada Secretaria poderá disciplinar, internamente, a consulta ou participação de representantes de organizações não-governamentais ligadas à proteção e defesa dos interesses dos afrodescendentes na elaboração das respectivas propostas.

Artigo 3º - À Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes cabe:

I - Sugerir diretrizes e procedimentos administrativos com vistas a garantir a adequada implementação da Política;

II - Submeter à apreciação do Prefeito Municipal as propostas de diretrizes complementares, com vistas à adequada execução da Política e ao seu aprofundamento;

III - Apoiar, avaliar e supervisionar a implementação da Política, sugerindo a adoção de medidas destinadas a garantir a continuidade e a efetividade das suas ações;

IV - Coordenar a realização de oficinas e cursos sobre ações afirmativas para os servidores de recursos humanos e coordenadores de área, bem como campanhas de sensibilização dos servidores para o problema da exclusão social e necessidade de ações afirmativas.

Artigo 4º - A Comissão deverá:

I - Instituir o Prêmio “Ações Afirmativas para Afrodescendentes”, contemplando as políticas internas e externas de organizações, públicas ou privadas, que mais se destaquem na promoção das referidas ações afirmativas;

II - Organizar concurso para escolha da propaganda de divulgação do Prêmio “Ações Afirmativas para Afrodescendentes”;

III - Contribuir para o atendimento e a orientação dos indivíduos que sofrerem discriminação, mediante seu atendimento pela Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social.

Parágrafo Único - A promoção de ações afirmativas para afrodescendentes, segundo as diretrizes deste decreto, considera-se promoção de direitos humanos, para os fins dispostos na Lei nº 10.992, de 21 de dezembro de 2001.

Artigo 5º - A Secretaria da Saúde deverá, observadas suas atribuições no Sistema Único de Saúde:

I - Realizar grande campanha educativa para todos os médicos, com relação à anemia falciforme, envolvendo a Sociedade de Pediatria e voltada para o diagnóstico precoce e a prevenção de danos à saúde dos portadores desta doença;

II - Incluir o tema de doenças epidemiologicamente prioritárias para a Comunidade Negra, nos treinamentos e capacitações realizados pelos órgãos formadores dos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF, ligados à Secretaria da Saúde.

Artigo 6º - A Secretaria da Educação deverá:

I - No exercício das prerrogativas fixadas no artigo 24, IX e §§ 1º a 4º, da Constituição Federal, desenvolver um plano de ação para capacitação dos docentes e inclusão, no currículo das escolas da rede pública municipal, do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, na forma da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração prevista na Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e legislação correlata;

II - desenvolver o “Programa Ribeirão Preto: Educando pela Diferença para a Igualdade” - Capacitação dos professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História a ser discutida com os representantes da Comunidade Negra.

Parágrafo Único - O Secretário da Educação criará, mediante resolução, comissão para o desenvolvimento do programa a que se refere o inciso II deste artigo, assim como destinará recursos para sua implantação.

Artigo 7º - A Secretaria da Cultura deverá:

I - Instituir cursos da cultura da África e dos afrodescendentes e de sua história e incluir nas oficinas culturais artistas afrodescendentes, como escritores, autores, diretores de teatro, músicos, artistas plásticos, etc.;

II - Instituir:

a) oficinas regulares para educadores, na Divisão de Arquivo do Município, sobre a história cultural dos afrodescendentes no Estado de São Paulo;

b) a produção de instrumentos de origem africana;

c) cursos livres sobre a influência da música africana na música brasileira, nos Centros de Estudos;

d) instituir junto com Secretaria da Educação certificado de reconhecimento aos mestres da Cultura Popular;

e) o prêmio Solano Trindade para Jovens Criativos das Escolas de Arte Cênica.

III - Criar um observatório de monitoramento e avaliação dos projetos e experiências positivas no combate à discriminação de gênero e raça nas diferentes áreas da cultura;

IV - Junto aos quilombos, instituir uma programação cultural, criar salas de leitura, publicar sua história cultural e elaborar um calendário de suas manifestações culturais;

V - Articular a instituição de cursos para jovens criativos, nas Escolas de Comunicação, referentes ao Dia da Consciência Negra e a criação de núcleos de pesquisa da Cultura Negra Regional em parceria com a comunidade negra e universidades;

VI - Promover a preservação e revitalização do patrimônio material e imaterial dos sítios, terreiros e casas da cultura tradicional de matrizes africana;

VII - Desenvolver um manual com sugestões para implementação de ações afirmativas e estimular a sociedade civil a formularem programas e projetos para a promoção da igualdade racial e apoiarem manifestações culturais dos afrodescendentes;

VIII - Incorporar, junto a programação da Secretaria da Cultura, as manifestações culturais relacionadas à comunidade afrodescendente, bem como incentivar e propiciar a realização de feiras étnicas temáticas e criar a 1ª Mostra de Arte Cênica Afrodescendente.

Artigo 8º - A publicidade institucional do Município de Ribeirão Preto, na administração direta e indireta, observará a pluralidade étnica da população brasileira, buscando aproximar-se das proporções obtidas pelo Censo realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Artigo 9º - Ficam mantidas as disposições em vigor que instituem ações em benefício dos afrodescendentes.

Artigo 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Rio Branco
WELSON GASPARINI
Prefeito Municipal

ANEXO C - Decreto 194, de 27 de agosto de 2007

Decreto 194, de 27 de agosto de 2007

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II, DO ARTIGO 6º DO DECRETO 210, DE 10 DE AGOSTO DE 2.006, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO, A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AFRODESCENDENTES E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

DR. WELSON GASPARINI, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - O inciso II, do artigo 6º, do decreto 210, de 10 de agosto de 2.006, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 6º -omissis.....

I -omissis.....

II - Desenvolver o “Projeto Baobá - Educando para igualdade Étnico Racial” - Capacitação dos professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História a ser discutida com os representantes da Comunidade Negra.

Parágrafo Único -omissis.....

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palácio Rio Branco
WELSON GASPARINI
Prefeito Municipal

ANEXO D – Lei Complementar nº 2.148 de 28 de dezembro de 2006

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.148 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

CONSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 408/2006, de autoria do Executivo Municipal e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica, por esta lei complementar constituído o **COMITÊ TÉCNICO MUNICIPAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**, com as seguintes atribuições:

- I. Definir estratégias de intervenção e prioridades de ações referentes à prevenção e assistência da saúde da população negra do município de Ribeirão Preto;
- II. Acolher, analisar, avaliar e orientar a Secretaria Municipal de Saúde sobre as propostas advindas da sociedade civil, de instituições não governamentais ou de outros órgãos e setores governamentais, que tenham como objetivo a promoção da equidade racial/étnica na atenção à saúde;
- III. Propor e participar de iniciativas intersetoriais, especialmente em conjunto com as demais instâncias do Sistema Único de Saúde - SUS (Municípios e Ministério da Saúde), relacionadas com o desenvolvimento de ações de promoção da equidade racial/étnica na atenção à saúde;
- IV. Colaborar no acompanhamento e avaliação das políticas e ações do Sistema Único de Saúde -SUS do município de Ribeirão Preto, que tratem da diversidade racial/étnica e da promoção da equidade racial/étnica;
- V. Fortalecer as redes de solidariedade, através da formação de novas parcerias e mobilização de parceiros, incluindo organizações governamentais e não governamentais, universidades, centros de pesquisa, estabelecimento de ensino e capacitação, entre outros;
- VI. Aplicar a Política de Ações Afirmativas, e promoção da igualdade racial.

Artigo 2º - O Comitê que será responsável pela elaboração das propostas do seu Regimento Interno, será composto pelos seguintes membros permanentes:

- a) 03 (três) representantes do Conselho Municipal da Saúde;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto;
- e) 01 (um) representante da Assessoria de Promoção da Igualdade Racial de Ribeirão Preto;
- f) 01 (um) representante da Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes;
- g) 03 (três) representantes de ONGS do Movimento Negro legalmente constituídas no Município de Ribeirão Preto;
- h) 01 (um) representante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP;
- i) 01 (um) representante da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto.

Parágrafo Único - Poderão ainda constituir-se em membros permanentes do Grupo de Trabalho, representantes das Universidades, Centro de Pesquisa e Organizações da Sociedade Civil, sediados no município de Ribeirão Preto, que possam colaborar em suas atividades.

Artigo 3º - O Grupo de Trabalho População Negra do Município de Ribeirão Preto, será regido por seu Regimento Interno a ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua constituição.

Artigo 4º - As atividades do Grupo de Trabalho são de caráter público, não podendo ser remuneradas em qualquer hipótese.

Artigo 5º - O apoio administrativo necessário ao funcionamento do Comitê, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão a conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas quando necessário.

Artigo 7º - Esta lei complementar, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

WELSON GASPARI
Prefeito Municipal

ROGÉLIO GENARI
Secretário Municipal de Governo

OSWALDO CRUZ FRANCO
Secretário Municipal da Saúde

NINA VALÉRIA CARLUCCI
Secretária Municipal dos Negócios Jurídicos

ANEXO E - Portaria nº 1.292/2006 de nomeação da Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes

Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

ANO XXXIV - Nº 7.603 - RIBEIRÃO PRETO - Terça-feira, 05 de Setembro de 2006

PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO

DR. WELSON GASPARINI, PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, NA FORMA DA LEI, RESUMO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 1251 DE 16.08.2006

Para atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público, contrata em caráter emergencial, a Sra. **ANDRÉIA ARDEVINO DE OLIVEIRA**, R.G. nº 199920849, PIS/PASEP nº 12693815233, habilitada no Processo Seletivo nº 006/06, classificada em 003º lugar, na função de Médico Clínico Geral, nível 119, pelo prazo compreendido entre 18 de agosto de 2006 a 16 de agosto de 2008, ficando lotada na Secretaria Municipal da Saúde, aplicando-se à presente o Regime Administrativo, nos termos das Leis Complementares nºs 1340/02 e 1613/03, conforme termos do contrato de trabalho firmado e representação do Secretário da Pasta.

PORTARIA Nº 1285 DE 23.08.2006

Exonera a pedido, a partir de 23 de agosto de 2006, a Sra. **ROSA APARECIDA FERREIRA**, R.G. nº 17.355.603, Médica Pediatra, regida pelo regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

PORTARIA Nº 1292 DE 25.08.2006

Nomeia os membros abaixo relacionados, para comporem a **COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AFRODESCENDENTES**, nos termos do Decreto nº 210 de 10 de agosto de 2006, a saber:

Secretaria da Casa Civil:
Romilson de Castro Madeira
(Coordenador)
Secretaria da Fazenda:
Vanderci Faustino
Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social:

Carolina Maria Garcia Queiroz

Secretaria da Cultura:
Mariângela Heredia Quartim de Moraes

Secretaria da Saúde:
Cláudia de Almeida Torres de Andrade

Secretaria da Educação:
Maria Nair Marques Rebelo

SOCIEDADE CIVIL:

Entidades de Defesa dos

Direitos dos Negros:

Silvany Euclênio da Silva

Sérgio Luiz de Souza

Ricardo Wesley Martins

André Justino Neto

Sebastião Donizeti Adelino

Regina Brito de Souza

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

SUPERIOR:

Silas Nogueira -

Centro Universitário Moura Lacerda

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa -

Centro Universitário Barão de Mauá

Marcos Cassin -

Universidade de São Paulo - USP

CENTRO CULTURAL ORUNMILÁ:

Paulo César Pereira de Oliveira

PORTARIA Nº 1293 DE 25.08.2006

Exonera a pedido, a partir de 24 de agosto de 2006, a Sra. **EVANI HELENA COELHO DE AZEVEDO MARQUES**, R.G. nº 13.038.820, Médica Psiquiatra, regida pelo regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

PORTARIA Nº 1294 DE 25.08.2006

Tendo em vista o afastamento por licença gestante da Sra. **TATIANA GIRONI BARROSO GOMES**, R.G. nº 25.730.482-4, Agente Administrativo, regida pelo regime jurídico estatutário, designa para substituí-la no cargo de provimento em comissão de Secretária da EMEF "Maria Ignês Lopes Rossi", da Secretaria Municipal da Educação, a partir de 16 de agosto de 2006 e enquanto durar seu impedimento, a Sra. **REGINA MÁRCIA MOYSÉS ANTÔNIO**, R.G. nº 8.755.509.

PORTARIA Nº 1295 DE 25.08.2006

Concede à Sra. **MARIA REGINA BRILHADORI DA SILVA**, R.G. nº 10.771.921, Oficial Administrativo, regida pelo regime jurídico estatutário, 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período de 2001/2002, a partir de 11 de setembro de 2006, devendo substituí-la no cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção de Expediente e Documentação das Procuradorias, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, a Sra. **MARINALVA DE LIMA**, R.G. nº 16.237.006, Secretária, regida pelo regime jurídico estatutário.

PORTARIA Nº 1296 DE 25.08.2006

Para atender à necessidade temporária e de excepcional interesse público, prorroga o contrato de trabalho até 30 de agosto de 2008, do Sr. **JOSÉ VICENTE SPARANO**, R.G. nº 2.848.809-X, na função de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 1340/02.

PORTARIA Nº 1297 DE 25.08.2006

Extingue a pedido, a partir de 22 de agosto de 2006, o contrato da Sra. **ANA JULIA PERES DE CASTRO**, R.G. nº 12.515.024-6, Professora III - Geografia, regida pelo regime administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

PORTARIA Nº 1298 DE 28.08.2006

Concede aposentadoria por invalidez, a partir de 01 de setembro de 2006, à Sra. **CEILI LÁZARA TOBIAS GUIMARÃES**, R.G. nº 8.669.862, Professora I, regida pelo regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com fundamento no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 126, inciso I e 127, inciso I, alínea "a" da Lei nº 3181/76, com nova redação dada pela Lei nº 5521/89; artigos 131 e 209 da Lei nº 3181/76 e artigo 47 da Orientação Normativa SPS nº 03 de 13 de agosto de 2004, ficando-lhe

Segue...

ANEXO F - Decreto 288, 16 de novembro de 2006.

000429

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 288
de 16 de novembro de 2006

Publicado no D.O.M.

em 17/11/2006

DR. WELSON GASPARINI, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando que o feriado de 20 de novembro, Dia Nacional a Consciência Negra, será comemorado este ano em 225 cidades, de 11 Estados, em todo o país. Entre as cidades estão três capitais – São Paulo, que tem a maior população negra do mundo fora da África, Rio de Janeiro e Cuiabá – e Campinas, cidade paulista com mais de um milhão de habitantes;

Considerando que o projeto de Lei do Senador Paulo Paim, que tramita no Senado, propõe que o 20 de Novembro, dia que marca a morte de Zumbi dos Palmares, assassinado pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, se transforme em feriado nacional;

Considerando que o Estado com maior número de cidades em que o feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares é respeitado é Mato Grosso, com 105 cidades, sendo seguido pelo Rio de Janeiro, com 92 e São Paulo, com 11. O Estado do Pará tem 2 cidades, onde é feriado. Os Estados de Alagoas, Goiás, Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e Sergipe, têm uma cidade cada, em que é feriado;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica autorizado o cumprimento da Lei Municipal nº 10.057, de 07 de maio de 2.004, que comemora como feriado municipal a data de 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

WELSON GASPARINI
Prefeito Municipal

ROGÉLIO GENARI
Secretário Municipal de Governo

KAB

ANEXO G – Material informativo sobre a anemia falciforme

**Manual de Doença Falciforme
para Profissionais de Saúde**

Realização:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Gerência-Geral de Sangue, outros Tecidos e Órgãos
Subcomitê de Hemoglobinopatia

Apoio:

Secretaria Municipal da Saúde - Ribeirão Preto
Secretaria Municipal da Cidadania - Ribeirão Preto
Coderp
Comissão de Implantação de Políticas Afirmativas
Centro Cultural Orunmila

Créditos

O presente manual foi concebido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com o título "Manual do Agente de Saúde" e disponível em http://www.anvisa.gov.br/profissional/sangue/falciforme_agente.htm, e adaptado para realidade local pela Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto-SP, por solicitação da Comissão de Implantação de Políticas Afirmativas e Centro Cultural Orunmila, de Ribeirão Preto.

ANEXO H - Convênio Nº 862019/2006

TODOS OS CONVENIOS

imprimir

UF: **SP**
Município: **RIBEIRAO PRETO**

Detalhes do Convênio

Número do Convênio SIAFI:	573413
Situação:	Adimplente
Nº Original:	862019/2006
Objeto do Convênio:	ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES QUE VISAM ASSEGURAR A PROMOCÃO, NA PRÁTICA EDUCATIVA, DE ATITUDES E VALORES INDISPENSÁVEIS A FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLENA, RESPEITAR E VALORIZAR A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, SUPERAR O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA.
Orgão Superior:	MINISTERIO DA EDUCACAO
Concedente:	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
Conveniente:	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
Valor Convênio:	66.591,65
Valor Liberado*:	66.591,65
Publicação:	27/11/2006
Início da Vigência:	24/11/2006
Fim da Vigência:	31/05/2008
Valor Contrapartida:	672,65
Data Última Liberação:	18/12/2006
Valor Última Liberação:	66.591,65

* Para saber cada uma das liberações, acesse a consulta - "Despesas Informações Mensais - Transferências de Recursos" - faça a consulta por exercício e selecione o Estado/Município desejado.

Relação de Documentos de Liberação

Selecione o(a) "Código do Documento" para obter o detalhamento do valor

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Data	Código do Documento	Valor do Documento
18/12/2006	1531731525320060B862023	66.591,65

Página 1/1

« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página

Saiba Mais

» Saiba como obter informações adicionais, denunciar irregularidades ou comunicar inconsistência de dados

Clique aqui para baixar dados do portal

ANEXO I - Portaria 0019 de 05 de janeiro de 2007

2 - Terça-feira, 09 de Janeiro de 2007

Diário Oficial

PODER EXECUTIVO

...Continuação

Sra. **LUIZA ANTÔNIA NASCIMENTO**, R.G. nº 24.310.218-5, Auxiliar de Serviços Especializados, regida pelo regime jurídico estatutário e no período de 17 a 31 de janeiro de 2007, o Sr. **APARECIDO DONIZETTI DO NASCIMENTO** será substituído pelo Sr. **WAGNEY JUNQUEIRA DA COSTA**, R.G. nº 438.171, Técnico em Desenho, regido pelo regime jurídico estatutário.

PORTARIA Nº 0013 DE 04.01.2007

Extingue a pedido, a partir de 04 de janeiro de 2007, o contrato da Sra. **PATRICIA STOQUE MEDEIROS**, R.G. nº 29.368.106-5, Professora I, regida pelo regime administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

PORTARIA Nº 0014 DE 04.01.2007

Extingue a pedido, a partir de 04 de janeiro de 2007, o contrato da Sra. **ÉRIKA FERREIRA DOS ANJOS**, R.G. nº 24.154.425-7, Professora III - História, regida pelo regime administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

PORTARIA Nº 0015 DE 04.01.2007

Retifica a portaria nº 1677 de 01 de dezembro de 2006, referente à posse do Sr. **MARCELO UMBUZEIRO**, R.G. nº 281762223, para constar: *onde se lê: PIS/PASEP nº 125.209047.36.7; leia-se: PIS/PASEP nº 125.20947.36-7.*

PORTARIA Nº 0016 DE 04.01.2007

Retifica a portaria nº 1702 de 06 de dezembro de 2006, para constar: *onde se lê: RENATA DE MELLO MARZOLA*, R.G. nº 10.529.211; *leia-se: RENATA MARZOLA CRUZ*, R.G. nº 10.529.211.

PORTARIA Nº 0017 DE 04.01.2007

Torna sem efeito a portaria nº 1634 de 23 de novembro de 2006, referente à nomeação da Sra. **CELI DE LIMA ZUCCOLOTO**, R.G. nº 17203438.

PORTARIA Nº 0018 DE 05.01.2007

Exonera a pedido, a partir de 07 de janeiro de 2006, o Sr. **ABIB SALIM CURY**, R.G. nº 2.172.849, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação.

PORTARIA Nº 0019 DE 05.01.2007

Nomeia, a partir de 08 de janeiro de 2007, o Sr. **JOSÉ NORBERTO CALLEGARI LOPES**, R.G. nº 1.983.494, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação, percebendo o subsídio mensal fixado na Lei nº 10.082 de 27 de maio de 2004.

CUMPRÁ-SE

WELSON GASPARINI
Prefeito Municipal
Cód. 06.40.00.00.00

PODER LEGISLATIVO

ATOS DA MESA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO**RESUMO DE ATOS DA MESA**

656/2007 - Nomeia, a senhora **CARLA REGINA ZAGUI**, para o cargo de provimento em comissão de "Assessor Parlamentar VIII", Símbolo C-11, a partir de 03 de janeiro de 2007.

Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 2007

ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA RIZZI
Diretor Administrativo

DAERP

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto**PORTARIA Nº 02 DE 05.01.2007**

Engº **DARVIN JOSÉ ALVES**, Superintendente do DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal em vigor,

Pela presente, concede a Sra. **PATRICIA MORAES LOURENÇO**, R.G. nº 19.166.077, Funcionária Estatutária, Agente Administrativo, nível 112, 02 (dois) anos de licença sem vencimento, a partir de 02 de janeiro de 2007, conforme despacho exarado no processo nº 04 2007 000610 8 - DAERP.

CUMPRÁ-SE.

ENGº DARVIN JOSÉ ALVES
Superintendente DAERP

EDITAIS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 162/2006****Processo de Compra nº 1.887/2006**

Objeto: Aquisição de Móveis para Escritório, para à Secretaria Municipal da Cultura.

José Antônio Pessini, Secretário Municipal da Administração em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Sra. Pregoeira e pela Equipe de Apoio no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 2007
JOSÉ ANTÔNIO PESSINI
Secretário Municipal da Administração em exercício
Cód. 06.30.00.00.00

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 176/2006****Processo de Compra nº 2.032/2006**

Objeto: Registro de preço de óleos, tudo conforme o Edital e seus anexos, para à Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

José Antônio Pessini, Secretário Municipal da Administração em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Sra. Pregoeira e pela Equipe de Apoio no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 04 de janeiro de 2007
JOSÉ ANTÔNIO PESSINI
Secretário Municipal da Administração em exercício
Cód. 06.30.00.00.00

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 187/2006****Processo de Compra nº 2.049/2006**

Objeto: Aquisição de caixas plásticas de polipropileno, conforme Edital e anexos, para à Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social.

José Antônio Pessini, Secretário Mu-

nicipal da Administração em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Sra. Pregoeira e pela Equipe de Apoio no bojo do certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 2007
JOSÉ ANTÔNIO PESSINI
Secretário Municipal da Administração em exercício
Cód. 06.30.00.00.00

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**COMUNICADO****Pregão Eletrônico nº 209/06****Processo de Compra nº 2.176/06**

Objeto: Aquisição de materiais para à Secretaria da Saúde, conforme Edital e Anexos, para à Secretaria Municipal da Saúde.

A Pregoeira, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação acima descrita foi julgada **FRACASSADA**, devido a todos os valores cotados terem ficado acima do valor estimado.

Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 2007
ADRIANA CATUTA DE REZENDE FERREIRA
Pregoeira
Cód. 06.30.00.00.00

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 209/06****Processo de Compra nº 2.176/06**

Objeto: Aquisição de materiais para à Secretaria da Saúde, conforme Edital e Anexos, para à Secretaria Municipal da Saúde.

José Antônio Pessini, Secretário Municipal da Administração em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Pregoeira, bem como determina a repetição do certame.

Ribeirão Preto, 03 de janeiro de 2007
JOSÉ ANTÔNIO PESSINI
Secretário Municipal da Administração em exercício
Cód. 06.30.00.00.00

ANEXO J – Lançamento do Projeto Baobá – Educando para a Igualdade Étnico-Racial

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Educação

Projeto Baobá - Educando Para a Igualdade Étnico-Racial

Lançamento: Dia 22 de Março de 2007 (quinta-feira)

(Comemoração do Dia 21 de março - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial).

Programação:

14h - Solenidade de Lançamento do Projeto

Palestra para os/as Gestores/as da Rede Municipal de Educação

Tema: "Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil - O Papel do Ministério da Educação"

Palestrante: Prof^a Bárbara da Silva Rosa - Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional
Subcoordenação de Fortalecimento Institucional.

Local: ACI-RP

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Coordenadoria do Ensino Fundamental e Ensino Médio

PROJETO BAOBÁ

O que é?

Trata-se de um conjunto de ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de Educação, com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade étnica na Rede Municipal de Educação.

Entre essas ações, já estão sendo encaminhados:

- Curso de Capacitação dos/as docentes em Relações Étnicas, Desigualdades Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira.
- Viabilização de bibliografia mínima para uso dos/as professores/as e dos/as alunos/as.
- Material audiovisual que trate da temática.
- Seminários e palestras ao longo de 2007.
- Articulação com as outras Secretarias da Administração Municipal em ações conjuntas voltadas para a temática.

Esse projeto, assim como o Baobá, árvore milenar e lendária africana deverá superar as adversidades, sobreviver, crescer e se desenvolver, alimentando as nossas mentes e espíritos com novos conhecimentos e novos valores que nos conduzam, a todos, a uma relação de respeito mútuo e de valorização da diversidade.

"O nosso Baobá é Zumbi, é a nossa expressão mais ideal.
Para o ser humano construir, a Cidadania Universal.
Proposta de fraternidade, é pra cada povo libertação.
Representa a felicidade, porque a igualdade é imensidão".

(Trecho do Poema "Zumbi é Nosso Baobá")

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Educação

Coordenadoria do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Curso de Capacitação dos Professores em "Relações Étnicas, Desigualdades Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira".

Público alvo: Docentes da Rede Municipal de Ribeirão Preto.

Duração: 120 horas.

Período: Será ministrado entre abril e novembro de 2007.

Quantidade aproximada de pessoas: 500 (Já são 400 inscritos voluntariamente).

Corpo docente: Serão selecionados entre os pesquisadores, educadores e mestres de cultura popular, que dominem os conteúdos referentes ao racismo, às relações étnico-raciais no Brasil, História africana e afro-brasileira e cultura negra.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Educação

Coordenadoria do Ensino Fundamental e Ensino Médio

O BAOBÁ - ÁRVORE MILENAR E LENDÁRIA

O Baobá é uma das árvores mais antigas da terra. Modernos métodos de avaliação, tal como o do carbono radioativo, revelam que uma árvore de 5 metros de diâmetro tem 1.010 anos de idade. Quando adulta, é considerada a árvore que tem o tronco mais grosso do mundo, chegando em alguns casos, a medir 20 metros de diâmetro. Seu nome científico é *Adansonia digitata*. Seu nome pode variar de acordo com o idioma de cada país. Em Angola, por exemplo, chama-se imbondeiro; e, na Guiné-Bissau, chama-se pólon.

O Baobá vive de três a seis mil anos, Na África, onde se originou, são árvores sagradas, pois são seculares, verdadeiras testemunhas da História. Representa também preservação e resistência às adversidades. Tudo no baobá serve para a sobrevivência do ser humano, por isso é também conhecida como "árvore mãe". Através dela consegue-se alimento, água, roupas, matéria-prima para construção de cabanas, cola, medicamentos, abrigo, colares e até doces para crianças. Pode atingir até trinta metros de altura, e possui a capacidade de armazenar, em seu caule gigante, até 120.000 litros de água. Por tal razão, no Senegal é apelidada de "árvore garrafa".

O baobá possui um tronco muito espesso na base, que vai se estreitando em forma de cone e apresenta grandes protuberâncias. As folhas brotam entre os meses de julho e janeiro, mas, se a árvore conseguir ficar umedecida, elas podem se manter durante todo o ano. Em geral, o baobá floresce durante uma única noite, durante a qual os consumidores de néctares noturnos - particularmente os morcegos -, procuram assegurar a polinização da planta. Suas flores têm 20 cm de diâmetro e parecem estar penduradas de cabeça para baixo, em forma de sino.

Na metade do século XV, o cronista Gomes de Eanes Zurara assim descreveu a árvore em *Chronica dos Feitos de Guiné* (Lisboa, 1453): "*Árvores muito grandes e de aparência estranha; entre elas, algumas tinham desenvolvido um cinturão de 108 palmos a seu pé (ao redor 25 metros). O tronco de um baobá não mais alto do que o tronco de uma árvore de noz; rende uma fibra forte usada para cordas e pano; queima da mesma maneira como linho. Tem um grande fruta lenhosa como abóbora cujas sementes são do tamanho de avelãs; pessoas locais comem a fruta quando verde, secam as sementes e armazenam uma grande quantidade delas*".

O BAOBÁ NO BRASIL

Existem poucos exemplares espalhados pelo país. Teriam sido trazidos pelos africanos, vítimas do escravismo colonial. A maioria está em Pernambuco, onde os que resistiram ao desmatamento e à depredação ambientais foram tombados pela Prefeitura da Cidade e pelo IBAMA, em 1986. Em Porto de Galinhas há um baobá gigante, com 400 anos de existência, cujo tronco é tão grosso que para abraçá-lo são necessárias cerca de 20 pessoas.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Educação

Coordenadoria do Ensino Fundamental e Ensino Médio

21 de MARÇO - DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

No dia 21 de março de 1960, na cidade de Johannesburgo, capital da África do Sul, 20 mil negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular.

No bairro de Shapperville, os manifestantes se depararam com tropas do exército. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Esta ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville. Em memória à tragédia, a ONU - Organização das Nações Unidas - instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Prof^a Silvany Euclênio

Assessoria para a Implementação da Lei 10.639/03

Secretaria de Educação / Ribeirão Preto - SP

ANEXO K – Convite para a distribuição de material didático

Projeto Baobá

Educando para a Igualdade Étnico - Racial

CONVITE

DATA: 22/08/2007 (Quarta-Feira)
 Local: Salão Nobre (Palácio Rio Branco)
 Horário: 9h

Programação

9h - Solenidade com a presença do Senhor Prefeito Municipal Dr. Welson Gasparini e do Senhor Secretário Municipal da Educação Prof. José Norberto Callegari Lopes.

- ✓ Entrega de material bibliográfico e audiovisual sobre a temática étnico-racial para as Escolas da Rede Municipal;
- ✓ Posse da comissão responsável pela implementação da Lei 10.639/03 na Rede Municipal de Educação.

9h30 PALESTRA

Tema: *"A Imagem do Negro na Literatura Infanto-Juvenil"*
Palestrante: Profª Salita do Aramaico Gonçalves Moreira - Pedagoga especializada em Estudos Culturais Afro-brasileiros e Africanidades, pela UFSCAR; professora da Rede Municipal de Educação de Ribeirão Preto.

10h15 - Debate.

11h - Encerramento.

Realização

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo

Organização

Educação
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AFRODESCENDENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PROJETO BAOBÁ

CURSO DE FORMAÇÃO: "Relações Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Contatos: Profª Silvany Euclênio - 39779100.

CRONOGRAMA DE AULAS PARA 2007

AULA 1	<p>Turma 1 - 24/10/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 24/10/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 24/10/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 25/10/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 25/10/2007 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Prof. Alexandre do Nascimento Santos</p> <p>✓ Mestrando em Análise do Discurso, Bolsista da Ação Educativa - Fundação Ford. Atua na formação de profissionais da educação na temática étnico-racial no município de Santana do Parnaíba.</p> <p>Tema: A Lei 10.639/03 e as DCNERER.</p>
AULA 2	<p>Turma 1 - 26/10/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 26/10/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 26/10/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 27/10/2007 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 27/10/2007 - 8h às 12h</p>	<p>Profª. Sandra Regina do Nascimento Santos</p> <p>✓ Professora, Jornalista e Historiadora. Doutora em Ciências da comunicação pela ECA/USP. Mestre pelo PROLAM- USP. Pesquisas sobre mobilizações Populares desenvolvidas no Chile. Ex-docente e coordenadora do curso de Comunicação.</p> <p>Tema: Culturas e Eurocentrismo (racismo, preconceito, discriminação, relações raciais e desigualdades raciais no Brasil).</p>

AULA 3	<p>Turma 1 - 07/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 07/11/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 07/11/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 08/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 08/11/2007 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Profª Sandra Regina do Nascimento Santos (currículo no quadro da aula 2)</p> <p>Profª Rosângela Malachias</p> <p>✓ Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Consultora Acadêmica do Programa Rça, Desenvolvimento e Desigualdade Social no Brasil (USP/UFBA/Howard University e Vanderbilt University).</p> <p>Tema: Estudar a África para a Compreensão do Brasil / Filosofia e Cultura Africana.</p>
AULA 4	<p>Turma 1 - 09/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 09/11/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 09/11/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 10/11/2007 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 10/11/2007 - 8h às 12h</p>	<p>Prof. Antônio Carlos Malachias (Bily)</p> <p>✓ Mestre em Geografia pela USP, com o tema Geografia e Relações Raciais. Atualmente coordena a área de Políticas Públicas do CEERT. Experiência nas áreas de Planejamento Ambiental, Territorial e Urbano. Políticas Públicas; População; Educação; Relações Raciais.</p> <p>Tema: Como Introduzir a Geografia e a História Africanas / África - O Berço da Humanidade</p>
AULA 5	<p>Turma 1 - 28/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 28/11/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 28/11/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 29/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 29/11/2007 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Prof. Marcelo Fontana</p> <p>✓ Bacharel e Licenciado em História pela USP. Coordenador e professor do Núcleo Palmares/Rio Pequeno - Educpro. Desenvolve pesquisa e trabalhos relacionados à História da África e Cultura Afro-brasileira na Rede Pública de São Paulo, onde atualmente leciona.</p> <p>Tema: Sociedades e Civilizações Africanas Antigas / A África na Idade Média / O Tráfico Trans-saariano.</p>

AULA 6	<p>Turma 1 - 30/11/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 30/11/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 30/11/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 01/12/2007 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 01/12/2007 - 8h às 12h</p>	<p><i>Prof. Marcelo Fontana</i> (currículo no quadro da aula 4)</p> <p>Tema: A Formação dos Grande Reinos Africanos / Domínios Africanos na Europa.</p>
AULA 7	<p>Turma 1 - 12/12/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 12/12/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 12/12/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 13/12/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 13/12/2007 - 18h30 às 22h30</p>	<p>✓ <i>Profª Sandra Regina do Nascimento Santos</i> (currículo no quadro da aula 2)</p> <p>✓ <i>Profª Rosângela Malachias</i> (currículo no quadro da aula 3)</p> <p>Tema: O Crescimento Europeu e as Invasões Europeias na África / A Instalação do Escravismo Moderno / O Seqüestro dos Africanos para as Américas.</p>
AULA 8	<p>Turma 1 - 14/12/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 14/12/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 14/12/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 15/12/2007 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 15/12/2007 - 8h às 12h</p>	<p>✓ <i>Profª Sandra Regina do Nascimento Santos</i> (currículo no quadro da aula 2)</p> <p>✓ <i>Profª Rosângela Malachias</i> (currículo no quadro da aula 3)</p> <p>Tema: Como a Europa Subdesenvolveu a África.</p>

ANEXO M – Calendário 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROJETO BAOBÁ - CRONOGRAMA DAS AULAS - 2008

FEVEREIRO - 13								MARÇO - 20							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2									1
3	4	5	6	7	8	9		2	3	4	5	6	7	8	
10	11	12	13	14	15	16		9	10	11	12	13	14	15	
17	18	19	20	21	22	23		16	17	18	19	20	21	22	
24	25	26	27	28	29			23	24	25	26	27	28	29	
								30	31						
ABRIL - 22								MAIO - 18							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5						1	2	3	
6	7	8	9	10	11	12		4	5	6	7	8	9	10	
13	14	15	16	17	18	19		11	12	13	14	15	16	17	
20	21	22	23	24	25	26		18	19	20	21	22	23	24	
27	28	29	30					25	26	27	28	29	30	31	
								JUNHO - 21							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
								1	2	3	4	5	6	7	
								8	9	10	11	12	13	14	
								15	16	17	18	19	20	21	
								22	23	24	25	26	27	28	
								29	30						

➤ 13 a 16 de Fevereiro - Aulas 09 e 10

➤ 20 e 23 de Fevereiro - Aulas 11 e 12

➤ 05 a 08 de Março - Aulas 13 e 14

➤ 12 a 15 de Março - Aulas 15 e 16

➤ 26 a 29 de Março - Aulas 17 e 18

➤ 02 a 05 de Abril - Aulas 19 e 20

➤ 09 a 12 de Abril - Aulas 21 e 22

➤ 23 a 26 de Abril - Aulas 23 e 24

➤ 07 a 10 de Maio - Aulas 25 e 26

➤ 14 a 17 de Maio - Aulas 27 e 28

➤ 28 a 31 de Maio - Aulas 29 e 30

TURMA 1 - 4ª FEIRA e 6ª FEIRA, das 7h30 às 11h30.

TURMA 2 - 4ª FEIRA e 6ª FEIRA, das 13h30 às 17h30.

TURMA 3 - 4ª FEIRA e 6ª FEIRA, das 18h30 às 22h30.

TURMA 4 - 5ª FEIRA, das 7h30 às 11h30 e Sábado, das 8h às 12h.

TURMA 5 - 5ª FEIRA, das 18h30 às 22h30 e Sábado, das 8h às 12h.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PROJETO BAOBÁ

CURSO DE FORMAÇÃO: "Relações Raciais, História e Cultura Africana e Afro-brasileira"

Contatos: Profª Silvany Euclênio - 39779100.

CRONOGRAMA DE AULAS - 2008

AULA 09 Turma 1 - 13/02/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 13/02/2008 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 13/02/2008 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 14/02/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 5 - 14/02/2008 - 18h30 às 22h30	Conteúdos: > <i>Escravidão Colonial e Colonização;</i> > <i>Resistências ao Escravidão e Vida nas Fazendas.</i> Professora: > <i>Sandra Regina do Nascimento Santos.</i>
AULA 10 Turma 1 - 15/02/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 15/02/2008 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 15/02/2008 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 16/02/2008 - 8h às 12h Turma 5 - 16/02/2008 - 8h às 12h	Conteúdos: > <i>Quilombos - Origens e Organização Sócio-Política e Econômica.</i> > <i>Os principais quilombos e suas lideranças.</i> Professora: <i>Sandra Regina do Nascimento Santos.</i> Oficina: <i>Fuxico.</i>
Aula 11 Turma 1 - 20/02/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 20/02/2008 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 20/02/2008 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 21/02/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 5 - 21/02/2008 - 18h30 às 22h30	Conteúdos: > <i>A Formação das Cidades Brasileiras e a Mão de Obra Africana / Tecnologias e Conhecimentos Africanos no Brasil.</i> Professores: > <i>Marcelo Fontana.</i>

AULA 12	<p>Turma 1 - 22/02/2007 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 22/02/2007 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 22/02/2007 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 23/02/2007 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 23/02/2007 - 8h às 12h</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Organizações Afro-brasileiras tradicionais: Comunidades religiosas de matriz africana;</i> ➤ <i>As Irmandades Religiosas de Negros / O Catolicismo dos Negros nas Congadas e nos Reisados.</i> <p>Professores/as:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Marcelo Fontana.</i> ➤ <i>Rosângela Malachias.</i>
AULA 13	<p>Turma 1 - 05/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 05/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 05/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 06/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 06/03/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Organizações Negras Tradicionais: A Capoeira - História e Princípios / Os Principais Mestres.</i> ✓ <i>Organizações Negras Culturais Tradicionais: Ranchos, Afoxés, Maracatus, etc.</i> ✓ <i>Oficina de Capoeira.</i> <p>Professora: Andréa Silva Domingues.</p>
AULA 14	<p>Turma 1 - 07/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 07/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 07/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 08/03/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 08/03/2008 - 8h às 12h</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>As Lutas e Organizações Negras - O Processo de Abolição da Escravidão no Brasil.</i> <p>Professora: Andréa Silva Domingues.</p>
AULA 15	<p>Turma 1 - 12/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 12/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 12/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 13/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 13/03/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Eurocentrismo;</i> ➤ <i>Dominância Étnico-racial;</i> ➤ <i>Privilegios e Bens Simbólicos.</i> <p>Professora: Rosângela Malachias.</p>

AULA 16	<p>Turma 1 - 14/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 14/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 14/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 15/03/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 15/03/2008 - 8h às 12h</p>	<p><i>Conteúdos:</i></p> <p>➤ <i>As Políticas de Marginalização do Povo Negro no Brasil Pós-Abolição: Teorias Racistas, Políticas de Imigração, Políticas de Reurbanização e Mercado de Trabalho.</i></p> <p>Professora: <i>Rosângela Malachias.</i></p>
AULA 17	<p>Turma 1 - 26/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 26/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 26/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 27/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 27/03/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p><i>Conteúdos (África Contemporânea)</i></p> <p>➤ <i>A Partilha da África e o Domínio Neocolonial Europeu: Economia, Métodos e Instituições.</i></p>
AULA 18	<p>Turma 1 - 28/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 28/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 28/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 29/03/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 29/03/2008 - 8h às 12h</p>	<p><i>Conteúdos (África Contemporânea)</i></p> <p>➤ <i>Os Pan-Africanismos.</i></p> <p>➤ <i>Os Nacionalismos Africanos.</i></p> <p>➤ <i>A Descolonização Africana e a Constituição dos Estados Nacionais.</i></p> <p>➤ <i>As Questões Atuais.</i></p>
Aula 19	<p>Turma 1 - 26/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 26/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 26/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 27/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 27/03/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p><i>Conteúdos:</i></p> <p>➤ <i>Os Movimentos Negros no Brasil: A Imprensa Negra.</i></p>

AULA 20	<p>Turma 1 - 28/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 28/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 28/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 29/03/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 29/03/2008 - 8h às 12h</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Os Movimentos Negros no Brasil de 1940 a 1970: A Frente Negra Brasileira / O Teatro Experimental do Negro/ Outras Organizações Negras.</i>
AULA 21	<p>Turma 1 - 02/04/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 02/04/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 02/04/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 03/04/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 03/04/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Os Movimentos Negros: Organizações Negras Pós-1970 / As Organizações de Mulheres Negras / Os Movimentos Quilombolas</i> ➤ <i>Oficina de Estética Afro (tranças e turbantes).</i>
AULA 22	<p>Turma 1 - 04/04/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 04/04/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 04/04/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 05/04/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 05/04/2008 - 8h às 12h</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Os Movimentos Negros: Organizações Negras Político-Culturais.</i> ➤ <i>Ações Afirmativas e Reparações.</i>
AULA 23	<p>Turma 1 - 23/04/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 23/04/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 23/04/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 24/04/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 24/04/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Os Negros nas Américas - Breve Panorama:</i> ➤ <i>Racismo e Organização Negra nos EUA.</i> ➤ <i>Racismo e Organizações Negras na América Latina.</i>

AULA 24 Turma 1 - 25/04/2007 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 25/04/2007 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 25/04/2007 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 26/04/2007 - 8h às 12h Turma 5 - 26/04/2007 - 8h às 12h	Conteúdos: > <i>A Situação da População Negra no Meio Urbano.</i> > <i>Os Negros no Estado de São Paulo e em Ribeirão Preto.</i>
AULA 25 Turma 1 - 07/05/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 07/05/2008 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 07/05/2008 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 08/05/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 5 - 08/05/2008 - 18h30 às 22h30	Conteúdos: > <i>Os Negros nas Artes Brasileiras:</i> <i>Objeto</i> - Imagens estereotipadas. <i>Sujeito</i> - Artistas afro-brasileiros e suas produções.
AULA 26 Turma 1 - 09/05/2007 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 09/05/2007 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 09/05/2007 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 10/05/2007 - 8h às 12h Turma 5 - 10/05/2007 - 8h às 12h	Conteúdos: > <i>Os Negros na Literatura Brasileira:</i> <i>Objeto</i> - Imagens estereotipadas. <i>Sujeito</i> - Produção literária afro-brasileira.
AULA 27 Turma 1 - 14/05/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 2 - 14/05/2008 - 13h30 às 17h30 Turma 3 - 14/05/2008 - 18h30 às 22h30 Turma 4 - 15/05/2008 - 7h30 às 11h30 Turma 5 - 15/05/2008 - 18h30 às 22h30	Conteúdos: <i>Os Negros na Educação Formal:</i> > PPP; > Livros Didáticos; > Currículos.

AULA 28	<p>Turma 1 - 16/05/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 16/05/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 16/05/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 16/05/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 16/05/2008 - 8h às 12h</p>	<p>Conteúdos:</p> <p>➤ <i>Diálogos para uma Pedagogia Interétnica.</i></p> <p>Os Negros na Educação Formal X As Experiências Pedagógicas das Comunidades Negras.</p>
Aula 29	<p>Turma 1 - 26/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 26/03/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 26/03/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 27/03/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 5 - 27/03/2008 - 18h30 às 22h30</p>	<p>Conteúdos:</p> <p><i>Oficinas Lúdicas e Culturais.</i></p> <p>➤ Bonecas negras;</p> <p>➤ Dança afro;</p> <p>➤ Motivação de alunos/as;</p> <p>➤ Exemplos de materiais a serem desenvolvidos em sala de aula, para diferentes faixas etárias.</p>
Aula 30	<p>Turma 1 - 16/05/2008 - 7h30 às 11h30</p> <p>Turma 2 - 16/05/2008 - 13h30 às 17h30</p> <p>Turma 3 - 16/05/2008 - 18h30 às 22h30</p> <p>Turma 4 - 16/05/2008 - 8h às 12h</p> <p>Turma 5 - 16/05/2008 - 8h às 12h</p>	<p>Encerramento do Curso:</p> <p>➤ Quizomba - confraternização.</p>

ANEXO N – Especificações do Pregão Eletrônico

Ação aprovada, a ser executada pela Contratada: Formação Continuada de Professores - capacitação para o trabalho com a temática étnico-racial.

PERFIL ESPERADO DA CONTRATADA:

- Empresas ou Instituições sem fins lucrativos, especializados na temática étnico-racial, com comprovada experiência em atividades culturais educativas e com a formação de educadores, e que possuam um histórico que as habilite à transmissão e difusão dos conhecimentos históricos, filosóficos e empíricos relacionados à cultura negra e à História da África e dos afrodescendentes. A Empresa ou Instituição vencedora deverá apresentar um histórico da sua experiência na formação de professores na temática étnico-racial, discriminando os cursos que já ministrou especificamente para a formação de professores nessa temática, bem como o currículo do corpo docente que irá ministrar o curso, acompanhados da documentação que comprove as condições exigidas no Edital (cópia dos certificados, diplomas, dados sobre os cursos já ministrados e sobre as publicações e pesquisas realizadas).

Corpo docente preparado:

- Formação: Profissionais pós-graduados (no mínimo com especialização de 360 horas) ou pessoas comprovadamente detentoras de *Notório Saber*, que tenham pesquisas e/ou publicações, voltadas para a formação de professores/as, onde tratem da cultura material e imaterial de base africana no Brasil e na África. Serão aceitas as pesquisas de conclusão de cursos de pós-graduação validados pelo MEC.
- Devem ser especialistas em condições de trabalhar a temática étnico-racial de maneira multi e interdisciplinar, focados na formação de docentes, à luz de uma educação que contribua para a valorização positiva da diversidade, bem como para a promoção do respeito às diferenças, comprovado pelo conteúdo dos seus trabalhos de pesquisa ou publicações.
- O conteúdo referente à cultura afro-brasileira e cosmovisão africana deverá ser ministrado por pessoas que, além do conhecimento teórico, tenham experiência empírica de vivência dos valores culturais afro-brasileiros, comprovado pelo conteúdo das suas pesquisas ou publicações.

ANEXO O – Conteúdo programático do curso de formação docente

Conteúdo Programático:

TEMAS / TÓPICOS	Carga Horária
01 – A Lei 10.639/03: <ul style="list-style-type: none"> • As Diretrizes Curriculares; • As Implicações e a Importância. 	4 horas
02 – Culturas e etnocentrismo: <ul style="list-style-type: none"> • Eurocentrismo; • Dominação étnica; • Privilégios e bens simbólicos; • Racismo, Preconceito, Discriminação – Conceituação; • Relações Raciais e Desigualdades no Brasil. 	8 horas
03 – A África: <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudar a África para a Compreensão da História do Brasil; 2. Filosofia e Cultura Africana; 3. Como Introduzir a Geografia e a História Africanas; 4. África - Berço da Humanidade; 5. Sociedades e Civilizações Africanas Antigas; 6. África na Idade Média - Expansão Islâmica e Rotas Comerciais; 7. O Tráfico Trans-saariano; 8. A Formação dos Grandes Reinos; 9. Domínio Africano na Europa; 10. O Crescimento Europeu e as Invasões Europeias na África; 11. A Instalação do Escravismo Moderno. O Sequestro de Africanos para as Américas; 12. Como a Europa Subdesenvolveu a África.; 	24 horas
04 – África – Brasil: <ol style="list-style-type: none"> 1. Imigrações Forçadas e Colonização do Brasil; 2. Tecnologias e Conhecimentos Africanos no Brasil Colonial; 3. Cosmologia Africana e Cultura Brasileira; 4. A Formação das Cidades Brasileiras e a Mão de Obra Africana; 5. Escravismo Criminal e Vida nas Fazendas; 6. Formação de Quilombos; 7. As Irmandades Religiosas de Negros / O Catolicismo de Preto nas Congadas e Reisados; 8. Lutas pela Abolição do Escravismo Criminal. Abolição e Políticas que 	32 horas

<p>Marginalizaram os Negros no no Brasil;</p> <p>9. As Organizações Afro-Brasileiras Tradicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidades Religiosas de Matriz Africana; • Capoeira – Sua História e Seus Principais Mestres; • Ranchos, Afoxés, Maracatus, etc. 	
<p>05 – A África Contemporânea:</p> <p>1. A Partilha Européia e a Ocupação da África;</p> <p>2. A África Sob Domínio Colonial: Economia, Métodos e Instituições;</p> <p>3. A Resistência Africana;</p> <p>4. Os Pan-africanismos / Os Nacionalismos Africanos;</p> <p>5. A Descolonização Africana e a Constituição dos Estados. Nacionais;</p> <p>6. As Questões Atuais.</p>	8 horas
<p>06 – O Brasil Pós-abolição:</p> <p>1. A Imigração Como Uma Política de Marginalização dos Negros;</p> <p>2. As Políticas Urbanas Contrárias ao Desenvolvimento da População Negra;</p> <p>3. O Mercado de Trabalho Guiado pelas Teorias Racista;</p> <p>4. A Construção de Um Movimento Negro;</p> <p>5. A Imprensa Negra;</p> <p>6. A Frente Negra Brasileira;</p> <p>7. Movimento Negro Entre 1940 e 1970;</p> <p>8. Movimentos de Consciência Negra nos Anos de 1970;</p> <p>9. Movimentos das Mulheres Negras;</p> <p>10. Os Movimentos dos Grupos Negros Culturais;</p> <p>11. Ações Afirmativas e Reparações;</p> <p>12. Movimento dos Remanescentes de Quilombos;</p> <p>13. A Situação da População Negra no Meio Urbano.</p> <p>14 Os Negros no Estado de São Paulo e em Ribeirão Preto.</p>	24 horas
<p>07 – Os Negros na Arte e na Literatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Negro como Objeto – As Visões Estereotipadas; • O Negro como Sujeito - 	8 horas
<p>08 – O Negro e a Educação – Diálogos por uma Pedagogia Interétnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livros Didáticos; • Currículos; • História: Os Negros na Educação Formal X As Experiências Pedagógicas das Comunidades Negras. 	8 horas

ANEXO P – Visitas monitoradas ao Museu Afro Brasil

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal da Educação

PROJETO BAOBÁ

RIBEIRÃO PRETO EDUCANDO PARA A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

INTRODUÇÃO A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O Museu Afro Brasil nasce com o objetivo de possibilitar o encontro e o diálogo do público visitante com a memória e a história da população negra, que ficou sub-representada no imaginário social, em termos de legitimidade e prestígio e que, se encontra, ao mesmo tempo, reconhecida como símbolo de identidade nacional, através de várias manifestações culturais. É, portanto, um novo patrimônio cultural construído, que traz consigo uma inadiável missão educativa de fazer reconhecer, entender e, sobretudo *respeitar* essa população, em uma tentativa ousada de reescrever a nossa memória e a nossa história, a partir da coleção do seu acervo e das exposições temporárias.

Nessa perspectiva, há um encontro entre os princípios fundadores do Museu e a lei 10.639/2003, que atualiza a obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino da história e da cultura afro-brasileira. O encontro *Introdução à História e Cultura Afro Brasileira*, pretende contribuir para o processo de formação docente. Além de conteúdos essenciais inscritos na exposição do acervo, aborda também aspectos importantes no que diz respeito à mediação e à proposição de situações e discussões que permitam a desconstrução do preconceito e a compreensão de uma dimensão da história do Brasil que tem sido sistematicamente ocultada, sustentando uma ideologia que apresenta o negro como inferior e reduz sua participação na história do povo brasileiro a contribuições pontuais e estereotipadas.

Considerando a necessidade de propiciarmos oportunidades de formação continuada na temática étnico-racial para os/as gestores/as e docentes da Rede Municipal de Ribeirão Preto, municiando-os das condições para a implementação da Lei 10.639/03, estamos abrindo inscrições para oficinas no Museu AfroBrasil, em São Paulo.

Não se trata apenas de uma visita ao local, e sim de um dia inteiro de atividades, preparadas a nosso pedido, envolvendo: **VISITA MONITORADA PARA RECONHECIMENTO DO ACERVO, OFICINA DE REGISTRO E PALESTRAS.**

10/9/2007Praça Alto de São Bento, 11 – Jd. Mosteiro - CEP 14.085-459 - Ribeirão Preto - SP
Tel.: (0XX 16) 3977-9100 - Fax: 3977-9121

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal da Educação

Serão 4 turmas de 44 pessoas cada. Os/as interessados deverão se inscrever para uma das turmas, de acordo com o tema de seu interesse e a data que melhor lhe convier.

Turma 1: 22/09/2007 (sábado) - "África, Áfricas"

Turma 2 : 20/10/2007 (sábado) - "Arte e Religiosidade Afro Brasileiras"

Turma 3: 27/10/2007 (sábado) - "A Representação do Negro nas Artes Brasileiras"

Turma 4: 01/12/2007 (sábado) - "Literatura e Identidade Étnico-Racial".

PROGRAMAÇÃO:

- ✓ 4h30 Saída de Ribeirão Preto (Secretaria da Educação);
- ✓ 10h - 11h30 Visita Orientada (Museu AfroBrasil);
- ✓ 11h30 - 13h Oficina de registro (Museu AfroBrasil);
- ✓ 13h - 14h Almoço (Restaurante The Green / Parque Ibirapuera)*;
- ✓ 14h - 17h Palestras (Museu AfroBrasil);
- ✓ 17h30 Saída de São Paulo (Museu AfroBrasil);
- ✓ 22h30 Chegada a Ribeirão Preto (Secretaria da Educação).

- A Secretaria Municipal da Educação financiará os custos da viagem e o almoço de todos/as os/as participantes. Os demais custos com alimentação serão de responsabilidade de cada um/a.
- Entregar as inscrições ou enviar por e-mail até o dia 14 de setembro (sexta-feira), para participar da 1ª turma. Para as demais turmas o prazo irá até 21 de setembro.
- A possibilidade de participar de mais de uma turma dependerá da quantidade de inscritos.

2008

120 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

ANEXO Q – Distribuição do “Baú do Baobá”

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Secretaria Municipal da Educação convidam para a solenidade de entrega dos materiais bibliográficos sobre a temática étnico-racial para as escolas municipais.

DATA: 08 de setembro de 2008 (segunda-feira)

Horário: 10h

LOCAL: Salão Nobre (Câmara Municipal de Ribeirão Preto)

Na próxima segunda-feira (08/09), a Secretaria Municipal da Educação realizará a entrega do segundo kit de materiais bibliográficos sobre a temática étnico-racial.

Ao todo serão entregues 4.500 exemplares, de 45 diferentes títulos, tanto para uso docente, na preparação de suas aulas, como para pesquisa e leitura dos alunos. O objetivo é dar continuidade ao processo de diversificação do acervo das bibliotecas das escolas municipais, instrumentalizando - as para a prática do pluralismo e da educação das relações étnico-raciais.

Trata-se de mais uma ação do Projeto Baobá, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação, com o objetivo de, num conjunto de ações, garantir as condições para que a história e cultura africana e afro-brasileira façam parte do cotidiano das unidades escolares municipais, contribuindo com a formação integral dos alunos, de todas as origens étnicas, fazendo deles cidadãos capazes de vivenciar e respeitar a diversidade humana em toda a sua complexidade e importância.

Entre os títulos distribuídos estão:

- ✚ O Negro no Brasil de Hoje - Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes;
- ✚ A África na Sala de Aula - Leila Leite Hernandez;
- ✚ Dicionário Escolar Afro-brasileiro - Nei Lopes;
- ✚ Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana - Nei Lopes;
- ✚ A Nova Abolição - Petrônio Domingues;
- ✚ ABC do Continente Africano - Rogério Andrade Barbosa;
- ✚ Contando a História do Samba - Ednéia Lopes, Elzelina Dóris e Marcos Antônio;
- ✚ Racismo, Preconceito e Intolerância - Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d'Adesky;
- ✚ Tear Africano - Henrique Cunha Junior;
- ✚ Tramas da Cor - Raquel de Oliveira;
- ✚ Para Conhecer Chica da Silva - Keila Grinberg, Lúcia Grinberg, Anita Correia;
- ✚ Capoeira - Sônia Rosa;
- ✚ Luana - As Sementes de Zumbi - Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino;
- ✚ Negritude, Cinema e Educação - Edileuza Penha de Souza;
- ✚ Quarto de Despejo - Carolina Maria de Jesus;
- ✚ Contos Afro-brasileiros - Vários Autores / Quilombohoje;
- ✚ Saruê, Zambi! - Luiz Galdino.

ANEXO R - I Mostra da Cultura Negra das Escolas Municipais de Ribeirão Preto

I MOSTRA DE CULTURA NEGRA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO

Data: 04 a 19 de novembro de 2008

Local: Palace Hotel

Cronograma:

Dias 04 e 05/11 – Montagem

Dia 06/11 – Abertura

Dias 07 a 18/11 – Atividades

Dia 18/11 - Encerramento

Dia 19/11 – Desmontagem

ATIVIDADES:

- ✚ Exposição de fotos “**Imagens do Interior do Negro do Interior**”
Professor João Araújo
- ✚ Exposição de portfólios das atividades desenvolvidas nas escolas, de trabalhos desenvolvidos por alunos e alunas e de materiais pedagógicos.
- ✚ Capoeira, dança, poesia, música, teatro, histórias, palestras, oficinas, filmes, degustação, expressões artísticas diversas.

A exposição ficará aberta ao público:

- ✚ Segunda-feira a sexta-feira – das 9h às 17h; sábado e domingo - das 10h às 13h.
- ✚ As atividades ocorrerão sempre às 9h30, 14h30 e às 19h30 – cronograma em fase de definição, a depender das inscrições. Estamos recebendo também propostas de palestras e oficinas a serem desenvolvidas com alunos durante a mostra.

MONITORIA: A comissão organizadora **sugere** que as escolas participantes façam um cronograma e mantenham sempre **uma** das pessoas envolvidas na produção dos trabalhos (aluno/a ou professor/a ou monitor/a), no local da exposição, para explicar para os/as visitantes o material exposto.

VISITAS: A exposição e as atividades serão abertas ao público em geral. Entretanto estamos negociando passes escolares, para que as escolas que estão participando da exposição possam levar grupos de alunos/as.

TRABALHOS ENVOLVENDO VÁRIAS ESCOLAS: O/A professor/a responsável deverá fazer uma única inscrição. As atividades noturnas visam propiciar principalmente a participação do pessoal da **EJA**.

**I MOSTRA DE CULTURA NEGRA
DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO**

(04 a 19 de novembro de 2008)

FICHA DE INSCRIÇÃO DOS TRABALHOS

Nome da Escola: _____

Responsável: Nome _____

E-mail _____ Telefones _____

Sobre o trabalho:

Para: () Exposição () Apresentação – TEMPO _____

Título

Breve descrição

Autores e / ou participantes _____

Estrutura necessária

Transporte para os/as participantes no trabalho proposto – quantidade de passes:

ANEXO S – Programação da I Mostra de Cultura Negra das Escolas Municipais de Ribeirão Preto

I MOSTRA DE CULTURA NEGRA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO

Data: 04 a 19 de novembro de 2008

Local: Palace Hotel

Horários da Exposição:

✚ Segunda-feira a sexta-feira: 9h às 17h;

✚ Sábado e domingo: 10h às 13h.

PROGRAMAÇÃO:

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADES
04/11 terça-feira	13h - 17h	Montagem das exposições
05/11 quarta-feira	9h - 17h	Montagem das exposições (continuação)
06/11 quinta-feira	9h	Abertura da Mostra: 1 - Solenidade 2 - Apresentações: ✚ "Zumbi, Onija" - Dramatização e Coreografia com o aluno Matheus Freitas - EMEFEM D. Luís do Amaral Mousinho. (10m) ✚ "Os Griots na Cultura Afro-brasileira" - Profa. Polyana Romero e Prof. Mateus de Falco, seus alunos e suas alunas - EMEF Elisa Duboc. (15m) ✚ Banda: Mo Ni Fe Felicitá - Professoras Regiane Tácito e Aline Vieira - CEI Felicitá Drudi. (10m) 3 - Visita Monitorada à Exposição. 4 - Degustação de culinária africana - Centro Cultural Orunmilá.
	14h30	✚ Oficina de Hip Hop - Politizando a Comunidade MC Robson

	19H30	✚ PERFORMANCE POÉTICA "AFRICANIDADES - LEITURA E AÇÃO" - PROFESSORA MARIZA BRUNELLI, SEUS ALUNOS E SUAS ALUNAS - D. LUÍS DO AMARAL MOUSINHO (10M) ✚ PALESTRA: "ATUALIDADE DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL" - PROF. EDSON CARDOSO - MESTRE EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNB E EDITOR DO JORNAL IROHIN
07/11 sexta-feira	9h	✚ Oficina de Dança Afro-Yorubana "O Corpo é Ritmo, o Espaço é Movimento" ✚ Oficina "Trançando a Cabeça"
	14h30	✚ Oficina de Cartum "Formando Valores" Maurício Pestana - Cartunista, publicitário e editor da Revista Raça.
	19h30	✚ Apresentação: Isegún - Sansakroma - Monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Dominhos Angerami e EMEF Geralda Espin (5m) ✚ Palestra "A Arte e a Educação na Construção da Igualdade Étnico-Racial" Maurício Pestana - Publicitário, Cartunista e Editor da Revista Raça.
08/11 Sábado	10h - 13h	✚ Exposição aberta
09/11 Domingo	10h - 13h	✚ Exposição aberta
10/11 segunda-feira	9h30	Apresentações: ✚ Coreografia "Saudades Da África" - Professoras Marlene e Célia, Prof. José Francisco, seus alunos e suas alunas - Emef Jaime Monteiro de Barros. (05 M) ✚ Coreografia "Civilização" - Profa. Andréa, seus alunos e suas alunas. - Emef Jaime Monteiro de Barros. (05 M) ✚ Coreografia: "Maculelê" - Profa. Ana Paula, seus alunos e suas alunas - Emef Jaime Monteiro de Barros. (05 M) ✚ Afoxé - Monitora Contramestre Saruê - CEMEI Eduardo Romualdo ✚ SARAU "NOVA CONSCIÊNCIA" (CEMEI IV, EMEF José Delibo, EMEF Nelson Machado, EMEF Honorato de Lucca, EMEF Domingos Amgerami, EMEF José Rodini, EMEF Dercy Célia) - Monitoria de Produção Textual

	14h30	<ul style="list-style-type: none"> OFICINA DE HIP HOP "POLITIZANDO A COMUNIDADE" MC ROBSON MACULELÊ - EMEF JARBAS MASSULO AFOXÊ - EMEF JARBAS MASSULO
	19h30	<p>APRESENTAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dramatização e coreografia: "Zumbi, Onija" - Dramatização e Coreografia com o aluno Matheus Freitas - EMEFEM D. Luís do Amaral Mousinho. (10m) "Trabalhando as Diferenças" - Profa. Fabiana de Araújo e prof. Matheus de Falco - EMEF Elisa Duboc (15m) "Os Griots na Cultura Afro-brasileira" - Profa. Polyana Romero e Prof. Mateus de Falco - EMEF Elisa Duboc. (15m) Banda: Mo Ni Fe Felicitá. SARAU "Nova Consciência" (EMEFEM Mousinho, EMEF CAIC, EMEF Geralda Espin) - Monitoria de Produção Textual.
11/11 terça-feira	9h30	<ul style="list-style-type: none"> Histórias: > "Os sete novos" > "As tranças de Bintou" Monitora Cassiana Damiana Samba de Gafieira e Tango - Profª Ieda, seus alunos e suas alunas - EMEF Nelson Machado Maculelê - EMEF Salvador Marturano
	14h30	<ul style="list-style-type: none"> Histórias: > "Os sete novos" > "As tranças de Bintou" Monitora: Cassiana Damiana SARAU "Nova Consciência" (EMEF Anísio Teixeira, EMEF Geralda Espin, EMEF Jarbas Massulo, EMEF Alfeu Gasparini e EMEFEM Mousinho) - Monitoria de Produção Textual. Banda Mo Ni Fe Felicitá
	19h30	<p>Tributo a Pedro Paulo - Poeta, Teatrólogo e um dos Ícones do Movimento Negro Ribeirãopretano</p> <p>APRESENTAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> "Puxada de Rede" - monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Geralda de Souza Espin e EMEF Domingos Angerami (10m) Projeção e Palestra com a profª Maria Helena Ramos.
		APRESENTAÇÕES

12/11 QUARTA-FEIRA	9h30	<p>APRESENTAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> "ZUMBI, ONIJA" - DRAMATIZAÇÃO E COREOGRAFIA COM O ALUNO MATHEUS FREITAS - EMEFEM D. LUÍS DO AMARAL MOUSINHO. (10M) HISTÓRIAS: "OS SETE NOVELOS" "AS TRANÇAS DE BINTOU" MONITORA: CASSIANA DAMIANA OFICINA DE CORPORALIDADE - PROFª VALÉRIA GONÇALVES E MARIA CRISTINA, SEUS ALUNOS E SUAS ALUNAS - EMEI MARIA PARECIDA DE ALMEIDA PAULINO
	14h30	<ul style="list-style-type: none"> Histórias: "Os Sete Novelos" "Tranças de Bintou" Monitora Cassiana Damiana. Coreografia "Pérola Negra" - professoras Rosângela Sambato e Maria Cristina, suas alunas e seus alunos - EMEF Jaime Monteiro (5m) Coreografia "Maria, Maria" - profa. Maria Clara, seus alunos e suas alunas - EMEF Jaime Monteiro (10m) Maculelê - EMEF Neuza Marzola.
	19h30	<ul style="list-style-type: none"> Histórias: "Ulomma, a Casa da Beleza" "Duula, a Mulher Canibal" Monitora Cassiana Damiana Performance Poética "Africanidades - Leitura e Ação" - Professora Mariza Brunelli, seus alunos e suas alunas - D. Luís do Amaral Mousinho (10m)
13/11 quinta-feira	9h30	<ul style="list-style-type: none"> Histórias: "A Arvore de Boabá" "Jabulane e o Leão" Monitora Ana Isabel SARAU "Nova Consciência" (EMEF CAIC, EMEF Raul Machado, EMEF Jaime Monteiro, EMEF Paulo Monte Serrat, EMEF Maria Ignez Lopes, EMEF Neuza M. Marzola, CEMEI João Gilberto, CEMEI

13/11 QUINTA-FEIRA	9h30	<p>✦ HISTÓRIAS: "A ÁRVORE DE BOABÁ" "JABULANE E O LEÃO" MONITORA ANA ISABEL</p> <p>✦ SARAU "NOVA CONSCIÊNCIA" (EMEF CAIC, EMEF RAUL MACHADO, EMEF JAIME MONTEIRO, EMEF PAULO MONTE SERRAT, EMEF MARIA IGNEZ LOPES, EMEF NEUZA M. MARZOLA, CEMEI JOÃO GILBERTO, CEMEI VIRGÍLIO SALATA).</p>
	14h30	<p>✦ Tributo a Cartola (10m) - Professoras Marta Marques e Lucimara Jacinto, seus alunos e suas alunas (coreografia) - EMEF do CAIC Antônio Paloci</p> <p>✦ OFICINA DE HIP HOP</p> <p>✦ Oficina "Trancando a Cabeça"</p>
	19h30	<p>✦ Histórias: "A Árvore de Boabá" "Jabulane e o Leão" Monitora Ana Isabel</p> <p>✦ Tango e Samba Gafieira - EMEF Nelson Machado</p>
14/11 sexta-feira	9h30	Oficina: Entrando na História Sansakroma - Sem Fronteiras Júlio D'Zambê e Débora Fernandes
	14h30	Oficina: Entrando na História Sansakroma - Sem Fronteiras Júlio D'Zambê e Débora Fernandes
	19h30	Oficina: Entrando na História Sansakroma - Sem Fronteiras Júlio D'Zambê e Débora Fernandes
15/11	10h - 17h	Exposição aberta
16/11	10h - 17h	Exposição aberta

17/11 SEGUNDA-FEIRA	9h30	<p>✦ HISTÓRIAS: "A ÁRVORE DO BOABÁ" "JABULANE E O LEÃO" MONITORA ANA ISABEL</p> <p>✦ OFICINA DE HIP HOP "POLITIZANDO A COMUNIDADE" MC ROBSON</p>
	17h - 20h	<p>PALCO LIVRE "313 Anos: Zumbi Vive! OJU AIKU"</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. - Performance de Capoeira Angola (Projeto Isegun - monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Domingos Angerami e EMEF Geralda Espin. (5m) 2. - Maculelê - Profa. Liliani Aparecida, Monitora Contramestre Saruê, seus alunos e suas alunas - EMEF Neuza Marzola. (5m) 3. - Coreografia "Isegun - Reverência aos Ancestrais" - Monitora Rosana - EMEF Domingos Angerami e EMEF Geralda Espin. (5m) 4. Coreografia "Rei Leão" - Grupo Brincando de Dançar - profa. Clara Day - Jornada Ampliada. 5. - Performance poética "Africanidades - Leitura e Ação" - Professora Mariza Brunelli, seus alunos e suas alunas - D. Luís do Amaral Mousinho (10m) 6. Coreografia "Supremo Oculto" - Grupo Style Crew - Prof. Juliano Santos - Jornada Ampliada. 7. Coreografia Afoxé - Monitora Contra-mestre Saruê, seus alunos e suas alunas - CEMEI Eduardo Romualdo. (5m) 8. Coreografia "Evolução ao Extremo" - Grupo Pulsação de Rua - prof. Cléber Paulo - Jornada Ampliada. 9. - 18h - Tributo a Cartola- Professoras Marta Marques e Lucimara Jacinto, seus alunos e suas alunas - EMEF do CAIC Antônio Paloci. (10m) 10. - Coreografia "Nova Fase" - Grupo Nação de Rua - Prof. Fernando Santos - Jornada Ampliada. 11. - Maculelê - Monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Geralda Espin e EMEF Domingos Angerami. (5m) 12. - Performance de Capoeira Regional - Monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Geralda Espin e EMEF Domingos Angerami. (5m) 13. - Coreografia "Reação" - Grupo Hop Kids - prof. Alexandre Snoop - Jornada Ampliada (5 grupos) 14. - Samba de Gafieira e Tango - Profa. Ieda, seus alunos e seus alunas - EMEF Nelson Machado (10m) 15. - Maculelê e Capoeira - professor Walter, o monitor Douglas, seus alunos e suas alunas - EMEF Salvador Marturano.
18/11 terça-feira	9h30	<p>✦ Oficina de dança afro "O Corpo é Ritmo, O Espaço é Movimento"</p> <p>✦ Oficina trançando a cabeça</p>

18/11 TERÇA- FEIRA	9h30	<ul style="list-style-type: none"> ✦ OFICINA DE DANÇA AFRO "O CORPO É RITMO, O ESPAÇO É MOVIMENTO" ✦ OFICINA TRANÇANDO A CABEÇA
	14h30	<p>APRESENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Isegùn - Sansakroma - Monitora Rosana, seus alunos e suas alunas - EMEF Dominhos Angerami e EMEF Geralda Espin (5m) ✦ Palestra: "Benjamin, O Filho da Felicidade" - história do palhaço negro que fez estrondoso sucesso no final do século XIX e início do século XX. Palestrante: Heloísa Pires Lima - Escritora e Doutora em Ciências Sociais pela USP.
	19h30	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Vídeo Abdias Nascimento 90 Anos: Memória Viva ✦ Palestra "Sankofa: Matrizes Africanas na Escola Brasileira" ✦ Profa. Elisa Larkin Nascimento - Doutora em psicologia pela USP. Mestre em direito e em ciências sociais, Universidade do Estado de Nova York em Buffalo, EUA. ✦ Lançamento do Livro "Cultura em Movimento - Coleção Sankofa", que trás um texto da profa. Silvaney Euclênio sobre o Projeto Baobá. ✦ Encerramento da Mostra.
19/11 quarta-feira	9h - 13h	Desmontagem da Exposição.

ANEXO T – Carta Aberta de Exoneração

Aos / às profissionais da Rede Municipal de Educação de Ribeirão Preto,
À Sociedade Ribeirão-pretana,

Enquanto os leões não tiverem os seus contadores de história, as histórias das caçadas glorificarão os feitos dos caçadores.

(Provérbio iorubano)

Muitas pessoas vêm acompanhando atentamente o "Projeto Baobá - Ribeirão Preto Educando para a Igualdade Étnico-Racial", concebido em conjunto com o Centro Cultural Orùnmilá, coordenado e executado por nós junto à rede municipal de educação de Ribeirão Preto. Pois bem, nesse momento em que solicitamos a nossa exoneração do cargo que vínhamos ocupando na administração municipal de Ribeirão Preto, desde dezembro de 2005, gostaríamos de compartilhar ou talvez rememorar, com todos/as um pouco da história desse projeto e explicitar as motivações que nos conduziram a essa decisão.

Para aqueles e aquelas que questionam nosso pedido de exoneração, chamando a nossa responsabilidade para a grandeza do Projeto Baobá, saibam que não estamos saindo da luta, mas apenas mudando de trincheira.

A nossa permanência na atual administração tornou-se inviável, pela recusa inexplicável de atual prefeita, Sra. Darcy Vera (DEM), em estabelecer o diálogo com o Movimento Social Negro de Ribeirão Preto; em dar continuidade às políticas públicas de promoção da igualdade racial conquistadas com muitas lutas em governos anteriores; e até em conversar sobre o acordo assinado publicamente com o Centro Cultural Orùnmilá, durante a campanha, prometendo a criação de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Há os que pensam que estamos sendo apressados, pois não é viável a criação de uma Secretaria no primeiro ano de governo. Sabemos disso e respeitamos, mas não nos parece um bom sinal a suspensão das políticas que já estavam em vigor, sem qualquer tipo de diálogo. Coerência e compromisso histórico com as lutas do povo negro no Brasil nos levaram a esta decisão, após várias cobranças de um posicionamento explícito da atual administração (DEM/PMDB), sem resposta.

A luta por políticas públicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial na educação, na saúde, na cultura, entre outras, perpassa toda a história do Movimento Negro Brasileiro pós-abolição. Sendo partícipe e fruto dessa história, seria uma indignidade da nossa parte continuar compondo um governo (DEM/PMDB) que insiste em ignorar nossa história e nossas demandas.

Quando a Prof^a. Elisa Larkin Nascimento nos convidou para publicar um texto sobre o Projeto Baobá no livro *Cultura em Movimento*, da Coleção "Sankofa 2" (2007), ela pediu que enviasse também uma pequena biografia. E assim, nós nos definimos àquela época e o fazemos ainda hoje "Sou uma mulher negra, nascida no interior de Goiás, filha da baiana Alterides Silva de Jesus e do mineiro José Euclênio da Silva. Peregrinei pelos ambientes escolares, hostis a qualquer criança negra, sabendo desde cedo que aquela escola e aquele conteúdo não eram sobre mim, nem para mim, e sim, contra mim. Cursei Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás, consciente de estar pisando em solo hostil à história e à realidade do Brasil e, portanto à minha própria. Sequiosa de libertação e dignidade, aproximei-me de outras pessoas que também buscavam conhecer a própria história, reconstituir a própria identidade e lutar contra o racismo e pela igualdade. O caminho natural foi participar do Movimento Social Negro. Já são mais de 20 anos de ativismo voluntário e de estudos para compreender as dimensões que o racismo assume em nosso país, especialmente no sistema educacional formal".

Foi na condição acima descrita que aceitamos o convite do Centro Cultural Orùnmilá para assumir o cargo negociado com a administração municipal de Ribeirão Preto, como parte de um conjunto de políticas de promoção da igualdade racial a serem implementadas na cidade, para trabalhar especificamente com a educação das relações raciais e coordenar a implementação da Lei 10.639/03 na rede municipal. Formalmente, o convite oficial nos foi feito através de um telefonema originário da Casa Civil numa data emblemática das lutas do povo negro no país, dia 16 de novembro de 2005, durante a Marcha Zumbi + 10, ocorrida em Brasília, quando milhares de pessoas negras de todo o país ocuparam a Capital Federal, denunciando o racismo e exigindo do Estado Brasileiro ações concretas para a sua superação. Embora contratada por determinação

do próprio prefeito como assessora técnica da Secretaria da Educação, fomos impedidas de trabalhar no prédio onde está localizado o órgão, pelo então Secretário da Educação, Sr. Abib Salim Cury, e por sua Diretora de Educação, Sra. Maria Nair Marques Rebelo.

Para nós, somente o racismo explica a necessidade de uma Lei para obrigar a inclusão a história e cultura da metade da população de um país em seu sistema educacional, ou seja, para que os brasileirinhos e brasileirinhas que frequentam a escola formal possam conhecer a verdadeira e história e cultura do seu país; somente o racismo explica que profissionais da educação, gestores ou docentes, se recusem terminantemente a cumprir a lei, sendo necessário recorrer ao Ministério Público para que tal ocorra; e somente o racismo explica que autoridades públicas obriguem uma pessoa a trabalhar em desvio de função, impedindo que a mesma desenvolva o trabalho de contribuir para o avanço da educação num determinado município, promovendo a diversidade étnico-racial brasileira e desenvolvendo estratégias para a prática do pluralismo.

"Exilada" numa das unidades escolares municipais e impedida de compor a equipe técnica e pedagógica responsável pela gestão educacional do município, contribuímos como pudemos para o bom funcionamento da escola em questão, ao mesmo tempo em que elaborávamos um projeto de formação dos profissionais da educação no município, o qual foi aprovado pelo FNDE, possibilitando 120 horas de formação a 200 pessoas em relações raciais, história e cultura africana e afro-brasileira.

CONSTRUINDO O PROJETO BAOBÁ

No início de 2007, quando o prof. José Norberto Callegari assumiu a Secretaria da Educação, pudemos, finalmente, compor sua equipe técnica, pedagógica e gestora da educação municipal. Em março do mesmo ano, lançamos o Projeto Baobá, uma política pública de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial na rede, envolvendo todos os níveis educacionais e todas as unidades curriculares. E com certeza avançamos muito. É provável que tenhamos estruturado a proposta mais concreta de educação das relações étnico-raciais em andamento atualmente no país, tendo sido reconhecida, citada e pesquisada,

nacional e internacionalmente, em diversos TCC's, dissertações de mestrado e até numa tese de doutorado.

1. Quebramos barreiras, resistências e conquistamos aliados/as dentro e fora rede municipal da educação;
2. Contribuímos para a ampliação e sistematização das propostas pontuais já em andamento no interior da rede;
3. Iniciamos o processo de combate ao racismo institucional que permeia as relações na sociedade e se reflete no sistema educacional, nas relações entre profissionais e entre profissionais - alunado e familiares;
4. Propiciamos diversas atividades de formação presencial (cursos, oficinas, palestras e seminários), envolvendo cerca de 1000 profissionais que trabalham na rede (gestores, docentes e outros servidores), variando entre 8 e 120 horas;
5. Viabilizamos e / ou adquirimos materiais bibliográficos e audiovisuais para diversificar o acervo disponível em nossas escolas, tanto para subsidiar histórica e conceitualmente o trabalho docente, bem como para disponibilizar títulos literários de autores africanos e afro-brasileiros; mais de 5 mil exemplares foram distribuídos entre as unidades escolares;
6. Envolvermos a comunidade em variadas atividades de discussão e promoção da igualdade étnico-racial;
7. Iniciamos o processo de inclusão da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura africana e afro-brasileira nos documentos que regem a educação no município (Plano Municipal de Educação, Projetos Pedagógicos das escolas e Referenciais teóricos e curriculares tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental);
8. Muitas das nossas unidades escolares, sua equipe gestora e docente, desenvolveram propostas inovadoras para a prática da educação das relações étnico-raciais e para a garantia do pluralismo no ambiente escolar;
9. E o mais importante, nós ampliamos a rede de pessoas comprometidas com o combate ao racismo, com a promoção da igualdade étnico-racial e com a concretização da democracia nacional.

Para aqueles e aquelas que ainda resistem e insistem em manter as mesmas práticas discriminatórias e eivadas dos estereótipos do senso comum, tanto no trabalho como em suas vidas, e nós sabemos que ainda são muitos/as, só

podemos afirmar que, pela legislação brasileira, racismo é crime inafiançável e imprescritível. Mas, mais do que isso, é sinal de ignorância e desumanidade.

Para aqueles e aquelas que tiveram a grandeza de abrir-se corajosamente para as ideias e propostas trazidas pelo Projeto Baobá, revendo suas práticas, posturas, conceitos e até vocabulários, e esses/as são em maior número, tenham certeza de que estão participando de uma tarefa hercúlea e que sua contribuição para a superação do racismo e suas mazelas no país, não é pequena. Sabemos que vão continuar, porque o que nós chamamos de "consciência negra", essa compreensão profunda da identidade e do lugar de todos, de cada um e de si próprio, a partir do desvelar das sutilezas e mecanismos históricos e contemporâneos do racismo brasileiro, que constroem privilégios de alguns e destroem a vida de outros, é algo sem retorno.

Vamos concluir mais esse texto louvando em yorubá o ancestral orixá mais estigmatizado e injustiçado pelo racismo brasileiro:

ORERE TI NDU ORI ELEMERE BABA MI TA MI L'ORE OLA MO SIRE GBE
RODE O

Tradução:

" Esú o bondoso, que se preocupa em melhorar a qualidade de vida de todos os seres.

Oh! Meu pai, me presenteie com a prosperidade, fui propagar a sua sabedoria a todas as pessoas".

Ribeirão Preto, 10 de Junho de 2009.

Profa. Silvany Euclênio

ANEXO U – Semana da Consciência Negra – 2009

PROJETO CONSCIÊNCIA NEGRA - 2009		
DATA	EVENTO	LOCAL
03,05 e 09/11/09 10/11	14h às 17h - Oficina de Tranças para alunas do curso de moda	Anfiteatro Casa da Cultura
	Lançamento do Regulamento do 1º Fest Doc - Negro na Sociedade Brasileira	Site da Secretaria da Cultura
10/11/09 a 17/01/10	09h - Exposição Arte Naif - Sueli Reis	Projeto Parede Casa da Cultura
09,11,23,25, 27/11/09	19h30 - Programa de formação continuada – Curso “Histórias e Ritmos da Diáspora Negra” – instrumentos, história, cantigas, danças e jogos.	Anfiteatro Casa da Cultura – Inscrições – Sec. Educação – 3977 9123 – 3977 9100
09/11/09	19h30 - Palestra e Exposição - Estrada Real – A Importância do Negro na Construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fotógrafos: Ana Carla Vannucchi e Vinícius Macias Palestra na Abertura da Exposição com o Profº Dr. Marcos Câmara de Castro - ECA -USP/RP - A Influência Afro na Produção Musical no Brasil do Sec XVII e XVIII. - Apresentação dos alunos do Centro Cultural Campos Eliseos - Compositores Negros na Música e Dança Afro-Brasileira.	Câmara Municipal de Ribeirão Preto
10/11/09 a 29/11	Exposição Fotográfica “Trabalhadores Negros na Construção Civil” – Ana Carla Vannucchi	Sindicato dos Servidores Municipais – Horário de atendimento ao Público
13/11/09	18h - Apresentação Alunos do C.C.C. E - Música de Compositores Negros e Dança Afro-brasileira.	Mezanino - Mis
	18h - Exposições - Fotográfica: Negros em Vários Movimentos Fotógrafos convidados de Ribeirão Preto - (10 a 29 de Nov)	Mezanino - Mis
14/11/09	10h - Grupo de Capoeira Antiga Arte - Apresenta “II Festival Cultural Antiga Arte” - Roda de Capoeira e Batismo dos alunos.	Pq. Ecológico Dr. Luis Carlos Raia
	12h - Apresentação dos Alunos - Capoeira, Dança Afro, Teatro e Musica.	Praça XV
	16h às 19h - Apresentação do Filme Infantil “Kiriku e a Feiticeira” – Teatro Dança Afro – Show de Música.	Cine Clube Cauim
15/11/09	10h - Oficina de Dança Afro para alunos do Centro Cultural Campos Eliseos – Trupe Artemanha/SP	Centro Cultural Campos Eliseos
	15h - Teatro – Trupe Artemanha – Espetáculo: “Brasil Quem Te Pariu?”	Parque Curupira
	18h - Oficina de Canto e Voz para alunos do Centro Cultural Campos Eliseos – Trupe Artemanha/SP	Centro Cultural Campos Eliseos
16/11/09	19h - Apresentação Alunos do C.C.C. E - Música de Compositores Negros - Dança Afro - Exposição de Alunos do CEMEI Eduardo Romualdo de Souza - Exposição Fotográfica Trabalhadores Negros na Construção Civil – Fotógrafa Ana Carla Vannucchi - Exposição do Artista Plástico Macalé	Centro Cultural Palace
	19h30 - Café Filosófico - Palestrante - Prfª Doutoranda em Sociologia. Ana Lúcia Pereira – Segurança Alimentar e Nutricional para as Populações Negras - Prfª Ms. da Universidade Federal de Tocantins	Centro Cultural Palace
	19h30 - Proj. Escola Vai ao Cinema - Filme: Queimada - Comentários - Prof. Dr. Gilberto Abreu	Cine Clube Cauim
17/11/09	19h - Exposição de Alunos do CEMEI Eduardo Romualdo de Souza - Exposição Fotográfica Trabalhadores Negros na Construção Civil – Fotógrafa Ana Carla Vannucchi - Exposição do Artista Plástico Macalé	Centro Cultural Palace
	19h30 - Café Filosófico - Palestrante - Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca Políticas Públicas para Inclusão Étnico Racial - UNESP - Araraquara - Lançamento do Livro “Políticas e Ações Afirmativas”	Centro Cultural Palace

	19h30 - Proj. Escola Vai ao Cinema - Filme: Panteras Negra - Comentários – Prof. Ms. Carlo Guimarães Monti	Cine Clube Cauim
18/11/09	19h - Exposição de Alunos do CEMEI Eduardo Romualdo de Souza - Exposição Fotográfica Trabalhadores Negros na Construção Civil – Fotógrafa Ana Carla Vannucchi - Exposição do Artista Plástico Macalé	Centro Cultural Palace
	19h30 - Café Filosófico - Palestrantes - Prof. Ms. Leandro José dos Santos – Prof. Ms. Sérgio Luiz de Souza - Identidade no Espaço Urbano e Imprensa Negra no estado de São Paulo nos séculos XIX - XX - UNESP - Araraquara	Centro Cultural Palace
	19h30 - Proj. Escola Vai ao Cinema - Filme: Poeta do Desterro - Cruz e Souza - Comentários – Escritor Alexandre Azevedo (a confirmar)	Cine Clube Cauim
19/11/09	19h30 - Fórum Municipal Sobre Políticas Públicas – Pró Diversidade – O Afro-Brasileiro no Centro das Discussões, Participação de Membros atuantes no Movimento Negro, Educadores e Público Geral	Centro Cultural Palace
	08h30 - Horário especial para alunos de 8º Período Filme: Nelson Mandela – O Filme - Comentários – Prof. Ms. Antônio Carlos Petean	Cine Clube Cauim
	19h30 - Proj. Escola Vai ao Cinema - Filme: - Cadillac Records Comentários – Dr. Eduardo Silveira	Cine Clube Cauim
20/11/09	14h - Palestra – Diálogo Sobre a Violência Doméstica e de Gênero – Direitos da Mulher Negra – Palestrante: Prof. Adria Maria Bezerra Ferreira Coordenadoria da Mulher – SEMAS – - Exposição Fotográfica “Mulheres Negra” - Fotógrafa Ana Carla Vannucchi	Assentamento do MST - Antiga Fazenda da Barra
	20h30 - Programa “Construindo uma Identidade” - Exposição, Desfile Afro-brasileiro do Curso de Moda do Centro Universitário Moura Lacerda Show Com o Grupo Ymproviso e Alexandre Machado.	Palestra Itália
23/11/09	19h30 - Projeto Escola vai ao Cinema -Filme: O Aleijadinho – Paixão Glória e Suplício - Comentários - Prof. Cláudio Bauso e Prof. Dr. Marcos Câmara.	Cine Clube Cauim
24/11/09	19h30 - Projeto Escola vai ao Cinema - Filme: Cartola - Comentários - Dr. Eduardo Silveira	Cine Clube Cauim
25/11/09	19h30 - Projeto Escola vai ao Cinema – Documentário - Mestre Bimba Capoeira Iluminada – após comentários, apresentação de Roda de Capoeira e Maculele com alunos do Instituto Mascote de Educação e Cultura. Comentários – Educador – Valter Luis da Costa – Professor de Capoeira formado na Escola de Capoeira Filhos de Bimba em Salvador BA.	Cine Clube Cauim
26/11/09	19h30 - Projeto Escola vai ao Cinema - Filme: Tempo de Glória - Comentários – Prof. Ms. Antônio Carlos Petean	Cine Clube Cauim
27/11/09	19h30 - Projeto Escola vai ao Cinema - Filme:– Profissão Mc - Brasil 2009 Lançamento em Ribeirão Preto. O filme conta a história do Mc, Criolo Doido que recebe duas propostas, uma do crime para virar traficante e outra para continuar acreditando no RAP. Comentários – Ator Criolo Doido e os Diretores Toni Nogueira e Alessandro Buzo.	Cine Clube Cauim
28/11/09	Edição Especial do Programa Favela Toma Conta	
	Horário – das 09 às 18 horas – Local Vila Tecnológica – Bairro Mariacasagrande Lopes – Gravação do Programa “Buzão” – Quadro do Programa “Manos e Minas” da TV Cultura/SP	Vila Tecnológica
	SHOW (Vila Tecnológica)	
	Nas pick Ups: DJ Bibiano	
	9 h – Palco externo	
	Abertura oficial com a Prefeita Darcy Vera e autoridades	

09h30 – Alunos do Centro Cultural Campos Elíseos – Grupo de dança – Maracatu	
10h00 - Grupo de Capoeira Antiga Arte - Apresenta “II Festival Cultural Antiga Arte” - Roda de Capoeira, Dança.	
10h30 – Alunos do Projeto Circo “Só Riso”	
11h (Salão do Centro de Convivência da Vila) – Exibição do filme “Profissão MC” na Vila Tecnológica, após o filme, teremos mesa com o tema: Periferia, e sua produção literária com os autores Alessandro Buzo (Livros: Guerreira, Favela Toma Conta e outros), Walter Limonada (autor do livro: Trocando Uma Idéias e Rimando Outras) e Róbson Canto (Autor do livro: Noite Adentro).	
11h – Palco externo	
Apresentação de dança da Cia Experimental Dança Vida (Ong Dança Vida) - Coordenação - Paula Vital	
12h – Grupos do Centro de Jornada Ampliada do Maria Casagrande	
Pulsção de Rua, Style Crew, Nação de Rua, Hop Campany Kids, Eclipse, Street Lesson	
Coordenação de Alexandre Snoop	
13h às 14h30 – Projeto Universo Arte sob coordenação de Alexandre Snoop e Rodrigo Araújo.	
14h30 – Intervenção poética com Alessandro Buzo, Walter Limonada, Róbson Canto e Tubarão (Du Lixo)	
Grupo Tamboreando	
15 h – Criolo Doido	
16 h – Grupo local ? ADefinir	
17 h – DMN	
Ações em espaços alternativos – Durante o dia todo.	Casinhas da Vila e Arena da Praça
Arena da Praça – Graffitagem, Capoeira com os Grupos Cativoiro e Antiga Arte, Maculele, Projeto Circo “Só Riso”.	
Casinhas da Vila – Exposição de Arte dos alunos do CEMEI Eduardo Romualdo de Souza e Instituto Plural de Educação e Cidadania Vila Bela – Exposição Fotográfica “Capoeira” - Fotógrafa Ana Carla Vannucchi.	
Distribuição da Cartilha Maria da Penha, Palestra – Diálogo Sobre a Violência Doméstica e de Gênero – Direitos da Mulher Negra – com a Prof. Adria Maria Bezerra Ferreira – Oficinas sobre relações de gênero – com a Profª Judete de Freitas Pimenta Villi - Organizado pela Coordenadoria da Mulher, Apoio: Conselho da Mulher – SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. – Exposição Fotográfica “Mulheres Negra” - Fotógrafa Ana Carla Vannucchi	

Programação Sujeita a Alterações

ANEXO V – Palestras

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria Municipal da Educação

Convite.

A prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, através da Secretaria Municipal da Cultura e Secretaria Municipal da Educação, considerando a formação continuada de professores, a lei 10.639/03 e as comemorações da semana da Consciência Negra, tem a honra de convidar o corpo docente, discente e técnico administrativo da USP/Campus Ribeirão Preto para as seguintes palestras:

Palestra: Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para populações negras. (projeto levado para o Haiti).

Prof. Ms Ana Lúcia Pereira (Universidade federal do Tocantins e doutoranda em Sociologia pela UNESP/Araraquara).

Dia: 16/11/2009.

Horário: 19:00 Horas.

Palestra: Políticas de Inclusão.

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (professor de sociologia da UNESP/Araraquara e membro do Portal Áfricas)

Dia: 17/11/2009.

Horário: 19:00 horas.

Palestra: Espaços Negros e Identidades em Construção.

Prof. Ms: Sérgio Luiz de Souza (doutorando em Sociologia pela UNESP/Araraquara).

Dia: 18/11/2009.

Horário: 19:00 horas.

Palestra: Imprensa Negra em São Paulo (séculos XIX e XX).

Prof. Leandro José Santos. (mestrando em Sociologia pela UNESP/Araraquara).

Dia: 18/11/2009.

Horário: 19:00 horas.

Local das palestras: Centro Cultural Palace.

Rua: Álvares Cabral, 332.

ANEXO X – Projeto “A escola vai ao cinema”

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Cultura

Filmes – Mês da Consciência Negra- Projeto da Secretaria da Cultura e da Secretaria da educação.

Local – Cine Clube Cauim

Horário – 19h30min

Atenção horários especiais:

Horário – 16h00 – dia 14/11 – Filme infantil – Kiriku e a Feiticeira – a partir de 06 anos

Horário – 08h30 – somente dia 19/11 para alunos de 7ª e 8ª séries.

Datas – de 16 a 19/11 e 23 a 27/11 – Projeto Escola vai ao Cinema

Público Alvo – Alunos do Ensino Médio, Graduandos e público em geral acima de 14 anos.

As Escolas deverão Agendar a participação dos alunos pelo telefone – (16) 3636 1206 – Ramais 205 e 206 ou no Cine Clube Cauim - (16) 3941 5025.

Dia 16/11 – Queimada (Burn) - França Itália : 1969 - Dir: Gillo Pontecorvo / com Marlon Brando no papel principal. No século XIX um representante inglês é mandado para uma ilha do Caribe que se encontra sob domínio português, para incentivar uma revolta para favorecer os negócios da coroa inglesa. Dez anos depois ele retorna, para depor quem ele colocou no poder, pois o momento econômico exige um novo quadro político na região.

Comentários - Prof. Dr. Gilberto Abreu

Dia 17/11 – Panteras Negras (Black Panther) U.S.A-1995 – Dir. Mario Van Peebles - O Filme conta a história de um dos mais importantes grupos negros da história norte-americana, desde seu início, na década de 60, e a enorme repressão sofrida pelos ativistas, aplicada pelo governo norte-americano.

Comentários – Prof. Ms. Carlo Guimarães Monti

Dia 18/11 O Poeta do Desterro – Cruz e Souza – (Brasil): 2000 direção Syivio Back Reinvenção da vida, obra e morte do poeta catarinense Cruz e Sousa (1861-1898), fundador do Simbolismo no Brasil e considerado o maior poeta negro da língua portuguesa. Através de 34 "estrofes visuais", o filme rastreia desde as arrebatadoras paixões do poeta em Florianópolis até seu emparedamento social, racial, intelectual e trágico no Rio de Janeiro.

Comentários – Escritor Alexandre Azevedo (a confirmar)

Dia 19/11/ 09h – 08h30

Horário especial para alunos de 8º Período

Filme: Nelson Mandela – O Filme

Comentários – Prof. Ms. Antônio Carlos Petean

ANEXO W - Seminário “*Discutindo o Racismo e outras formas de Preconceitos*”

A Prefeitura de Ribeirão Preto convida para o
SEMINÁRIO SOBRE RACISMO, PRECONCEITO E
DISCRIMINAÇÃO
DISCUTINDO O RACISMO E OUTRAS FORMAS DE PRECONCEITOS

Público Alvo – Docentes e Discentes da Área da Educação, Cultura, Saúde, Direitos Humanos, Militantes do Movimento Negro, de Gênero e Público em Geral.

Início: 19/03/2010 às 19h30 e Término: 20/ 03/ 2010 – das 08h30min às 13h00

LOCAL - Anfiteatro Nobre das Faculdades COC – Rua Abrahão Issa Halack, 380 – Ribeirão Preto - SP

O seminário tem por objetivo, discutir o racismo, o preconceito e outras formas de discriminação existentes na sociedade brasileira. As datas antecedem o **Dia 21 de Março – Dia Internacional da não Discriminação Racial (1969)**. Nesta data emblemática referente à intolerância racial, foi criada, em 2003, pelo Governo Federal Brasileiro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial. “Dia 21 de Março é o Dia Mundial de Combate ao Racismo, em memória ao Massacre de Shaperville, na África do Sul, em 1960. Neste dia, 20 mil negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a andarem com cartões de identificação que estabeleciam locais por onde podiam ou não passar. Apesar de pacífica, a manifestação teve um fim trágico, a polícia atirou na multidão e deixou um saldo de 69 mortos e 186 feridos. Desde então, a ONU instituiu o dia 21 de Março como Dia Internacional pela Eliminação, da Discriminação Racial.”

Dia 19/03/2010

Horário: 19h30

Apresentação de Dança com os alunos do Projeto Dandhara, do Centro Cultural Capoeirarte.

Composição da Mesa de abertura do Seminário

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
 Câmara Municipal de Ribeirão Preto
 Secretaria da Educação
 Secretaria da Cultura
 Secretaria da Saúde
 Secretaria da Assistência Social
 Fundação Instituto do Livro
 Faculdades COC

Abertura do Seminário – Mediador – Professor MS. Antonio Carlos Lopes Petean, com explanações da Senhora Roseli de Oliveira (Coordenadora de Políticas Públicas para a População Negra e Indígena do Estado de São Paulo) e do Vereador Doutor André Luiz da Silva (Advogado e Funcionário Público Municipal).

Dia 20/03/2010

Horário: 08h30

Mesa Redonda – Políticas Públicas para Igualdade Étnico-Racial e de Gênero, envolvendo representantes da sociedade civil e do poder público.

Participantes

Doutora Elisabeth Meloni Vieira – Professora Doutora do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina USP/RP.

Tema – Ocorrência e o Atendimento de Violência de Gênero de Mulheres Usuárias do Serviço da Rede Pública.

Professora Adria Maria Bezerra – Diretora da Casa da Mulher

Tema – Feminismo e a Mulher Negra

Senhora Roseli de Oliveira – Coordenadora de Políticas Públicas Para as Populações Negra e Indígena do Estado de São Paulo.

Tema – Implantação e Implementação de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial

Senhora Adriana Silva – Secretária Municipal da Cultura

Tema – O Papel da Cultura Diante das Questões Raciais

Senhor Paulo Cesar Pereira de Oliveira – Coordenador do Centro Cultural Orunmila

Tema – A Presença da Cultura Negra no Brasil

Professor MS Antonio Carlos Lopes Petean – Coordenador da área de Diversidade Étnico-racial da Prefeitura de Ribeirão Preto e Professor de História da África do Centro Universitário Barão de Mauá

Tema – Educação Para a Igualdade Étnico-racial

Doutor André Luiz Silva – Advogado, Funcionário Público Municipal e Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Tema – Políticas Públicas – Entraves Institucionais

Atividade Paralela

Exposição Fotográfica “Negros em Vários Movimentos” – **MIS – Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto.**

REALIZAÇÃO - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto por meio das Secretarias Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Fundação Instituto do Livro, Faculdades COC e Gabinete do Vereador Doutor André Luiz Silva.

APOIOS – Centro Cultural Orunmila – Conselho da Mulher – Centro Cultural Capoeirarte.

ANEXO Y – Visita ao Centro de Documentação, Cultura e Política Negra de Piracicaba

Ribeirão Preto, 04 de março de 2010.

CONVITE AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prezados diretores

Considerando a formação continuada de professores da rede Municipal da Educação, a lei 10.639/03 (que inclui no currículo escolar o tema História da África, da Cultura Afro-Brasileira e Africana), e a luta pela igualdade Étnico-racial, estamos convidando os professores da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal da Educação para a visita monitorada ao Centro de Documentação, Cultura e Política Negra de Piracicaba, para assistir a apresentação do Grupo Batuque de Umbigada e o Projeto casa do Batuqueiro. Na oportunidade estarão sendo apresentados vídeos culturais e uma vivência com o grupo.

Obs: as unidades de ensino da rede Municipal de educação escolherão um professor que esteja desenvolvendo trabalhos referentes à diversidade étnico-racial dentro do projeto pedagógico.

Data a ser realizada a viagem: Sexta-feira, 9 de Abril de 2010.

Horário de partida de Ribeirão Preto: a ser combinado

Horário da apresentação em Piracicaba: 14:00 Horas.

Local da apresentação: Centro de Documentação, Cultura e Política Negra, localizado à Rua Luiz de Queiroz 1020/Piracicaba-Centro.

Reservas: ligar para 3977-9117, com Antonio Carlos Lopes Petean.

Cordialmente,

Antonio Carlos Lopes Petean, Coordenador da área de Diversidade Étnico-racial e Cultural, da Secretaria Municipal da Educação.

ANEXO Z - História, Cultura e Identidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

História, cultura e identidade nas literaturas africanas de Língua Portuguesa.

Objetivos:

- Discutir História e Cultura Afro-Brasileira a fim de se adequar, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, à Lei Federal nº 10.639/03, que propõe a obrigatoriedade desse conteúdo no currículo oficial;
- Estudar os diferentes paradigmas literários nos sistemas culturais dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), enfatizando questões artísticas, geográficas, históricas e culturais;
- Refletir sobre a importância e a projeção das literaturas dos PALOP no contexto lusófono contemporâneo.

Justificativa:

A partir da necessidade de adequação do ensino oficial à Lei nº 10.639/03, essa disciplina se propõe a ser um espaço de reflexões e debates sobre dados históricos, culturais e geográficos africanos e afro-brasileiros, a fim de propiciar aos alunos embasamento teórico e crítico.

Essas discussões propostas serão mediadas pelo estudo das relações literárias dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com destaque para a produção da segunda metade do século XX, que abrange o período pré e pós-independências desses países.

Metodologia:

A disciplina será construída a partir de:

- a) Discussão de textos teóricos e ficcionais (poesias, contos e/ou romances);
- b) Análise e discussão de mapas e documentários;
- c) Aulas expositivas;

Avaliação:

A participação na disciplina exigirá dos alunos:

- a) Leituras dos textos teóricos e ficcionais propostos;
- b) Apresentação oral de resultados de leitura e pesquisa temáticas;

Cronograma:

Para o cumprimento dos três módulos propostos estão previstas 36 (trinta e seis) horas/aulas, a serem subdivididas em 4 (quatro) horas semanais.

PROGRAMA

Módulo A: A cultura africana e o seu surgimento nos estudos literários contemporâneos:

- A oralidade, a cultura ancestral e seus ritos;
- Amadou Hampâté Bâ (*Amkoullel, o menino fula*);
- Os movimentos de valorização da cultura negra: *Black Renaissance* e *Negritude*.

Módulo B: África no Brasil: influências culturais

- A temática negra em Machado de Assis e Cruz e Souza;
- Quilombos e comunidades quilombolas;
- Panorama sócio-cultural do período pós-escravidão no Brasil: Imprensa Negra; música e religião;
- Lei 10.639/03 e temática africana em sala de aula.

Módulo C: Os paradigmas literários em África:

Angola:

- Contextualização histórico-cultural de Angola;
- As gerações de *Mensagem* e *Utopia*: seus ideais e suas heranças;
- A ficção de Ondjaki, Pepetela, e José Eduardo Agualusa;
- A poesia de Ana Paula Tavares, Ruy Duarte de Carvalho, Arlindo Barbeitos.

Moçambique:

- Contextualização histórico-cultural de Moçambique;
- A geração de *Msaho*: seus ideais e suas heranças;
- A poesia de Luis Carlos Patraquim, José Craveirinha e Eduardo White;
- A ficção de Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Khosa;
- A narrativa de Mia Couto; diálogos com a poesia de Manuel de Barros.

Cabo Verde:

- Contextualização histórico-cultural de Cabo-Verde;
- As gerações de *Claridade*, *Certeza* e *Suplemento Cultural*: seus ideais e suas heranças;
- A ficção de Manuel Lopes, Baltazar Lopes, Orlanda Amarilis e Germano de Almeida;

São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau

- Contextualização histórico-cultural dos países;
- A poesia santomense: Francisco da Costa Alegre, Francisco José Tenreiro, Conceição Lima e Marcelo Veiga.
- A ficção guineense: Abdulai Sila e Felinto de Barros.

Referências bibliográficas

Módulo A

BÂ, A. H. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

BALSALOBRE, S.R., LIMA, M.S. **Amadou Hampaté Bâ: pensamento, escrita e identidade. (no prelo)**.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1965.

FERREIRA, J.M.C. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. 2ed. Lisboa.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado, precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed.,1977.CUNHA Jr., Henrique. **A história africana na formação dos educadores**. Maringá: Cadernos de Apoio ao Ensino, Universidade Estadual de Maringá, n.6, Abril, 1999.

MOKHTAR, G. (Org.). **História Geral da África. A África antiga**. São Paulo. Ática; Unesco, 1983.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVIER, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SANTILLI, Maria Aparecida B. **Africanidade**. São Paulo: Ática, 1985^a.

_____. **Estórias africanas**. São Paulo: Ática, 1985b.

Módulo B

BALSALOBRE, S.R.G. Sócio-história do processo de escolarização dos redatores e leitores da Imprensa Negra paulista: fundamentos para uma pesquisa Linguística. **Estudos lingüísticos**, São Paulo, v.38, n.2, p. 223-237, 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N2_18.pdf>

_____. Inserção social pela educação: panorama sócio-histórico da Imprensa Negra paulista. **Revista Dialogus**, v.05, p. 133-151, 2009.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2^a ed., 1959.

BASTIDE, R. O negro na Imprensa e na Literatura: a imprensa negra no Estado de São Paulo. **Folheto do Boletim de Sociologia**. nº2, USP, 1951.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARA, M.N. **A imprensa negra paulista (1915 – 1963)**. FFLCH/USP, 1986. (Antropologia 13).

GARCIA, M. **Os Arcanos da cidadania: a imprensa negra nos primórdios do século XX**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1997

HERNANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LEITE, J.C. & CUTI. ... **E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

REIS, J.J., GOMES, F.S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

SANTOS, P.S. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo(1915-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Itatiba, 2007.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato em banco e negro: jornais, escravos e cidadãos em SP no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Módulo C

AGUALUSA, José Eduardo. **As mulheres de meu pai**. Rio de Janeiro: Língua geral, 2007.

_____. **Estação das Chuvas**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

_____. **O vendedor de passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

ALMEIDA, Germano. **O testamento do Sr. Napomuceno da Silva Araújo**. Portugal: Editora Planeta de Agostini, 2000.

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique** – Experiências e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

CHIZIANE, Paulina. **Baladas de amor ao vento**. São Paulo: Cia das letras

COUTO, Mia. **O fio das miçangas**. São Paulo: Cia das letras, 2009.

CRAVEIRINHA, José. **Obra poética I**. Portugal: Editora Caminho, 1999.

FERREIRA, Manuel. **A aventura crioula**. 28. ed. Lisboa: Plátano Editora, 1973.

_____. **Hora di Bai**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

HONWANA, Luis Bernardo. **Nós matamos o cão Tinhoso**. São Paulo: Ática, 1987.

LOPES, Baltasar. **Chiquinho**. São Paulo: Ática, 1986.

LOPES, Manuel. **Os flagelados do vento Leste**. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource/>

ONDJAKI. **Os da minha rua**. RJ: Língua geral, 2009.

PATRAQUIM, Luis Carlos. **O osso côncavo e outros poemas**. SP: Escrituras, 2008

PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: Ática, 1982.

RUI, Manuel. **Quem me dera ser onda**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

_____. **Regresso Adiado**. Lisboa: Cotovia, 2000.

ANEXO AA – Sugestão de livros para serem adquiridos durante a Feira do Livro – 2010

Sugestão de Compra de Livros na Feira do Livro

Área: História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana

Literatura Infantil (contos africanos):

Livro: *Minha África Brasileira: Educação e Diversidade*

Autor: Natanael dos Santos

Editora: LCD ÁFRICA BRASILEIRA.

Livro: *Vovó Nanã vai à escola*

Autor: Dagoberto José Fonseca

Editora: FTD

Livro: *Núbia Rumo ao Egito*

Autor: Maria Aparecida Silva Bento

Editora: FTD

Livro: *África Eterna.*

Autor: Rui de Oliveira

Editora: FTD

Sobre racismo:

Livro: *O que é racismo*

Autor: Joel Rufino dos Santos

Editora: Brasiliense

Livro: *Racismo no Brasil*

Autor: Lilia Moritz Schwarcz

Editora: Publifolha

Livro: *O racismo explicado aos meus filhos*

Autor: Nei Lopes

Editora: Agir

Livro: *Políticas Públicas e Ações Afirmativas*

Autor: Dagoberto Jose Fonseca

Editora: Selo Negro

Sobre História da África

Livro: *História da África e Afro-brasileira: Em busca de Nossas Origens*

Autor: Elisabete Melo e Luciano V. Braga

Editora: Selo Negro

Livro: *Desvendando a História da África*

Autor: José Rivair Macedo

Editora: UFRGS

Livro: História da África Negra

Autor: Jean Marie Lambert

Editora: Kelps

Sobre Cultura Afro-brasileira:

Livro: Capoeira

Autor: Sonia Rosa

Editora: Pallas

Livro: Capoeira em Cordel

Autor: Olegário Alfredo

Editora: Crisálida

Livro: História e Cultura Afro-Brasileira

Autor: Regiane Augusto de Mattos

Editora: Contexto

Livro: Capoeira Angola - Do iniciante ao Mestre

Autor: Mestre Bola Sete

Editora: Pallas

Livro: Capoeira Angola na Bahia

Autor: Mestre Bola Sete

Editora: Pallas

Livro: Negritude: Usos e Sentidos

Autor: Kabengele Munanga

Editora: Autêntica

Livro: O Poder Quilombola

Autor: Dirceu Lindoso

Editora: Edufal

Sobre Moçambique

Livro: Moçambique – Identidade, Colonialismo e Libertação

Autor: José Luís Cabaço

Editora: UNESP

Sobre Cabo Verde

Livro: Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional

Autor: Jose Carlos Gomes dos Anjos

Editora: UFRGS

Sobre Quilombos

Livro: Quilombos – Resistência ao Escravismo

Autor: Clóvis Moura

Editora: FTD

Sobre Cultura Afro-Brasileira na Escola

Livro: Cultura Afro-Brasileira na Escola: O Congado em Sala de Aula

Autor: Jeremias Brasileiro

Editora: Ícone Editora

Livro: Uma História da Cultura Afro-Brasileira

Autor: Walter Fraga e Wlamyra R. de Albuquerque

Editora: Moderna

**Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Secretaria Municipal de Educação**

Anexo BB - Ritmos da Diáspora Negra

Projeto “Ritmos da Diáspora Negra” Instrumentos – Histórias – Cantigas — Danças – Culturas – Ritmos – Jogo

1. Nome do Projeto, proponentes e horas/aula:

Nome: Ritmos da Diáspora Negra.

Proponentes: Prof. responsável Dr. Sérgio Luiz de Souza e Prof. colaborador Julio César Balbino.

32 Horas/aula.

2. Introdução:

Partimos do princípio de que toda e qualquer expressão humana, para um entendimento de sua integralidade, deve ser inserida em seu contexto histórico, principalmente quando se visa uma apreciação rica e possibilitadora de um contato criativo.

Sob este entendimento, propomos uma oficina onde os participantes tenham uma percepção da relação entre as formas musicais desenvolvidas pelos descendentes de africanos nas Américas e na realidade brasileira em convergência com aspectos mais gerais das culturas destes povos e dos processos sociais envolventes de cada realidade.

Os participantes terão contato com aspectos de diferentes contextos da diáspora negra a partir de exposições-debates como também, serão levados a vivenciar diversas facetas das musicalidades das populações negras a partir do contato com melodias, letras, instrumentos de percussão e danças; de modo a lhes permitir a experiência de outros olhares e percepções destas expressões culturais. Ter-se-á como base fundamental as tramas tecidas pela historicidade dos povos afrodescendentes em contato com outros povos nos diferentes contextos geográficos e conjunturais nas Américas e no Brasil, a partir do século XVI. Neste sentido, serão priorizadas expressões musicais as quais, embora tenham matrizes africanas, são resultantes das interpenetrações culturais ocorridas entre os afrodescendentes e os diferentes povos presentes em cada contexto. Serão também apreciadas expressões musicais sugeridas pelos próprios participantes. Desta forma, será desenvolvido um melhor entendimento histórico e cultural das cantigas, ritmos e danças que despertará o respeito e a valorização dos mesmos, além de experiências mais prazerosas.

3. Objetivos:

- a) Propiciar um contato criativo com as culturas de matriz africana constituintes da realidade social brasileira e das Américas.
- b) Desconstruir visões estigmatizadas e estereótipos a respeito das culturas e da historicidade das populações negras do Brasil e das Américas.
- c) Por intermédio das músicas e da percussão possibilitar momentos em que os participantes tenham contato com ritmos, instrumentos e cantigas.
- d) Vivenciar e distinguir ritmos afro-americanos e afro-brasileiros por meio da percussão a da música.
- e) Contextualizar historicamente parte da produção cultural dos afro-descendentes no Brasil e nas Américas.
- f) Realizar uma abordagem da produção musical, sugerindo que os participantes discutam os conteúdos presentes em suas letras.
- g) Organizar debates a respeito da relevância da musicalidade na formação da identidade das populações afrodescendentes e dos demais grupos presentes no contexto brasileiro e americano.

4. Justificativa:

A possibilidade do reconhecimento de parte da diversidade étnico-racial e social do Brasil e do continente americano por meio da contextualização histórica é fator de fortalecimento da cidadania e enriquecimento cultural para todos nós. Neste projeto, estes dois aspectos apresentam-se tanto pela desconstrução de visões estereotipadas produtoras de discriminações das mais variadas ordens quanto pela valorização do patrimônio histórico-cultural presente no contexto do repertório musical e social das populações afrodescendentes. Compreender a musicalidade, a utilização dos instrumentos e, concomitantemente, relacioná-los às trajetórias históricas de seus produtores apresenta-se como interessante forma de comunicação e manifestação do ser humano.

Nesta concepção, este projeto traduz-se em uma atividade sociocultural para que crianças, jovens e adultos possam ter acesso ao aprendizado musical e à história dos afrodescendentes. Neste sentido, as atividades a serem realizadas fornecerão subsídios importantes, inclusive no atendimento da lei 10639/2003 que trata da inclusão da história e cultura dos afrodescendentes nos currículos do sistema de ensino em todos os níveis.

5. Desenvolvimento e Cronograma:

Eixos temáticos principais:

- Introdução dos Ritmos e da Diáspora Negra.
- Particularidades histórico-culturais dos ritmos nas diferentes sociedades.
- Influências dos ritmos nas diferentes sociedades.
- Caminhos e possibilidades geradas a partir destas formas rítmicas.

6. Temas e sub-temas em cada encontro:

6.1- Introdução dos Ritmos e da Diáspora Negra.

- a) Demonstrações Rítmicas e Conhecimento Oral
- b) A linha do tempo entre os Instrumentos nas diferentes Culturas

6.2- Particularidades histórico-culturais dos ritmos nas diferentes sociedades.

- a) Diversidades Culturais Sim Sinhô!
- b) Memória, Vivências e Referências Culturais

6.3- Influências dos ritmos afro nas diferentes sociedades.

- a) Manifestações na diáspora Iê!
- b) Danças, Jogo, Cantigas, Costumes e Resistência.

6.4- Caminhos e possibilidades geradas a partir destas formas rítmicas.

- a) Vivenciando e Reiventando a Integração entre os povos
- b) Ação Cultural Malungo – Integrando as vivências!

6.5- Experimentando os ritmos:

- a) samba de roda e capoeira.
- b) maracatu, reggae e rap
- c) blues, soul e funk,
- d) salsa, merengue e rumba.

7. Carga Horária:

- a) Frequência: quatro encontros
- b) Duração de cada encontro = 08 horas
- c) Carga horária total do Projeto = 32 horas

8. Público Alvo:

Professores de História, Literatura e Artes da rede municipal de educação.

9. Forma de Seleção:

Ordem de inscrição: até o limite de 30 participantes.

Inscrições: (16) 39779117 ou 39779111 ou pelo e-mail: acpetean@educacao.pmrp.com.br.
Secretaria de Educação, Alto de São Bento, nº11. **Horário das inscrições:** Segunda das 14:30 as 17:00 horas e Terças e Quintas/ das 8:30 as 11:30 e das 14:00 as 17:00 horas.

11. Sinopse do Projeto:

Este projeto traduz-se em uma atividade sociocultural para que crianças, jovens e adultos possam ter acesso ao aprendizado musical e à história dos afrodescendentes. Este objetivo dar-se-á pela propiciação aos participantes de um contato com aspectos de diferentes contextos da diáspora negra a partir de exposições-debates. Como também serão levados a vivenciar diversas facetas das musicalidades das populações negras a partir do contato com melodias, letras, instrumentos de percussão e danças; de modo a lhes permitir a experiência de outros olhares e percepções destas expressões culturais. Ter-se-á como base fundamental as tramas tecidas pela historicidade dos povos negros em contato com outros povos nos diferentes contextos geográficos e conjunturais nas Américas e no Brasil, a partir do século XVI.

12. Aulas: dias 09, 16, 23 e 30 de Outubro de 2010. Total de 32 horas/aulas.

13. Local do curso: Casa do Professor.

14. Horário: das 8:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 16:00 horas.

15. Inscrições: (16) 39779117 ou 39779111 ou pelo e-mail: acpetean@educacao.pmrp.com.br.

Horário das inscrições: Segunda das 14:30 as 17:00 horas e Terças e Quintas das 8:00 as 11:30 e das 14:00 as 17:30 horas.

Profissional responsável pelo curso: Prof. Doutor Sérgio Luiz de Souza.

Historiador. Professor de História junto a Rede Pública Estadual. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista-Unesp.

Ribeirão Preto-SP

-----/-----/-----

Antonio Carlos Lopes Petean

Coordenador da Área/Diversidade Étnico-Racial e Cultural.

OBS: será concedido certificado de 32 Horas/aulas

ANEXO CC - O Ensino de História da África: Reflexões sobre Racismo e Identidade

***Mini-Curso: O Ensino de História da
África: Reflexões Sobre Racismo e Identidade.***

**Professor Mestre Antonio Carlos Lopes
Petean. Doutorando em sociologia pela
Unesp/Araraquara.**

Tópicos:

1-África do Sul: o Apartheid (segregação racial), e a luta do congresso nacional africano.

2- As representações construídas pelo europeu sobre o negro e o continente africano: do exótico ao racismo.

3- As representações que viajantes, jesuítas e exploradores construíram sobre o indígena, o negro e o mestiço no Brasil entre os séculos XVI e XIX.

4- O racismo no Brasil: Nina Rodrigues e o discurso do darwinismo social.

5- A obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura Afro-brasileira.

6- Angola: o domínio português.

7- Reinos Africanos.

ANEXO DD – Semana da Cultura Afro-Brasileira

Projeto "Semana da Cultura Afro-brasileira"**Justificativa**

Por meio dos Arts. 26-A, 79-A, 79-B, o Governo Federal alterou a Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Foi, também instituído o dia 20 de novembro, como a data Nacional da Consciência Negra.

Considerando esses dois aspectos, a Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto propõe às escolas a organização da "Semana da Cultura Afro-Brasileira".

Objetivos

- Conhecimento, respeito e valorização da cultura Afro-Brasileira;
- Valorização das formas de produção artística e cultural dos afro-brasileiros;
- Conhecimento de usos e costumes dos afro-brasileiros.

Atividades propostas

17 de novembro - segunda-feira: Leitura/declamação de um poema relacionado à cultura Afro-Brasileira, durante o período escolar, seguido de debate sobre o tema.

18 de novembro - terça-feira: Audição de músicas relacionadas à cultura Afro-Brasileira, durante o período escolar, seguidas de debates sobre o tema.

19 de novembro - quarta-feira: Sessão de filme sobre a cultura Afro-Brasileira, durante o período escolar, seguida de debate sobre o tema.

Sugestões de filmes:

- Kiriku;
- Sarafina;
- Cidade de Deus;
- Zumbi dos Palmares;
- Chica da Silva;
- Chico Rei;

- Orfeu do Carnaval.

20 de novembro - quinta-feira: Organizar feira das nações africanas, com a degustação de pratos típicos, durante o período escolar.

21 de novembro - sexta-feira: Promoção de atividades culturais (danças, capoeira, esportes), durante o período escolar.

Além dessas atividades, a Secretaria Municipal da Cultura oferecerá, nas escolas, 04 apresentações de *afoxé* e 04 de *capoeira*. O agendamento poderá ser feito com o Sr. Enéas dos Santos, pelo telefone 636-1206.

Sugerimos, como produto final, uma exposição dos trabalhos realizados.

ANEXO EE - 1º Concurso Fotográfico Estudantil - “Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

Edital n.º 003/2011
1º Concurso Fotográfico Estudantil
“Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

REGULAMENTO

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto por meio das Secretarias Municipais da Cultura, Educação, MIS – Museu da Imagem e do Som e Fundação Instituto do Livro realizará o 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil para alunos do ensino fundamental e ensino médio das redes públicas e particulares da cidade de Ribeirão Preto. **O tema “Negros em Vários Movimentos – Um Olhar Infantojuvenil”**, integra as discussões e matéria obrigatória nas Escolas referente à Diversidade Racial no Brasil.

Regras Gerais

Este é um concurso de caráter cultural e educacional, classificatório sem qualquer modalidade de sorteio, aquisitivo das fotos classificadas e finalistas ao acervo do MIS – Museu da imagem e do Som de Ribeirão Preto, dirigido ao público infantojuvenil em regime escolar dividido em 02 (duas) categorias para premiação por faixa etária:

Categoria	Faixa etária	Premiação
Infantil	de 08 a 12 anos	para 1º e 2º lugares
Juvenil	de 13 a 16 anos	para 1º e 2º lugares

O recebimento das fotografias dar-se-á no período de **03 a 21 de outubro de 2011, das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h00. No MIS, instalado na Casa da Cultura – Praça Alto do São Bento S/N Cep.:14085-459 ou pelo correio acompanhadas da documentação mencionada no item 02 (dois) do presente regulamento.**

Regulamento completo será fixado em local visível nas dependências das Secretarias Municipais da Educação, da Cultura e Fundação Instituto do Livro e em endereços eletrônicos dos mesmos bem como na página da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto www.ribeiraopreto.sp.gov.br. Serão nomeadas por portaria duas Comissões, sendo uma **de Coordenação, Divulgação e Inscrição do 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil** composta por membros indicados pelas Secretarias da Educação e Cultura e pela Fundação Instituto do Livro e a outra **de Julgamento e Premiação** do concurso composta por técnicos com notório saber responsáveis pela classificação das fotos finalistas do concurso, conforme descritos no item 4 (quatro) deste regulamento.

A divulgação do 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil será feita através de e-mail, página eletrônica da Prefeitura Municipal e outros meios de comunicação que a Comissão Coordenadora julgar necessário.

1 – Da Participação

- 1.1. Poderão participar do concurso: somente alunos das Redes de Ensino: Públicas (Municipal e Estadual) e Particulares da cidade de Ribeirão Preto, com faixa etária dividida por categoria: **infantil de 08 a 12 anos e categoria juvenil de 13 a 16 anos.**
- 1.2. A ficha de inscrição do aluno participante, anexo I, deverá ser assinada pelos pais e pela Unidade Escolar, que ele estará representando.
 - 1.2.1 A autorização para uso das imagens captadas, anexo II, deverá ser assinada pelo aluno e pelo responsável legal;
 - 1.2.2 Todas as despesas referentes à ampliação e postagem das fotos encaminhadas ao concurso correrão por conta do participante.

Edital n.º 003/2011
1º Concurso Fotográfico Estudantil
“Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

- 1.3. As Unidades Escolares poderão participar com quantos alunos achar necessário, desde que obedecidas as inscrições por categoria e faixa etária.
- 1.4. Serão selecionados 30 (trinta) trabalhos, sendo 20 (vinte) de alunos das escolas públicas e 10 (dez) de alunos das escolas particulares.
- 1.5. A participação será individual.
- 1.6. Para participar, os interessados deverão enviar uma fotografia de sua autoria que tenha relação com o tema: **“Negro em Vários Movimentos”**. Esse Movimento pode ser compreendido como: sociais, políticos, religiosos, culturais, lazer, comportamentais e outros que enfatizem a Diversidade Racial existente na nossa sociedade.
- 1.7. Cada participante poderá concorrer com até 03 (três) fotografias.
- 1.8. Somente 01(uma) fotografia por participante poderá ser selecionada.
- 1.9. O participante somente poderá receber premiação por 01(uma) fotografia.
- 1.10. As fotografias inscritas deverão ser recentes, com produção a partir de janeiro 2011.

2 – Das Inscrições

- 2.1. O período de inscrição será de 03 a 21 de outubro de 2011, nos horários: das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 17h00.
- 2.2. As inscrições serão gratuitas e podem ser feitas das seguintes formas:
 - 2.2.1. Pessoalmente no MIS – Museu da Imagem e do Som – Instalado no Prédio da Casa da Cultura – Praça Alto do São Bento, S/N
 - 2.2.2. Pelos Correios com AR (Aviso de Recebimento) endereçado ao MIS – Museu da Imagem e do Som – Instalado no Prédio da Casa da Cultura – Ribeirão Preto S/P – Praça Alto do São Bento, S/N – CEP: 14085-459.
 - 2.2.3. Encaminhadas pelas Unidades Escolares com livro de Carga de Aviso de Recebimento, endereçado ao MIS – Museu da Imagem e do Som – Instalado no Prédio da Casa da Cultura – Praça Alto do São Bento, S/N.
- 2.3. Para se inscrever os candidatos deverão entregar fotografia impressa, atendendo aos requisitos descritos no item 3, Formulário de Inscrição (anexo I) e Termo de Consentimento de Uso de Imagem Produzida (anexo II), Termo de Consentimento de Uso de Imagem Retrutada (anexo III), disponíveis em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br> ou no local da inscrição, devidamente preenchidos e assinados pelos pais/responsáveis e direção escolar.
 - 2.3.1. O Termo de Consentimento de Uso de Imagem Retrutada, anexo III, é somente para casos em que se configure rosto visível em fotos posadas ou em grupos, podendo ser solicitado em casos que a Comissão Julgadora achar necessário.
- 2.4. Serão aceitas fotografias enviadas entre os dias 03 a 07 de outubro de 2011, valendo como comprovação a data do recebimento do material pelo responsável pela inscrição ou data da postagem. Na ficha de inscrição deverá constar: Nome completo do aluno, RG, (CPF se tiver), endereço completo, telefones para contato e e-mail se o aluno tiver. Nome e endereço completo da Instituição (Escola), título da foto e legenda justificativa, se houver.
 - 2.4.1. As fotografias impressas deverão ser entregues ou enviadas em Envelope Lacrado (tipo saco 35,5 x 25,5 cm) constando por fora a seguinte etiqueta de identificação:

Edital n.º 003/2011
1º Concurso Fotográfico Estudantil
“Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

1º CONCURSO FOTOGRAFICO ESTUDANTIL “Negro em Vários Movimentos” um olhar infantojuvenil

Nome do aluno:.....

Nome da Escola:.....

Categoria:

() Infantil – 08 a 12 anos

() Infantojuvenil – 13 a 16 anos

2.4.2. Deverá conter neste envelope:

- a) envelope menor lacrado contendo de 01 ou até 03 fotos de 20x30cm;
- b) Ficha de Inscrição – Anexo I;
- c) Termo de Uso de Imagem Reprodução – Anexo II; e
- d) Termo de Uso de Imagem Retratada – Anexo III, se necessário conforme item 2.3.1 do presente regulamento.

3. Das Fotografias

- 3.1. Estão aptos a concorrer candidatos que enviem fotografias de sua autoria produzidas a partir de janeiro do corrente ano. Conter na horizontal inferior das bases e no verso da fotografia, escritos a lápis 03B o Título da obra e a data de produção.
- 3.2. As fotografias deverão ser impressas em papel fotográfico fosco ou brilhante no tamanho 20x30cm.
- 3.3. As fotografias não poderão conter informações que identifiquem ou possibilitem a identificação do autor.
- 3.4. Além do título da obra e data de produção as fotografias poderão conter informações com frases pertinentes ao tema Diversidade Racial ou de repensar nossa Identidade Cultural. Localizadas na horizontal inferior das bases e no verso da fotografia, escritos a lápis 03B, não sendo este item obrigatório, pois não contará como critério de seleção e ou premiação.

4. Julgamento

- 4.1. As fotografias serão submetidas, para análise e julgamento, das Comissões de Inscrição e Julgamento do Concurso composta por:

a. Comissão de Coordenação, Divulgação e Inscrição do 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil:

- 03 (três) representantes da Secretaria Municipal da Educação
- 03 (três) representantes da Secretaria Municipal da Cultura
- 02 (dois) representantes da Fundação Instituto do Livro

b. Comissão de Julgamento e Premiação

- 01 (um) Educador representante de Cultura para Gêneros e Etnias da Secretaria de Estado da Cultura
- 01 (um) Educador representante de Cultura para Gêneros e Etnias das Escolas Particulares de Ensino de Ribeirão Preto
- 01 (um) Fotógrafo profissional representante da sociedade civil

Edital n.º 003/2011
1º Concurso Fotográfico Estudantil
“Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

- 01 (um) Fotógrafo indicado por grupos atuantes nas questões Culturais de Gêneros e Etnias de Ribeirão Preto
 - 01 (um) Fotógrafo Profissional indicado pela categoria de fotógrafos de Ribeirão Preto.
- 4.2. A Comissão Julgadora avaliará as fotografias, atribuindo notas de 0 (zero) a 10 (dez), resultantes da média aritmética dos pontos obtidos nos seguintes itens:
- 4.2.1. Adequação ao tema proposto;
- 4.2.2. Qualidade da Imagem;
- 4.2.3. Criatividade;
- 4.2.4. Expressividade.

5. Seleção

- 5.1. Serão selecionados 30 (trinta) trabalhos, sendo 20 (vinte) de alunos das escolas públicas e 10 (dez) de alunos das escolas particulares divididos em duas categorias descrito no item 1.1.

Serão selecionados:

- 05 (cinco) selecionados da Categoria Infantil da Rede Municipal;
 - 05 (cinco) selecionados da Categoria Juvenil da Rede Municipal;
 - 05 (cinco) selecionados da Categoria Infantil da Rede Estadual;
 - 05 (cinco) selecionados da Categoria Juvenil da Rede Estadual;
 - 05 (cinco) selecionados da Categoria Infantil da Rede Particular;
 - 05 (cinco) selecionados da Categoria Juvenil da Rede Particular.
- 5.1.2. Os alunos que forem selecionados entre os (30) trinta, deverão enviar a imagem classificada em mídia digital (CD ou DVD), no formato JPG ou TIF, com no mínimo 300 dpi de resolução e tamanho do arquivo em pelo menos 1500 Kb.

6. Premiação

- 6.1. Será fornecido certificados de participação aos 30 selecionados das duas categorias e certificados de 1º e 2º colocado com título de premiação, pessoal e intransferível aos vencedores das duas categorias do 1º Concurso Fotográfico Estudantil “Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”.

Categoria	Premiação
Categoria Infantil	1º e 2º Colocado
Categoria Juvenil	1º e 2º Colocado

- 6.1.1. Como parte da premiação será oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, aos 30 (trinta) alunos classificados, **uma viagem pedagógica e cultural com visitas técnicas monitoradas: ao Centro Histórico do Município de Bananal (SP) - (Sesmaria 1783/Vila1832), a 02 (duas) fazendas de café que conservam em sua arquitetura as senzalas do período escravocrata no Brasil, e ao Quilombo do Campinho da Independência localizado no Município de Paraty (RJ).** Nesta localidade os alunos serão recebidos pelos Quilombolas que com suas ações educativas transmitirão a eles a origem de suas histórias pautadas na identidade afrobrasileira, conhecimentos passado de geração a geração como: a agroecologia, educação diferenciada, arte e outros elementos

Edital n.º 003/2011
1º Concurso Fotográfico Estudantil
“Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”

que fortalecem sua organização política de comunidade e produção coletiva sem a perda de suas origens.

- 6.1.2. A data e organização da viagem será coordenada e agendada pela Secretaria Municipal da Educação posterior a divulgação do resultado do concurso.

7. Exposição

- 7.1. O resultado do concurso será divulgado através da página eletrônica da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br> e nos sites das Secretarias de Educação e Cultura e Fundação Instituto do Livro e outros meios de comunicação indicados pela Comissão Coordenadora.
- 7.1.2. Os trabalhos serão expostos no Mezanino do MIS – Museu da Imagem e do Som – Localizado na Casa da Cultura – Praça Alto do São Bento S/N de 17 de Novembro a 18 de Dezembro, como evento integrante da **Semana Nacional da Consciência Negra**.
- 7.1.3. No evento de Abertura da Exposição serão entregues os Certificados de Participação e Títulos de Premiações.

8. Considerações finais

- 8.1. Os participantes deste concurso representados pelos pais ou responsáveis declaram, no ato de sua inscrição, ser de sua autoria a fotografia encaminhada e que a mesma não constitui plágio ou outra violação de direitos de terceiros. Ao mesmo tempo em que cedem e transferem ao MIS – Museu da Imagem e do Som de Ribeirão Preto, sem ônus para o mesmo e em caráter definitivo, plena e totalmente, todos os direitos autorais sobre tal fotografia, para divulgação de resultado e outros tipos de utilização, por qualquer modalidade e em qualquer meio ou suporte.
- 8.1.2. As fotos impressas encaminhadas para o concurso que não forem selecionadas estarão à disposição para serem retiradas no prazo de trinta dias após a divulgação do resultado. Os participantes que não retirarem no prazo terão suas fotos inseridas no acervo do MIS e submetidas ao Conselho Curador do Museu para descarte.
- 8.1.3. Ao remeter suas fotos, os participantes estarão concordando tacitamente com todas as normas contidas no regulamento.
- 8.1.4. Os concorrentes declaram expressamente que os dados pessoais fornecidos quando do preenchimento do formulário de inscrição do concurso são verdadeiros.
- 8.1.5. Eventuais questões omissas serão resolvidas a exclusivo critério da **Comissão de Coordenação, Divulgação e Inscrição do 1º Concurso Fotográfico Estudantil “Negro em Vários Movimentos – um olhar infantojuvenil”**.

ANEXO FF – Edital 003/11 Classificação e premiação do 1º Concurso Fotográfico

12

Diário Oficial
RIBEIRÃO PRETO - SP

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2011

Cultura

Secretaria Municipal da Cultura

EDITAL 003/11**CLASSIFICAÇÃO E PREMIAÇÃO**

Objeto: Seleção de até 30 (trinta) fotografias para exposição no 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil para alunos do ensino fundamental e ensino médio das redes públicas e particulares da cidade de Ribeirão Preto. O tema “**Negros em Vários Movimentos - Um Olhar Infantojuvenil**”.

A Comissão Coordenadora do 1º Concurso Fotográfico Estudantil Infantojuvenil reuniu-se, no dia 04 de novembro de 2011, com o júri do Concurso Público em epígrafe e torna público para conhecimento dos participantes que após análise das fotografias inscritas, chegaram ao seguinte classificação:

Categoria	Nome	Instituição de Ensino	Premiação
Infantil	Alder Alves de Freitas	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	2º Lugar
Infantil	Camila Cristina Ananias Luz	EMEF Geralda de Souza Espin	Exposição
Infantil	Cristiano Vitor Brito da Silva	CEMEI Doutor João Gilberto Sampaio	Exposição
Infantil	Francisco André da Costa	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Exposição
Infantil	Gabriela Cristina F. Koga Papa	EMEF Professor Dr. Waldemar Roberto	Exposição
Infantil	Janaína Gomes Galbiate	EMEF Professora Maria Ignêz Lopes Rossi	Exposição
Infantil	Júlia Ferreira Gléria	CEMEI Doutor João Gilberto Sampaio	Exposição
Infantil	Laryssa Izo da Silva	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Menção Honrosa
Infantil	Ludmila Izo da Silva	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	1º lugar
Infantil	Mellany Adrielle Silva de Freitas	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Menção Honrosa
Infantil	Tainara Mian Pereira	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Menção Honrosa
Infantil	Titilayo Alves Monteiro da Silva	Colégio Objetivo	Menção Honrosa
Infantil	Tuane Cabral Alves	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Exposição
Juvenil	Adriana Ap. Xavier Lopes	EMEF Geralda de Souza Espin	Exposição
Juvenil	Ana Caroline Mariano	EMEF Professor Paulo Freire	Exposição
Juvenil	Ana Clara Florão	EMEF Professora Maria Inês Lopes Rossi	2º Lugar
Juvenil	Heloisa Barretos Paduelo	CEMEI Doutor João Gilberto Sampaio	Exposição
Juvenil	João Vitor Andrade Rosatto	CEMEI Doutor João Gilberto Sampaio	Exposição
Juvenil	Letícia Stella da Silva	EMEF Professor Paulo Freire	Exposição
Juvenil	Mariana Toledo Quintana	EMEF Alcina dos Santos Heck	Exposição
Juvenil	Maryara B. Reis	EMEF Raul Machado	Exposição
Juvenil	Sheriman Alves Botelho	EMEF Professor Paulo Freire	1º lugar
Juvenil	Tainah Mogno Melchior dos Reis	CEMEI Doutor João Gilberto Sampaio	Exposição
Juvenil	Vinícios Oliveira de Souza	EMEF Professor Doutor Waldemar Roberto	Exposição
Juvenil	Viviane da Silva Cambra	EMEF Professor Anísio Teixeira	Menção Honrosa

A ata completa encontra-se fixada no mural da Secretaria Municipal da Cultura.

Ribeirão Preto, 04 de novembro de 2011

Comissão Coordenadora:

ANTÔNIO BERNARDO TORRES - Presidente
MICHELLE CARTOLANO DE CASTRO SILVA - Secretária da Comissão Coord.
SANDRA REGINA FIRMINO ABDALA - Coordenação
ANTÔNIO CARLOS LOPES PETEAN - Coordenação
ARTUR CÉSAR FERREIRA DE BARROS - Conselheiro
ELZA ROSSATO - Conselheira

Júri:

FERNANDO ANTÔNIO TEIXEIRA DE SOUSA
FATU ANTUNES
GIANE FREGOLENTE

UE 02.08.10

Daerp

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EXTRATO DE CONTRATO**Contrato nº 63/2011 - Convite nº 14/2011****Processo Administrativo nº: 04.2011.325948-7**

Contratante: DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto.

Contratada: ALVARO ROGERIO DEZA-EPP.

Objeto: Concerto de um grupo gerador diesel.

Valor Total: R\$ 18.490,00.

Data de Assinatura: 11/11/2011.

Prazo: 20 (vinte) dias.

JOAQUIM IGNÁCIO DA COSTA NETO

Superintendente

DAERP

DAERP/C.A.

Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, conforme artigo 5º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, vem justificar o pagamento fora da ordem cronológica de suas inexistências e com recursos não vinculados abaixo relacionados:

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. - Liq. 26482.
Ribeirão Preto, 01 de novembro de 2011

IMPrensa Oficial do Estado S/A IMESP - Liq. 25097, 25093, 25246, CODERP - CIA. DE DESENV. ECON. DE RIB. PRETO - Liq. 24074, 24070, 24071, 24068, 24072, 24249, 24298, 24539, 24536, 24540, 24543, 24566, 24564, 24533, 23505, 24584, 24588, 24594, 24598, 24602, 24603, 24678, 24871, FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA - Liq. 25911, FANOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP - Liq. 26499, CONSTRUTORA SAID LTDA. - Liq. 17659,

ANEXO GG – Sankofa Ação Cultural

FESTIVAL DE CULTURA

DATA: 08/12/2012 as - 15h 00 Min

EMEI CARMEN APARECIDA DE CARVALHO RAMOS
Rua: VICTOR JOÃO CASTANIA, Nº 2085 | JARDIM PAIVA

Professores: Lucas (preto) | Claudemir (Kilinho)

Instrutoras: Ifé Odara | Ietundê

Coordenação: Mestre Paulo Cabide

**“Projeto realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto,
Secretaria Municipal da Cultura - Programa de Incentivo Cultural - 2012”**

REALIZAÇÃO

CENTRO CULTURAL ISÉGUN
PONTÃO DE CULTURA SANKOKA

SECRETARIA
MUNICIPAL
DA CULTURA

Prefeitura Municipal
de Ribeirão Preto

PARCEIROS

ANEXO HH – Ação Sankofa II

Secretaria Municipal da Educação
Ribeirão Preto - SP
AÇÃO SANKOFA II

APRESENTAÇÃO

O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira e sua importância histórica.

JUSTIFICATIVA

A lei 10.639/03 alterada para 11.645/08 é ponto de partida para renovação da qualidade social da educação brasileira. É desafio para Educação, no sentido de orientar os sistemas de ensino para que dediquem cuidados atenção à incorporação da diversidade etnicorracial da sociedade nas práticas escolares, como propõe.

Realizar e apresentar atividades para os gestores numa ação democrática, fortalecendo e ampliando os trabalhos de implementação da Lei 10.639/03, possibilitando a troca de experiência entre gestores e instituições de ensino.

OBJETIVO

Apresentar para Rede Municipal de Educação as Ações que estão sendo desenvolvidas nas EMEFs Prof. Domingos Angerami, Geralda de Souza Espin e Waldemar Roberto, para embasar futuras ações que serão desenvolvidas nas Escolas Municipais para o fortalecimento e implementação da Lei.

METODOLOGIA

Será realizado através de exposição, em data-show trabalhos realizados nas escolas mencionadas e apresentação de alunos com intervenções dos diretores das escolas supramencionadas, com duração estimada de noventa minutos.

CRONOGRAMA

Dia 26 de julho quinta-feira

Horário 13h30min

LOCAL EMEF Profº Dr Domingos Angerami

Rosana de Lourdes Alves M. Silva
 Assessora Técnica Educacional - Setor - Diversidade Etnicorracial e Cultural

ANEXO II – Diáspora Cultural

CONVIDA:

DIÁSPORA CULTURAL

*RIBEIRÃO PRETO/SP
2013*

ANEXO JJ - Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais

Curso: Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais

Com a proposta de promover a formação de professores e profissionais da Educação Básica de Ribeirão Preto, de forma sistematizada e regular, como sugerido nas Diretrizes para Implementação das Relações Étnico-Raciais e Culturais, bem como nas Diretrizes de Implementação das Leis nº 10639/03 e 11645/08, será realizado o Curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais.

O curso é fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal da Educação e a Universidade Federal de São Carlos, oferecido gratuitamente, com carga horária de 180 horas, na modalidade semipresencial, a ser realizado entre os meses de agosto à dezembro de 2015.

Os encontros serão organizados em 6 grupos de 40 pessoas, sendo 3 grupos de educação Infantil, 2 grupos de Fundamental I e 1 grupo Fundamental II.

Cronograma

Data	Atividade
08/ago	Abertura
15/ago	presencial
22/ago	à distância
29/ago	integral
05/set	à distância
12/set	integral
19/set	à distância
26/set	integral
03/out	à distância
10/out	presencial
17/out	à distância
24/out	integral
31/out	pausa
07/nov	pausa
14/nov	integral
21/nov	à distância
28/nov	Encerramento

Local:
EMEFEM "Profº Alfeu Luiz Gasparini"
Avenida: Dom Pedro I nº 196 - Ipiranga

Realização:

Parceria:

Contato:

Departamento de Diversidade Étnico-Racial
Rosana de Lourdes A. M. da Silva
(16) 3977-9117

CONVITE

A Secretaria Municipal da Educação tem a honra de convidá-lo para a Cerimônia de Abertura do Curso "Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais", que será realizado no dia 08 de agosto de 2015 às 8h30, no Auditório Meira Júnior - Rua Álvares Cabral 370, Centro.

ANEXO KK – Roda de Conversa – Programa Mais Cultura nas Escolas

Roda de Conversa

Programa Mais Cultura nas Escolas

Com o intuito de realizar uma avaliação formativa dos desafios e possibilidades do Programa Mais Cultura nas Escolas nos territórios e subsidiar a reabertura do Programa em 2015/2016 a Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto realizará a Roda de Conversa sobre o Programa Mais Cultura nas Escolas, no dia 14 de agosto de 2015. Participam a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural do Ministério da Cultura, o Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo e o Centro Cultural Iségum.

As discussões se basearão nos seguintes temas:

- ✓ Desenho individual de como foi a experiência do Programa Mais Cultura nas Escolas;
- ✓ Gestão do Programa Mais Cultura nas Escolas;
- ✓ Identidade Cultural e Território;
- ✓ Cultura e Arte no Currículo da Escola;
- ✓ Recursos 2015/2016.

Público-alvo:

- ✓ Secretários/Dirigentes de Educação;
- ✓ Diretores de Escola;
- ✓ Iniciativas culturais parceiras;
- ✓ Coordenadores Municipais do Programa Mais Educação e Mais Cultura;
- ✓ Agentes das secretarias de Educação e Cultura;
- ✓ Arte Educadores;
- ✓ Estudantes envolvidos no Programa Mais Cultura nas Escolas.

Programação

Horário	Atividade
8h30 às 9h	Credenciado e Café
9h às 10h20	Abertura
10h30 às 12h30	Rodas de Conversa
12h30 às 13h30	Almoço
13h30 às 13h45	Momento Cultural Centro Cultural Iségum
13h45 às 15h20	Rodas de Conversa
15h20 às 16h50	Plenária Geral
16h50 às 17h	Encerramento

* Segue anexo Programação completa.

Local
Centro Cultural Palace
Rua: Duque de Caxias, 322 – Centro
Ribeirão Preto – SP

Inscrições:
A inscrição é gratuita até o dia 11 de agosto e deverá ser feita através do link:
<https://docs.google.com/forms/d/1vfdP0K9ODS7IRvYwMMYqTV5QWvN7R25Oe5pshicgpl/viewform>

Realização:

Apoio:

Informações:
Telefone: (16) 3977-9117 – Anderson
E-mail: comiteintegral.saopaulo@gmail.com
Site/Blog: <http://comiteintegral.saopaulo.blogspot.com.br/>
Facebook: <http://facebook.com/comitepaulistaedintegral>

PROGRAMAÇÃO		
HORA	ATIVIDADE	
8h30 às 9h00	* Credenciamento e café	
9h00 às 10h30	ABERTURA	9h00 às 9h10 - Boas Vindas das equipes do Programa Mais Cultura nas Escolas/MINC e do Comitê de Educação Integral / Secretaria de Educação. 9h10 às 9h30 - Apresentação Cultural - Programa Mais nas Escolas do Município de Ribeirão Preto. Eixo Temático: Cultura Afro-brasileira 9h30 às 9h40 - Apresentação da Programação e metodologia para o dia de trabalho 9h40 às 10h30 - Apresentação individual
10h20 às 12h30	RODAS DE CONVERSA: Grupos de Trabalho	10h20 às 10h30 - Divisão dos Grupos de Trabalho 10h30 às 10h50 - Dinâmica de acolhimento e integração: 10h30 às 10h40 - Desenho individual de como foi a experiência do Programa Mais Cultura nas Escolas 10h40 às 10h50 - Exposição dialogada dos desenhos e uma palavra de síntese 10h50 às 12h30 - Divisão de subgrupos por eixos de discussão: EIXO 1. GESTÃO DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS EIXO 2. IDENTIDADE CULTURAL E TERRITÓRIO EIXO 3. CULTURA E ARTE NO CURRÍCULO DA ESCOLA
12h30 às 13h30	ALMOÇO Local sugerido:	
13h30 às 13h45	Momento Cultural - Centro Cultural Iségun Auditório do Centro Cultural Palace	
13h45 às 15h20	RODAS DE CONVERSA: Retorno aos Grupos de Trabalho	13h45 às 15h20 - Socialização para o Grupo de Trabalho das discussões realizadas pelos subgrupos (relator e/ou representante deverá sistematizar os pontos de todos os eixos para apresentação na plenária geral)
15h20 às 16h50	PLENÁRIA GERAL: Apresentação, sistematização e avaliação do encontro Local:	15h20 às 16h00 - Apresentação dos Grupos de Trabalho 16h00 às 16h30 - Sistematização do documento final do encontro - Avaliação individual (por escrito) 16h30 às 16h50 - Panorama do coletivo sobre experiência vivida na Roda de Conversa: Paineis através de desenho
16h50 às 17h00	ENCERRAMENTO	Mística de encerramento

ANEXO LL – III Mostra Interativa Afro-brasileira “Ngoma Ecoa – Negro em Vários Movimentos – Um olhar para a ação”

III Mostra Interativa Afro-Brasileira
«Ngoma Ecoa - Negro em Vários Movimentos - Um olhar para ação»

Abertura: 13 de novembro de 2015 - 19h30 - Casa da Cultura

Realização:

Secretaria Municipal de Educação
SECRETARIA DA CULTURA
PREFEITURA DA CIDADE
RIBEIRÃO PRETO
faz nossa vida acontecer

ANEXO MM – Lançamento do Roteiro “A dispersão e os marcos de resistência do povo negro em Ribeirão Preto”

A Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto
convida para o lançamento do livro:

**“A dispersão e os marcos de resistência do
povo negro em Ribeirão Preto”**

Dia 03 de março 2016 - Quinta-feira às 17 horas

Teatro Municipal - Praça Alto do São Bento - Jardim Mosteiro - Ribeirão Preto - SP

Realização:

PREFEITURA DA CIDADE
RIBEIRÃO PRETO
"Seus sonhos são nossa missão"

SECRETARIA MUNICIPAL DA
Educação

Fundação
RIANI COSTA

ANEXO NN – “Relações Étnico-raciais – História e Cultura Africana e Afro-brasileira”

AÇÃO 2016 – CURSO - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA				
APRESENTAÇÃO	<p>A diversidade, a pluralidade cultural e racial se fazem presentes no cotidiano de todas e de cada uma das escolas brasileiras. Uma vasta bibliografia tem abordado, com detalhes, estas temáticas. Mas infelizmente existe um hiato entre o avanço da produção literária e a forma com a qual essas questões chegam ao conhecimento dos professores e como, consequentemente são tratadas em sala de aula.</p> <p>Medidas efetivas devem ser tomadas para reversão dessa situação. Para alcançar êxito nesse propósito, a escola e seus profissionais não podem improvisar. A fundamentação teórica específica sobre o trato da questão racial no cotidiano escolar, efetivando a implantação da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo torna-se uma urgência. A ampliação de conhecimentos didático/pedagógicos nessa área para os profissionais de educação é uma necessidade.</p>			
AÇÃO	<p>Ofereceremos curso de DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL, para professores da educação infantil, ensino fundamental e profissionais da rede, com 30 horas, presenciais, sendo das 18h00 às 22h00, sexta-feira e no sábado 8h00 às 12h00 com início 01 de abril e término em 30 de abril.</p> <p>Com a temática prioritária História e Cultura africana e afro brasileira</p>			
OBJETIVO	<p>Nossos objetivo implementação da Lei 11.645/08.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esclarecer, aperfeiçoar o conhecimento dos educadores que atuam nas escolas públicas municipais; - Propor iniciativas que contribuam para a mudança de mentalidade no que se refere às questões ligadas ao racismo e aos preconceitos sociais/raciais de toda ordem; - Aproximar os saberes da comunidade negra aos saberes acadêmico; - Construir caminhos para a superação dos problemas étnico-raciais, sociais e culturais, vividos em sociedade. - Difusão e aprimoramento da história e cultura africana e afro-brasileira proporcionando aos seus praticantes, práticas pedagógicas. - Socializar conhecimentos e reintegrar os indivíduos, respeitando suas características históricas sociais, econômicas e culturais, independentes de sexo, etnia ou classe social. 			
ESTRATEGIAS	<p>Através de teorias, vídeos documentários, vivências e diferentes práticas (oficinas) pedagógica do povo negro, Visitas monitoradas, pretende-se favorecer o (re) conhecimento das culturas negras como ferramenta para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação e, instrumentalizar os participantes, no sentido de contribuir no processo de implantação da Lei 10639/03 & 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira indígena no currículo oficial da rede de ensino.</p>			
CRONOGRAMA	Sexta-01/04 Sábado 02/04	Sexta-08/09 Sábado 09/04	Sexta- 15/04 Sábado16/04	Sexta- 29/04 Sábado30/04
INSCRIÇÃO	De 24 a 31 de março 2016 Email- dercultural@educacao.pmrp.com.br		Telefone:16- 3632 1206 ramal 206 Coordenadora: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva	
Ficha	<p>Nome _____</p> <p>RG _____ CPF _____</p> <p>Endereço _____</p> <p>Contato _____</p> <p>Unidade Escolar _____</p>			
Local do curso	Secretaria da Cultura Praça alto do São Bento S/N jardim Mosteiro			

REALIZAÇÃO:

SETOR DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL
PARCERIA: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURAL

ANEXO OO – Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira – Educação Patrimonial e Os Marcos de Resistência da População Negra em Ribeirão Preto

CURSO - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA – Educação Patrimonial e Os Marcos de Resistência da População Negra em Ribeirão Preto	
	<p>Ofereceremos o curso de formação para professores e universitários, sobre Diversidade Étnico Racial com o tema: Educação Patrimonial e os Marcos de Resistência do Povo Negro em Ribeirão Preto, dando continuidade no roteiro lançado em 2015 sobre a temática.</p> <p>O curso terá duração de 32 horas, será realizado maio/junho das 18 às 22 horas no auditório da Secretaria Municipal da Cultura.</p>
AÇÃO	<p>Nossa ação consiste em realizar pesquisas sobre a população afro brasileira na localidade de Ribeirão Preto, visando à temática do Patrimônio Cultural junto às escolas, como forma de promover o fortalecimento dessa herança cultural, estabelecendo a percepção da responsabilidade na valorização e preservação desses bens edificados ou de memória, dando sentido a prática cidadã junto a um processo de inclusão social.</p>
TEMA	Educação patrimonial e os Marcos de Resistência do Povo Negro em Ribeirão Preto.
OBJETIVOS	<p>Valorização da oralidade, corporeidade a partir do patrimônio cultural afro brasileiro.</p> <p>Participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais bem como a comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógico que contemplem a diversidade étnico-racial.</p> <p>Promover oportunidade de diálogos em diferentes sistemas simbólicos e conceituais, buscando novas formas de convivências respeitadas entre os grupos a serem trabalhados.</p> <p>Contribuir para a construção de projetos sociais fomentadores junto aos grupos locais empoderando-os na luta para reconhecimento de suas especificidades étnicas.</p> <p>Elaborar mecanismos de pesquisa sobre outros marcos de resistência do negro na localidade.</p>
JUSTIFICATIVA	<p>Educação das Relações Étnico-Raciais- Educação Patrimonial</p> <p>O sucesso das políticas públicas estaduais, institucionais e pedagógicas, que tem como meta: as reparações, o reconhecimento, a valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições – físicas, materiais, intelectuais e afetivas, favoráveis para o ensino e para a aprendizagem de todos os alunos negros e não negros, bem como, seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reestruturação das relações entre negros e brancos, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam apenas a escola.</p> <p>Nossa proposta sugere um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca</p>

Realização:

Coordenação: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva

CURSO - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA – Educação Patrimonial e Os Marcos de Resistência da População Negra em Ribeirão Preto

	<p>levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.</p> <p>O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.</p>
ESTRATÉGIAS	<p>Por meio de teorias, vídeos documentários, entrevista com membros da militância negra local, visita técnica ao arquivo, acompanhar uma celebração/expressão (religiosa ou capoeira). Sensibilizar os participantes por meio de entrevistas, valorizar os aspectos da cultura negra local e seus marcos de resistências.</p>
CRONOGRAMA	<p>.16/05 – apresentação, conceitos de cultura/patrimônio, patrimônio local e atividades. 18/05 – introdução à história local e atividade. 23/05 – entrevista, oralidade e atividades. 25/05 – Visita Técnica ao Arquivo/consulta junto ao acervo documental 30/05 – entrevista com depoentes 01/06 – acompanhar uma celebração/expressão 06/06 – elaboração de relatório das informações colidas 08/06 – apresentação dos trabalhos e avaliação do curso.</p>
MATERIAIS NECESSÁRIO	<p>Transporte, impressão de mapas A2, papel higiênico, Datashow, CD Branco, impressão.</p>
RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	<p>Sandra Regina Firmino Abdala – Secretaria Municipal da Cultura – Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural Monica Jaqueline de Oliveira – Secretaria Municipal da Educação – Setor – Diversidade Étnico-Racial e Cultural</p>
INSCRIÇÃO	<p>De 03 a 07 maio 2016 E-mail – dercultural@educacao.pmrp.com.br Telefone: 16- 3636 1206 ramal 206 Nome Telefone Rg CPF E-mail-pessoal</p>
COORDENADORA	<p>Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva Setor – Diversidade Étnico-Racial e Cultural</p>
REALIZAÇÃO	<p>Secretaria Municipal da Educação – Ângelo Invernizzi Lopes</p>
PARCERIA	<p>Secretaria Municipal da Cultura - Dulce Maria das Neves</p>
<p>Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes das Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999).</p> <p>-Ministério da Educação-Secretaria de Políticas de Igualdade Racial- Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.</p>	

Realização:

Coordenação: Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva

ANEXO PP – Curso Diversidade Étnico-racial e cultural: Teoria e Prática da Capoeira

CURSO – DIVERSIDADE ÉTNICO – RACIAL E CULTURAL
TEORIA E PRÁTICA DA CAPOEIRA

IDENTIFICAÇÃO
Curso: Capoeira Berimbau Ecoa - Teoria e Prática da Capoeira
Modalidade: Formação continuada
Público Alvo: Professores e profissionais da rede municipal
Carga Horária: Com certificado de 186 horas - segunda-feira e quarta-feira – 18h as 22h e 2 encontros na sexta das 18 as 22h e 4 encontros no sábado – de 6 e 7 horas
Local: Auditório da Casa da Cultura
Ementa: Teoria e Prática da Capoeira. A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, seguindo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, da cidade, do campo e das aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção 'transgressora', porque rompe com a ilusão de homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. Através da vivência de diferentes práticas pedagógicas do povo negro, pretende-se favorecer o (re)conhecimento da cultura da capoeira como ferramenta para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação e, instrumentalizar os educadores e contribuir no processo de implantação da Lei 10639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira no currículo oficial da educação de Ribeirão Preto.

JUSTIFICATIVA

O Brasil e o mundo já reconhecem a importância da capoeira para cultura, esporte e a inclusão, agora reconhecemos seu valor educacional, para melhor atendermos as ações dos professores com nossas crianças, proporcionando a valorização da capoeira como Patrimônio Nacional da Humanidade. O movimento negro tem a capoeira como uma das principais ferramentas pedagógicas para estar nas escolas de educação básica por seus aspectos pedagógicos com suas possibilidades educacionais.

A presente proposta "Teoria e Prática da Capoeira" é para complementar a oferta de formação inicial e continuada de professores, profissionais de educação além de criação de material paradidático (Instrumento musical) na Educação Básica que atende o Artigo 26-A da Lei Nº 9.394/96, Artigo este acrescido pela Lei Nº 10.639/03 e 11.645/08; o Parecer CNE/CP Nº 03/04 e Resolução 01/03 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana Indígenas.

CRONOGRAMA 2016

	jul	ag	set	out	nov	dez
seg		01	05	03	01	05
qua		03	fev	05	fer	07
sex				07		
sab				08		
seg		08	12	10	07	
qua		10	14	fer	09	
sex			16			
sab			17			
seg		15	19	17		
qua		17	21	19	16	
sex					17	
sab		20			19	
seg		22	26	24	21	
qua		24	28	26	23	
sex						
sab		27				
seg		29		31	28	
Quat		31			30	

INSCRIÇÃO: e-mail -

dercultural@educacao.pmrp.com.br

Contatos: 3636 1206 Ramal 206

Rosana de Lourdes Alves Monteiro da Silva

ANEXO QQ– IV Mostra Interativa “Berimbau Ecoa”

Convite

IV Mostra Interativa «Berimbau Ecoa»

Abertura 16 de novembro - 19h

Local: Casa da Cultura

Confira programação no site: www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Realização:

SECRETARIA DA
CULTURA

ANEXO RR – Palestras Semana da Consciência Negra

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

16/11/16	20h	Palestra "Novas Reflexões de um Espelho sem Reflexo"	TDC	<p>Oswaldo Faustino</p> <p>Jornalista desde 1976, formado pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, atuou em rádio, TV, revistas e em vários jornais, como a Folha de São Paulo, por seis anos, o Diário Popular, onde foi editor de Cultura, entre 1985 e 1990, e O Estado de São Paulo, onde trabalhou como repórter por 26 anos. Participou do NEINB/USP Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre o Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo, e se dedica a investigar relações étnico raciais.</p> <p>Integra a Cojira Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.</p> <p>Foi colaborador fixo da revista Raça Brasil e desde as primeiras edições, há 20 anos. Entre várias atividades em televisão, atuou na T V da Gente, de Netinho de Paula, onde viveu o personagem em Tio Bah, um contador de histórias do programa infantil. É coautor – com Aroldo Macedo – dos livros: A Cor do Sucesso (Editora Gente, 1999), Luana, a Menina que Viu o Brasil Nenem (FTD, 2000), Luana e as Sementes de Zumbi (FTD, 2004), Luana, Capoeira e Liberdade (FTD, 2009) e Luana e as Asas da Liberdade (FTD, 2010).</p>
17/11/16	9h30 As 11h	A trajetória da Mulher Negra Luta e Resistência	TDC	<p>Adria Maria Bezerra militante do movimento negro de mulheres.</p>
17/11/16	15h30 às 17h	Mulheres Negras Cultura e Protagonismo.	TDC	<p>KÁTIA TRINDADE: Produção Cultural; Agente cultural, formada no Magistério e graduanda em Sociologia e Política, Administração Pública pelo Instituto Jorge Batista de Osasco/2008, Danças Folclóricas Brasileiras pelo Teatro Popular Solano Trindade/2005, estudou História da África, a partir do tema: "A desconstrução de conceitos e construção da verdadeira história" - 2005, pela Secretaria de Estado da Cultura. Lecionou em diversas escolas de Ensino Fundamental em São Paulo, pela Secretaria de Estado da Educação entre 1987 e 1989; Exerceu a função de educadora na Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo 1993 a 1999, foi responsável pelo desenvolvimento pedagógico de crianças de 0 a 06 anos, através da arte educação Atualmente trabalha na Prefeitura de Itapeverica desde (2002) sendo responsável pelo Departamento Administrativo da Secretaria de Inclusão Social e também como operadora do Sistema CadUnico , bem como a viabilização dos projetos de políticas</p>

				culturais do município. Desenvolvendo se na preparação do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e Colégio Japonês de Itapeperica da Serra e na Consciência Negra, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e com a ONG Inzo Tumbansi – Casa de Cultura e Tradição Kimbundo – Kikongo;III ECOBANTO em Itapeperica da Serra; Foi Conselheira e secretária executiva da presidência do Conselho Municipal do Negro de Itapeperica da Serra - CONEGRO, e responsável pela elaboração dos projetos que promovam a integração do negro na sociedade, Membro da Comissão da Semana Padre Batista e Marcha Noturna Padre Batista; e membro da comissão do Cinturão Jesuítico, Realizou a I Missa Afro de Itapeperica da Serra pelo CONEGRO; Participou como palestrante e como artista convidada no projeto CULTURA ANTENADA “ARTE EM CENA” na Casa de Cultura do Santa Tereza-Embu das Artes; Coordenadora de Políticas Públicas para Igualdade Racial em 2012 e Secretária de Cultura da Prefeitura de Itapeperica da Serra em 2014. Elaborou e coordenou o projeto MULHERES NEGRAS-CULTURA E PROTAGONISMO.
18/11/16	9h30 às 11h	A Igreja e a Escravidão - Os santos ocupam o lugar de protetores dos pobres e necessitados.	TDC	GUILHERME BOTELHO JUNIOR Teólogo, historiador, filósofo e professor de educação física. professor de história da Igreja e OBÁ do Orisá SANGÔ brasileiro, viúvo, residente à Rua José Mega nº 9 - Jardim Iguatemi
18/11/16	15h30 às 17h	GENOCIDIO DOS ADOLESCENTES NEGROS - A carne preta é a carne mais barata do mercado Roda de Conversa.	TDC	GUILHERME BOTELHO JUNIOR Teólogo, historiador, filósofo e professor de educação física. professor de história da Igreja e OBÁ do Orisá SANGÔ brasileiro, viúvo, residente à Rua José Mega nº 9 - Jardim Iguatemi

Todas as palestras acontecerão na Secretaria Municipal da Cultura - Auditório- Guerino Capalbo

Inscrições deverão ser feitas pelo e mail: dercultural@educacao.pmrp.com.br

Maiores informações pelo telefone 3636.1206 com Mônica ou Sandra. 2016